

Coleção:

Estudos sobre a privatização no Brasil.

V.2

CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:

Incidência de atores privados nos sistemas estaduais
das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)



Organizadoras

Selma VENCO

Regiane Helena BERTAGNA

Teise GARCIA



Pedro & João
editores

**CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:**

Incidência de atores privados nos sistemas
estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e
Distrito Federal (2005-2018)

Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil

Vol. 2



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Financiamento da pesquisa



Selma Venco
Regiane Helena Bertagna
Teise Garcia
(Organizadoras)

**CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:**

Incidência de atores privados nos sistemas
estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e
Distrito Federal (2005-2018)

Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil

Vol. 2

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Selma Venco; Regiane Helena Bertagna; Teise Garcia [Orgs.]

Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil. Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 395p.

ISBN: 978-65-5869-348-2 [Digital]

DOI: 10.51795/9786558693482

1. Privatização. 2. Currículo. 3. Gestão educacional. 4. Educação básica brasileira. 5. Oferta educacional. I. Título.

CDD – 370

Capa: Felipe roberto | Colorbrand

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado à memória do Prof. Luiz de Sousa Jr, da Universidade Federal da Paraíba, falecido neste início de ano, vítima da pandemia do COVID 19. Não é tarefa fácil escrever uma dedicatória a uma pessoa querida que nos deixou há tão pouco tempo e, principalmente, sabendo que tal perda poderia ser evitada. Sua ausência pode ser debitada à incúria e irresponsabilidade do atual governo federal e sua política genocida.

Luiz ocupava o posto de Coordenador Adjunto dos Programas Profissionais da Área de Educação da Capes. Sua partida prematura consterna a todos nós. Deixa uma substantiva produção na área de Financiamento da Educação e relevante contribuição à administração pública, tendo sido Secretário de Educação de João Pessoa, Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba, Secretário Geral da Universidade entre outros postos na Administração Pública.

Profundamente comprometido com a educação pública, particularmente com a educação básica, seu objeto de estudo, unia de maneira ímpar a leveza no trato e a firmeza na defesa de suas convicções.

Graduado em Economia pela UFPB (1988), na pós graduação abraçou a área de educação, tendo realizado seu mestrado na própria UFPB (1994) e, posteriormente, seu doutorado, na Faculdade de Educação da USP (2003).

Sua tese, intitulada “Financiamento da educação: os impactos do FUNDEF na educação básica do Estado da Paraíba”, produzida no bojo da pesquisa nacional sobre avaliação dos impactos do Fundef então em realização por meio de uma rede de pesquisadores de 12 estados, marca o florescimento entre nós desse campo de estudo. Seu trabalho analisa com muita perspicácia as modificações decorrentes da redivisão de recursos promovida pelo

Fundef. É um dos primeiros trabalhos acadêmicos que se debruça, em detalhes, a estudar os impactos do fundo, chamando a atenção para duas consequências importantes. De um lado, evidencia o aprofundamento do processo de transferência de matrículas das redes estaduais para as municipais, que ficou conhecida como municipalização do ensino fundamental. Mesmo em situações em que a responsabilidade municipal para com o ensino fundamental já era grande, como no Nordeste, o poder indutor dos recursos extras aportados para os municípios funcionaram como um poderoso estímulo, mudando significativamente a distribuição da oferta do ensino fundamental na educação brasileira. De outro, o impacto redistributivo que essas políticas geraram, contribuindo tanto para a melhoria do salário dos professores, aviltantes em muitas redes municipais do Norte e do Nordeste, e para reduzir a desigualdade do gasto por aluno entre as diferentes redes de ensino. Tais impactos são as principais razões da legitimidade que as políticas de fundos contábeis adquiriram com o passar dos anos.

Sua partida prematura deixa uma lacuna em nossos corações e na área de conhecimento que abraçou. Como diz a música de Gilberto Gil, “toda saudade é a presença da ausência de alguém”. Nós que aqui ficamos, dizemos. Luiz de Sousa Jr. Presente!

Campinas, 13 de abril de 2021.

Romualdo Portela de Oliveira
Professor Titular Aposentado da Faculdade de Educação da USP

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
Gonzalo Berrón	

APRESENTAÇÃO	15
Selma Venco	
Regiane Helena Bertagna	
Teise Garcia	

NOTAS METODOLÓGICAS	19
Theresa Adrião	
Sabrina Moehlecke	
Nicanor Lopes	
Danilo A. Kanno Baptista	

REGIÃO NORTE

A rede estadual de educação no Acre: privatização da Educação Básica?	25
Cíntia Magno Brazorotto	

Atuação de atores privados na educação pública no estado do Amapá	44
Cíntia Magno Brazorotto	

Estratégias de privatização da Educação Básica na rede estadual do Amazonas	60
Raquel Fontes Borghi	

Atores e programas privados na Educação Básica Paraense: intervenção e resultados	78
Maria Lúcia Lemos Ceccon	

Rede estadual de ensino de Rondônia: dimensões e formas de privatização (2005-2018) 113

Danielle Batista Cardoso

Teise Garcia

A ação privada na Educação Básica roraimense 143

Maria Vieira Silva

Úrsula Adelaide de Lélis

Edirleine dos Santos Pereira

Tendências de privatização na educação pública: atores e programas privados no sistema educacional do estado do Tocantins 167

Regiane Helena Bertagna

REGIÃO CENTRO-OESTE

Privatização da Educação Básica no estado de Goiás: mapeamento dos programas operados por atores privados (2015-2018) 194

Cassia Domiciano

Márcia Cossetin

Privatização da educação estadual mato-grossense: programas e atores privados (2015-2018) 222

Cássia Domiciano

Programas presentes na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 a 2018: evidências da privatização educacional 259

Márcia Cossetin

Educação Básica no Distrito Federal: tendências à privatização (2005-2018) 285

Flávio Bezerra de Sousa

REGIÃO SUL

Estratégias de privatização da Educação Básica na rede estadual do Paraná Adriana Dragone Silveira	317
Privatização na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul: programas e parcerias com atores privados no período de 2005 a 2018 Nádia Pedrotti Drabach	338
Santa Catarina: rumo à privatização da educação pública? Selma Venco	367
Sobre as autoras e os autores	388

PREFÁCIO

O direito humano à educação e as obrigações públicas emanadas da Constituição Federal de 1988 no que tange a este direito social de todas e todos os brasileiros, têm sido permanentemente ameaçados – sobretudo a partir da onda neoliberal dos anos 1980/90 – pela pressão “privatista”. Essa pressão que abrange, tal como nos é apresentada no livro “Currículo, gestão e oferta da educação brasileira: Incidência dos atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)”, volume 2, e Currículo, gestão e oferta da educação brasileira: Incidência dos atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)”, volume 3, tem aplicação e impacto direto na qualidade e no acesso da população ao seu direito, retratada na obra em toda a sua profundidade e abrangência.

E não se trata de retórica: os volumes têm o mérito de sistematizar e analisar, seriamente, dados das diversas regiões e estados do Brasil, a aplicação concreta dessas medidas e os seus impactos. Nesse sentido, os dois volumes organizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), são livros que ajudam a entender a dimensão do fenômeno e do problema “no território” e elucidar os desafios existentes em relação à gestão pública do ensino, único caminho para o pleno usufruto do direito humano à educação.

A “pressão privatista” acontece de múltiplas formas e tem sido, nos últimos anos, largamente teorizada, mas também objeto de narrativas consistentes e campanhas de grande parte da sociedade civil e dos movimentos no mundo. O diagnóstico sobre a “captura corporativa”, ou a “privatização da democracia” tem ganhado expressão nos debates atuais, junto da denúncia da “paralelização” do sistema multilateral que aos poucos deixa de ser o âmbito no que operam só estados e está se tornando um espaço

“multistakeholder” (de “múltiplas partes interessadas”) consagrando o poder do setor privado na tomada de decisões.

Trata-se de um avanço em múltiplas frentes. Os atores privados atuam sobre governos e, logo, nos Estados e nas políticas públicas. Em geral, nos países ricos esses atores têm maior espaço e, aliados com os seus governos, influenciam os debates internacionais sobre quase todos os grandes temas; e, para nossa preocupação, questões como saúde, educação, alimentação, energia, meio ambiente têm sido assediados fortemente pelo setor privado, que enxerga neles boas oportunidades de negócios. Essa influência gera padrões (*standards*) que guiam e orientam as políticas públicas “certas” (muitas vezes são chamadas de “modernas” e/ou “eficientes”) para combater os problemas “certos” (ou seja, os problemas que eles enxergam como problemas). Decidem também o destino da cooperação internacional e do financiamento dos bancos internacionais de desenvolvimento e as condições que devem ser adotadas como parte desses empréstimos. Tudo isso com a ajuda de um arcabouço geral de teorias e pesquisas muitas delas financiadas pelas universidades, fundações e outros centros de pesquisa que dependem do apoio das empresas, constroem um “senso comum” no qual diversas formas de privatizar tornam-se não uma opção, mas uma decisão natural. Ou seja, o alargamento do mercado, do lucro, é transformado no caminho normal para o Estado cumprir com a obrigação de garantir acesso à uma educação de qualidade para todos. Obviamente isso não é assim, como é demonstrado nos diversos capítulos desse belo livro.

Na área da educação não é diferente. O primeiro passo sempre é a cooptação de governos e mentes fazendo com que os grandes fóruns internacionais debatam a agenda que interessa ao setor privado, ou que os temas da agenda pública sejam debatidos trazendo na solução os interesses do setor privado que via o bloqueio de medidas que não os obrigam, ou a promoção das que os beneficiam, acabam sempre protegendo os seus lucros. A consagração desse viés é a adoção do Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 4 (ODS), sobre educação, combinado com o 17º objetivo sobre “implementação” que inclui a colaboração com o setor privado como a forma adequada para cumprir com as metas.

Atores privados expressivos, tais como a Coalizão Global de Empresas para a Educação (*Global Business Coalition for Education* (GBCE)), que foi criada e liderada pelo ex-Primeiro Ministro da Inglaterra, Gordon Brown, e cujo papel é descrito de forma eloquente por Vernor Muñoz¹ (2020) em relação ao ODS 4, e que a enxerga como uma “corrida para o ouro” em termos das oportunidade de negócios que a implementação da ODS 4 significa para empresas, que almejam abocanhar uma parcela importante dos investimentos públicos orientados pela consecução do objetivo dedicado à educação.

Mais recentemente, e sobretudo a partir da crise global de 2008, o setor privado se debruçou na elaboração de um tipo de governança global no qual se colocam no centro. Segundo os planos, por exemplo, do Fórum Econômico Global, o mundo precisa de uma *Iniciativa de Redesenho Global* (*Global redesign initiative*, 2010) na qual o formato *multistakeholder* passa a ser um jeito de consultar os atores a serem, eles mesmos, uma forma de governo dos assuntos globais. Há pouco tempo, no contexto da crise da saúde provocada pela pandemia da Covid 19, o nome do redesenho mudou para “*Great Reset*”, ou seja, uma reconfiguração global da governança com maior protagonismo – sim, mais ainda – do setor empresarial. As fórmulas *multistakeholder* não são novas, a novidade é que elas estão se consolidando como a forma natural de gerir os temas internacionais, paralelizando com estruturas consagradas, tais como: UNESCO, FAO, OMS e outras lideradas por Estados. O paradoxo é que as lideranças dessas instituições, muitas delas sucateadas pela falta de financiamento dos Estados-Membros, são, em muitos casos, as impulsionadoras dos arranjos “multipartes”. Em 2019, por exemplo, o Secretário Geral da ONU

¹ NORRAG Special Issue 05 (NSI 05), “Domestic Financing: Tax and Education”, Geneva, 2020

assinou acordo de parceria estratégica com o Fórum Econômico Mundial, para, entre outras coisas, ajudar a cumprir os ODS. Mas desde então, José Guterres, tem promovido uma nova onda de paralelização que quebra com o *status quo* do multilateralismo, atropelando espaços ou processos legítimos e consolidados de gestão, como o sistema FAO em Roma, que agora concorrerá com a Cúpula dos Sistemas Alimentares organizada nos moldes e interesses dos grandes atores privados do setor de produção de alimentos do mundo, incluindo a Fundação Bill e Melinda Gates, muito contestada pelas organizações e movimentos sociais integrantes do Comité de Segurança Alimentar do Mundo. Ou a proposta de um Grupo *Multistakeholder* para a governança global da Internet, como consta no mapa de rota que submeteu para consulta recentemente, e atropela o processo de discussão da internet iniciado pelos Estados em 2006 no âmbito da ONU, o Fórum de Governança Internet, é mais um exemplo dessa tendência impulsionada desde o centro do sistema Multilateral e contestada pela sociedade civil².

Nesse contexto, é impossível pensar que nações e os entes subnacionais (estados e municípios) consigam lidar com a tremenda pressão que desce via todos esses canais, em meio ao problema constante da falta de financiamento público na ponta, como é descrito nos capítulos do livro. E é por isso que a grande tarefa dos defensores do ensino público e do direito à educação é se esforçar neste caminho de mostrar os impactos de decisões sobre políticas e padrões no nível internacional e contestar nesse nível, também, o embate das corporações (fundos, empresas, bancos, fundações etc.) em cima da governança multilateral. Nesse sentido, a tarefa fundamental hoje posta aos atores - a exemplo da Campanha Global pelo Direito à Educação, a Internacional da Educação -, junto a outros setores sensíveis para a população e o planeta (saúde, meio ambiente, trabalho) é necessária para dar uma chance, em um mundo em transformação no qual a educação terá

² <https://justnetcoalition.org/big-tech-governing-big-tech.pdf>

– como em outros momentos de transição do paradigma econômico
– um papel central, para recuperar o papel do Estado na garantia do direito à educação e do bem comum do conhecimento.

Boa leitura!

Gonzalo Berrón

Diretor de Projetos / Fundação Friedrich Ebert - Brasil

APRESENTAÇÃO

Selma Venco
Regiane Helena Bertagna
Teise Garcia

No Brasil, assim como em muitos outros países, a presença do setor privado na educação vem aumentando de modo exponencial. Tal movimento tem provocado e exigido, por parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), a busca contínua de compreensão sobre os diferentes modos de atuação do público e do privado, que desenham as relações entre o Estado e a sociedade e reconfiguram o setor educacional.

É nesse contexto que o presente livro se desenvolve e aporta resultados de pesquisa realizada no âmbito do GREPPE, de caráter interinstitucional e coordenada pela Prof^ª Dr^ª Theresa Adrião, docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Assim, o estudo procura levantar o véu da produção (MARX, 1981) de uma opção política nacional arquitetada desde o fim da ditadura empresarial-militar pelas mãos de Fernando Collor e sedimentada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por meio da instauração de marcos legais favorecedores do acesso maciço da iniciativa privada nas ações sob a responsabilidade do Estado.

A defesa do Estado Gerencialista, pelo governo FHC, pautou-se no discurso da ineficácia do Estado Burocrático, incapaz de responder às exigências de uma sociedade em ebulição em tempos de globalização e avanços tecnológicos importantes. E, ao mesmo tempo, o atalho político foi conferir amplos poderes à “mão invisível” do mercado, uma entre tantas as decorrências desse rumo político é retratada na presente publicação.

A pesquisa, aqui compartilhada, objetivou analisar a incidência de atores privados em todas as redes estaduais de

educação e do Distrito Federal nas três dimensões da política educativa - oferta, gestão e currículo – de modo a identificar possíveis desdobramentos para a efetivação da educação como direito humano.

A primeira dimensão, relativa à privatização da oferta educacional, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público (direta ou indiretamente) à oferta educacional por provedor privado, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e a introdução de políticas ou programas de escolha parental. A segunda dimensão, refere-se à privatização da gestão da educação, captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional e da gestão escolar, nos dois casos caracterizada pela transferência da gestão, em sua totalidade ou em parte dela, a organizações privadas. E, por fim, a última refere-se à privatização do currículo, aqui focando a privatização nos processos pedagógicos *stricto sensu* e envolvendo as relações entre professor/a, estudante e conhecimento e insumos curriculares.

Realizada em duas etapas, a primeira fase, financiada pelo CNPQ³ e Fapesp⁴, construiu um vasto mapeamento sobre a incidência de atores privados no período de 2005 a 2015; e, a segunda, subsidiada pela Fapesp⁵ e apoiada pela Fundação Friedrich Ebert, atualizou os dados até 2018, final dos mandatos dos governadores e aprofundou a análise em cada estado e Distrito Federal.

O grupo de pesquisa, congruente à lógica de socialização dos dados coletados e sistematizados, disponibiliza a totalidade do mapeamento em *site* institucional⁶, e, assim, visa colaborar com o desenvolvimento de outros pesquisadores sobre a temática. E, também, movido pelo sentido da importância da coletividade,

³ CNPq Processo nº 459098/2014-4

⁴ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2015/21107-3

⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2019/12230-7 e Processo nº 2019/01552-3

⁶ Disponível em <https://www.greppa.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao>

integrou pesquisadoras e pesquisadores de diversas universidades: Unicamp, USP/Ribeirão Preto, Unesp/Rio Claro, UPR/Universidades Federal do Paraná, Universidade Federal de Uberlândia, UFJR/Rio de Janeiro, UFPB/Paraíba, UFRN/Rio Grande do Norte, UFR/Rondonópolis, Instituto Federal de São Paulo/Campos do Jordão, Unimontes, e estudantes dos programas de pós graduação vinculados à pesquisa.

A ampliação da equipe na segunda fase do estudo foi fundamental para dinamizar o debate teórico-metodológico e reunir pesquisadoras e pesquisadores dos vários estados e suas vivências locais e regionais, dada a abrangência nacional da pesquisa e a extensão territorial do país, bem como as disparidades e especificidades regionais e estaduais dos 26 estados e o Distrito Federal, que compõem o estudo.

A colaboração teórica do conjunto de pesquisadoras e pesquisadores forneceu elementos de compreensão coletivos, e, simultaneamente, permitiu agregar novas e distintas interpretações e análises sobre as ações dos atores privados na educação em todo o país, de forma a evidenciar a influência desses na definição, indução ou implantação de políticas ou programas educacionais junto aos sistemas estaduais no país.

Devido à abrangência da pesquisa, e, portanto, ao grande volume de dados e à territorialidade nacional, optou-se por organizar o livro em dois volumes, segundo uma distribuição regional dos estados.

Assim, o livro 1 (volume 2) é composto por 3 regiões, totalizando 13 estados mais o Distrito Federal, a saber:

✓ Região Norte (NO) com 7 estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO);

✓ Região Centro-Oeste (CO), com três estados e Distrito Federal: Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS)

✓ Região Sul (SU), Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS).

E, o livro 2 (volume 3), contempla duas regiões, totalizando 13 estados, também dispostos regionalmente, quais sejam:

✓ Região Nordeste (NE), com nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PA), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Sergipe (SE);

✓ Região Sudeste (SE) , com quatro estados: Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP)

Registra-se, por fim, nosso agradecimento ao conjunto de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores que se envolveram e contribuíram para a realização da pesquisa. Não fosse o ensejo do trabalho coletivo, bem como os recursos financeiros despendidos pelas agências de fomento, instituições as quais se vinculam e entidades apoiadoras da pesquisa, não seria possível difundir o conhecimento acumulado permeado por inquietações e questionamentos diante da realidade educacional brasileira.

Boa leitura!

As organizadoras,
em nome do coletivo da pesquisa

NOTAS METODOLÓGICAS¹

Theresa Adrião
Sabrina Moehlecke
Nicanor Lopes
Danilo A. Kanno Baptista ²

Este livro, no formato digital, apresenta análises iniciais sobre informações decorrentes de pesquisa documental realizada em fontes primárias acessadas por meio das páginas oficiais das secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal complementada por busca referenciada na plataforma GOOGLE, neste caso, acionada por descritores e procedimentos apresentados pelo grupo da pesquisa e socializado no site do GREPPE.³

O período analisado na pesquisa define-se pelo ano em que a lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - foi integralmente implantada pelo conjunto dos entes federados, e, termina em 31 de dezembro de 2018, último ano do mandato governamental, concluído antes do início desta investigação.

Os dados relativos aos programas e atores privados foram coletados pelo conjunto de pesquisadores/as e checados por meio de análise comparativa entre as coletas realizadas nas duas fases da pesquisa, a primeira concluída em 2018, e a segunda, em andamento.

A coleta de informações acerca dos programas e atores privados, tanto na pesquisa de 2005-2015, quanto de 2016-2018,

¹ <https://dx.doi.org/10.51795/97865586934821923>

² A pesquisa contou com o apoio técnico de Sylvia Cerqueira, Andrey Mori e Gabriel Cassio Martins Ferreira.

³ https://www.greppet.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

utilizou os seguintes descritores para suas buscas nos *sites* das Secretarias de Educação e na Plataforma GOOGLE: Programas, Parcerias, Convênios, Contratos e Projetos; Políticas e Programas na educação acrescidos do nome do governador no período; Pacto e Compromisso. Vale destacar, para todos os dados, que por se tratar de fontes primárias disponíveis em diferentes e sucessivos governos durante mais de uma década, algumas informações não foram localizadas por terem sido excluídas dos *sites* governamentais, razão pela qual se completou a busca por meio de pesquisa referenciada na plataforma GOOGLE.

No caso de eventuais inconsistências nas informações, a confirmação ocorreu por busca com o nome do programa na página da Secretaria de Educação correspondente e/ou do ator privado envolvido. Por fim, procedeu-se à validação das informações. Com vistas a anular as memórias ou históricos de buscas, a validação resultou de acesso anônimo em até cinco páginas do *Google*, associando o nome do programa ou do ator privado ao da Secretaria de educação pesquisada. Para organização dos dados adotou-se a função PROCV da ferramenta Planilhas do *Google Drive*.

As informações relativas ao ano de início e de fim dos programas demandaram consultas aos *sites* das Secretarias de educação, por meio de busca pelo nome do programa ou ator privado. Na ausência do dado, abriu-se uma guia anônima no GOOGLE e realizou-se nova pesquisa pelo nome do programa associado ao nome do estado/DF ou ator privado e, complementarmente, pesquisou-se na página institucional do ator privado. Se mesmo após estes processos de verificação, manteve-se a ausência da informação, atribuiu-se a sigla SI (sem informação) para início e/ou fim dos programas.

Além de informações sobre atores e programas operados ou propostos pelo setor privado para a educação estadual e distrital, os resultados da pesquisa abordados neste livro incluem informações relativas às formas pelas quais professores/as e diretores/as foram contratados/as em cada estado e no DF.

No caso dos dirigentes escolares, os dados correspondem ao período de 2005 a 2017 e decorrem de consulta ao micro dados dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), respondidos pelas escolas e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A seleção e tratamento demandou a adoção do Programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Já os relativos ao percentual anual de docentes não concursados vinculados às redes estaduais e Distrito Federal decorreram de informações constantes dos Censos Escolares⁴sobre quatro formas de contratação: concursado, terceirizado, temporário e CLT. O dado apresentado se refere à somatória de todas elas, exceto para as informações referentes à contratação de docentes concursados. Tendo em vista que o Inep passou a coletar tais dados a partir de 2011, a presente publicação considera a série histórica até 2018.

O Censo escolar (2005-2018) é a base para as informações relativas às matrículas sistematizadas pela pesquisa, as quais, como todas as demais informações ajustam-se ao recorte adotado: educação básica em sua etapa obrigatória, na modalidade do ensino regular.

Os textos apresentam o conjunto de programas operados por atores privados nos - 26 estados da federação, além do Distrito Federal e representam esforços teóricos da equipe de pesquisa na direção de adequação das categorias de análise previstas no projeto e adensadas em reuniões de pesquisa realizadas presencialmente, e, a partir de março de 2020, de forma virtual em razão da pandemia.

No que se refere às três dimensões da política educacional – currículo, gestão e oferta, a partir das quais foram classificados os programas identificados, se mantiveram os mesmos critérios usados anteriormente para sua codificação. Contudo, observamos que um mesmo programa pode incidir sobre mais de uma dimensão.

⁴ Disponíveis em portal.inep.gov.br/microdados

Por privatização da oferta educacional se entende, neste estudo, as formas de subsídio público à oferta privada para acesso à educação por meio de convênios, contratos e bolsas de estudo em instituições privadas, formas de atendimento educacional por provedor privado custeadas por fundos privados, ou, ainda, a transferência da responsabilidade pelo atendimento educacional para a esfera privada, seja esta composta pelas escolas particulares ou instituições religiosas.

No que se refere à privatização da gestão educacional tratou-se de abordar processos para contratação de assessorias, transferências da gestão escolar para instituições privadas, introdução de mecanismos de avaliação de desempenho institucional e de formas diretas ou indiretas de “premiações”, como bônus por produtividade aos trabalhadores da educação. A identificação da constante criação em âmbito estadual de sistemas de avaliação também integra as descrições apresentadas em cada capítulo.

A privatização da dimensão do currículo escolar compõe as preocupações da pesquisa e pode ser identificada por meio de programas relacionados à compra ou aquisição de insumos curriculares de qualquer natureza, incluindo o formato digital; desenhos curriculares, formação em serviço, avaliação de desempenho de estudantes e atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório.⁵

Para a classificação da natureza da instituição, foram considerados apenas os atores privados não confessionais identificados a partir de denominações autoatribuídas. No caso de federações ou organizações internacionais, utilizaram-se os seguintes termos: a) agências: para o caso de organizações internacionais, como UNESCO, OCDE, etc; b) organização financeira internacional: para casos como o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial etc.; c) sindicato patronal: para o caso das federações de indústrias, do

⁵ Cf. (https://www.greppetfe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)

comércio etc. Dentre os termos autoatribuídos, foram encontrados os seguintes: instituto, fundação, associação, OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OS – Organização Social, empresa, ONG – Organização Não-Governamental. Ressalva-se que as autodenominações não foram checadas em relação ao estatuto legal e jurídico da entidade.

Nesta etapa da pesquisa e considerando as especificidades das diferentes redes públicas de ensino e dos programas/atores mobilizou-se em especial duas categorias analíticas previstas nesta investigação: **capilaridade e vigência**. A primeira refere-se à abrangência dos programas, informada em função dos segmentos escolares (docentes, estudantes, gestores e comunidade escolar) envolvidos, das etapas de escolaridade diretamente afetadas e das dimensões da política educativa consideradas: gestão, oferta educacional e currículo. A segunda categoria – vigência - relaciona-se ao tempo em que os programas e ações vigoraram no período selecionado expressando sua longevidade ou perenidade.

Considerando as duas categorias acima citadas, ainda que em algumas redes outras categorias tenham sido acionadas em razão do tipo de inserção/atuação do setor privado, foram selecionados os principais programas mobilizados por atores privados nas redes públicas, com vistas a analisar as ações que vem favorecendo amplas ou duradouras estratégias de privatização da educação em âmbito estadual e distrital.

REGIÃO NORTE

A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO ACRE: privatização da educação básica?

Cíntia Magno Brazorotto
Unicamp/Instituto Federal de São Paulo

Introdução

A partir de pesquisa realizada no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) intitulada *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*, o presente texto visa apresentar as principais características do sistema estadual de educação no Estado do Acre e os programas e projetos realizados em conjunto com a iniciativa privada de forma a identificar os agentes e esferas de influência que contribuem para a privatização da educação pública no Estado, considerando as dimensões: oferta educacional, currículo e gestão.

Os dados coletados para a referida pesquisa são oriundos de consulta à fonte primária alicerçados nas informações fornecidas pelo governo estadual (GARCIA; ADRIÃO, 2018). Dessa forma, cabe aqui ressaltar que o endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Educação do Acre encontrava-se indisponível durante o período de redação do presente capítulo, o que dificultou acesso a documentos e legislação educacional vigente no Estado.

No contexto de reconfiguração da política educacional brasileira, iniciada nos anos 1990, e orientada pelos princípios da Nova Gestão Pública e do ideário neoliberal, a privatização visa atender o objetivo de redução da participação do Estado na economia e, conseqüentemente, dos custos com serviços públicos, como a educação. Além disso, visa tornar mais “eficiente” a gestão pública por meio de ações que passam pela descentralização, terceirização e aplicação do modelo de gestão empresarial no setor

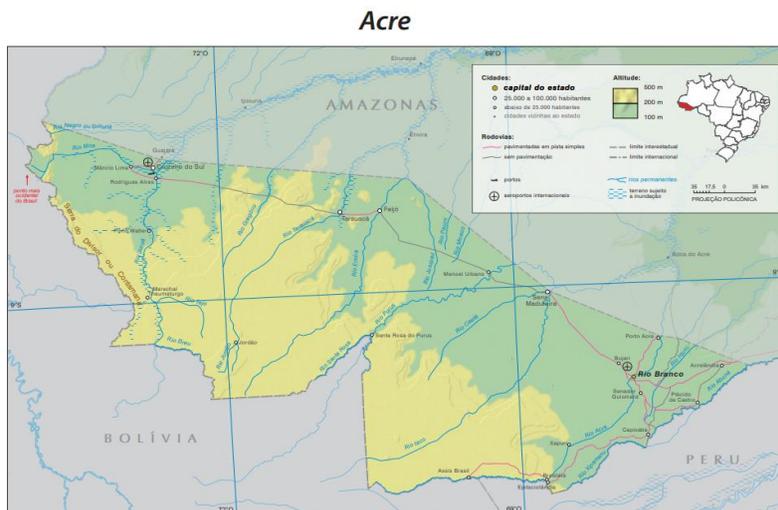
público (PAULA, 2005, p. 47). Tal reconfiguração decorre de transformações políticas e econômicas globais, as quais promoveram mudanças nas políticas educacionais coadunadas à lógica do sistema capitalista (BRAZOROTTO; MATTOS, 2017).

O presente capítulo apresenta a análise descritiva dos dados coletados na pesquisa a fim de apreender as especificidades da rede estadual acriana e contribuir para a compreensão dos mecanismos de privatização da educação pública no Estado e no cenário educacional brasileiro.

Caracterização do Acre

O Estado do Acre está localizado na região norte do Brasil, ocupando um território de 164.123,964 km², composto por 22 municípios e cujo a capital é a cidade de Rio Branco. O Acre faz divisa ao norte com o Estado do Amazonas e a leste com Rondônia, além de fronteira com dois países: Bolívia e Peru (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Estado do Acre



Fonte: IBGE (2020a).

De acordo com o último censo do IBGE em 2010 a população era composta por 733.559 habitantes, com estimativa de chegar a 894.470 em 2020, situando o Estado na 25ª posição no número de habitantes entre os 27 entes federativos brasileiros (IBGE, 2020). Já as informações do governo estadual indicam que em 2016 a população contabilizava 816.687 habitantes (ACRE, 2017).

O PIB estadual em 2017 foi de cerca de 14 bilhões de reais, representando um crescimento na ordem de 1,3% com relação ao ano de 2016, situando o Estado na 23ª posição no ranking nacional. A atividade econômica principal volta-se para o setor de serviços, seguida pela agropecuária e a indústria (ACRE, 2017).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010 este foi de 0,663, situando o Estado na posição de número 21 no Brasil (IBGE, 2020). Já em 2014, esse índice aumentou para 0,719 (ACRE, 2017). O IDH é um índice que visa mensurar o bem-estar de determinada população a partir de quesitos como alfabetização, riqueza, taxa de natalidade entre outros e é divulgado anualmente pela Organização das Nações Unidas¹. Quanto mais próximo de 1 melhor o índice de desenvolvimento humano. Os índices considerados baixos são aqueles inferiores a 0,499. O IDH brasileiro é considerado mediano - 0,761 em 2019 – e dentro do contexto nacional o Acre está entre os Estados com menor IDH.

No referente ao governo estadual, no período compreendido entre 2005 e 2018, a cadeira de governador foi ocupada por três dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo Tião Viana reeleito em 2010, para o segundo mandato. O Atual governador, empossado em janeiro de 2019 é Gladson de Lima Cameli, do Partido Progressista (PP).

¹ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

Quadro 1 – Governadores do Estado do Acre entre 2003 e 2018

Governador	Partido	Data da Posse
Jorge Ney Viana Macedo Neves	Partido dos Trabalhadores - PT	01/01/2003
Arnóbio Marques de Almeida Júnior	Partido dos Trabalhadores - PT	01/01/2007
Sebastião Afonso Viana Macedo Neves	Partido dos Trabalhadores - PT	05/04/2010
Sebastião Afonso Viana Macedo Neves	Partido dos Trabalhos - PT	01/01/2015
Gladson de Lima Cameli	Partido Progressista - PP	01/01/2019

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. ADRIÃO et (2020) e ACRE (2020)²

No período entre 2005 e 2018, o Partido dos Trabalhadores governou o Estado. Considerando ser um partido orientado por viés progressista, compreende-se que as políticas educacionais implementadas no período deveriam atender os dispositivos constitucionais de garantia da educação pública, gratuita e de qualidade a todos, pautada na gestão democrática. Segundo Croso e Magalhães (2016), o direito à educação básica deve ser garantido por meio do controle público, com participação popular e políticas que se voltem para reparar as desigualdades, além de valorizar os profissionais da educação, por meio de remuneração e condições adequadas de trabalho. O repasse de dinheiro público para instituições privadas é considerado pelas autoras obstáculos à garantia do direito à educação prevista na Constituição. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a análise da Educação na Rede Estadual para se compreender se as políticas convergem em direção à garantia da educação básica como direito garantida pelo poder público ou se se alinha às formas de privatização da

² Disponível em:< <http://acre.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

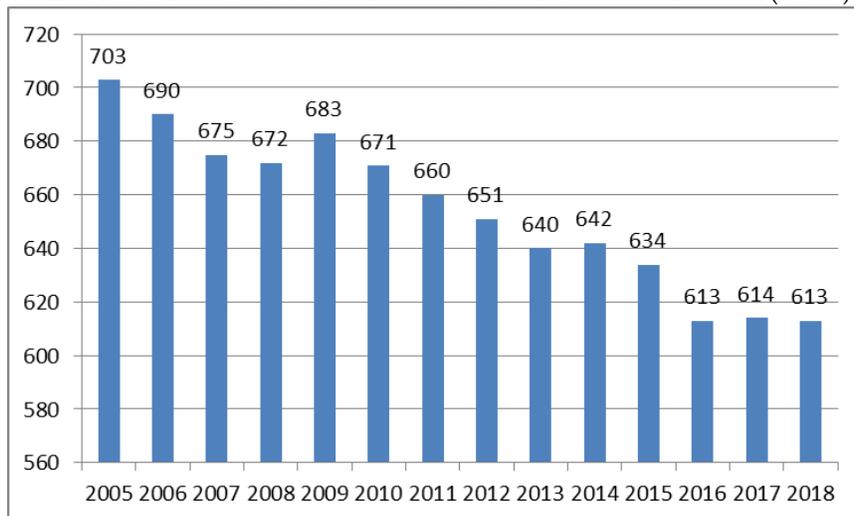
educação básica em curso no País, cumprindo a agenda de políticas neoliberais que preconizam a mínima intervenção do Estado, por meio, por exemplo da racionalização dos custos em educação.

A rede educacional do Acre

Conforme dados do IBGE, em 2018 havia no Acre 1.600 escolas que atendiam a educação básica. Em relação ao registro de matrículas, a partir das informações coletadas na pesquisa *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*, observa-se que em 2018 havia 38.816 crianças matriculadas na educação infantil, 157.646 matriculadas no ensino fundamental e 38.141 no ensino médio, compreendendo tanto a esfera pública quanto particular.

Do total de matrículas na educação básica no Acre (234.603), um pouco mais da metade (127.637) concentra-se nas escolas da Rede Estadual.

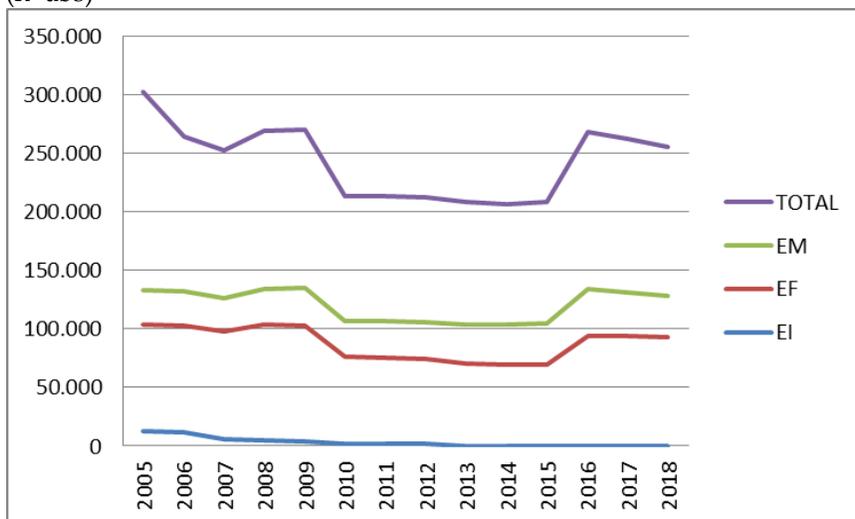
Gráfico 1 – Número de estabelecimentos de ensino na Rede Estadual (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado pela autora.

No gráfico 1 é possível verificar que no período compreendido entre 2005 e 2018 houve redução no número de escolas estaduais no Acre na ordem de 12%. Aventa-se a hipótese de redução no número de matrículas, bem como, descentralização do ensino como justificativa para essa redução. Neste sentido, buscou-se aferir o registro de matrículas no mesmo período, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Matrículas na Educação Básica na Rede Estadual - 2005 a 2018 (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Aferindo os dados de matrículas no Gráfico 2, verifica-se queda no cômputo geral a partir de 2005, com redução acentuada entre 2010 e 2015 e retomada aos patamares apresentados em 2009, no ano de 2016.

A oferta de educação infantil pelo sistema estadual de ensino foi a que sofreu a maior redução, já que em 2005 contava com 12.097 matrículas e em 2018 apenas 327. Por meio da análise dos dados coletados na pesquisa, constata-se que em 2018 a matrícula em escolas públicas no geral, nessa etapa educacional, era de 25.415 crianças na pré-escola e 11.168 na creche. Em contraposição, escolas particulares apresentavam 1.325 e 581 matrículas, respectivamente,

indicando a prevalência da oferta pública na educação infantil, porém, com descentralização para os municípios, já que a rede estadual atende apenas 0,9% desse montante.

No referente ao ensino fundamental, pode-se observar diminuição das matrículas entre 2010 e 2015 com aumento em 2016 em bases similares ao apresentado em 2009. A partir das informações coletadas na pesquisa, no que se refere à oferta pública e privada para os ensinos fundamental e médio, contata-se que a maior parte das matrículas está concentrada nas escolas públicas, com 150.625 e 36.643 registros, respectivamente, e em escolas particulares 7.021 e 1.498, no ano de 2018. Assim, as escolas públicas abrangem cerca de 95% das matrículas na educação básica no Acre, sendo que 68% delas concentram-se na rede estadual, com destaque para o ensino médio ofertado quase que exclusivamente pelo sistema de ensino estadual (96% das matrículas). A série histórica apresentada na Tabela 1 demonstra a evolução do número de matrículas na rede estadual entre 2005 e 2018.

Tabela 1 – Evolução das matrículas na rede estadual (2005-2018) (nº abs)

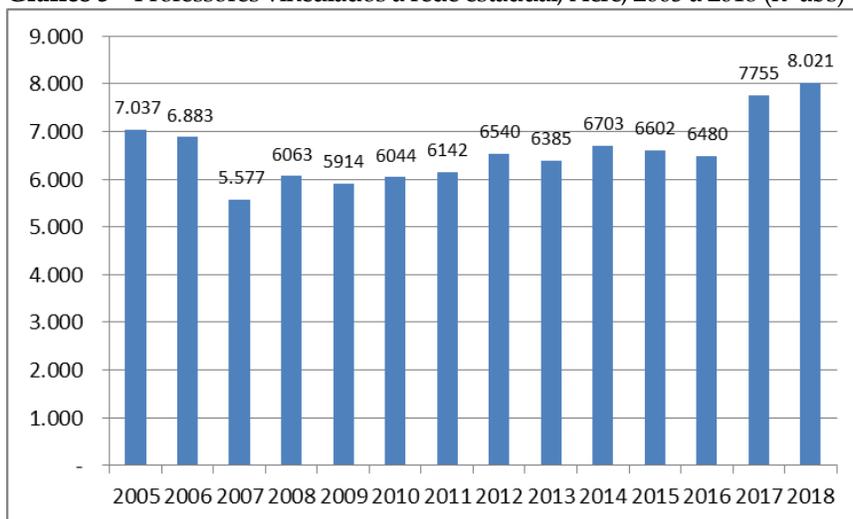
Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2005	12.907	91.238	28.636	169.159
2006	12.046	90.812	29.171	132.029
2007	6.078	91.620	28.376	126.074
2008	4.473	98.961	30.844	134.278
2009	3.808	98.593	32.556	134.957
2010	2.150	74.308	30.031	106.489
2011	1.709	73.254	31.450	106.413
2012	1.833	72.525	31.682	106.040
2013	395	70.192	33.468	104.055
2014	299	69.426	33.676	103.401
2015	180	69.467	34.554	104.201
2016	393	93.946	39.619	133.958
2017	424	93.530	37.191	131.145
2018	327	92.090	35.220	127.637

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018, em Adrião coord (2020). Elaboração da autora.

As informações da Tabela 1 indicam que entre 2005 e 2018 houve queda nas matrículas da educação infantil na ordem de 97%. Já no ensino fundamental considerando os anos de 2005 e 2018, o saldo final é de aumento de 0,9% de matrículas, contudo destaca-se que entre 2010 e 2015 houve queda considerável no número de matriculados com aumento a partir de 2016. Já no ensino médio houve aumento de 23% no número de matrículas entre 2005 e 2018. Destaca-se o aumento significativo entre 2013 e 2016, com leve queda entre 2016 e 2017 e, novamente aumento em 2017 e 2018. Constata-se, assim, que a rede de ensino do Acre concentrou a oferta de vagas da educação básica no ensino de nível médio, descentralizando quase que na totalidade a educação infantil e assistindo parcialmente o ensino fundamental.

Para o atendimento aos estudantes da rede, o sistema estadual contava em 2018 com 8.021 professores. Considerando a redução no número de estabelecimentos educacionais e de matrículas na educação básica, buscou-se verificar se houve queda também no número de docentes contratados, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Professores vinculados à rede estadual, Acre, 2005 a 2018 (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Conforme Gráfico 3, observa-se a queda no número de docentes em exercício entre 2007 e 2016 com aumento na contratação desses profissionais em 2017 e 2018. A redução do número de professores em 2007 coincide com a diminuição de estudantes matriculados na educação infantil (Tabela 1), o que pode indicar que nesse ano houve a descentralização dessa etapa educacional da rede estadual para as municipais.

O aumento na contratação de professores em 2017 e 2018 também acompanha o aumento do número de matrículas no ensino fundamental e médio na rede estadual. Com vistas a compreender a relação de trabalho dos docentes, observam-se as formas de contratação predominante no Acre, a partir da Tabela 2.

Tabela 2 – Formas de contratação de professores entre 2011-2018 (%).

	Concursado/ efetivo/ estável	Temporário	Terceirizado	CLT	TOTAL
2011	46,0	54,0	0,0	0,0	100,0
2012	37,2	61,1	0,0	1,7	100,0
2013	35,1	63,0	0,1	1,8	100,0
2014	41,8	57,1	0,1	1,1	100,0
2015	38,5	60,3	0,0	1,2	100,0
2016	22,4	76,8	0,1	0,8	100,0
2017	27,7	71,1	0,4	0,8	100,0
2018	21,6	77,2	0,1	1,1	100,0

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Depreende-se da Tabela 2 a maior proporção de contratos de trabalho temporários com crescimento progressivo atingindo 77,2% dos professores em 2018. Esses dados indicam a redução do investimento do Estado no ensino público, posto que a contratação de docentes por meio de concursos públicos arrefeceu no período compreendido entre 2011 e 2018. Os professores contratados por meio de concurso público não perfaziam metade do corpo docente

estadual em 2011 e, em 2018, não chegam a um quarto do conjunto de professores.

Ressalta-se que as reformas do Estado, implantadas a partir dos anos 1990, por meio de políticas de cunho neoliberal e pautadas nos princípios da Nova Gestão Pública, flexibilizaram as formas de contratação de professores nas redes estaduais, substituindo a realização de concursos públicos - com certa proteção social e autonomia de ensino - por admissão de professores via contrato temporário, que acarreta a retirada de direitos em relação aos concursados, aumento na carga de trabalho e instabilidade no emprego, incidindo na precarização da vida desses profissionais (VENCO, 2019).

Por conseguinte, observou-se as formas de provimento de diretores, a partir dos dados coletados na pesquisa, que indicam a prevalência de processos seletivos e eleição, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Formas de provimento de diretores entre 2005 e 2018 (%)

	Acre				
	2005	2011	2013	2015	2017
Eleição	11,3	16,1	9,3	8,0	11,9
Indicações	4,2	7,0	5,4	9,5	3,5
Sel. e Eleição	78,9	72,4	80,5	75,5	78,8
Seleção	1,4	1,0	0,0	1,5	0,4
Outra forma	4,2	3,5	1,8	2,5	1,3
Conc. Público			2,0	0,0	1,3
Sel. e indicação			1,0	3,0	2,7
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020)

Compreende-se que o provimento de diretores por meio de eleição, combinada com seleção, visa atender os artigos 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) que preconiza a gestão democrática nos sistemas educacionais brasileiros. Pondera-se, contudo, que é necessária uma análise pormenorizada dos marcos legais vigentes no Estado do Acre para compreender quais são os mecanismos de escolha e seleção adotados³. Destaca-se, ainda, que o alto percentual de professores contratados de forma temporária reduz o escopo de possibilidades de escolha da comunidade e, por conseguinte, enfraquece o caráter democrático de tal processo.

Por fim, o levantamento realizado pela pesquisa do Mapeamento não identificou um sistema de avaliação da educação básica no Estado do Acre. Conforme dados do INEP, a rede de ensino acreana apresenta um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2019)⁴ de 6,2 nas séries iniciais do Ensino Fundamental, acima da meta estabelecida (5,3). Contudo não atinge índice semelhante nos anos finais do Fundamental (4,8) e no ensino médio (3,7), situando o Estado entre aqueles com IDEB mediano, ocupando a 14^o posição no *ranking* nacional.

Privatização na educação básica no estado do Acre

A partir do Mapeamento foi possível identificar a existência de seis programas educacionais envolvendo agentes privados em parceria com a secretaria estadual de educação do Acre em curso no período compreendido entre 2005 e 2018. Os programas apontados atuam sobre as dimensões da oferta e currículo, sem incidência da ação de atores privados sobre a dimensão da gestão.

³ Não foi possível identificar os marcos legais estaduais, pois o endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Educação do Acre encontra-se sem funcionalidade.

⁴ Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

Quadro 2 – Distribuição dos Atores, Programas e Incidência Privada na Rede Estadual de Educação do Estado do Acre (2008-2018)

Nome do Programa	Instituição Parceira	Dimensão	Natureza da Instituição	Etapas/Escolaridade	Público-alvo
Prêmio Respostas para o amanhã	Samsung, UNESCO, CENPEC, Redu ca, Organização dos Estados Ibero-Americanos	Currículo	Empresas, Organização Financeira Internacional, O S, Associação	EM	Professores e estudantes
Programa Jovens Embaixadores	FedEx, MSD Inventing for Life, Microsoft, Bradesco, IBM, Boeing Brasil	Oferta	Empresas, Associação	EM	Estudantes
Escola de Ensino Médio em Tempo Integral	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura	Oferta	Instituto	EM	Estudantes
Prêmio Itaú-Unicef	UNICEF, Instituto Itaú Social	Oferta, currículo	Agências, Instituto	EF/EM	Estudantes
Associação Nova Escola – Aulas digitais alinhadas a BNCC	Fundação Lemann, Google	Oferta, currículo	Fundação, Empresas	EF/EM	Estudantes
Projeto Especial de Ensino Médio – Novo Telecurso	Fundação Roberto Marinho	Currículo	Fundação	EM	Estudantes

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. ADRIÃO et al (2020).

A partir do Quadro 2 observa-se que todos os programas e projetos têm como público-alvo os estudantes e recaem prioritariamente sobre a etapa do ensino médio. Dentre esses, dois programas tiveram início em 2005, um em 2006 e os demais entre 2014 e 2017. Assim, considerando os critérios de capilaridade e vigência e as dimensões: oferta, currículo e gestão (GARCIA; ADRIÃO, 2018), os três programas selecionados para análise foram: o Programa Jovens Embaixadores; Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e Projeto Especial de Ensino Médio – Novo Telecurso.

Programa Jovens Embaixadores

Este é um programa oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos, liderado pela embaixada estadunidense no Brasil em parceria com empresas privadas, a exemplo da Fedex, IBM e MSD e o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED.

O programa teve início em 2002 e seu público-alvo são estudantes de nível médio das escolas públicas que apresentam bom desempenho escolar. Sua implementação no Estado do Acre ocorreu em 2006.

Os estudantes selecionados, por meio de rigoroso processo seletivo, recebem uma bolsa de estudos de três semanas nos Estados Unidos. Durante a primeira semana conhecem a capital do País e, nas semanas seguintes, hospedam-se em casas de famílias americanas, em diferentes Estados, onde frequentam a escola local e conhecem a cultura e instituições públicas e privada. O programa visa oferecer,

[...] a esses excepcionais estudantes a oportunidade de expandir os seus horizontes, ao mesmo tempo em que eles nos auxiliam no fortalecimento dos laços de amizade, respeito e colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos (USEMBASSY, 2020, s/p)¹.

¹ Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/programa-jovens-embaixadores/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Os estudantes selecionados são aqueles que se destacam nos quesitos liderança, positividade, voluntariado, domínio do idioma inglês e rendimento acadêmico. Pode-se aferir que o principal objetivo desse programa é a conformação do sujeito à cultura norte americana. Além disso, seleciona entre os estudantes aqueles que se destacam nos estudos, por meio de notas, e que já possuam conhecimento em Língua Inglesa, o que exclui boa parte dos jovens, favorecendo e incentivando a meritocracia, a competição entre eles e reforça as desigualdades.

Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

O Programa de fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral é iniciativa do Ministério da Educação, criado em 2016 por meio da Portaria 1.145/2016, com o objetivo de dar suporte financeiro para os Estados implantarem escolas de tempo integral em nível médio com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este recurso pode ser utilizado tanto para custeio quanto para despesas de capital, ou seja, para melhorias na estrutura física de prédios escolares, compra de equipamentos e outros recursos materiais duráveis. Também pode ser utilizado para a compra de materiais didáticos, manutenção de espaços físicos e equipamentos e capacitação e remuneração de professores e outros profissionais da educação.

De acordo com o levantamento realizado na pesquisa, diversos atores privados colaboram com essa iniciativa, são eles: Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Sonho Grande e Instituto Natura.

No Acre, o Programa foi implementado em 2017 em 10 escolas públicas estaduais. Contudo, o portal da Secretaria de Educação do Acre encontra-se fora de funcionamento, o que dificultou a busca por informações oficiais sobre a realização desse e outros programas no Estado.

Vale ressaltar que a proposta de educação em tempo integral nas escolas brasileiras, e em outros países, tem sido foco das

políticas educacionais, orientada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como alternativa para a elevação do desempenho escolar dos estudantes em avaliações externas como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) (VENCO, 2017). O Plano Nacional de Educação 2014-2024, prevê na Meta 6 a oferta de “educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma atender, pelo menos, 25% do(a)s aluno(a)s da educação básica” (INEP, 2015, p. 99).

Projeto Especial de Ensino Médio – Novo Telecurso.

O projeto desenvolvido em parceria entre o Governo do Acre e a Fundação Roberto Marinho tem por principal objetivo “promover a aceleração da aprendizagem e a correção da distorção idade-série de alunos do ensino médio da rede pública estadual, por meio de telessalas” (IDECA, 2006, s/p)².

A partir da experiência do Telecurso 2000, o projeto especial foi estabelecido em 2005 no Acre por meio da formação de professores para atuarem em salas de aulas adaptadas, para fomentar a conclusão do ensino médio de forma aligeirada, em apenas três semestres. O público-alvo do projeto são os jovens que não concluíram o ensino médio na idade prevista em Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, qual seja dos 15 aos 17 anos.

Da mesma forma que os demais projetos, não foi possível analisar em profundidade a aplicação desse no Estado do Acre, pois o portal da Secretaria de Educação encontra-se desativado. Considera-se, porém, que a educação de jovens e adultos deve ser política pública voltada a reparar desigualdades sociais decorrentes da falta de oportunidades educacionais. Assim, realizá-la de forma aligeirada e mediada por tecnologias da

² IDECA. Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e de Ação Comunitária. Disponível em:< <http://ideca.org.br/projetos/21-fundacao-roberto-marinho-e-governo-do-estado-do-acre>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

informação e comunicação, não parece cumprir o papel de reparação de desigualdades, senão reforçá-las.

Considerações Finais

O presente texto teve por objetivo apresentar as características do sistema estadual de ensino no Acre, a partir do levantamento empreendido na pesquisa *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública* de forma a compreender as formas de privatização da educação pública em curso no Estado.

Inicialmente, constatou-se a redução do número de matrículas na educação básica ofertada na rede estadual, sobretudo na educação infantil, com quase extinção da oferta por meio da secretaria estadual de ensino. Ou seja, verifica-se a descentralização para as redes municipais.

O ensino fundamental apresentou momentos de queda e depois retomada no número de matrículas e em 2018 a rede estadual era responsável por um pouco mais da metade das ofertas de vagas. O ensino médio foi a etapa que mais cresceu em matrículas, já que as vagas no ensino público para esse nível de ensino concentram-se prioritariamente na rede estadual.

O contexto de redução do número de matrículas na educação básica culminou no fechamento de estabelecimentos educacionais, bem como, pode-se afirmar, impactou no trabalho docente, haja vista a redução do número de professores na rede estadual.

Importante ressaltar a mudança na forma de contratação desses docentes, majoritariamente realizada por meio de contratos temporários, o que indica a adesão do Estado à agenda neoliberal. Nesse sentido, indica-se a importância da realização de pesquisa para analisar em profundidade as consequências dessa forma de contratação nas relações de trabalho e na saúde dos professores.

Análise de projetos, por fim, e programas provenientes da iniciativa privada realizada em conjunto com a secretaria estadual de ensino informa que esses incidem sobre as dimensões da oferta e do

currículo, tendo por público-alvo os estudantes do ensino médio, o que se justifica, já que a etapa de maior atuação da rede estadual.

Constata-se que o Acre apresenta poucas ações de agentes privados na educação básica. Aventa-se a hipótese de que os atores privados não apresentem interesse pelas características apresentadas no Estado como número de habitantes, IDH e PIB, que o situam entre os Estados mais pobres do Brasil.

No entanto, indica-se que as formas de contratação de professores apontam o caminho escolhido pela gestão estadual para atender os princípios da Nova Gestão Pública: a redução de concursos públicos e retirada de direitos desses profissionais.

De acordo com Crosso e Magalhães (2016) a garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade passa pela valorização dos profissionais da educação. No contexto de políticas públicas educacionais estabelecidas pelo governo acriano, constata-se movimento contrário a essa garantia.

Referências

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. **Acre em Números 2017**. Disponível em:<<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ADRIÃO, Teresa et al. (coord). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil**: atores, programas e consequências para a educação pública. 2020. Disponível em:<https://www.greppet.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRAZOROTTO, Cíntia Magno; MATTOS, Rosemary. (Des)construção do trabalho docente no acordo de cooperação entre o IFSP e a SEE-SP. **Anais** [recurso eletrônico] / **XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**:

Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des)construção. João Ferreira de Oliveira, organizador, 26 a 28 de abril de 2017 em João Pessoa, PB. Biblioteca ANPAE / Série Cadernos Vol. ANPAE ISSN 1677.3802 – Vol. 45 – 2017, pp 244-248.

CROSO, Camila; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. In: **Ed. Soc.**, Campinas, v. 37, nº 134, p. 17-33, jan-mar., 2016.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Teresa (orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira:** incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015) / Teise Garcia, Theresa Adrião (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1).

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Cidades:** Amapá. Distrito Federal, DF: IBGE: 2020. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

IBGE. **Educa.** Distrito Federal, DF: IBGE: 2020a. Disponível em:<http://geofpt.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/acre.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024:** linha de base. [online]. Brasília: DF, 2015. Disponível em:<<http://bit.ly/2kW51OG>>. Acesso em 09 dez. 2019.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2008-2018).** Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da Experiência Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p. ISBN: 8522505284.

VENCO, Selma. Tempo e educação: reflexões sobre França e Alemanha. In: **Educação**: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP/ Vol. 27, n.56/ p. 592 - 610/ setembro-dezembro. 2017. eISSN 1981-8106.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre docentes de São Paulo, Brasil? In: **Cad. Saúde Pública** 2019; 35 Sup 1:e00207317.

ATUAÇÃO DE ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Cíntia Magno Brazorotto
Unicamp/Instituto Federal de São Paulo

Introdução

O presente capítulo visa sistematizar informações sobre os principais programas educacionais com presença de atores privados para o período selecionado (2005-2018) no Estado do Amapá. Apresentam-se ainda dados educacionais do referido Estado coletados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE) para a pesquisa denominada *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*¹.

Por meio de dados coletados em consulta a fontes primárias alicerçadas nas informações fornecidas pelo governo estadual, buscou-se compreender a atuação de agentes privados na educação básica do Amapá, considerando-se as seguintes dimensões: oferta, currículo e gestão (GARCIA; ADRIÃO, 2018).

Nesse contexto o presente capítulo apresenta uma análise descritiva das informações que caracterizam a educação na rede estadual amapaense, tais quais: matrículas, estabelecimentos educacionais, corpo docente e programas e projetos realizados por meio da iniciativa privada.

¹ Disponível em: < https://www.greppet.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Caracterização do Amapá

O Amapá está localizado no extremo norte do Brasil, fazendo fronteira com o Estado do Pará e dois outros países: Suriname e Guiana Francesa. Seu território se estende por 142.470,762 Km² e sua capital é Macapá. Conforme os dados coletados na pesquisa já mencionada em 2015 a população era composta por 766.679 habitantes, com estimativa de chegar a 861.773 em 2020 (IBGE, 2010). O Estado ocupa a posição de número 26 no País no que se refere ao número de habitantes, sendo um dos Estados menos populosos do Brasil atrás apenas de Roraima.

O PIB estadual em 2017 foi de 15.479.885 representando um aumento na ordem de 10,8% com relação ao registrado em 2015, de acordo com informações do governo local². A atividade econômica principal volta-se à agropecuária, seguida do setor de serviços e indústria. No total são 16 municípios amapaenses, sendo este um Estado pequeno em relação aos demais entes federativos.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), instituído pela Organização das Nações Unidas em 1990 para mensurar o bem-estar social da população, por meio de critérios como alfabetização, riqueza, taxa de natalidade etc, foi de 0,708 no Estado em 2010 (IBGE, 2010), representando um importante avanço com relação ao registrado em 2000 quando foi de 0,577. Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1 melhor o IDH, já aqueles inferiores a 0,499 são considerados baixos. O IDH brasileiro atualmente é de 0.761 e do Amapá 0,759 situando o Brasil e o Estado entre aqueles com índice mediano.

Desde 2003 o Estado é governado por Waldez Góes da Silva, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com exceção do período compreendido entre 2010-2014, quando a cadeira de governador foi assumida por Pedro Paulo Dias de Carvalho, do Partido Progressista PP, retornando ao comando de Góes da Silva (PDT) em 2015, o que

² Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1312/seplan-e-ibge-apresentam-desempenho-do-pib-dos-municipios-do-amapa>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

indica pouca alternância do poder e prevalência do governo PDT, tido como um partido com pauta voltada ao atendimento de questões sociais e defesa de forte atuação do poder estadual.

Quadro 1 – Governadores do Estado do Amapá entre 2003 e 2018

Governador	Partido	Data da Posse
Waldez Góes da Silva	Partido Democrático Trabalhista - PDT	01/01/2003
Waldez Góes da Silva	Partido Democrático Trabalhista - PDT	01/01/2007
Pedro Paulo Dias de Carvalho	Partido Progressista - PP	05/04/2010
Waldez Góes da Silva	Partido Democrático Trabalhista - PDT	01/01/2015

Fonte: Elaboração da autora a partir do Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. ADRIÃO et al (2020)

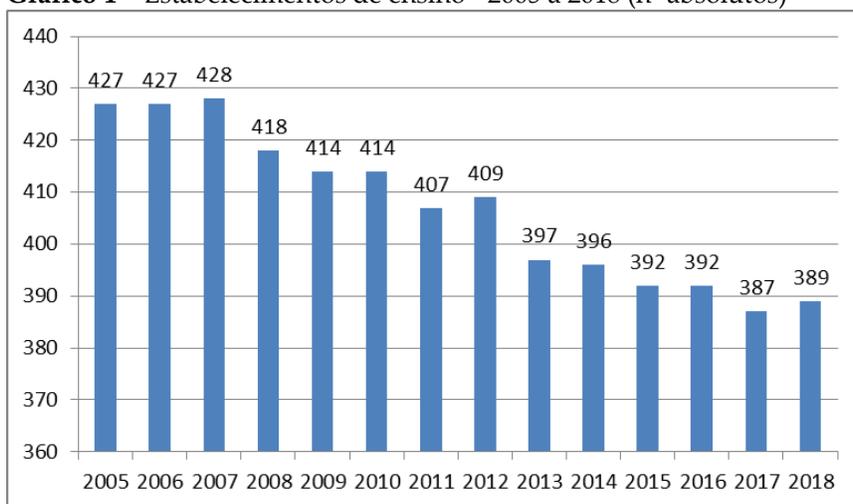
A rede estadual de ensino no Amapá

A rede estadual de Ensino do Amapá é composta por 398 escolas de ensino fundamental e médio e está regulamentada pela Lei nº 949/2005, a qual organiza o sistema e estabelece a composição e carreira dos profissionais da educação na referida rede.

A partir das informações coletadas na pesquisa foi possível observar aspectos importantes sobre a rede estadual, tais como: a evolução: no número de estabelecimentos de ensino; no número de matrículas; e número de professores. Esses dados foram articulados aos referentes às formas de contratação docente e provimento de diretores para a análise sobre a privatização da educação básica no Estado.

Observa-se, *a priori*, o número de estabelecimentos educacionais pertencentes à rede estadual, no período compreendido entre 2005 e 2018, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estabelecimentos de ensino - 2005 a 2018 (nº absolutos)



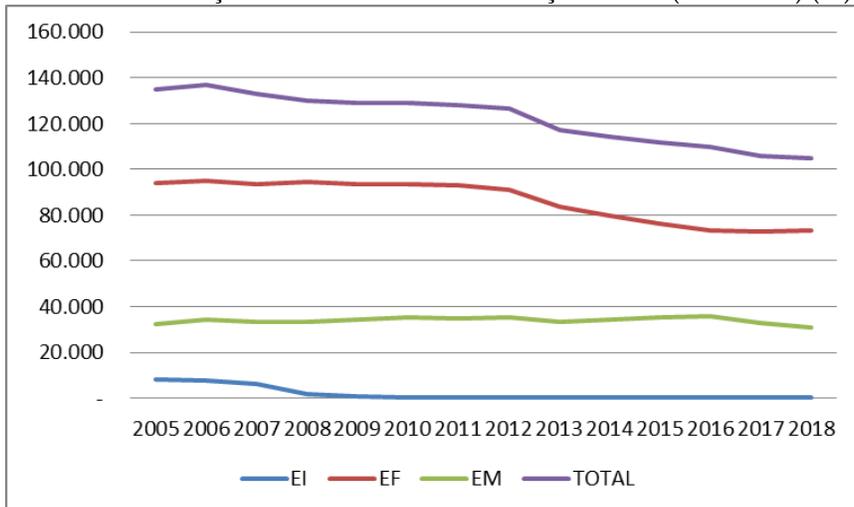
Fonte: INEP, 2005 a 2018. Elaboração da autora.

A partir do Gráfico 1 observa-se a redução do número de estabelecimentos de ensino na rede, o que pode ser justificado pela redução do número de matrículas na rede estadual, por exemplo.

Conforme dados do IBGE, em 2018 havia 705 escolas de ensino fundamental no Amapá e 141 de nível médio, isto é, somados os estabelecimentos das esferas administrativas estadual e municipal, além das escolas particulares. Assim, é possível aferir que a rede estadual perfaz 45,9% da oferta de educação básica no Estado. Quanto ao número de matrículas em 2018, o IBGE registra que foram 136.185 no ensino fundamental e 35.427 no ensino médio, dessa forma a Rede Estadual possui mais da metade dos matriculados, 60,9% (IBGE, 2020).

Buscou-se averiguar, neste contexto, a situação de matrículas entre 2005 e 2018 na rede estadual (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução das matrículas na Educação Básica (2005-2018) (nº)



Fonte: Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Constata-se a redução no número de matrículas totais na Educação Básica no Amapá, principalmente entre 2012 e 2013, com queda em todo o período até o ano de 2018. Em 2005 a rede estadual contava com 134.677 estudantes matriculados na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio regulares. Já em 2018 esse número caiu para o menor patamar da série histórica, com 104.713 matrículas, representando o decréscimo de 22% no número de estudantes atendidos por essa rede. O nível de ensino com maior registro de matrículas em 2018 é o ensino fundamental, com 73.360 alunos. Já sobre a educação infantil, pode-se aferir a partir dos dados da Tabela 1, que foi a modalidade de ensino que sofreu maior arrefecimento, com queda na ordem de 96,9% de matrículas entre 2005 e 2018.

A tabela 1 apresenta a evolução de matrículas para o período selecionado segundo as etapas de escolaridade na Educação Básica.

Tabela 1 – Evolução das matrículas na Educação Básica entre 2005 e 2018(nº abs)

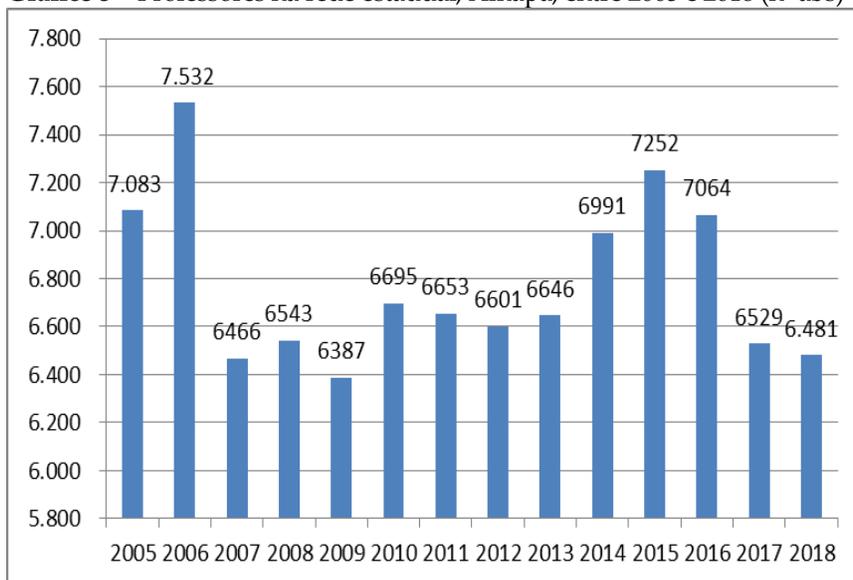
Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2005	8.204	93.887	32.586	134.677
2006	7.682	94.926	34.419	137.027
2007	6.267	93.387	33.380	133.034
2008	2.023	94.555	33.379	129.957
2009	761	93.665	34.416	128.842
2010	418	93.504	35.113	129.035
2011	446	93.140	34.603	128.189
2012	310	90.809	35.259	126.378
2013	306	83.607	33.391	117.304
2014	283	79.589	34.140	114.012
2015	239	76.176	35.294	111.709
2016	352	73.415	36.032	109.799
2017	351	72.590	32.918	105.859
2018	248	73.360	31.105	104.713

Fonte: Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Ao comparar os Gráficos 1 e 2, constata-se que a diminuição no número de estabelecimentos educacionais coincide com a redução dos números de matrículas no sistema estadual de educação. Ainda assim, no Estado do Amapá a maior parte do alunado frequenta a escola estadual.

Por conseguinte, buscou-se averiguar se houve também a redução no número de professores atuando na rede estadual amapaense.

Gráfico 3 – Professores na rede estadual, Amapá, entre 2005 e 2018 (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020)

Os dados constantes no censo escolar informam que em 2018 havia 6.481 docentes na rede estadual de ensino no Amapá (INEP, 2020). Se comparados às informações obtidas junto ao IBGE sobre o número de funções docentes no estado, ou seja, 7.221 docentes no ensino fundamental e 2.396 no ensino médio, somando 9.617 profissionais, depreende-se que a esfera administrativa estadual é responsável por 67,4% do número total de professores no Estado.

No referente à evolução do número de docentes na referida rede, verifica-se na série histórica algumas oscilações com o menor número de professores na rede em 2009 (6.387) e um crescimento considerável em 2015 (7.252), porém sem atingir o patamar registrado em 2006, quando a rede contava com 7.532 docentes. Entre 2014 e 2016, registra-se cerca de 7.000 professores atuando na educação pública estadual, com redução em 2017 em patamares semelhantes ao encontrado em 2008.

Quanto à forma de contratação de professores, a partir dos dados coletados no pela pesquisa desenvolvida pelo Greppe

constata-se que esta é, majoritariamente, realizada via concurso público (80% ou mais na maioria dos anos que compõem o período selecionado). Contudo, na Tabela 2 é possível identificar que entre 2014 e 2016, cerca de um quarto do corpo docente era composto por professores temporários, o que pode explicar, em partes, o aumento no número de professores nesse período.

Tabela 2 – Formas de contratação de professores entre 2011-2018 (%)

Ano	Concurso /efetivo/ estável	Temporário	Terceirizado	CLT	TOTAL
2011	82,05	17,85	0,10	0,00	100,00
2012	80,49	19,09	0,18	0,23	100,00
2013	82,02	17,61	0,07	0,30	100,00
2014	76,82	22,80	0,02	0,36	100,00
2015	74,37	25,52	0,03	0,08	100,00
2016	75,95	24,03	0,02	0,00	100,00
2017	80,20	19,73	0,02	0,05	100,00
2018	79,82	19,99	0,02	0,17	100,00

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020)

Já sobre a forma de provimento de diretores, verifica-se que é realizada por meio de indicação (Tabela 3), contrapondo-se aos artigos 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) que preconiza a gestão democrática nos sistemas educacionais brasileiros, inclusive por meio de escolha dos cargos de direção via consulta à comunidade.

Tabela 3 – Formas de provimento de diretores entre 2005 e 2018 (%).

	Amapá				
	2005	2011	2013	2015	2017
Eleição	0,0	1,1	1,7	1,2	2,0
Indicações	94,5	89,8	90,4	92,2	89,7
Sel. e Eleição	0,0	1,1	0,5	0,6	0,0

Seleção	1,8	1,2	1,5	1,2	3,4
Outra forma	3,6	6,8	3,8	2,4	3,4
Conc. Público			0,5	0,6	0,5
Sel. e indicação			1,6	1,8	1,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Inep, Censo Educacional 2005- 2018. Elaborado por DRABACH (2020)

Por fim, verificou-se que o índice de desenvolvimento do ensino básico (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental é o segundo mais baixo do País: 4,4. Nos anos finais é de 3,5 (24º n ranking). A partir dos dados coletados para a pesquisa do Mapeamento, compreende-se que não há um sistema estadual de avaliação da educação pública no Amapá, embora este conste entre as metas promulgadas no Plano Estadual de Educação (AMAPÁ, 2015).

Atores privados na rede estadual do Amapá

A partir do levantamento realizado pelo GREPPE na pesquisa Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública foi possível identificar a existência de seis programas educacionais envolvendo agentes privados atuando em conjunto com a secretaria de estado da educação no Amapá, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos atores, programas e incidência privadas na rede estadual de educação (2005-2018)

Nome do Programa	Instituição Parceira	Dimensão	Natureza da Instituição	Etapas/ Escolaridade	Público-alvo	Início
Escrevendo o futuro	Fundação Itaú Social,CENPEC	Currículo	Fundação,OSCIP	SI	Professores	2008
Projeto Geekie	Grupo Geekie	Currículo	Empresa	EM	Estudantes	2014
Florestabilidade	Fundação Roberto Marinho	Currículo	Fundação	EF/EM	Professores	2013
Escola Conectada	Fundação Telefônica Vivo	Oferta	Fundação	EF/EM	Professores e gestores	2017
Maratona de Tecnologia	UNICEF, Samsung	Currículo	Empresa, Organização Financeira Internacional	EF	Estudantes e professores	2018
Escola do novo saber tempo integral	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação	Currículo e oferta	Instituto	EM	Estudantes	2017

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. GREPPE (Adrião et al., 2020).

A partir do Quadro 2, constata-se que a maior parte dos projetos e programas atuam sob a dimensão do currículo (5), seguido daqueles que atuam sobre a oferta (2) e têm por público-alvo professores (4), estudantes (3) e gestores (1). Considerando os dados da pesquisa, identifica-se que apenas um programa foi implantado em 2008 e os demais entre 2013 e 2018. Por fim, os programas escolhidos para uma análise pormenorizada, a partir dos critérios capilaridade e vigência definidos pela pesquisa, foram: Projeto Escola Conectada, Escrevendo o Futuro e Florestabilidade.

Projeto Escola Conectada

O projeto Escola Conectada é desenvolvido em parceria entre governo do Estado do Amapá e Fundação Telefônica Vivo. Integra um programa mais abrangente, denominado ProFuturo, que visa desenvolver formação à distância para professores e gestores de escolas públicas de educação básica, globalmente.

O programa teve início em 2015 e continuava vigente em 2018 e tem por objetivo promover a formação digital dos profissionais da educação e o estímulo ao “desenvolvimento de competências do século XXI nos alunos, por meio da prática de metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras”¹, conforme promulgado na página oficial do programa.

A oferta de cursos é diversificada, mas todas as formações são certificadas por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). São ofertadas duas modalidades de cursos *on-line*: i) mediada, com duração de 1 mês, conta com a mediação de um tutor; ii) autoformativa, também com duração de

¹ ProFuturo. Disponível em:<<https://www.escolasconectadas.org.br/sobre>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

1 mês, porém sem a mediação de um tutor. Ambas são realizadas via plataforma Escola Conectada².

Os cursos são variados e o acesso à plataforma é realizado por meio de *login* e senha. Entre os cursos ofertados para os professores, diretores e profissionais da educação da Rede Estadual do Amapá, destacam-se:

- Inova Escola - Gestão inovadora. Com carga horária de 25 horas. Público-alvo: Gestores escolares e técnicos;

- Competência digital básica para a educação (Percurso TIC). Carga horária: 20h. Público-alvo: Professores;

- Avaliação: Para quê e como avaliar. Carga horária: 20h. Público-alvo: Coordenadores pedagógicos.

Não foi possível acessar a ementa dos cursos, pois o acesso é restrito aos profissionais da rede estadual.

De acordo com informações da própria Secretaria de Educação do Amapá, os cursos “propõem iniciativas que potencializam mudanças na educação, fortalecendo e disseminando novas práticas e conceitos construtivos para os educadores e estudantes da rede estadual de ensino”³.

Escrevendo o Futuro

O programa, de abrangência nacional, é realizado pela associação entre a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e Cultural (Cenpec) e abarca também, em diversos projetos, outros agentes como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Canal Futura e o Ministério da Educação (MEC).

² Plataforma Escola Conectada. Disponível em:< <https://www.escolasconectadas.org.br/>>, Acesso em: 03 jan. 2021.

³ Disponível em:< <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1208/escolas-conectadas-programa-oferece-vagas-gratuitas-para-cursos-nas-areas-da-educacao>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

O objetivo principal é o aprimoramento do ensino em leitura e Língua Portuguesa nas escolas públicas, por meio da oferta de cursos presenciais e à distância para professores da educação básica. Ele teve início em 2002 e tornou-se política pública em 2008, de acordo com informações no endereço eletrônico oficial do projeto⁴.

O programa Escrevendo o Futuro está vigente no Estado do Amapá desde 2008. Em conjunto com a Secretaria de Educação do Amapá desenvolve o curso de “Multiplicadores do Programa Escrevendo o Futuro no Amapá” tendo por público alvo professores de Língua Portuguesa interessados em aprimorar suas práticas pedagógicas em sala de aula. A formação foi realizada por docente da Universidade Federal do Amapá tendo em vista a preparação de professores e estudantes para a Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa.

Os cursos ofertados na plataforma on-line visam atender a Base Nacional Comum Curricular para a área de Língua Portuguesa. Assim, como no Projeto Escola Conectada, há oferta de cursos mediados e autoformativos, com carga horária que variam entre 60 e 80 horas.

Projeto Florestabilidade

O Projeto Florestabilidade, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, teve início em 2012, mas estabeleceu-se na Rede Estadual de Educação do Amapá em 2013. O objetivo principal é a formação de jovens interessados em trabalhar com o manejo florestal, por isso se estende aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará.

Por meio da formação de professores do ensino básico da rede pública de ensino, o projeto forma multiplicadores de ações de preservação ambiental através de práticas econômicas sustentáveis. Os professores multiplicadores escrevem projetos e

⁴ Disponível em:< <https://www.escrevendoofuturo.org.br/programa>>. Acesso em: 08 nov. 2008.

selecionam estudantes da rede pública para o seu desenvolvimento, com o intuito de fomentar o interesse dos jovens em profissões ligadas à preservação ambiental buscando influenciar “jovens a observarem a floresta não só em sua importância ambiental, mas em seu potencial como fonte de renda familiar e local para atuação profissional”⁵, conforme promulgado no endereço eletrônico oficial do projeto.

Considerações Finais

O presente texto teve por objetivo apresentar as principais características do sistema estadual de ensino no Amapá e identificar atores privados que atuam por meio de programas e projetos na educação básica pública, a partir dos dados coletados na pesquisa *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*.

A análise descritiva indica a diminuição do número de matrículas na rede estadual amapaense, no período compreendido entre 2005 e 2018, principalmente na educação infantil, acompanhada pela redução no número de estabelecimentos educacionais e de professores contratados, ou seja, há redução da atuação do Estado na oferta de Educação Básica.

Constata-se que a forma privilegiada de contratação docente é por meio de concurso público, indicando certa proteção social e estabilidade a esses profissionais. Em contrapartida, a forma de provimento de diretores é por indicação, contrapondo-se ao estabelecido na LDB que preconiza a gestão democrática por meio de escolha de diretores em consulta à comunidade.

Já sobre a atuação de atores privados na educação básica, verifica-se a atuação de 6 projetos distintos, que incidem sobre as dimensões do currículo e da oferta e têm como público-alvo professores e estudantes.

⁵ Disponível em: <<http://www.florestabilidade.org.br/site/o-programa/florestabilidade-na-escola/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Pode-se afirmar que em comparação a outros entes federados, como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, que o Estado do Amapá não atrai número considerável de instituições privadas para atuação na educação básica, o que pode ser justificado pelas características da população e economia, que situam o Estado entre o menos populoso no Brasil e cuja economia não é tão dinâmica como nos estados do Sudeste, por exemplo.

Referências

ADRIÃO, Teresa; et al. **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública.** 2020. Disponível em: <https://www.greppa.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao>. Acesso em: 04 jan. 2021.

AMAPÁ. Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá e organiza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo Estadual.** Disponível em: <https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025, e dá outras providências.** Disponível em: <https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705badb707c38522b2654b2deaeb8.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Teresa (orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos**

sistemas estaduais (2005-2015) / Teise Garcia, Theresa Adrião (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1).

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Cidades:** Amapá. Distrito Federal, DF: IBGE: 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2008-2018)**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE ESTADUAL DO AMAZONAS

Raquel Fontes Borghi
Unesp/Rio Claro

Este capítulo aborda os programas privados que foram ou vêm sendo realizados em parceria com a rede estadual do Amazonas, no período de 2005-2018, portanto, a temática central são os processos de privatização da educação básica no Brasil. Parte-se aqui do entendimento de que o movimento de avanço do setor privado na educação deve ser compreendido no movimento de crise e expansão capitalista, como defendem Silva Jr; Sguissardi (2001),

[...] o entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redesenham as relações entre o estado e a sociedade e reconfiguram as instituições da sociedade civil e do estado (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p. 101)

Entende-se ainda, como Borghi (2018) que os processos de privatização vêm se dando em um contexto de expropriação do direito à educação e colocando em risco a perspectiva e o ideal de universalidade da educação.

Neste capítulo, apresenta-se uma breve caracterização da educação básica no Amazonas; os resultados do mapeamento de programas e ações privados em parceria com a rede estadual amazonense no período 2005-2018 e a caracterização de um dos programas identificados do mapeamento - o Programa Google Education.

A educação no Amazonas

O Estado do Amazonas tinha, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do ano de 2010, uma população em 2015 estimada em 3.938.336 habitantes distribuídos em seus 62 municípios. Com base nos dados do IBGE (2010), o PIB/PER CAPITA no Estado do Amazonas era de R\$17.173,33 e o IDH era de 0,674. O atual governador do Amazonas é Wilson Miranda Lima do (PSC) que assumiu em 2019. Abaixo quadro 1 com os governadores do Amazonas no período do estudo (2005-2018):

Quadro 1 – Governadores do Amazonas no período 2005-2018

Nome	Período de governo	Partido
Eduardo Braga	2003-2010	PPS - PMDB
Osmar Aziz	2010-2014	PMN - PSD
José Melo	2014-2017	PROS
David Almeida	2017-2017	PSD
Amazonino Mendes	2017-2019	PDT

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da Wikipédia, 2020.

O sistema de ensino no Amazonas é constituído pelo conjunto de estabelecimentos públicos e privados, que oferecem os diferentes níveis e modalidades de ensino e demais órgãos encarregados da normatização, supervisão e avaliação das instituições educacionais de competência do Estado, como o Conselho Estadual de Educação do Amazonas. O Conselho Estadual de Educação do Amazonas foi criado em 1946 pela Constituição Estadual, art. 123, como Órgão Superior do Sistema Estadual de Educação e Ensino. Com a Lei 4024/61, o Governo do Estado mediante o Decreto nº 17 de 03.03.1962 por meio da Assembleia Legislativa o denominou Conselho Estadual de Educação, responsável pela política estadual de educação, com atribuições: **NORMATIVAS** (gera Resoluções estabelecendo normas para o Sistema de Ensino); **DELIBERATIVAS** (orienta como fazer); e **CONSULTIVA** (atendimentos realizados ao público em geral sendo

verbal ou através de documentos) (PORTAL DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, 2020).

Em relação ao atendimento à educação básica, a rede estadual atua prioritariamente na oferta do ensino fundamental e médio, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Matrículas por etapa e dependência administrativa (2005-2018)

	EDUCAÇÃO INFANTIL			ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	REDE PÚBLICA	PARTICULAR	REDE ESTADUAL	REDE PÚBLICA	PARTICULAR	REDE ESTADUAL	REDE PÚBLICA	PARTICULAR	REDE ESTADUAL
2005	100.810	23.526	274	744.556	39.082	318.544	152.797	8.844	150.523
2010	103.255	17.936	46	714.628	51.824	288.982	152.770	9.343	149.498
2015	117.079	21.274	0	665.252	58.185	242.256	179.841	9.902	175.546
2018	134.175	18.976	31	655.244	49.763	227.831	198.391	7.307	192.439

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado pela autora com base em ADRIÃO et al coord. (2018).

Pelo quadro é possível afirmar que na educação infantil é praticamente nula a atuação da rede estadual. No ensino fundamental, as matrículas estaduais vêm decrescendo no período, enquanto há um aumento nas matrículas do ensino médio na rede estadual, passando de 150.523 em 2005 para 192.439 em 2018. Cabe destacar, ainda, que a totalidade das matrículas públicas de ensino médio são estaduais – quase 97% em 2018. Já no ensino fundamental, em 2018, as matrículas estaduais representavam 34,7% do total de matrículas da rede pública.

A rede estadual possui o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). O objetivo do SADEAM é constatar, anualmente, por meio de dados estatísticos o perfil da educação amazonense. De porte destes dados, a Secretaria de Estado de Educação pode atuar nas áreas onde os mecanismos de ensino necessita avançar. A primeira avaliação foi realizada em 2008. Nesse primeiro ano, avaliou-se os alunos dos 5º

e 9º anos do Ensino Fundamental nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, e os alunos da 3ª série do Ensino Médio, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), também nessas disciplinas e em Biologia, Física, Química, Geografia, História e Língua Inglesa. Na avaliação de 2009, aplicou-se testes apenas aos alunos da 3ª série do Ensino Médio, Regular e EJA, avaliando-se conhecimentos desenvolvidos pelos alunos em Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Na edição seguinte, em 2010, repetiu-se a avaliação de 2009, relativa ao Ensino Médio, e avaliou-se o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental regular, 5º e 9º anos e alunos da EJA, das etapas equivalentes a essas.

Em 2011, quando se consolidou a parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), o SADEAM aplicou testes de desempenho para os alunos dos 3º e 7º anos do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, incluindo os alunos que estavam cursando os anos iniciais e finais da EJA (5º e 9º anos). No Ensino Médio, como nos anos anteriores, avaliou-se, na modalidade regular e EJA, Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Na edição de 2012, expandiu-se a avaliação dos alunos do Ensino Fundamental para os 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, mantendo-se a avaliação dos alunos da EJA, Anos Iniciais e Finais. Nesse ano, avaliou-se os alunos das 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e da EJA Ensino Médio em Ciências Humanas (Geografia e História) e Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química). Em 2013, avaliou-se os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental e EJA Anos Iniciais e Finais. Nas avaliações do Ensino Médio, o Sistema continuou desenvolvendo avaliações nas mesmas disciplinas, etapas de escolaridade e modalidades de ensino aplicadas em 2012. Em relação a apresentação dos resultados, estes estão disponíveis no site do SADEAM, por aluno e por escola, com acesso restrito (login e senha).

Além de permitir a verificação do retrospecto educacional de cada aluno, o novo Sistema de Avaliação serve como base, também,

para a premiação dos educadores e servidores da rede pública do Amazonas, uma vez que o Estado vem adotando políticas motivacionais aos educadores (14º, 15º e 16º salários) cujas escolas alcançarem as metas estabelecidas. (SADEAM, 2020)

Abaixo, na tabela 2, apresentamos os resultados do estado do Amazonas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A opção pelo IDEB é para que possamos visualizar os resultados do estado e do país, o que não seria possível apresentando os resultados do SADEAM que são restritos ao estado.

Tabela 2 – Resultados do IDEB Brasil e Amazonas (2005-2018)

		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	5º ano	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8
Amazonas	5º ano	3,1	3,6	3,9	4,3	4,7	5,2	5,4
Brasil	9º ano	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7
Amazonas	9º ano	2,7	3,3	3,5	3,8	3,9	4,4	4,5
Brasil	Ens. Médio	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8
Amazonas	Ens. Médio	2,4	2,9	3,3	3,5	3,2	3,7	3,5

Fonte: INEP, 2005 a 2017. Elaboração da autora.

A partir da tabela é possível perceber que os índices do estado do Amazonas estão abaixo dos índices nacionais nos anos escolares avaliados em todo o período (2005-2017). Embora ocorra um aumento dos resultados nas avaliações do estado no período histórico estudado, eles se mantêm aquém dos resultados nacionais.

Quanto à forma de contratação de docentes na rede estadual do Amazonas é possível perceber avanços no período 2011 a 2018, uma vez que em 2011 havia mais docentes temporários do que concursados/efetivos. Ao longo do período esta relação se inverte e em 2018 a porcentagem de docentes concursados/efetivos na rede estadual passa a 71,34%.

Tabela 3 – Forma de contratação de professores no estado Amazonas (2011-18) (%)

	Concursado/ efetivo/estável	Temporário	Terceirizado	CLT	TOTAL
2011	44,22	55,72	0,06	0,00	100,00
2012	55,52	44,40	0,03	0,04	100,00
2013	62,31	37,62	0,05	0,01	100,00
2014	63,71	36,28	0,00	0,01	100,00
2015	62,35	37,57	0,06	0,02	100,00
2016	79,06	20,87	0,07	0,00	100,00
2017	75,35	24,63	0,01	0,01	100,00
2018	71,34	28,65	0,01	0,00	100,00

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

No que se refere à forma de seleção dos diretores para a rede estadual do Amazonas, a maior porcentagem ao longo de todo o período 2005-2017 é a indicação, como é possível verificar na tabela abaixo.

Tabela 4 – Forma de seleção de diretores no estado Amazonas (%)

	Amazonas				
	2005	2011	2013	2015	2017
Eleição	1,9	1,4	1,9	2,9	1,9
Indicações	44,2	58,9	45,4	51,3	53,1
Sel. e Eleição	1,9	2,8	1,7	1,0	1,5
Seleção	44,2	31,2	30,3	19,8	16,9
Outra forma	7,7	5,7	5,7	3,5	5,6
Conc. Público			1,0	0,4	1,0
Sel. e indicação			14,0	21,1	20,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020).

Programas e projetos privados na rede estadual do Amazonas

A partir do mapeamento geral das dimensões da privatização – oferta, gestão e currículo - nas redes estaduais de ensino, apresentamos aqui os dados relativos ao estado do Amazonas, inicialmente, uma síntese do conjunto de programas encontrados no estado no período estudado; num segundo momento, será apresentado o Programa Google Education, o mais abrangente dentre os identificados no estado, se articularmos o *público-alvo* - estudantes e professores com as *etapas atendidas* - ensino fundamental e médio, e estava vigente em 2018.

Conforme já explicado anteriormente, nas notas metodológicas, foram levantadas informações junto ao site da Secretaria Estadual de Educação e Google de modo a identificar os programas em parceria com o setor privado vigentes no período de 2005 a 2018.

Nos quadros 2 e 3 a seguir, são apresentadas algumas informações básicas coletadas nesse processo acerca dos programas: nome do programa, dimensão da privatização (oferta, gestão, currículo), ano de início, instituições parceiras do setor privado, natureza das instituições, objetivos declarados, público-alvo e etapas de escolaridade atingidas.

Quadro 2 – Objetivos declarados dos Programas

Programa	Objetivos declarados
Amazonas Bilingue	Um projeto pioneiro que busca aprimorar a formação dos jovens que moram no Estado do Amazonas. Oportunidade de estudar inglês aos sábados, com material didático de primeira qualidade e um curso online.
Pró-engenharias e RH-TI	Acompanhar os estudantes da rede pública estadual, matriculados no Ensino Médio, e que apresentem aptidão para as áreas de exatas e tendência vocacional para seguir carreira nos vários ramos da Engenharia e também nos de Tecnologia da Informação. A iniciativa visa a preparar os alunos para ingressarem em cursos de graduação voltados para tecnologia e inovação. Um laboratório foi montado no Instituto de Educação do Amazonas, no centro de Manaus, para receber os estudantes três vezes por semana no contraturno escolar. Lá, são realizadas atividades orientadas em sete disciplinas: matemática, física, química, língua inglesa, filosofia e informática, com foco em práticas contextualizadas à área de engenharia. Durante os dois anos de programa, cada aluno participante recebe uma bolsa mensal de R\$ 190. Caso ele entre em uma graduação de engenharia, continua a receber o auxílio durante o primeiro ano de curso, e se a universidade for pública, o valor sobe para R\$ 360. Após a conclusão da graduação, se o estudante quiser continuar os estudos para seguir carreira acadêmica, fazer um mestrado ou doutorado, voltam a receber um auxílio.
PADEAM - Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas	O Programa tem por objetivo ampliar e melhorar o sistema público de educação do Estado, com o aumento da capacidade de atendimento da rede pública estadual de educação do Amazonas e favorecimento da aceleração da aprendizagem. Tais objetivos são concretizados por meio da expansão de programas como “Reforço escolar” e projeto “Avançar”. Os recursos também são empregados na qualificação profissional da rede de ensino e de assistência técnica pedagógica a professores e escolas.

Google Education	Disponibiliza a estudantes, professores e servidores estaduais o acesso gratuito a serviços e aplicativos digitais da 'gigante da internet'. O programa, que, além do Google, tem apoio da Fundação Lemann e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visa utilizar a tecnologia como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem, permitindo que professores direcionem a utilização de plataformas, como notebooks, tablets e smartphones e os recursos disponíveis no Google Educação para as tarefas pedagógicas.
Certificação ISO das escolas	Tem por objetivo certificar as escolas com o ISO de qualidade.
Conectar	Experiência pioneira com o Google para a utilização de ferramentas tecnológicas educacionais feitas para a internet pela multinacional. Uma enorme quantidade de conteúdo digital variado, incluindo livros, vídeos e aplicativos educacionais, está a disposição. Há ainda a formação continuada de professores por meio da plataforma.

Fonte: Elaboração pela autora com base em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Quadro 3 – Programas e Projetos no estado do Amazonas (2005-2018)

Nome	Ano de início	Instituições parceiras	Público-alvo	Etapa	Natureza da instituição	Vigente em 2018?
Amazonas Bilingue	2013	Aliance Group	estudantes	Ensino médio	empresa	Sim
Pró-engenharias e RH-TI	2012	Instituto TIM	estudantes	Ensino médio	instituto	Si*
PADEAM	2014	BID	Estudantes e professores	Ensino fundamental	Organização financeira internacional	Sim
Google Education	2015	Google	Estudantes e professores	Ensino fundamental e médio	empresa	Sim
Certificação ISO das escolas	2012	Consultoria Bureau Veritas Certification	Estudantes, professores e gestores	Educação infantil e ensino fundamental e médio	empresa	Si*
Conectar	2017	Google	Estudantes e professores	Si*	empresa	Sim

* Si – sem informação.

Fonte: Elaboração pela autora com base em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

A partir dos programas/projetos da SEEDUC/AM desenvolvidos com o setor privado e identificados nos quadros acima, é possível afirmar que os dois programas mais antigos são do ano de 2012 – Certificação ISO e Pró-engenharia. Dos seis programas identificados, fica evidente pelo quadro que todos continuavam vigentes em 2018, exceto o Pró-engenharia, em que não se obteve a informação.

Também é importante destacar que em relação à natureza das instituições, quatro dos seis programas são realizados por atores privados de natureza empresarial – Amazonas Bilingue, Google for Education, Certificação ISO e Conectar. Os programas Google for Education e Conectar são desenvolvidos em parceria com o mesmo ator privado – Google. Esta especificidade contraria a análise de Borghi (2018b) para a região Norte, realizada em função do mapeamento anterior para o período 2005-2015. Para a autora, naquela ocasião, nas regiões do país consideradas com melhores condições socioeconômicas, a natureza da instituição prevalecente era a empresa, enquanto nas regiões Norte e Nordeste predominavam a atuação dos Institutos. No caso específico do estado do Amazonas, considerando o mapeamento atualizado para o período 2005-2018, as empresas privadas também prevalecem.

Os estudantes são público-alvo em todos os programas, às vezes combinados com professores e/ou gestores, como no caso do programa Certificação ISO. Este também é o único programa em que a educação infantil é uma etapa atendida.

O programa Google for Education

O Programa Google Education foi escolhido para ser aqui caracterizado. Considerando que é o programa mais abrangente se articularmos o *público-alvo* - estudantes e professores com as *etapas atendidas* - ensino fundamental e médio, e ainda vigente em 2018.

O Programa Google Education ou Google Educação é resultado da parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e a empresa multinacional Google. O Programa é destinado a

professores e alunos da rede estadual de ensino do Amazonas, que podem utilizar ferramentas tecnológicas educacionais feitas para a internet pela multinacional. Em 2015, o Programa teve início no estado, com a capacitação de professores para a utilização dos novos recursos e ferramentas tecnológicas, como o Google Drive (para documentos, planilhas e apresentações), Google Agenda, Google Acadêmico, Google Books, dentre outros.

Brito (2017) explica que o Google Educação (Google for Education) é um pacote de ferramentas de produtividades gratuito para colaboração em sala de aula. Este possui vários aplicativos que podem ser usados para colaborar com o professor nas suas práticas, tais como: o formulário no qual se pode realizar as avaliações e enviar aos alunos e estes poderão fazer as atividades em qualquer lugar, bastando ter um smartphone ou computador e internet. Neste aplicativo, o professor obtém a resposta imediata da nota do aluno e, do mesmo modo, percebe onde o aluno tem mais dificuldade. Outro instrumento é o Google Sala de Aula (Classroom), em que o professor pode criar uma sala de aula virtual, onde poderá deixar o material de estudo e as atividades para os alunos, bem como tirar as eventuais dúvidas dos estudantes.

Em notícia divulgada em 2016, o então Secretário de Educação Rossieli Silva explicou que a primeira fase do programa, iniciada em abril de 2015, focou na criação de conta de e-mail para professores, técnicos e alunos, além de treinamento para a utilização dos recursos disponíveis no Google Educação. Na segunda etapa, o Google disponibilizou *Chromebooks* para os professores de 11 escolas para um projeto piloto de ensino híbrido, bem como a capacitação de todos no novo processo. (SECOM, 2019)

Brito (2017) afirma que o projeto piloto no Amazonas teve início em março de 2016 em onze (11) escolas estaduais, com apoio do Google e da Fundação Lemann. O Google disponibilizou cento e cinquenta (150) *chromesbooks* para as escolas que participaram do projeto, bem como a formação dos mediadores relacionada ao Google Educação. Segundo a autora, a Fundação Lemann realizou uma capacitação para os professores de matemática referente ao

Ensino Híbrido e o Khan Academy. A autora afirma que o projeto foi denominado Programa + Conectado e implantado no primeiro semestre de 2016 em algumas escolas-piloto. Para sua execução, houve apoio do Google, da Fundação Lemann e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O projeto foi criado com intuito de implementar o ensino híbrido, inserindo as tecnologias digitais de comunicação e informação no ensino básico. Ele visa utilizar a tecnologia como facilitadora do processo de ensino e aprendizagem, permitindo que os professores empreguem todos os instrumentos disponíveis para a educação, tais como: plataformas, softwares, notebooks, smartphones e os recursos disponíveis no Google Educação. (BRITO, 2017, p. 19)

Entendemos que não é possível tratar separadamente o Google for Education e o Programa + Conectado ou Conectar. Isto porque, conforme Brito (2017):

Para contemplar os objetivos do projeto, ele foi dividido em partes, seguindo o cronograma abaixo apresentado: Parte 1: A criação da Base Tecnológica que se iniciou em janeiro de 2016, com a criação das contas de e-mail (Gmail) dos professores que foi integrado ao diário digital, fato esse que possibilita uma maior interação entre professores e alunos. Parte 2: Inserção de tecnologias em sala de aula. Nessa etapa, o objetivo é transformar as onze (11) escolas que participam do projeto em referência quanto ao uso das ferramentas Google apps para educação, com prioridade no espaço da sala de aula, dando apoio pedagógico ao processo de aprendizagem. Além das ferramentas já apresentada aos professores, a fundação Lemann realizou uma capacitação para os professores de matemática referente ao Ensino Híbrido e ao funcionamento da plataforma Khan Academy. (BRITO, 2017, p.21)

Nesta segunda fase entra um novo ator privado, a fundação Lemann, que não havia sido identificado no mapeamento inicial, a partir dos critérios adotados e explicitados para coleta dos dados no capítulo metodológico.

Juntamente com o Google for Education e o Programa Conectar, há ainda o Selo Escola de Referência Google que consiste em uma certificação conferida pelo Google for Education em

distinção às instituições de ensino, que utilizam com excelência as ferramentas Google for Education e Chromebooks. No processo de qualificação, as escolas candidatas a receber o selo são submetidas a um processo rigoroso de supervisão para assegurar que a plataforma e os recursos disponibilizados estão sendo utilizados de forma eficientes em processos claramente inovadores. As Escolas de Referência Google, em contrapartida ao recebimento do selo, permanecem abertas e disponíveis a outras instituições de ensino que se interessem em conhecer o trabalho realizado com as ferramentas G Suite for Education e Chromebooks para tomá-los como referência. (ESCOLA,2018)

Considerações finais

É possível afirmar que há uma entrada forte da empresa Google na rede pública estadual do Amazonas. Em um curto período, a partir de 2015, se articulam o Google Educação, o Programa + Conectado e o Selo Escola de Referência Google. Neste sentido, plataforma, ferramentas tecnológicas, acesso à internet, *chromebooks*, capacitação docente e cobrança de resultados via “selo de referência” se articulam e integram a Google, a Fundação Lemann e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em um projeto-piloto que deve servir de evidência e modelo para a expansão do programa para outras redes.

Cabe destacar que poucos estudos foram encontrados em busca no Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações, com a temática do Programa Google Educação ou Google for Education. Considerando a abrangência do Programa em muitos estados brasileiros é de suma importância que sejam realizadas pesquisas acerca desta temática. Importante considerar, também, que no atual contexto da PANDEMIA do COVID19, o uso dos aplicativos do Google Educação deve ter se intensificado consideravelmente, de maneira ampla, e desordenada, com muitos cursos de capacitação docente sendo oferecidos de modo online.

Diante de um cenário atual de divulgação de crise e resultados precários da escola pública e da apresentação, pelo privado, de soluções educacionais, Ponce (2018) afirma que sem condições de sustentabilidade, a própria escola pode vir a sentir-se socorrida, em um processo cruel de perda de autonomia.

Diante da caracterização do Programa Google Educação e o entendimento de sua articulação com o Programa + Conectado e Selo Escola de Referência Google, entendemos que eles incidem na dimensão da privatização dos currículos escolares, entendida aqui como “as relações entre professor/a, estudante e conhecimento e insumos curriculares”; ou seja, “[...] a dimensão *currículo* compreendeu tanto os insumos pedagógicos, adquiridos pelo poder público, quanto a vigência de programas que incidem sobre a proposição e organização do conhecimento sistematizado na forma de conteúdos escolares, das práticas pedagógicas” (ADRIÃO, 2018, p. 74).

Sobre o entendimento de currículo, concordamos com Apple (2002), quando afirma que a educação está ligada à ‘política da cultura’, sendo o currículo, em nenhum momento, um conjunto neutro de conhecimentos, mas o resultado de uma ‘tradição seletiva’.

É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (...) sempre existe, pois, uma política do conhecimento oficial, uma política que exprime o conflito em torno daquilo que alguns veem simplesmente como descrições neutras do mundo e outros, como concepções de elite que privilegiam determinados grupos e marginalizam outros (APPLE, 2002, p. 59-60) .

Nesta perspectiva, o currículo deve ser entendido como processo em construção, permeado por lutas, embates e tensões. Neste processo de construção curricular diferentes fatores, internos e externos a escola, vão moldando, dando forma ao currículo. Concordamos com Borghi (2018b) quando afirma que atualmente o setor privado é a grande força nas disputas ao longo do processo de desenvolvimento e construção curricular.

Nesta perspectiva de avanço de estratégias de privatização no processo de construção curricular, a escola pública e seus profissionais precisam assumir o curso da educação pública e dos seus fins, que devem ser construídos e definidos coletivamente.

No contexto atual, em que ganha força a mercadorização da educação e uma perspectiva de direito individual (direito a aprendizagem), em contraposição a perspectiva de direito coletivo e universal, a gestão democrática é fundamental para possibilitar a construção de sentidos coletivos e públicos para a educação.

Referências

ADRIÃO, T. (Coord). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-15)**, 2018. Disponível em: <https://www.greppfe.unicamp.br/pt.br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ADRIÃO, T. Sobre a incidência do setor Privado nas redes estaduais de ensino no Brasil: até onde os dados chegaram e o que se toma por fazer. In: ADRIÃO, T; GARCIA, T. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais**. Curitiba, Editora CRV, 2018, p. 73- 85.

APPLE, M. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. SILVA, T. (orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BORGHI, R. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015) In: GARCIA, T; ADRIÃO, T. (orgs.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)** Curitiba: CRV, 2018.

BORGHI, R. Que educação é pública? A privatização de um direito. **Revista ECOOS**, n. 46, 2018b. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7832/4968>>. Acesso em: set.de 2020.

BRITO, Rosangela. **Formação continuada de professores de matemática analisada através de um curso em tecnologias digitais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2017.

ESCOLA século recebe selo de referência Google Education. 2018. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia/129321/escola-seculo-recebe-selo-de-referencia-google-education>>. Acesso em: out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **Resultado total Brasil**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2086233>>. Acesso em: out. de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Amazonas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>>. Acesso em: out. 2020.

PONCE, Branca. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018.

SECOM. Secretaria de Estado de Comunicação Social. **Governo do Amazonas lança segunda etapa do programa Google Educação, que insere o uso de tecnologia no processo de ensino**. Manaus, 2019. Disponível em <<http://www.aades.am.gov.br/noticia/governo-do-amazonas-lanca-segunda-etapa-do-programa-google-educacao-que-insere-o-uso-de-tecnologia-no-processo-de-ensino/>>. Acesso em: out. 2020.

SILVA JR, J.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil** – reforma do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez, 2001.

Sites consultados

https://www.grepppe.fe.unicamp.br/ptbr/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

<https://d.emtempo.com.br/economia/129321/escola-seculo-recebe-selo-de-referencia-google-education>

<http://www.aades.am.gov.br/noticia/governo-do-amazonas-lanca-segunda-etapa-do-programa-google-educacao-que-insere-o-uso-de-tecnologia-no-processo-de-ensino/>

<http://www.cee.am.gov.br/>

<http://www.sadeam.caedufjf.net/>

ATORES E PROGRAMAS PRIVADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARAENSE: intervenção e resultados

Maria Lúcia Lemos Ceccon
Unicamp

Introdução

O presente trabalho objetivou analisar três programas privados implementados na rede estadual do estado do Pará, no período de 2005 a 2018, a fim de compreender a incidência da agenda privada no setor educacional e as transformações decorrentes das relações estabelecidas entre atores privados e governo. Para a análise, utilizou-se dos dados levantados pela pesquisa “Mapeamento da Inserção do setor privado nas redes estaduais de educação (2005 a 2018)” obtidos em fontes primárias, sites oficiais, além da literatura disponível sobre a temática.

A seleção dos três programas privados, em um conjunto de 31 programas, de maior incidência levou em conta as categorias vigência, capilaridade e institucionalidade. Na análise da categoria vigência, buscou-se compreender o período temporal de atuação do programa na rede estadual; na capilaridade, sua abrangência, bem como as etapas da educação básica atendidas pelo programa, o público-alvo dirigido, como docentes, gestores, estudantes, famílias, e as dimensões da educação incididas como oferta, currículo e gestão. A institucionalidade foi considerada na seleção a partir de normativas, legislação ou documentos oficiais existentes na normalização dos programas.

As análises foram realizadas à luz da lógica gerencialista, ou Nova Gestão Pública (NGP), conforme (ABRUCCIO, 2007), que, a partir de 1995 — com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), implementado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) —, adentrou o Estado brasileiro sob a

alegação de sua incapacidade para atender as demandas do mundo globalizado (ADRIÃO; PERONI, 2005). Desde então, transformações importantes com proposituras de modernização da administração pública oriundas do ideário do setor privado, instituições, empresas, fundações, corporações privadas nacionais e internacionais ocupam grande parte das escolas públicas do país. As diferentes formas de materialização da presença privada na educação foram analisadas a partir de Adrião (2015) e entendidas como privatização da educação. O termo privatização se refere “[...] às medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (ADRIÃO, 2015, p. 8).

A participação de empresários na gestão da educação é reconhecida como um movimento global denominado governança¹, o qual, sob o *slogan* da “responsabilidade social”, passou a ocupar espaços importantes no planejamento e execução das políticas educacionais.

Importa considerar que esse movimento representa interesses políticos e econômicos e indica ser tendência em vários estados brasileiros, favorecido por aparato político-normativo e por organizações em redes de empresários locais, nacionais e internacionais, como o caso do “Pacto pela Educação do Pará” do “Todos pela Educação” entre outros.

Justifica-se o marco temporal de 2005 a 2018, selecionado para este estudo, por corresponder à vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar n. 101/2000), uma vez que pesquisas anteriores (ARELARO, 2008; ADRIÃO, 2009; 2014) sinalizaram a influência da citada lei na ampliação da destinação de recursos públicos ao setor privado.

¹ A governança educacional globalizada pode ser entendida no contexto de uma rede de desenvolvimento global, neoliberal, indicando que a ideia de parcerias com o setor privado para prover serviços educacionais encaixa-se em um projeto mais amplo de reconstituição da educação pública a ser governada como parte da construção de uma sociedade de mercado (ROBERTSON; VERGER, 2012).

Organização política administrativa do estado do Pará

No período histórico selecionado para a pesquisa (2005-2018), o estado do Pará foi governado por apenas dois partidos políticos e dois governadores, sendo que a maior parte do tempo esteve sob o comando do governador Simão Jatene, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito em três mandatos: o primeiro de 2003-2006, o segundo de 2011-2014 e o terceiro de 2015-2018. O período de 2007-2010 esteve sob a administração da governadora Ana Júlia, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Compõe esta análise uma breve bibliografia dos representantes políticos, na série histórica, consultadas em fontes² virtuais. Segundo tais fontes, Simão Robison Oliveira Jatene nasceu em Castanhal (PA) no dia 2 de abril de 1949. Formou-se em Economia em 1973 pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e concluiu o mestrado em economia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), defendendo a dissertação “Pará: Crescimento e Pobreza, a convivência perversa”. Como político, foi secretário de Planejamento do governo do Pará entre 1982 e 1985, na gestão de Jader Barbalho (1983-1987), e entre 1995 e 1998, na gestão de Almir Gabriel (1995-2003). Foi o primeiro Secretário Geral do Ministério da Reforma Agrária e, além disso, um dos fundadores do (PSDB) em 1988. Já Ana Júlia de Vasconcelos Carepa nasceu em Belém no dia 23 de dezembro de 1957. Formada em Arquitetura pela UFPA e filiada ao PT em 1982. Elegeu-se vereadora em Belém em 1992, deputada estadual em 1994 e em 1996 elegeu-se vice-prefeita de Belém, na chapa do também petista Edmilson Rodrigues. Em outubro de 2000, foi eleita vereadora de Belém pela legenda do PT. Em 2002, Ana Júlia Carepa elegeu-se senadora paraense pelo mesmo partido, e em 2006, governadora do Pará.

² Fontes: Portal FGV CPDOC (2020). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/>. Acesso em: 7 dez. 2020. Wikipédia (2020). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Simão_Jatene. Acesso em: 7 dez. 2020.

O Pará está situado na região norte do Brasil, com 1.245.870,798 km² de dimensão territorial. É o segundo maior estado do país em extensão, perdendo apenas para o estado do Amazonas. Possui 144 municípios subdivididos em seis mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense.

Figura 1 – Mapa político das regiões do estado do Pará



Fonte: CECCON (2015)

Segundo dados do IBGE, a população estimada em 2018 era de 8.5 milhões de habitantes. Apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$161.349,60 milhões em 2018 e PIB/per capita de R\$ 5.616 em 2005, R\$ 10.259 em 2010 e R\$ 18.1952 em 2018. O PIB per capita do estado é superior ao rendimento médio mensal domiciliar, que em 2018 era de R\$ 807,00, revelando a existência de uma enorme desigualdade social. O IDH do estado é de 0,646, abaixo do brasileiro que conta com um IDH de 0,761. Dado a sua dimensão territorial e décadas de descaso dos governantes, o estado registra graves problemas sociais. Como por exemplo, um dos municípios

da Ilha do Marajó possui o pior IDH do país, convive com transporte escolar precário, falta de sistema de água e esgoto, alimentação escolar insuficiente, além de desafios no atendimento à saúde e à educação (MPF, 2020).

Organização política e administrativa da rede estadual de educação do Pará

A organização do ensino público no estado do Pará remete ao início do século XX, de acordo com o programa prescrito pelo Regulamento Geral de Ensino, conforme o decreto nº 1.190, de 17 de fevereiro de 1903, adotado nos grupos escolares pelas professoras e inspetores do estado (SOUSA, 2015).

Já o Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará CEE/Pará³ foi criado pela Lei Estadual nº 2.840, de 18 de julho de 1963, e reorganizado pela Lei Estadual nº 6.170, de 15 de dezembro de 1998, que regulamenta o Sistema Educacional de Ensino do Pará, de acordo com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ele é o órgão normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Estadual de Educação do Pará.

O atendimento da educação básica no estado Pará encontra-se distribuído em dependências da rede pública e rede privada autorizadas pelo poder público. Na série história (2005-2018) em que o estudo se desenvolveu, as matrículas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio foram ofertadas pelas dependências administrativas da rede municipal, rede estadual, rede federal e rede privada.

As matrículas da educação infantil, segmentos creche e pré-escola, foram ofertadas predominantemente pela rede pública municipal, conforme pode ser observado nas Tabela 1 e 2.

³ Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/?q=node/50>.

Tabela 1 – Distribuição do número de matrículas da educação infantil, segmento creche, no estado do Pará por dependência administrativa (2005-2018) e percentual em relação ao total da oferta (%)

CRECHE								
DEPENDÊNCIA	2005		2010		2015		2018	
	Matr.	Rel. total						
Estadual	778	2	126	0,40	137	0,20	29	0,04
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	28803	88	30904	88	49228	85	66856	87
Privada	3273	10	4084	12	8794	15	10219	13
TOTAL	32854	100	35114	100	58159	100	77104	100

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Segundo dados da pesquisa conforme tabela 1, a oferta de vagas do município no segmento creche representou em média 87% do percentual total das matrículas do estado. Houve ampliação nas taxas de matrículas da creche tanto nas redes federal e municipal como rede privada, exceto na rede estadual, que seguiu em processo de desresponsabilização pela oferta desse segmento.

Quanto a oferta de atendimentos do segmento creche pela rede privada, nota-se um crescimento no percentual no período de 2005 a 2015 em relação ao total de matrículas; o qual saiu de 10% em 2005 e atingiu 15% em 2015. Em seguida, caiu para 13% em 2018, uma redução de 2% em relação a 2015. O movimento inverso é observado na dependência municipal, que sai de 88% em relação ao total de matrículas ofertadas em 2005, cai para 85% em 2015 e volta a crescer, atingindo 87% em 2018. Esse movimento causa certo estranhamento, pois provavelmente não se trata de redução de demanda uma vez que ainda estamos longe de universalizar este segmento da educação infantil.

Tabela 2 – Distribuição do número de matrículas da educação infantil, segmento pré-escola, no estado do Pará por dependência administrativa (2005-2018) e percentual em relação ao total da oferta (%)

PRÉ-ESCOLA								
DEPENDÊNCIA	2005		2010		2015		2018	
	Matr.	Rel. total						
Estadual	1792	1	326	0,10	356	0,20	45	0,0%
Federal	222	0,10%	110	0,10	77	0,00	70	0,03
Municipal	214765	8	191716	87,80	204685	88	208318	88
Privada	38723	15	26188	12,00	28573	12	28640	12
TOTAL	255502	100	218340	100,00	233691	100	237073	100

Fonte: Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. ADRIÃO et al (2020).
Elaborado pela autora.

Ao analisar o movimento das matrículas da pré-escola na série histórica, observa-se redução na oferta em todas as dependências administrativas, comparando o ano de 2005 e 2018; considerando o total das matrículas, a oferta foi reduzida em 18.429 no período. Verifica-se redução significativa em 2010, motivada provavelmente pela Lei nº 11.274/2006, que ampliou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Entretanto, nota-se também que houve mobilidade na oferta entre as dependências ao comparar 2005 e 2018. A rede municipal amplia em 4% a sua oferta em relação ao total de matrículas, enquanto a rede privada reduz 3% do total. Movimentação que pode ter ocorrido em função de maior oferta de vagas pelo poder público.

Tabela 3 – Distribuição do número de matrículas do ensino fundamental no estado do Pará por dependência administrativa (2005-2018) e percentual em relação ao total da oferta (%)

DEPENDÊNCIA	Ensino Fundamental							
	2005		2010		2015		2018	
	Matr.	Rel. total	Matr.	Rel. total	Matr.	Rel. total	Matr.	Rel. total
Estadual	354450	22	276459	18	211553	14	188173	13
Federal	3165	0,20	2129	0,10	1838	0,12	1772	0,12
Municipal	1174887	73	1170632	75	1133596	77	1121838	78
Privada	73991	5	101561	7	128100	9	128005	9
TOTAL	1606493	100	1550781	100	1475087	100	1439788	100

Fonte: Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. ADRIÃO et al (2020).
Elaborado pela autora.

Ao compararmos os dados da distribuição das matrículas no estado do Pará, tabela 3, observou-se uma redução para a série histórica no ensino fundamental de aproximadamente 1,4 milhões de matrículas. No entanto, essa redução foi bastante variada se analisarmos por dependência administrativa. Nota-se redução significativa na rede estadual, redução menor na rede municipal e ampliação significativa na oferta da rede privada. Percebeu-se que em 2005 a rede estadual representava 22% do total de matrículas, e em 2018 passa a responder por apenas 13% do total, ou seja, uma redução de cerca de 166 mil matrículas na série histórica. Ao passo que a rede municipal, embora também em movimento de redução no número de matrículas na série histórica, apresentou redução de cerca de 53 mil. E quanto ao percentual de atendimento em relação ao total, a rede municipal e a rede privada seguiram em crescimento na série histórica, saindo de 73% e atingindo 78% em 2018. Ambas as redes compartilharam quase que “igualmente” o decréscimo de matrículas das rede estadual: 5% e 4% respectivamente.

Esse quadro evidencia os processos de municipalização da educação básica no estado do Pará e o descompromisso do governo do estado com o atendimento da educação básica, sobretudo do ensino fundamental.

Interessante observar a oferta do ensino fundamental na rede privada do estado do Pará. Enquanto as demais dependências seguiram em queda no número de matrículas, a rede privada cresceu de 2005 a 2015, com pequena oscilação em 2018. Ou seja, saiu de 7% em relação ao total de matrícula em 2005, atingiu 9% em 2015 e manteve esse percentual em 2018. Pode-se associar esse movimento de ampliação da oferta privada no ensino fundamental de 2005 a 2015 com o crescimento do poder aquisitivo da população brasileira nas gestões petistas do governo federal.

Tabela 4 – Distribuição do número de matrículas do ensino médio no estado do Pará por dependência administrativa (2005-2018) (nº abs e % em relação ao total da oferta)

Ensino Médio								
DEPENDÊNCIA	2005		2010		2015		2018	
	Matr.	Rel. total						
Estadual	330007	92%	325604	91%	320070	89%	323205	90%
Federal	1580	0%	3421	1%	3990	1%	6229	2%
Municipal	411	0,11%	299	0,08%	138	0,04%	124	0,03%
Privada	27330	8%	27561	8%	35780	10%	29773	8%
TOTAL	359328	100%	356885	100%	359978	100%	359331	100%

Fonte: Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. ADRIÃO et al (2020). Elaborado pela autora.

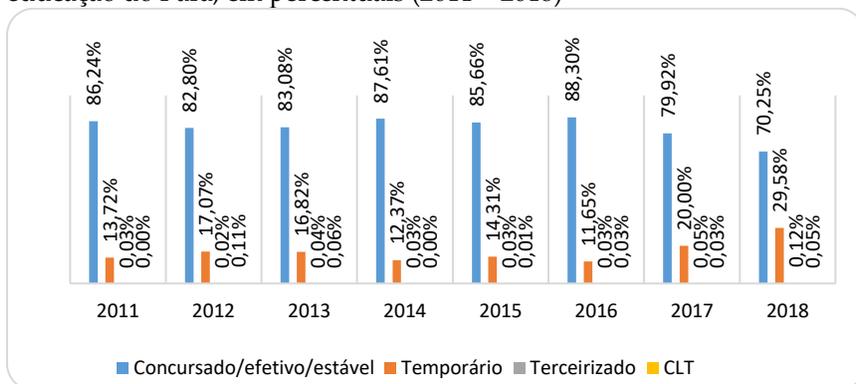
Na análise do ensino médio, observa-se que o total de matrículas se manteve praticamente estável em toda a série histórica, com pequena redução em 2010.

Se analisarmos por dependência administrativa, verifica-se uma redução na oferta da rede estadual e municipal e ampliação da oferta na rede federal e privada, se comparados os anos 2005 e 2018 a rede privada mantém os 8% de 2005 em 2018. Destacam-se os dados de 2015, quando se nota uma ampliação de 2% na oferta privada, que passa a representar 10% do total de matrículas considerando os dados anteriores e posterior de 8%. Na contramão, a rede estadual reduz sua oferta em até 4% em relação ao total das matrículas em 2015, se comparado com 2005; amplia

2% do total da oferta em 2018, mas ainda assim mantém uma redução de 2% se comparado a 2005.

Além das matrículas, outro movimento que compõe a análise refere-se às formas de contratação de professores, provimento de cargos dos diretores educacionais na rede estadual do Pará e a sistemática de avaliação. Tal análise, considerando a categoria precariedade, segundo Venco (2017), permite identificar elementos da nova Gestão Pública na educação e as transformações decorrentes, com apoio em Drabach (2018), a partir da implementação dos programas privados na rede estadual do Pará, no período em estudo.

Gráfico 1 – Formas de contratação de professores da rede estadual de educação do Pará, em percentuais (2011 – 2018)



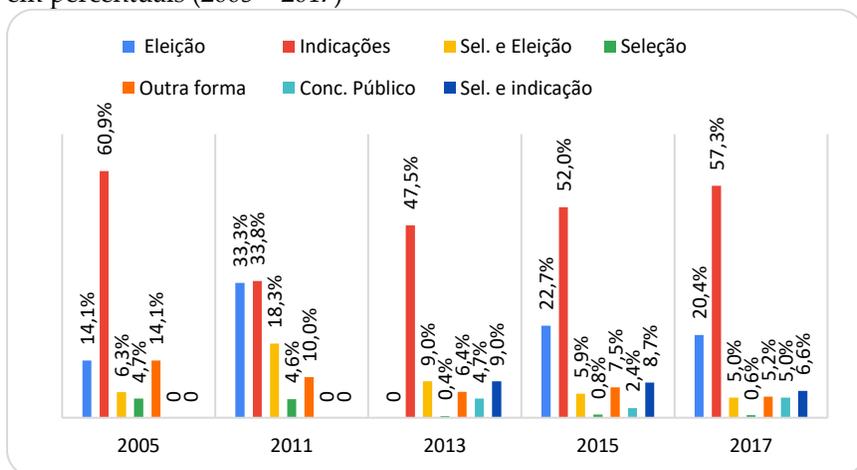
Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020)

A forma de contratação de docentes predominante na rede estadual do Pará, no período de 2011 a 2017, conforme Gráfico 1, apresenta-se por meio de concurso público, em regime efetivo, estável. Entretanto, o modo de contratação do tipo “temporário” também está presente, em maior nos dois anos finais da série histórica.

Nota-se que a prevalência de docentes concursados oscilou no período entre o índice de 86,24% em 2011 para 88,30% em 2016, maior índice de concursados na série histórica. A partir de 2016, o

percentual de concursados decresce sistematicamente, atingindo o índice de 70,25% em 2018. Ou seja, uma redução de 18,05% nos últimos dois anos da série e aproximadamente 30% do total de docentes, que deixam de ser concursados e assumem um trabalho precário que pode comprometer a saúde do trabalhador, a qualidade do ensino e, por consequência, o direito à educação. O aumento do percentual de temporários a partir de 2016 associa-se ao que Venco (2017) afirma. Para a autora, esse período inaugura etapas mais acirradas da nova gestão pública, com correspondente ampliação da precariedade nas relações de trabalho docente, o que não coube analisar nos limites desse capítulo.

Gráfico 2 – Provimento de diretor educacional na rede estadual do Pará, em percentuais (2005 – 2017)



Fonte: Inep, Censo Educacional 2005,2011,2013, 2014, 2015, 2017.Elaborado por DRABACH (2020).

Conforme os dados apresentados no Gráfico 2, observa-se que a rede estadual de educação do Pará, de forma geral, tem prevalência da indicação como forma de provimento do cargo de diretor, sendo que em 2005 e 2017 quase 60% desses são por indicação, exceto no ano de 2011, em que as formas de contratação por meio da indicação decrescem e a por eleição cresce, ambas atingindo patamares semelhantes, cerca de 33%. Neste mesmo período (2011), observa-se

um crescimento da combinação seleção e eleição, que sai de 6,3% em 2005, atinge 18,3% em 2011 e volta a decrescer sistematicamente até 2017, atingindo 5,0% percentual inferior a 2005. Até o ano de 2011 isso evidenciou o modo da gestão da governadora petista Ana Júlia, que imprimiu mudanças significativas na forma de contratação de diretor, fortalecendo a eleição, reduzindo a indicação e aumentando as formas seleção e eleição.

Os dados de 2013 revelam o modo de Gestão do Governador Simão Jatene; as indicações, que já eram a opção mais usual em 2005, com 60,9%, retomam seu crescimento nos anos subsequentes a sua segunda gestão (2011), de maneira que em 2017 mais da metade dos diretores voltaram ao sistema indicação, o que corresponde ao processo de privatização das políticas educacionais no estado do Pará, viabilizado por meio da Secretaria de Educação do Pará (SEDUC). Esse movimento de retomada do crescimento da forma indicação, apresentado por Drabrach (2018) que cita Souza (2007), sendo do tipo convencional⁴, coaduna com o Decreto nº 695 de 26 de março de 2013, o qual estabeleceu critérios para o exercício das funções de diretores e vice-diretores das escolas da Rede Estadual de Educação serem adotados pela Secretaria de Estado de Educação, rompendo com os rumos que a gestão petista imprimiu na SEDUC nos anos de 2007 a 2010, representados nos dados de 2011. Com exceção da opção que combina seleção com indicação, as demais formas de escolha de diretores, que usaram critérios meritocráticos, diminuíram na rede estadual do Pará.

Avaliação externa na educação básica do estado do Pará (2005 – 2018)

⁴ “A gestão denominada por Souza (2007) como convencional faz-se presente em escolas —cujos diretores foram indicados, onde não há conselho de escola e de classe, ou onde eles existem, mas não se reuniram mais de uma vez ao ano e onde o projeto pedagógico foi construído sem a participação dos professores, ou mesmo onde ele não existe” (SOUZA, 2007, p.203). É a forma de gestão na qual predomina a hierarquia cujo papel mais importante é o do diretor.” (DRABACH, 2018, p.45)

A avaliação externa também será objeto de análise e que tem como objetivo verificar a existência ou não de processos de avaliação externa e sua relação com os processos de privatização e implicações quanto ao direito à educação na rede estadual do Pará.

Segundo Parboni (2016), o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) foi implementado em 2013 pela Seduc, na rede estadual do Pará, como uma das estratégias do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará, materializado pelo Pacto pela Educação como política do governo estadual para mudar os indicadores da educação paraense. Ainda de acordo com Parboni (2016), ele nasce como uma ação de caráter gerencial, tendo como objetivo declarado a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis no estado do Pará, com o compromisso de ampliar em 30% a taxa do Ideb até 2017. Entre outros objetivos, destaca-se o de monitorar os programas em articulação com estado, município e escolas. (PARBONI, 2016)

O SisPAE inicialmente contou com a assessoria externa do Centro de Avaliação Externa da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF até 2013, segundo Bertagna e Borghi (2018). Em 2014, a Vunesp ganhou licitação para elaborar e aplicar as provas do SisPAE para o período de 2014 a 2016. No período de 2017 a 2018, conforme o site institucional⁵⁷, a instituição mantém a avaliação no estado do Pará.

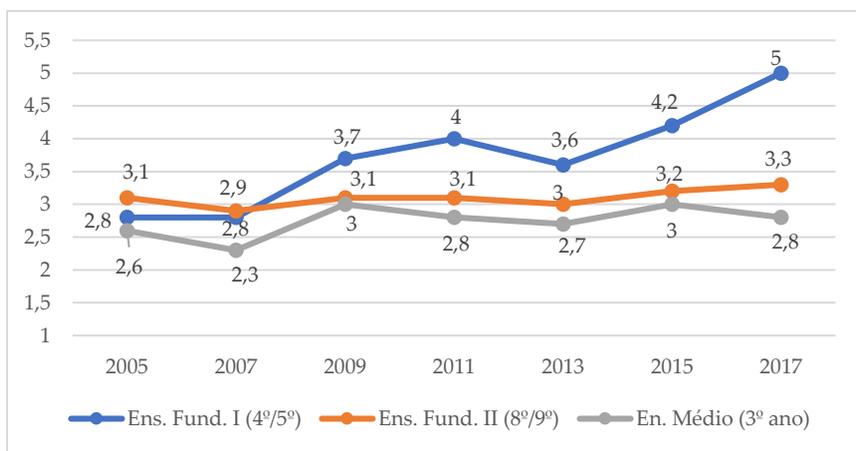
Na análise dos dados de avaliação externa, segundo mapeamento da pesquisa, Bertagna e Borghi (2018) observou expansão nesse modelo nos sistemas educacionais brasileiros e destacou a proeminência do CAEd/UFJF na assessoria para implantação em vários estados brasileiros, com apoio do governo federal e várias instituições privadas. A pesquisadora alerta com preocupação para esses avanços na promoção e elevação de índices para além do modelo de avaliação nacional já existente, de forma

⁵⁷ Vunesp – Disponível em: <https://www.vunesp.com.br/SEPA1702>. Acesso em: 7 dez. 2020.

censitária, o que sinaliza para a consolidação da lógica gerencialista na educação brasileira, com riscos aos avanços para o direito à educação.

No caso do estado do Pará, os dados da avaliação externa em que se calcula Ideb, analisados no período de 2005 a 2017, revelam que as políticas educacionais adotadas até o momento não têm contribuído para o direito à educação no estado, conforme o Gráfico 3

Gráfico 3 – Ideb, rede estadual de educação do Pará, 4º/5º, 8º/9º anos, 3º Médio e Brasil (2005 – 2017)



Fonte: Inep, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaboração da autora.

Conforme os dados do Ideb para o estado do Pará constantes do Gráfico 1, nota-se que o índice para os 4º/5º anos iniciais do ensino fundamental se manteve em crescimento de 2005 a 2017, exceto o ano de 2013, que teve queda de 0,4 pontos percentuais em relação a 2011. Saiu de 2,8 em 2005 e chegou a 5,0 em 2017, um crescimento de 2,2 na série. O 8º/9º dos anos finais do ensino fundamental manteve o índice médio de 3,1, o que permite afirmar que não houve crescimento na série histórica. O mesmo ocorre no 3º ano do ensino médio, em que se observa pequenas oscilações e retrocessos, chegando em 2017 com apenas 0,2 pontos percentuais positivos em relação ao ano de 2005. Se considerarmos 2011 a 2017,

período em que o movimento de privatização teve inserção na rede estadual do Pará, as avaliações dos 8º/9º anos do ensino fundamental cresceram apenas 0,2 pontos, resultado insignificante. Dados piores ainda foram observados no ensino médio, o qual se manteve estático, sem nenhum crescimento.

Em todo o período, nota-se que nos anos finais do Ensino fundamental e ensino médio o valor observado ficou muito aquém do previsto, demonstrando que as políticas educacionais propostas para essas séries/etapas se revelaram fracassadas, se nos ativermos a própria lógica de avaliação do SisPAE, implementado pelo Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará, materializado pelo Pacto pela Educação do Pará. A meta de elevar em 30% os índices do Ideb nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio até 2017, segundo o Contrato de Financiamento do BID, não foi atingida, uma vez que em 2013, data do contrato, o ensino fundamental contava com um índice de 3.0 e o ensino médio 2.7. Se considerarmos os 30% propostos em 2017, o ensino fundamental necessitaria alcançar 3.9 e o ensino médio 3.5, aproximadamente. O que se observa, ao final do período, foi um resultado de 3.3 para o ensino fundamental, ou seja, 0,6 a menos que o proposto, e 2.8 para o ensino médio; nesse caso, 0,7 a menos. A partir dessa análise, o que fica é uma pergunta: e agora?

Atores e programas privados na rede pública do estado do Pará (2005 a 2018): uma intervenção planejada

A participação do setor privado na educação pública do estado do Pará será apresentada neste trabalho considerando a série histórica 2005-2018, compreendida a partir das seguintes categorias: incidência, capilaridade e institucionalidade.

A incidência do setor privado na rede educacional do estado Pará destaca-se sobretudo pela inserção de diferentes atores e programas, com maior ou menor frequência, atuando nas três dimensões da privatização da educação básica: oferta, currículo e gestão.

Segundo o mapeamento realizado por Adrião (2005-2018), na série histórica selecionada, havia um conjunto de atores e programas em atuação na educação básica pública paraense, conforme dados da pesquisa apresentados no quadro 1:

Quadro 1– Atores e programas privados em atuação na educação básica pública do estado do Pará (2005-2018)

Ano Início	Programa	Instituição parceira	Natureza da Instituição	Etapas da Educação Básica	Público-alvo	Dimensões da Privatização
2011	Diagnóstico da Educação do Pará	BID	Organização Financeira Internacional	EF, EM	Estudantes, Professores, Gestores, Funcionários, Família	Currículo, Gestão, Oferta
	Contrato de financiamento da Educação Básica Paraense	BID	Organização Financeira Internacional	EF, EM	Estudantes, Professores, Gestores, Funcionários	Currículo, Gestão, Oferta
	Programa Jovem de Futuro	Instituto Unibanco	Instituto	EM	Estudantes, Professores, Gestores	Currículo, Gestão
2012	Florestabilidade	Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Social, Instituto de Educação do Brasil	Fundação, Instituto, Empresa	EF, EM	Professores, Estudantes	Currículo
2013	Pará: programa defasagem idade-ano	Fundação Roberto Marinho	Fundação	EF, EM	Gestores	Oferta

	Pacto pela educação do Pará	BID, Synergos	Organização Financeira Internacional, Outro	EI, EF e EM	Estudantes, Professores, Gestores.	Currículo, Gestão, Oferta
	Apoio a escola estadual Lar de Maria	Vivo	Empresa	Ei, EF	Estudantes	Currículo
	Trilhas de leitura	Instituto Natura	Instituto, outro	EF	Professores	Currículo
2014	Encontro diálogos sobre educação integral I	Fundação Itaú Social	Fundação, Outro	EF, EM	Estudantes, Professores	Oferta
	Projeto/programa coordenadores de pais	Fundação Itaú Social	Fundação	SI	Família	Currículo
	Curso de Formação em Frances na Modalidade à Distância	Associação de Cultura Franco Brasileira	Associação	SI	Professores	Currículo
	Seminário de Boas Práticas Pedagógicas do Programa Avaliação e Aprendizagem	Instituto Unibanco	Instituto	EM	Professores, Gestores	Currículo

	Tutoria	Comunidade Educativa, Fundação Itaú Social	Fundação, OSCIP	EF	Professores e Gestores	Currículo
	Mundiar	Fundação Roberto Marinho	Fundação	EF, EM	Estudantes, Professores, Gestores	Currículo, Gestão, Oferta
	English Access Microscholarship Program	Centro Cultural Brasil EUA	Empresa, outro	EM	Estudantes	Currículo
2015	Município-Piloto Pacto	Fundação Itaú Social	Fundação	EF, EM	Professores	Gestão
	Gestão Escolar Para Resultados	Instituto Unibanco	Instituto	EF, EM	Estudantes, Professores	Currículo
	Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos	Fundação Itaú Social	Fundação	EM	Gestores	Gestão
	Excelência em Gestão	Fundação Itaú Social	Fundação	EF, EM	Gestores	Gestão
	Programa Jovem Embaixador	Embaixada dos EUA, FedEx, Merck Sharp & Dohme, Dow Brasil S.A.,	Empresa	EM	Estudantes	Currículo

		Microsoft, United Airlines, Bradesco				
	Cinco Atitudes Pela Educação	Instituto Singularidades, Editora Moderna, Todos pela Educação	Instituto, ONG, Empresa	EF	Professores	Currículo
2016	Tuneduc	Tuneduc	Empresa	EM	Professores, Gestores	Gestão
2017	Google For Education	Inteceleri	Empresa	SI	Professores, gestores e funcionários	Gestão
	Workshop - Implementação do BNCC	Movimento pela BNCC	Associação	SI	Funcionários	Gestão
2018	Sistema Informatizado de Monitoramento Sim	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	Fundação	EI, EF	Estudantes	Gestão
	Plano De Metas- Indicadores e Avaliação	IDECA, Fundação Carlos Alberto Vanzolini	Instituto/ Fundação	EI, EF	Gestores, Professores	Currículo, Gestão

	Techcamp Pará	Embaixada dos EUA, Grupo + Unidos	Organização Financeira Internacional, Outros	EM	Estudantes	Currículo
Sem Informação	Progestão	Natura	Instituto	SI	Gestores	Oferta
	Escola de Alternância	Natura	Instituto	SI	SI	Currículo, Gestão e Oferta
	Sistema Paraense de Avaliação	Unibanco e BID	Instituto, Org. Financeira Internacional	EM	Estudantes, Gestores	Currículo
	Ingresso no Pacto	Fundação Bunge	Fundação	EF, EM	SI	Currículo, Oferta

Fonte: Elaboração da autora com base em Adrião (coord.). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/CNPq-Fapesp.

Conforme dados da pesquisa apresentados no quadro 1, nota-se a existência de 31 programas na série histórica. De acordo com a data de início do programa, e organizados numa linha temporal, foram identificados três programas iniciados em 2011, um em 2012, quatro em 2013, sete em 2014, seis em 2015, um em 2016, dois em 2017, três em 2018 e quatro sem identificação de ano de início. Embora a pesquisa considere como início 2005, é a partir do ano de 2011 que observamos o primeiro programa em atuação na educação do estado do Pará, totalizando três programas no ano, atingindo o pico em 2014 com sete programas iniciados. Depois, segue em decréscimos quanto ao início de novos programas. Quanto à vigência, observa-se que 15 programas estavam em vigência no ano de 2015, seis não mais vigentes e seis sem identificação. No ano de 2018, 14 programas aparecem em vigência, quatro não mais vigentes e 13 sem identificação.

Os programas foram implementados por 28 atores privados nacionais ou internacionais que participaram da política de educação no estado do Pará, com diferentes naturezas jurídicas, autodenominadas por eles ou pela Seduc como empresas, associações, fundações, Organização Internacional, Institutos, Organização Financeira Internacional e ONG. Participaram desse movimento desencadeado a partir de 2011, conforme quadro 1, os seguintes atores privados: duas Organizações Financeiras Internacionais: BID e Grupos + Unidos; uma Organização Internacional, quatro Institutos, sendo Unibanco, Natura, Ideca e Instituto de Educação do Brasil; cinco Fundações: Roberto Marinho, Itaú Social, Bunge e Carlos Alberto Vanzolini; Associação: Movimento pela BNCC e Associação de Cultura Franco Brasileira; uma ONG: Todos pela educação; e 11 empresas, a saber: Vivo, Bradesco, Editora Moderna, Tuneduc, Inteceleri, Centro Cultural Brasil EUA, FedEx, Merck Sharp&Dolme, Dow Brasil, Microsoft, United Airlines. Entretanto, alguns atores mantiveram protagonismos no movimento, atuando em mais que um programa, como podemos observar o caso do BID, Instituto

Unibanco, Fundação Roberto Marinho, Natura, Itaú Social, Embaixada dos EUA.

Quanto ao público-alvo, os programas se apresentaram com foco bem definido, indicando quem pretendiam atingir de acordo com a proposta a ser implementada, seja os estudantes das etapas da Educação Básica, as famílias, os gestores, ou os profissionais da educação. Às vezes, o foco estava em uma só etapa, outras vezes em duas, e até nela por completo. Conforme a pesquisa, identificou-se 19 programas com o foco nos estudantes do ensino médio, 17 no ensino fundamental, dez programas direcionados para o ensino médio e ensino fundamental, e seis sem identificação do público-alvo. Quanto aos profissionais do ensino e famílias, identificou-se que 15 programas foram direcionados aos gestores, 13 aos docentes, quatro aos funcionários, dois às famílias e dois programas sem informação do público-alvo.

A pesquisa buscou compreender também a quais âmbitos da educação básica os programas estavam direcionados, considerando, conforme Adrião (2018), que a privatização da educação pode se direcionar em três âmbitos: oferta, currículo e gestão.

Após levantamento dos dados, observou-se que os programas se direcionavam a uma, duas ou até três dimensões da educação ao mesmo tempo. Constatou-se que oito programas direcionavam sua atuação na dimensão oferta, 21 no currículo e 14 na gestão. O currículo foi a dimensão mais incidida pelos programas privados, em seguida a gestão e, por último, a oferta.

Para aprofundamento dos programas e atores privados que atuaram na educação pública do estado paraense, optou-se por selecionar apenas três programas dos apresentados no quadro 1, considerando aqueles que apresentaram maior incidência, capilaridade e institucionalidade.

Programas selecionados em atuação na educação básica pública paraense: um plano de intervenção privada?

Com o objetivo de aprofundar os estudos acerca dos processos de privatização da educação na rede estadual do Pará, nesta segunda fase da pesquisa, três programas foram selecionados a partir das categorias de análises incidência, capilaridade e institucionalidade: o Contrato de Financiamento da Educação Básica Paraense, o Pacto pela Educação do Pará e o Programa Mundial.

O primeiro programa selecionado, Contrato de Financiamento da Educação Básica Paraense, foi materializado no Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Pará - PMQEEB/PA sob o contrato Nº 2.933/OC-BR (BR-L1327), cujo marco regulatório deu-se com a assinatura em 16 de dezembro de 2013, entre governo e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O contrato tinha como finalidade declarada financiar outros programas e promover ações na rede estadual de educação paraense até 2017, com o objetivo de elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 30% no período de cinco anos.

O investimento realizado pelo BID de US\$ 200 milhões seria para melhorias na educação no estado. Em contrapartida, o governo paraense aplicaria outros US\$ 150 milhões para ampliar vagas nas escolas e melhorar a infraestrutura física dos equipamentos para melhoria da qualidade de ensino e aperfeiçoamento da gestão da rede estadual (BID, 2020).

Conforme dados divulgados em 2013 no site oficial do BID,

A construção do projeto paraense de reversão do cenário da qualidade da educação básica começou em 2011, com a identificação de indicadores e o diagnóstico da situação do ensino no Estado, quando foram identificadas e confirmadas deficiências, como aprendizagem baixa, condições de infraestrutura inadequada, alta distorção idade versus série entre os estudantes, além de poucos avanços no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador da qualidade da educação básica, desde sua criação em 2005. (BID, 2020, s/p).

O cenário apresentado pelo ator confirma os dados levantados na pesquisa, inclusive o programa Diagnóstico de Educação do Pará, realizado em 2011 e que antecede o Contrato de Financiamento. O Diagnóstico também foi executado em parceria com o BID, o qual também emitiu parecer da educação pública estadual do Pará com base em indicadores quantitativos (Ideb) e por meio de identificação da situação precária da rede estadual quanto a infraestrutura e alta distorção idade-série. Chama a atenção o fato de o BID, uma organização financeira internacional, participar do programa Diagnóstico da educação do Pará e da proposta de solução como financiador, apoiado também pela Synergos, outra instituição internacional, com o “Contrato de Financiamento da Educação Básica Paraense”.

Cabe observar que o diagnóstico seguido desse Contrato tem início no ano de 2011, o mesmo em que o governador Simão Jane (PSDB) retorna ao governo do estado do Pará, após o mandato de Ana Júlia (PT). Simão Jatene já havia sido governador na gestão de 2003-2006, o que possibilita pensar que, para a nova gestão, trouxe na bagagem um plano combinado com o setor privado representado pelo BID, Synergos, empresários, fundações, instituições e governo para ocupar a educação pública do estado e acessar aos recursos públicos.

Pode-se afirmar que o programa teve grande incidência na educação paraense. Atingiu as três dimensões da privatização (oferta, currículo, gestão), todos os profissionais da educação (docentes, gestores, estudantes, funcionários) e famílias das etapas do ensino fundamental e médio.

Na dimensão da oferta, o programa atuou com parcerias para os anos finais do ensino fundamental e médio à distância e bem como do ensino integral. Já na dimensão currículo, o programa foi responsável pela introdução de materiais pedagógicos elaborados pelo setor privado parceiro; introdução de mecanismos de avaliação de estudantes afim de verificar resultados; capacitação de docentes, gestores, estudantes e famílias; inserção de atividades de enriquecimento curricular, entre outras. Na dimensão da

privatização da gestão, entendida nos âmbitos gestão da educação e gestão escolar, conforme (Adrião 2018, p. 18) *“Em um e outro caso trata-se da delegação pela esfera pública, dos processos relativos às tomadas de decisão sobre os fins da educação e os processos necessários ao seu atendimento.”*, os atores privados atuaram, com 14 programas. Essa dimensão foi considerada de grande relevância no Contrato de Financiamento, visto que foi foco no objetivo declarado do programa, com a indicação de ações para o que chamou de melhoria da qualidade de ensino e aperfeiçoamento da gestão da rede estadual.

Dada a característica do programa “Contrato de Financiamento da Educação Básica Paraense”, pode ser considerado como um programa guarda-chuva, isto é, por ser proponente e agregador de outros programas/ações que foram desenvolvidos por parceiros privados, outras instituições e universidades, ao longo da série histórica estudada. Observou-se também, como sustentação para o Contrato de Financiamento da Educação Básica, a presença da velha estratégia privatista: inicia-se com o diagnóstico que (re) identifica os problemas do sistema e apresenta a proposta do setor privado como solução.

Podemos entender esta estratégia de privatização da educação básica paraense como um plano de intervenção privada, articulado e combinado de transferência de recurso público ao setor privado, que visa atender a vários interesses dos membros da aliança. Parte do diagnóstico centrado nas competências do aluno, desconsiderando o contexto social, e propõe uma educação tecnicista, como diz Freitas (2012) ao citar Saviani (1986), chamada de modernização da gestão, ou seja, gestão por resultados. Essa estratégia de aliança público-privada na educação associa-se ao já descrito por Daine Ravich (2011) como reformadores empresariais, traduzido e citado por Freitas (2012) sobre a educação americana:

Corporate Reform, assim são chamados os reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, em termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch (2011). Ele reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas

e pesquisadores, alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Naquele país, a disputa de agenda entre os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação vem de longa data (FREITAS, 2012, p. 380).

Como forma de agregar o setor privado interessado, o **Pacto pela educação do Pará (PPEP)** foi o segundo programa selecionado como de maior incidência, capilaridade e institucionalidade na educação paraense, no período selecionado para a pesquisa. Foi lançado em 26 de março de 2013, articulado pelo BID, e consistiu numa aliança público-privada conduzida pela organização internacional Synergos, a qual agregou os empresários, o governo e a sociedade civil com o objetivo declarado de buscar a melhoria da qualidade da educação básica do estado do Pará, com base em ações voltadas para a qualidade do ensino, aperfeiçoamento do currículo e infraestrutura escolar. Ao governo coube também criar as normativas legais para a institucionalização da relação.

O Programa teve incidência na educação básica e envolveu todas as escolas da rede estadual e grande parte da rede municipal de ensino, com vigência de 2013 a 2017. Teve como público-alvo estudantes, docentes, gestores e famílias.

Segundo o BID (2003), o programa inova ao compartilhar as iniciativas com diferentes níveis de governo — municipal, estadual e instituições parceiras junto à Secretaria da Educação (SEDUC), que apoiou as estratégias para definição do Pacto. No âmbito da gestão da educação básica, observou-se que alterações profundas foram introduzidas na estrutura educacional. Ocupam áreas estratégicas como avaliação, contratação de profissionais e formação, incorporando a lógica do mercado nas ações do cotidiano dessas escolas como a gestão por resultados; formação profissional com base nos princípios do mercado; alteração nos critérios de seleção dos gestores escolares de forma técnica; criação de avaliação externa; ampliação do controle com a justificativa de

modernização dos sistemas de gestão; e a criação do sistema de bonificação, declarado da seguinte forma:

Entre outras ações, a iniciativa prevê a implantação do sistema de avaliação do estado; a integração e expansão dos programas de recuperação para séries focalizadas; a criação de um módulo de formação de profissionais da Educação na Escola de Governo; o estabelecimento de critérios técnicos para a seleção de gestores escolares; a implementação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional; a modernização dos sistemas de gestão da Secretaria de Educação e a criação de uma política de incentivos baseada em resultados (BID, 2013, n.p.).

Para assegurar a institucionalidade da política de parceria, o governo paraense instituiu o Comitê de Governança estadual e os Comitês de Governança regionais do Pacto pela Educação do Pará por meio do decreto n.º 694 de 26 de março de 2013.

Entendendo o pacto como desdobramento do Contrato de Financiamento da Educação Básica Paraense, sua incidência objetivou, além da oferta e da gestão, o currículo, como a inclusão de elementos socioemocionais na matriz curricular a fim de promover habilidades interpessoais como a responsabilidade, a comunicação e a criatividade, apoiados pelo BID (2013) e, segundo ele, essenciais para a vida e úteis aos futuros jovens profissionais.

Mundiar foi o terceiro programa selecionado com maior incidência, capilaridade e institucionalidade na educação paraense. O programa foi executado a partir de 2014 pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) em parceria com a Fundação Roberto Marinho e com Financiamento público por meio do Contrato de Financiamento com o BID. Teve como objetivo declarado corrigir a distorção escolar idade/ano entre os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio e de reduzir a repetência e evasão de alunos da rede pública de ensino por meio da aceleração da aprendizagem.

Segundo dados do programa Mundiar no estado do Pará, em 2017 ele abrangia 105 municípios e contava com 53.072 alunos atendidos. Em 2018 contava com cerca 10.000 alunos matriculados.

O programa tinha como público-alvo estudantes, professores e gestores das redes públicas.

As estratégias do programa Mundiar atuaram nos três âmbitos da privatização da educação básica: oferta, currículo e gestão. Para promover o ensino, utilizou-se o formato telecurso, metodologia de Telessala segundo a Fundação Roberto Marinho, com base em currículo próprio comum nacional, kits didáticos próprios, contratação de professores específicos para o programa, denominados Unidocentes, e financiados com recursos do BID (MUNDIAR – PARÁ (2020).

Atuou também na formação de professores, técnicos e gestores participantes do programa por meio do Comitê Gestor Multidisciplinar do Mundiar, segundo o Relatório de Gestão 2017 e REDEPARÁ (2018). Em 2017, o programa já havia capacitado 1.186 professores do ensino fundamental e médio. O programa Mundiar incorporou o programa anterior “Defasagem-idade ano”, também em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Considerações Finais

O estado do Pará, 2º maior estado do país em dimensão territorial, contou em 2018 com um PIB de 18.952 reais. O PIB per capita do estado foi superior ao rendimento médio mensal domiciliar, que em 2018 era de R\$ 807,00, o que revelou a existência de uma enorme desigualdade social, apresentando-se como um grande desafio para o poder público.

Nos quatro últimos mandatos de governador do Pará apenas dois governadores administraram o estado: Simão Jatene (PSDB) e Ana Júlia (PT), sendo que Simão Jatene esteve por três mandatos e Ana Júlia por um. O primeiro mandato de Jatene, de 2003 a 2006, não foi identificado nenhum programa privado. Porém, no seu retorno em 2011, iniciou um processo radical de privatização da rede estadual de educação. De 2011 a 2018, a Seduc contou com 28 atores privados e 31 programas atuando nas três dimensões da educação: oferta, currículo e gestão. Constatou-se que 8 programas

direcionavam sua atuação na dimensão oferta, 21 no currículo e 14 na dimensão da gestão. O currículo foi a dimensão mais incidida pelos programas privados, seguido da gestão e por último a oferta.

Para melhor aprofundamento das categorias apresentadas, foram selecionados 3 programas com maior incidência, capilaridade e institucionalização. Os programas privados selecionados para análise, em atuação na rede pública do estado do Pará, foram: Contrato de Financiamento, Pacto pela educação do Pará e Mundial. De certa forma os três programas estavam interligados numa relação que ousou chamar de promíscua. A partir da análise dos três programas, foi possível observar como se estruturou a privatização das políticas da educação pública do Pará, envolvendo as três dimensões currículo, gestão e oferta, cuja incidência e capilaridade alterou significativamente a estrutura da educação do estado do Pará.

Em 2011, na gestão João Jatene, o governador e o BID, assessorado pela Organização Internacional Synergos, realizaram o que chamou de identificação de indicadores e diagnóstico da rede estadual paraense como justificativa para realizar o maior financiamento numa intervenção privada já feita por um ente da federação do Brasil. O Programa articulou uma intervenção planejada e combinada, numa aliança entre setor privado e governo, no qual possibilitou a transferências dos recursos públicos da educação.

Após constatar no diagnóstico o que todos já sabiam — quanto a dificuldade de estrutura das escolas e de aprendizagem dos alunos da rede estadual de educação do estado do Pará, decorrente de pouco investimento histórico na rede e da grave situação social enfrentada no estado, numa relação que ousou chamar de promíscua —, o BID, com a promessa de ampliar em 30% o IDEB no período de sete anos, vendeu um pacote gerencial com base em resultados que prometeu melhorar a qualidade da educação no estado.

O pacote gerencial do BID continha a receita para a abertura da rede pública ao setor privado, o qual propunha: a) criação de um Sistema de Avaliação; b) a integração e expansão dos programas de

recuperação para séries focalizadas; c) criação de um módulo de formação de profissionais da Educação na Escola de Governo; d) o estabelecimento de critérios técnicos para a seleção de gestores escolares; e) modernização do sistema de gestão da Secretaria; e f) criação de uma política de incentivos baseada em resultados.

Todas essas ações empreendidas com apoio da Synergos e BID foram materializadas por meio do segundo programa de maior incidência, o Pacto pela educação do Pará. Esse representou o acordo entre instituições privadas, empresas e governo para a materialização das estratégias do plano.

O terceiro programa identificado foi o programa Mundial, também parte do Pacto, financiado pelo BID com grande incidência, capilaridade e institucionalidade. O programa foi ofertado pela Secretaria Adjunta de Ensino e tinha como principal ator parceiro a Fundação Roberto Marinho, que na ocasião pós-financiamento do BID, compreendendo o item “b” do pacote gerencial, incorporou o programa anterior “Defasagem - idade ano” ao Mundial para o atendimento de alunos do 6º ao 9º anos e do ensino médio.

Avaliando o processo de privatização das políticas da rede estadual paraense a partir do programa de investimento do BID – materializado por meio do Pacto pela Educação do Pará e articulado com o governo e com os 28 atores privados que propunham aumentar em 30% os índices do IDB de 2011 a 2017 – , esse não logrou êxito. Nos 8º/9º anos o Ideb cresceu apenas 0,2 pontos, enquanto no ensino médio manteve-se estático, sem nenhum crescimento. Em todo o período, nota-se que nos anos finais do Ensino fundamental e ensino médio o valor observado ficou muito além do projetado, demonstrando que as políticas educacionais propostas para essas séries/etapas se revelaram fracassadas, considerando a própria lógica do sistema de avaliação implementado.

Referências

ADRIÃO e PERONI (org.) **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e Sociedade**. Xamã, São Paulo, 2005

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. Tese Livre Docência. 2015.

ADRIÃO, T. *et al.* **Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação**. Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao. Acesso em: 1 nov. 2020.

ARELARO, Lisete. **A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas**. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Orgs.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66

BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. **Sistemas de avaliação dos estados no Brasil: avanços do gerencialismo na educação básica**. Teias (Rio de Janeiro), v. 19, p. 48-62, 2018.

BID BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Pacto pela Educação no Pará é lançado com o apoio do BID**. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/pacto-pela-educacao-no-para-e-lancado-com-o-apoio-do-bid>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CECCON. E. C. **Destinos dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino: mapeamento dos repasses para o setor privado em Minas Gerais e Pará**. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

DRABACH, N. P. **Gestão da educação pública no Brasil: Amazônia UFAM**, v. 2, p. 56-68, 2018

FREITAS, L. C. de Os Reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379 – 404, abr. /jun. 2012.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Mundiar - Pará**. Disponível em: <https://frm.org.br/acoes/telecurso-mundiar/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ideb - Resultados e Metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUSA, C.M.P. **Fragmentos da História da Educação no Pará no Início do Século XX**: Instituto Gentil Bittencourt, Origem, Organização e Concepções Pedagógicas. Celita Maria Paes de Sousa/ Universidade Federal do Pará Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 62, p.144-156, mai2015– ISSN: 1676-2584.

PARÁ. **A Educação no Pará**: documentário. Belém: SEDUC, 1987.

PARÁ. **Decreto nº 694** de 26.03.2013. Institui o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do Pacto pela Educação do Pará, e dá outras providências.

PARÁ. **Decreto nº 695** de 26.03.2013. Estabelece critérios para o exercício das funções de Diretores e vice-diretores das escolas da rede Estadual de Educação de ensino a serem adotadas pela secretaria de Estado de educação e dá outras providências.

PARÁ. **Lei nº 7.441**, de 2 de julho de 2010. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Diário Oficial. Pará, 02 de julho de 2010.

PARÁ. **Decreto nº 5.385** de 4 de março de 2005. Institui o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal - CGP e dá outras providências.

PERBONI, F. **Avaliações Externas e em Larga Escala nas Redes de Educação Básica dos Estados Brasileiros** / Fabio Perboni. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016 xviii, 268 f.

REDEPARÁ. **Projeto Mundial forma 376 profissionais de educação**. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/173442/projeto-mundial-forma-376-profissionais-de-educacao>. Acesso em: 2 nov. 2018.

REDEPARÁ. **Decreto nº 713**, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa de Parcerias PúblicoPrivadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL **Em Melgaço (PA), o pior IDH do Brasil, audiência pública mobiliza moradores para debate sobre direitos dos cidadãos**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/em-melgaco-o-pior-idh-do-brasil-audiencia-publica-mobiliza-moradores-para-debate-sobre-direitos-dos-cidadaos>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MUNDIAR _ PA | FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Encantar, atrair – isso é mundial. O programa de aceleração da aprendizagem no Pará atende estudantes do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio**. A defasagem idade-ano é um dos principais desafios da educação no estado e no país. Disponível em: <https://frm.org.br/acoes/telecurso-mundial/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out-dez. 2012.

Relatório de gestão 2017. Belém, Pará. Disponível em: http://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/relatorios/Prest_Contas_2017/SEDUC/1.8.%20Anexos%20do%20Of%C3%ADcio%20N%C2%BA%20020.2018%20-%20Vol.%208.pdf Acesso em: 2 ago. 2020.

VENCO, S. B. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. **Crítica e Sociedade**. v. 6 n. 1 (2016).

REDE ESTADUAL DE ENSINO DE RONDÔNIA E AS INCIDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO ENTRE 2005 E 2018

Danielle Batista Cardoso
Universidade de São Paulo

Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Universidade de São Paulo

Introdução

O capítulo sistematiza informações referentes ao Estado de Rondônia obtidas na pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)”, analisando a incidência de atores privados em programas na rede estadual de ensino. Apresenta-se breve caracterização do estado com destaque para a oferta de Educação Básica na rede estadual rondoniense; em seguida são identificadas as estratégias de privatização que incidem sobre educação básica pública estadual de Rondônia. Por fim, selecionaram-se, de acordo com o escopo da pesquisa apresentado em “Notas Metodológicas”, três programas de maior vigência e capilaridade para apresentação e análise.

Caracterização socioeconômica do Estado de Rondônia

O estado de Rondônia situa-se na região Norte do Brasil fazendo divisa com os estados de Amazonas, Mato Grosso, e Acre (IBGE, 2020), além de possuir fronteira com a Bolívia. Sua área territorial é de 237,7 mil km², o que o coloca no 13º lugar entre os estados brasileiros (IBGE, 2020). O estado originalmente foi criado

como Território Federal do Guaporé¹, em 1943, pelo Decreto Lei no 5.812 de 13 de setembro daquele ano. Em 1956 seu nome foi alterado para homenagear o Marechal Cândido Rondon. O território federal foi elevado a Estado em dezembro de 1981, pela Lei Complementar 41, assinada pelo último governante da ditadura militar, General João Batista Figueiredo.

O estado, segundo dados do último censo demográfico em 2010, apresentava população de 1.562.409 habitantes, o que o colocava como um dos cinco estados menos populosos do Brasil, em 23º lugar, seguido de Tocantins, Acre, Amapá e Roraima, todos na Região Norte brasileira (IBGE, 2010). Com uma densidade demográfica de 6, 58 hab./km², ocupava a 20ª posição entre os estados brasileiros neste quesito (IBGE, 2010). Em 2018 a população estimada era de 1.757.589 habitantes, distribuídos em 52 municípios. As estimativas populacionais em 2020 indicaram elevação discreta no número de habitantes para 1.796.040 pessoas (IBGE, 2020).

Em 2010 o PIB *per capita* do estado era de R\$13.632,00 e o Índice de Desenvolvimento Humano era 0,690, considerado médio, na 13ª posição nacional. (PNUD, 2010).

Rondônia em 2020 é governado pelo Coronel Marcos Rocha, que tomou posse em 2019, filiado ao Partido Social Liberal. O quadro 1 sistematiza as informações sobre o Estado de Rondônia para o período de realização da pesquisa, incluindo o mandato iniciado em 2019.

¹ O mesmo decreto criava os territórios Federais do Amapá (elevado a Estado pela Constituição de 1988); do Rio Branco (que deu lugar a Roraima, elevado a Estado também em 1988); de Ponta Porã e Iguassú, ambos extintos pela Constituição de 1946. Ponta Porã localizava-se em território do estado do Mato Grosso do Sul e Iguassú em território do estado de Santa Catarina.

Quadro 1 – Governadores do Estado de Rondônia para o período 2003-2018 e mandato atual (2019-) por mandato ou período no governo, nome e partido político

Mandato/período de governo	Governador	Partido Político
2019-	Coronel Marcos Rocha	Partido Social Liberal- PSC
2018-2018	Daniel Pereira	Partido Socialista Brasileiro-PSB
2015-2018	Confúcio Moura	Partido do Movimento Democrático Brasileiro -PMDB
2011-2014	Confúcio Moura	
2010-2011	João Cahulla	Partido Popular Socialista-PPS
2006-2011	Ivo Cassol	Partido Popular Socialista-PPS/ Partido Progressistas-PP
2003-2006	Ivo Cassol	Partido da Social-Democracia Brasileira -PSDB Partido Popular Socialista-PPS (2005)

Fonte: Governo do Estado de Rondônia-portal da transparência, 2020.Elaboração das autoras.

O governo de Rondônia no período em foco (2005-2018) esteve sob a responsabilidade de quatro governadores, dois dos quais por períodos curtos, uma vez que se retiraram da gestão para concorrer a pleitos legislativos. Governaram por mais tempo Ivo Cassol, do PSDB e, posteriormente, PPS e PP, eleito por dois mandatos seguidos entre 2003 e 2011; e Confúcio Moura, do PMDB, também eleito por dois mandatos (2011 a 2018). As duas gestões compõem todo período em estudo, com apenas dois intervalos de um ano quando assumiu o vice-governador João Cahulla (2010 a 2011) e, posteriormente, Daniel Pereira que governou o estado em 2018.

A proposta de governo de Confúcio Moura apresentada para o segundo mandato (2014) destacava que em sua gestão anterior, iniciada em 2011, foram realizados investimentos importantes na área da saúde, educação e assistência social. Como desafios para o próximo período o documento enumerava quatro itens: ajuste fiscal; pacto com o funcionalismo em relação aos ajustes salariais;

consolidar o se designava como “desenvolvimento inclusivo”, sobretudo nas áreas de saúde, educação, segurança, esporte e gestão; e promoção de mudanças na administração pública, superando padrões burocráticos (PMDB, 2014)

O documento avaliava que durante o primeiro mandato de Moura houve melhorias na educação: reformas de infraestrutura física das escolas; implantação da gestão democrática, com escolha de diretores pela comunidade escolar; repasses de recursos diretamente às escolas; redução da distorção série-idade; implantação de escolas-polo temáticas e fortalecimento do ensino médio e profissional. Para o novo mandato, além do fortalecimento das medidas em curso, mencionava a expansão de escolas de tempo integral para 20 escolas; criação de universidade estadual; fortalecimento do ensino médio; e fortalecimento do programa Escola de Cara Nova, que objetivava melhoria da infraestrutura física das unidades escolares (PMDB, 2014).

Ao final do segundo mandato de Moura, a imprensa contabilizou o cumprimento das propostas apresentadas em campanha e formalizadas junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Em educação, apenas a criação da universidade estadual consta como não cumprida. No campo da economia todas as propostas foram implementadas e em relação à administração pública, apenas a promoção do funcionalismo por mérito foi cumprida (G1, 2018).

A reforma administrativa proposta para o estado de Rondônia durante as gestões de Confúcio de Moura pode ser caracterizada como referenciada no modelo gerencial de administração com proposta de ajuste fiscal, incorporação de medidas competitivas e redução da máquina pública brasileira tal com a literatura sobre o tema indica, a exemplo do trabalho de Paula Paes (2005).

A Educação Básica no estado de Rondônia

Segundo a página oficial do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (RONDÔNIA, 2012), o sistema estadual de ensino tem

suas origens antes da elevação a estado pelos decretos já mencionados:

Decreto n.490, de 1º de dezembro de 1966, criado, em caráter provisório, norma essa, que dispunha sobre a sua organização e suas competências de caráter normativo, porém este Órgão foi extinto pelo Decreto n. 533, de 10 de outubro de 1967. Em 21 de janeiro de 1976, por meio do Decreto n. 774, o Conselho Territorial de Educação de Rondônia, foi reinstituído. Este Decreto regulava sua composição, seu funcionamento e suas atribuições, predominando nestas, também o caráter normativo que predominou na criação dos conselhos estaduais. Funcionou, por cinco anos, como órgão territorial. Considerando a Criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar n. 41, de 22 de dezembro de 1981, o Conselho foi elevado à categoria de Órgão Estadual, passando a denominar-se Conselho Estadual de Educação de Rondônia. Hoje conta com trinta e dois anos de existência (RONDÔNIA, 2020, n. p.).

O CEE de Rondônia é composto por 37 conselheiros e tem como presidente Horácio Batista Guedes, eleito para os anos de 2020-2022. Durante o período de pesquisa, o Conselho foi gerido com estabilidade, não havendo rotatividade significativa, uma vez que foi o presidente do colegiado por todo o período a professora Francisca Batista da Silva que permaneceu por 17 anos como presidente do conselho (RONDÔNIA, 2012b).

A Secretaria de Estado da Educação do Estado de Rondônia (Seduc/RO), tem sua estrutura básica e competências definidas pela Lei Complementar Nº 965, de 20 de dezembro de 2017 (RONDÔNIA, 2018).

Segundo indica a Secretaria de Estado da Educação, SEDUC, a rede estadual de ensino:

Possui 405 escolas autônomas e vinculadas com aproximadamente 190.846 alunos e cerca de 17.600 servidores entre professores, analistas e técnicos escolares. São 405 diretores de escolas distribuídos em 18 Coordenadorias Regionais de Ensino (CREs), que se agrupam em Polos Regionais. (RONDÔNIA, 2020, n.p.).

Importante registrar que dentre as escolas estaduais há a unidades que passaram a ter sua gestão militarizada na capital do

estado, Porto Velho, e em municípios do interior a partir de medidas legais iniciadas em 2013 e consolidadas pela Lei 4.058, de 2017 e decretos de regulamentação. No período foram transferidas seis unidades na capital e outras duas no interior do estado. (BEZERRA, 2019)

A participação da rede estadual na oferta educacional no estado é objeto dos gráficos apresentados na sequência. O Gráfico 1 informa tal participação no conjunto das matrículas em creche no para a fase em estudo (2005-2018).

Gráfico 1 – Matrículas creche em RO – rede estadual para o período 2005-2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Como se pode observar, após crescimento contínuo de matrículas até 2013, a participação da rede estadual em matrículas de creches decresce continuamente até que em 2018 chega a zero. O gráfico expressa movimento de matrículas não incomum, posto que em todo o país a oferta educacional de 0 a 3 anos se configura como responsabilidade historicamente assumida pelos municípios, o que foi fortalecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e implementação do Fundeb² em 2007.

² Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, aprovado em 2007 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, aprovado em 1996. O Fundeb instituição na política de fundos os repasses para a educação infantil desde as creches.

É ainda preciso considerar que o gráfico representa a pequena participação do estado nas matrículas. Como se verifica pela Tabela 1 que traz matrículas nas redes pública com destaque para a rede estadual e privada, em anos selecionados do período, incluindo o ano com maior número de matrículas estaduais (2013).

Tabela 1 – Matrículas em creche no estado de Rondônia em rede pública, rede privada e rede estadual para o período 2005-2018

	2005	2010	2013	2015	2018
Rede Pública	4370	8026	10591	8780	9154
Rede Particular	1820	2455	3250	2506	2751
TOTAL	6190	10481	13841	11286	11905
Rede Estadual	448	613	684	508	0

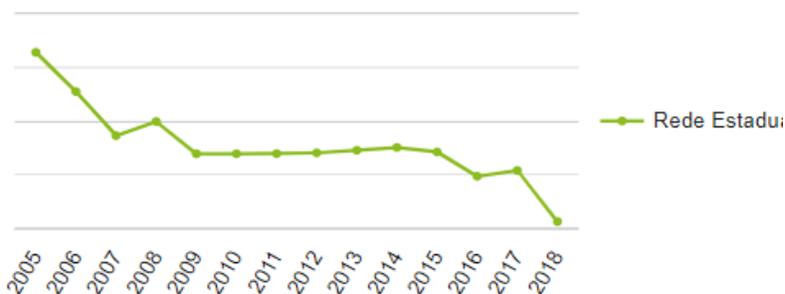
Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Nos limites deste capítulo não é possível analisar detalhadamente as variações na matrícula pública e privada ao longo do período. Destaca-se todavia o crescimento das matrículas privadas, que em 2013 foi de 78% em relação a 2005. O crescimento médio no período, considerando-se os anos selecionados, ainda que após o “pico” de 2013 tenha sido menor, foi superior a 50% para escolas particulares.

As matrículas públicas, majoritariamente municipais como se pode depreender, cresceram também até 2013, para depois declinar, diminuindo em quase duas mil matrículas em 2018 se as informações forem comparadas a 2013.

As matrículas em pré-escola na rede estadual também declinam, chegando a 66 no ano de 2018. Todavia, diferente do que ocorre com as creches o declínio é contínuo desde 2008, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Matrículas em pré-escola na rede estadual de Rondônia para o período 2005-2018



A rede privada é responsável por pequena parcela das matrículas em pré-escola no estado apresentando crescimento depois de declinar em 2008, ano em que as matrículas públicas crescem na etapa, conforme se verifica na tabela 2, que traz as matrículas totais na rede pública, destacando-se a rede estadual e a rede privada.

Tabela 2 – Matrículas em pré-escola no estado de Rondônia em redes pública e privada em anos selecionados (2005-2010-2015-2018)

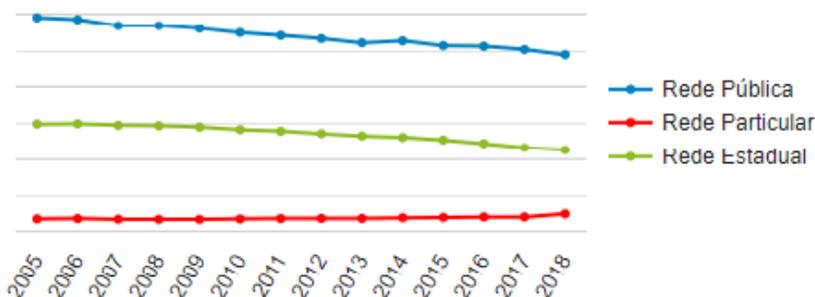
	2005	2010	2015	2018
Rede Pública	28020	29926	32074	33287
Rede Particular	9774	6335	6006	5999
TOTAL	37794	36261	38080	39286
Rede Estadual	1638	696	754	66

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

A rede particular perde matrículas progressivamente na pré-escola, ao contrário do que ocorre com creches. É um decréscimo da ordem de 39%, ao passo que a matrícula pública cresce aproximadamente 12%. O número de crianças matriculadas não diminui, aumentando, porém, muito discretamente, 4%.

Como se pode verificar no Gráfico 4, também há decréscimo nas matrículas estaduais para o ensino fundamental nos anos informados, o mesmo ocorrendo em toda a rede pública. Na rede particular, entretanto, há uma pequena elevação nas matrículas no período.

Gráfico 4 – Matrículas no ensino fundamental no estado de Rondônia em rede pública, rede privada e rede estadual para o período 2005-2018



Fonte Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Consultado o banco de dados da pesquisa, verifica-se que as matrículas totais no Ensino Fundamental têm redução de 17% no período. Na rede estadual o percentual de redução é maior, 24%. A diminuição de matrículas no EF não atinge a rede particular de ensino que, embora tenha participação discreta, cresce em cerca de 24%. A tabela 2 apresenta em números absolutos estas variações considerando os anos de 2005, 2010, 2015 e 2018.

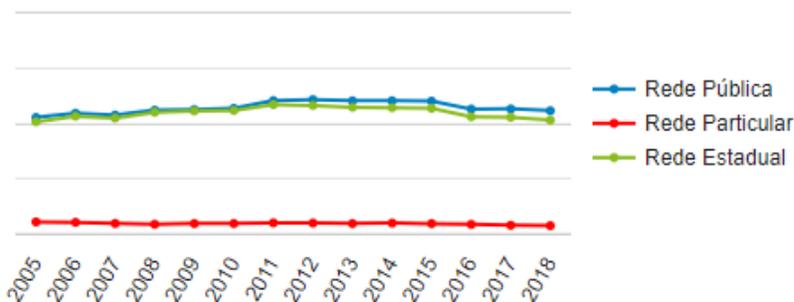
Tabela 3 – Matrículas em Ensino Fundamental no estado de Rondônia em rede pública, rede privada e rede estadual para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2018

	2005	2010	2015	2018
Rede Pública	295062	274359	256560	244532
Rede Particular	18361	18125	20344	25094
TOTAL	313423	292484	276904	269626
Rede Estadual	148110	140556	126672	112826

Fonte Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

A redução de matrículas no Ensino Fundamental em Rondônia é maior que a média nacional. Em 2007 havia 53.028.928 matrículas, já em 2018 registrou-se um total de 48.455.867, o que significa uma redução de 9%. (INEP, 2007, 2018). A maior participação da rede estadual de ensino em Rondônia é no atendimento ao ensino médio, como se observa pelo Gráfico 5.

Gráfico 5 – Matrículas em Ensino Médio no estado de Rondônia em rede pública, rede privada e rede estadual para o período 2005-2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

O Gráfico 4 permite observar a concentração de oferta pública no Ensino Médio, com participação mínima da rede particular. Também é possível compreender que a quase totalidade da oferta pública é de responsabilidade da esfera administrativa estadual e, ainda, que tal como no ensino fundamental, as matrículas reduzem-se nos últimos anos do período selecionado para a pesquisa, neste caso, após elevação por alguns anos. A Tabela 3 traz em números absolutos este movimento.

Tabela 4 – Matrículas em Ensino Médio no estado de Rondônia em rede pública, rede privada e rede estadual para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2018

	2005	2010	2015	2018
Rede Pública	52669	56773	60022	55712
Rede Particular	5559	4844	4798	3861
TOTAL	58228	61617	64820	59573
Rede Estadual	50723	55806	56822	51468

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

As matrículas totais no ensino médio apresentam, para os anos selecionados, um período de crescimento para, posteriormente, declinar. Em relação ao ano com maior volume de matrículas, 2015, em 2018 a redução foi de aproximadamente 8% nas matrículas totais e 9% na rede estadual de ensino.

A matrícula privada no período estudado cresce significativamente em creches e ligeiramente no ensino fundamental, declinando na pré-escola, onde as matrículas, de modo geral, diminuem. No ensino médio destaca-se o papel fundamental do poder público no asseguramento desta etapa na educação Obrigatória.

O Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO) foi introduzido na rede estadual rondoniense no ano de 2012, com o objetivo declarado de ser instrumento de monitoramento e norteador das políticas educacionais no Estado (CAED, 2013).

O SAERO é uma avaliação diagnóstica do processo ensino-aprendizagem que acontece em todas as escolas públicas da rede estadual de ensino que oferecem 2º, 5º, 6º e 9º do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º Ano do Ensino Médio.

A avaliação é aplicada pela Seduc/RO, através da sua gerência de avaliação e estatística (GAE), por meio de convênio de cooperação técnica e financeira com a Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd, 2012)

A plataforma e os dados do sistema de avaliação são alocados no espaço virtual do CAEdUFJF, centro que oferece serviços e mantém bancos de dados de grande parte das redes estaduais de ensino brasileiras que adotam avaliação em larga escala em suas redes de ensino (BERTAGNA, 2018)

Segundo a SEDUC os resultados são organizados por escola e por estudante, mas o acesso é limitado, permitido somente com login e senha. (SAERO, 2012), não sendo possível reconstituir a série histórica dos resultados no estado. Ainda que se reconheça as limitações das avaliações externas para aferir a qualidade de uma rede, se apresenta na tabela os índices da rede estadual de Rondônia no IDEB no período selecionado da pesquisa (2005-2018), para o 4º/5º ano do EF, 9º ano do EF e 3º ano do EM. Em negrito destacam-se resultados que correspondem ao alcance ou superação de metas para a rede.

Tabela 5 – IDEB observado: Brasil Total, Brasil Redes estaduais e Rondônia rede estadual entre 2005 e 2018

Rede/ano	Etapa	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil total	EF-4ª série/5º ano-EF	3.8	4.2*	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8
Brasil-rede estadual	EF-4ª série/5º ano-EF	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.0	6.0
RO-Rede Estadual	EF-4ª série/5º ano-EF	3.6	4.0	4.4	4.7	5.4	5.7	6.1
Brasil-total	EF-9º ano	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7
Brasil-rede estadual	EF 9º ano	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5
RO-Rede Estadual	EF-9º ano	3.3	3.3	3.4	3.5	3.7	4.0	4.9
Brasil-total	EM-3º ano	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8
Brasil-rede estadual	EM-3º ano	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5
RO-Rede Estadual	EM-3º ano	3.0	3.1	3.7	3.3	3.6	3.6	4.0

Fonte: Inep, 2005-2017. Elaboração das autoras.

Observação: *Negrito indica que as metas foram alcançadas.

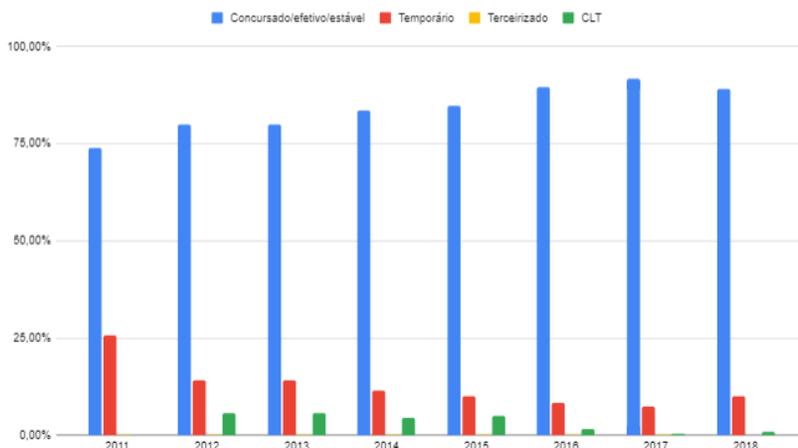
Observa-se os resultados nacionais considerando-se o alcance de metas previstas para o 4º/5º ano do Ensino Fundamental, ficaram próximos aos da rede estadual de ensino, exceto em 2005 quando as metas são atingidas em âmbito nacional, mas não no estado. Já para o 9º ano do Ensino Fundamental, o IDEB observado na rede estadual de Rondônia só alcança as metas em dois anos, 2007 e 2009, um ano a menos do que as redes estaduais brasileiras. No 3º ano do Ensino Médio os resultados em Rondônia se assemelham aos resultados nacionais em redes estaduais e gerais: somente nos anos 2007, 2009 e 2011 as metas previstas foram alcançadas. Rondônia em certa medida reproduz resultados nacionais.

A carreira do magistério no Estado de Rondônia foi instituída por meio da Lei Complementar Nº 250, de 21 de dezembro de 2001 (RONDÔNIA, 2001). Que em 2008 foi substituída pela Lei Complementar Nº 420, 09 de janeiro de 2008. No ano de 2012, uma nova versão foi dada ao Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR/RO), com a Lei Complementar n.680, de 07 de setembro de 2012 (CIVIL/RO, 2012).

Os três cargos existentes (professor Nível I, II e III) são denominados A, B e C, relacionados, respectivamente à formação em NM/N, licenciatura curta e LP (bacharel ou licenciado em Pedagogia, com habilitação em administração, supervisão ou orientação educacional). Em abril de 2016, o PCCR/RO passou por várias alterações, sendo publicada uma nova Lei Complementar n. 867 de 12 de abril de 2016 (RONDÔNIA, 2016).

O Gráfico 6 mostra a composição do magistério entre 2011 e 2018, período no qual predominou a contratação de professores por meio de concurso.

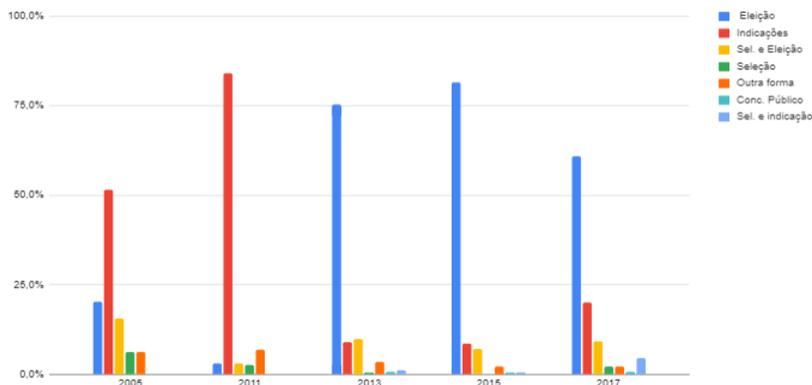
Gráfico 6 – Formas de contratação de professores em Rondônia 2011 a 2018



Fonte: : Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

A contratação docente é predominantemente realizada por meio de concursos públicos, tal como prevê a Constituição Federal. Quanto a forma de provimento do cargo ou função de direção escolar tem-se que até o ano de 2011 predominou o provimento por meio de *indicação*. A partir de 2013 há um significativo aumento em *eleições*, porém, em 2017, registra-se novamente crescimento dos provimentos realizados por *indicação* e uma diminuição das *eleições*. Conforme ilustra o a Gráfico 7:

Gráfico 7 – Forma de provimento de diretor escolar na rede estadual de Rondônia



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por Drabach (2020).

No ano de 2013 foi aprovada a Lei de Gestão Democrática (RONDÔNIA,2013) que instituiu as eleições para diretores escolares, razão pela qual muda a condição de provimento. Todavia, como se pode observar, não desaparecem as indicações que, inclusive, aumentam em 2017.

Uma explicação plausível para este aumento em indicações para provimento de funções de direção escolar pode ser encontrada na ampliação das escolas militarizadas, já criadas em 2013, mas ampliadas e regulamentadas por legislação específica em 2017.(BEZERRA, 2019)

Estratégias de privatização na rede estadual de Rondônia

O quadro 2 apresenta resultados da pesquisa sobre programas e projetos com atores privados na rede estadual de ensino de Rondônia de 2005 até 2018. Os programas/projetos são apresentados segundo: nome do programa; dimensão (gestão oferta e currículo); natureza da instituição privada; instituições parceiras do setor privado; etapas de escolaridade atendidas; público-alvo; ano de início e vigência em 2018.

Quadro 2 – Programas com incidência de atores privados em Rondônia para o período 2005-2018

Nomes	Dimensão	Natureza	Parcerias	Etapa escolaridade	Público-alvo	Ano início	Vigente em 2018
Aulão mais Enem	Currículo	Empresa	Colégio Objetivo, Sistema Gurgacz de Comunicação	EM	Estudantes	2015	Sim
Todos pelo Enem- você também	Oferta, Currículo	Outros	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia	EM	Estudantes	2016	Sim
Aperfeiçoamento para professores de língua inglesa**	Gestão	Agências	Fullbright	EM	Professores	2018	Sim
Movimento Rondônia pela educação	Oferta, Currículo, Gestão	Outros	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia	SI	Estudantes	2016	Sim
Termo de convênio para cursos de formação de professores***	Gestão	Fundação	Vivo	EF,EM	Professores	2017	SI
Conexão mundo	Oferta, Currículo	Outros	SESI,US-Brazil Connect	SI	Estudantes	2013	Sim
Salto	Currículo	Fundação	Fundação Roberto Marinho	EF	Estudantes	2014	Sim
Escola do novo tempo	Oferta	Instituto	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura	EM	Estudantes	2017	Sim
Prêmio professores do Brasil	Gestão	Empresas, Fundação, Instituto, OS, Associação	Instituto Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Península, Santillana, CENPEC	EF,EM	Professores	2005	Sim

Prêmio gestão escolar	Gestão	Agências, Fundação,	UNESCO, Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Natura, Gerdau, Fundação Santillana, Fundação Victor Civita, Organização dos Estados Ibero-Americanos	EF,EM	Gestores	2005	Sim
Todos juntos pelo pacto da aprendizagem.	Currículo, Gestão	Instituto	Instituto Ayrton Senna	EF,EM	Estudantes	2015	Sim
Se liga	Currículo, Gestão	Instituto	Instituto Ayrton Senna	EF	Gestores, Professores	2015	Sim
Acelera Brasil	Currículo, Gestão	Instituto	Instituto Ayrton Senna	EF	Gestores, Professores	2015	Sim
Rede conectando saberes em porto velho	Currículo	Fundação	Fundação Lemann	EF	Professores	2016	SI
Selo Unicef 2017-2020	Currículo	Agência	UNICEF	EI, EF, EM.	Estudantes	2017	Sim
Programa Conecta Biblioteca	Oferta	OS	RECODE, Bill e Melinda Gates, LINX, Estação Hack São Paulo from Facebook, PMEF Project Management Institute Educational Foundation, CARAVAN Studios e Microsoft.		Famílias	2018	Sim

Fonte: Adrião (coord.). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/CNPq-Fapesp.

OBS:* "si" sem informação;** programa indicado na dimensão gestão, mas que também pode ser compreendido sob a dimensão currículo;*** programa indicado na dimensão gestão, mas que também pode ser compreendido sob a dimensão currículo;

O quadro sintetiza os programas localizados segundo os descritores selecionados para as três dimensões em análise no estado. Foram identificados 16 projetos/programas no período em foco com diferentes abrangências em termos de etapas, segmentos, indivíduos e escolas atingidas. Dentre os 16 programas encontram-se dois que serão objeto de análise em circunstância específica desta pesquisa, posto que se trata da participação do Estado e premiações para gestores e professores em caráter nacional, razão pela qual foram destacados em cinza no quadro.

Este capítulo se detém, portanto, na sistematização de informações sobre os outros 14 programas que incidem sobre as três dimensões em análise.

É preciso esclarecer, que como observado no Quadro 2, os programas podem concomitantemente se inserir em mais de uma dimensão. Apenas um programa atinge as três dimensões da privatização (oferta, currículo e gestão), o Movimento Rondônia pela Educação, iniciado em 2016.

A dimensão privatização do currículo é predominante dentre os projetos/ programas desenvolvidos com atores privados: são 10 programas que visam ao alcance das atividades fins do processo educativo. Se considerarmos ainda os dois programas indicados, devido às suas características locais, como abrangendo a dimensão gestão, também como possibilidade de incidência sobre o currículo, teríamos 12 programas nesta dimensão.

Dois programas/projetos nesta dimensão voltam-se ao uso de tecnologias por parte de estudantes e docentes responsáveis pela disciplina de Língua Inglesa por meio da *Fulbright Distinguished Awards in Teaching Program for International Teachers* e para os alunos elevar a proficiência em língua inglesa o programa Conexão Mundo, propõe com as redes sociais, proporcionar ambientes lúdicos e interativos para a aprendizagem dos alunos. Dois programas voltam-se à alfabetização e leitura, outros três programas relacionam-se à valorização da base nacional comum, qualidade do ensino e preparo para o mundo do trabalho.

A dimensão gestão educacional aparece em oito dos programas/ projetos com o setor privado na rede estadual em vigência entre 2005-2018. Dentre ações previstas encontram-se: regulação dos índices de avaliação, correção das práticas de ensino e alteração na gestão escolar. Registra-se na dimensão oferta em quatro programas/ projetos.

Para o desenvolvimento dos programas/projeto, as instituições envolvidas são predominantemente sem fins lucrativos. Com exceção de três empresas com fins lucrativos identificadas (Santillana, Colégio Objetivo e Sistema Gurgacz de Comunicação), a maioria dos atores são sem fins lucrativos, dividindo-se em institutos, fundações e agência.

Em relação ao público-alvo é preciso esclarecer, que como observado no quadro 2, os programas podem concomitantemente se inserir em mais de um público-alvo, sendo que: a maior incidência é de programas voltados a estudantes: são sete programas para este público. Na sequência, a segunda incidência é voltada aos professores, com seis programas. A terceira incidência é de programas direcionados a gestores e, uma quarta incidência é de programa voltado a família com apenas um programa relacionado.

Pode-se observar com o mapeamento que a proposição do setor privado para a atuação na educação pública rondoniense tem como foco as atividades fins, ou seja, sob a dimensão currículo. Todavia, não podemos ignorar a dimensão gestão educacional como relevante.

Discutiremos ainda neste item, a partir do mapeamento realizado na rede estadual de Rondônia, a análise de programas com maior capilaridade e vigência/tempo de duração (perenidade).

Programas selecionados

A seleção dos programas seguindo a metodologia adotada para a caracterização da privatização nas redes estaduais brasileiras e a recente incursão do Estado na busca de atores privados para desenvolvimento de suas políticas, deteve-se em dois programas, ambos sob a responsabilidade de um único ator

privado, o Instituto Ayrton Senna. Os programas são o **Acelera Brasil**, e o **Se Liga**.

O Instituto Ayrton Senna, criado em 1994, desenvolve diversos programas dentre eles os implantados em Rondônia: *Acelera Brasil* e *Se Liga*. Em seu site se define como “uma organização sem fins lucrativos que pesquisa e produz conhecimentos para melhorar a qualidade da educação, em larga escala”, cuja **missão** institucional é a “produção e aplicação em escala de conhecimento e inovação em educação integral, no desenvolvimento pleno de crianças e jovens para enfrentar os desafios do século 21” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2021)

Há uma intersecção entre os dois programas: ambos os programas são de correção de fluxo escolar e compuseram o Programa de Correção da Distorção Idade/Série no ensino fundamental, na segunda gestão do governador Confúcio Moura, que além dos programas do IAS ,também é composto pelo programa Salto, de responsabilidade da Fundação Roberto Marinho, iniciado 2014.

Ambos os programas integraram em 2009, 2011 e 2012 o Guia De Tecnologias Digitais do Ministério da Educação. A publicação apresentava às secretarias de educação municipais e estaduais tecnologias, programas e projetos chancelados pela pasta e passíveis de serem apoiados financeiramente no âmbito o Plano de Ações Articuladas, PAR, pelo qual, MEC e secretarias de educação estabeleciam parcerias visando qualificar a Educação Básica. As secretarias poderiam contar com aportes financeiros federais para implantação dos programas constantes no Guia. (BRASIL, 2020)

O *Programa Acelera Brasil* teve início em Rondônia no ano 2015 e estava vigente em 2018. Destina-se a jovens já alfabetizados, porém com defasagens, e tem por objetivo “a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2021).

Patrícia e Boiogo (2019), ao analisarem o Termo de Parceria estabelecido entre o IAS e a SEDUC – RO, observam o quanto o Instituto determina a gestão da Secretaria de Educação:

Por meio da Portaria Nº 1160/2016-GAB/SEDUC - RO, que trata do termo de parceria entre o IAS e a SEDUC – RO, infere uma reestruturação na gestão educacional, com alteração nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, metodologias específicas dos programas, sistematização das avaliações do rendimento, documentos finais específicos, ações essas determinadas pelo IAS, mas de competência na execução da Secretaria de educação, além de disponibilizar exclusivamente de seus servidores, do seu quadro efetivo, para atender a reestruturação e a efetivação dos programas “Acelera” e “Se liga”, incluindo gratificações e horas extras para os referidos, exigência de aquisição de materiais de empresa específica. (PATRICIA, BOIAGO, 2019)

A Portaria a qual se referem as autoras regulamenta o programa estadual de Correção de Fluxo Escolar da SEDUC que, conforme já mencionado, estruturava-se, inicialmente, a partir dos programas do IAS e da Fundação Roberto Marinho. A normativa, porém, formaliza, especificamente, a relação com o Instituto Ayrton Senna. Já em seu primeiro artigo são apresentados os programas do IAS

(Art.1)I – Se Liga é uma proposta pedagógica que se baseia no método Dom Bosco, inspirado na contextualização para a compreensão crítica do significado da leitura e uso da palavra-chave para promover a contextualização, destina-se a estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos, com defasagem idade/idade ano, não alfabetizados. II – Acelera Brasil é uma tecnologia social voltada à educação, que reúne instrumentos e elementos que funcionam de forma ágil e integrada, visando ao desenvolvimento de crianças e jovens estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos com defasagem idade/ano, porém, alfabetizados (RONDONIA 2016)

João Batista de Oliveira¹, criador do “Acelera Brasil e Se Liga”, explica que o programa Acelera adapta o método Dom Bosco, criado na década de 1960 para alfabetização de adultos.

Os estudantes, ainda, segundo a normativa da SEDUC, são introduzidos aos programas por meio avaliação diagnóstica

¹ João Batista de Oliveira é fundador e presidente da ONG Alfa e Beto, atuou no MEC nos anos 1990 e autor de inúmeros livros destinados a apoiar professores alfabetizador (ALFA E BETO, 2017).

promovida por técnicos do Ias e profissionais da SEDUC. Criam-se em todas as unidades escolares participantes do programa turmas específicas para o programa a fim de acolher estudantes não alfabetizados em distorção série-idade.²

A normativa também dá uma dimensão precisa da interferência mencionada pelas autoras, determinando que o Projeto de Correção de Fluxo seja inserido no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico da Escola participante “nos anos em que mantiver a Classe de Aceleração, na metodologia dos Programas *Se Liga e Acelera Brasil*”, conforme seu artigo 2 (RONDONIA, 2016)

O segundo programa selecionado foi o *Se Liga*, implantado em Rondônia também 2015, com o objetivo de “alfabetizar os alunos de 9 a 14 anos que estão em estado de defasagem idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2021). O programa alinhado ao Programa Acelera Brasil, atuando na “correção do fluxo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Regular e contribuir para a redução da defasagem idade/ano dos estudantes referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio”. (RONDÔNIA, 2018)

A coordenação dos programas é também normalizada pela Portaria SEDUC em seu artigo 15, cabendo à responsabilidade sobre eles à SEDUC e ao IAS (RONDÔNIA, 2016). No interior do Programa Correção de Fluxo Escolar conta com coordenações locais a partir das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). As Coordenadorias devem constituir equipe para os programas com:

- Um coordenador Regional dos Programas que atuará exclusivamente em atividades relativas ao monitoramento, mobilização e orientação dos programas *Se Liga e Acelera Brasil* nas escolas, além de promover a articulação com as redes municipais de ensino;

² Em Rondônia a distorção série idade atinge a 23,5% dos estudantes nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Somado o Ensino Médio com o Ensino Fundamental são mais de 7 milhões de estudantes nesta condição, cerca de 20% do total de matriculados (UNICEF, 2018)

- um supervisor Supervisor/Mediador de Turmas contratado por quarenta horas “para acompanhar no máximo 08 (oito) turmas, uma vez por semana, por um período de 04 (quatro) horas em cada turma.” (RONDÔNIA, 2016, art.17)

Os programas são informados pela SEDU em várias notícias como resultante de parceria, além do IAS, com o Ministério da Educação. Localizou-se no sítio “Transparência-gov-RO” dois contratos com a empresa Global Editora e Distribuidora Ltda em 2015 e 2016. Ambos os contratos (068/PGE/2015 e 081/PGE/2016) tinham por objeto a aquisição de livros e materiais didáticos

[...] que compõem o material pedagógico específico, utilizados na metodologia do Instituto Ayrton Senna para atender estudantes e professores do “Programa Acelera Brasil” e do Programa “Se Liga” por meio da execução do Projeto de Correção de Fluxo Escolar de 1º ao 5º ano do Ensino (Cont.081/PGE-2016)

Os valores nominais indicados são R\$ 828.716,00 em 2015 e R\$555.263,60 no ano seguinte. Embora se tenha clareza de não terem sido esgotadas as possibilidades de registros sobre os investimentos públicos nos programas e, ainda, considerando-se que análise mais detalhada sobre a transferência de fundos públicos para atores privados escapa aos limites deste capítulo, o registro é aqui realizado no intuito de informar compra de material indicado pelo Instituto Ayrton Senna como uma opção política dos gestores educacionais para direcionamento de recursos públicos.

A seguir quadro comparativo sobre as ações desenvolvidas em Rondônia pelos programas;

Quadro 3 – Ações desenvolvidas pelo programa: Acelera Brasil e Se Liga em Rondônia segundo as dimensões currículo e gestão

Programa/ ações	Currículo	Gestão
Acelera Brasil Público-alvo: estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental em distorção- série -idade	-Avaliação diagnóstica dirigida a estudantes em distorção série-idade na rede para direcionamento aos programas: não alfabetizados encaminhados ao <i>Se Liga</i> ; com baixo nível de aprendizagem- ficam no <i>Acelera</i> - Formação para docentes em início do programa e ao longo do ano realizadas por equipes das secretarias de educação; - Visitas técnicas às salas de aula; - Registros diários, quinzenais e mensais.	- Composição de Comitê Gestor: formado por profissionais do Instituto e das Secretarias de Educação para intervenção na gestão da unidade escolar e política da rede. - Sistema de monitoramento informatizado criado IAS;
Se Liga Público-alvo: estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental não alfabetizados	-Avaliação diagnóstica dirigida a estudantes; - Formação docente para alfabetização; - Acompanhamento e avaliação por parte da secretária e do instituto; - Reuniões para planejamento	Composição de Comitê Gestor: formado por profissionais do Instituto e das Secretarias de Educação para intervenção na gestão da unidade escolar e política da rede. - Sistema de monitoramento informatizado criado IAS;

Fonte: Instituto Ayrton Senna. Elaboração das autoras.

Os Programas *Acelera Brasil* e *Se Liga* têm a mesma intencionalidade e ações semelhantes. A diferença é a condição do educando em relação à alfabetização e sua idade. O *Se liga* destina-se a casos mais graves de distorção série-idade e analfabetismo, atuando pra corrigir casos de distorção série-idade em alunos matriculados entre o 3º e 5º ano do ensino fundamental não alfabetizados. O *Acelera Brasil*, visa a corrigir a distorção série-idade por meio de recuperação de aprendizagem. Em ambos os casos são compostas turmas específicas.

A disseminação dos programas do IAS em redes municipais também se dá por meio da própria SEDUC. Embora municípios

como Porto Velho já tivessem os programas em suas redes³, no ano de 2015 a SEDUC se dispôs a promover a “distribuição gratuita dos livros didáticos, materiais pedagógicos, formação, assessoria técnica e pedagógica, bem como o sistema de Acompanhamento e avaliação para todas as redes municipais que realizam adesão de 2015 a 2018.” (RÔN DONIA, 2018)

Algumas considerações

O capítulo se encerra com breves apontamentos sobre os processos de privatização na rede estadual de ensino de Rondônia.

Verifica-se que a partir de 2015 há um maior empenho por parte do gestor público em buscar as chamadas “soluções educacionais” entre atores privados. Tal movimento parece associar-se à adoção de medidas coerentes à Nova Gestão Pública ou administração gerencial: processos de gratificação por produtividade, avaliações de desempenho em larga escala, neste caso já em articulação com ator privado, o CAED, que se torna detentor de importantes informações sobre a rede.

Os atores privados que se apresentam são em grande medida “braços” de instituições financeiras ou associados a empresários. Representam assim um setor, o empresarial, que se coloca na política educacional diferenciando-se dos tradicionais filantropos. São os filantrocapi talistas (ADRIÃO, 2018) ou os reformadores empresariais (FREITAS, 2018)

Tais reformadores, embora se apresentem sem fins lucrativos imediatos podem associar-se empresas, tal como se verificou, na compra de materiais e livros didáticos.

A atuação privada no estado de Rondônia indica a prevalência de interesses sobre a dimensão currículo da privatização, tal como ocorre em outros estados (ADRIÃO et al 2018). Todavia considera-se

³ A rede municipal de Porto Velho iniciou projeto piloto com os Programas Acelera Brasil e Se Liga em 2011, com apoio do Ministério da Educação (Gente de Opinião, 2011)

ainda a adoção de padrões de gestões e organizativos do trabalho pedagógico típicos do mundo empresarial não deixa de ser objeto de interesses dos atores, posto que para implementar os programas há uma clara definição de necessidades de alterações na gestão educacional da rede, a ponto de se criar um Conselho Gestor, no qual o setor privado tem assento juntamente com o gestor público. Tem-se assim que, além do currículo, a gestão da escola e da política educacional é objeto de privatização, como risco de, ao se interditar outras pautas, tais como a gestão democrática da escola pública, naturalizar-se modelos privados (GARCIA, 2018b).

Referências

ADRIÃO, T. (coord.). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)**. 2020. Disponível em: <https://www.greppfe.fe.unicamp.br/pt.br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 10 ago. 2020

IBGE. **Rondônia**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ADRIÃO, T. PERONI, V. (orgs). Dossiê. Parcerias entre municípios e o Instituto Ayrton Senna: implicações do Programa Gestão Nota 10 para a gestão da Escola Pública. **Revista da Faculdade de Educação**. UNEMAT no X, no 18(jul.dez.2012). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/issue/view/277> . Acesso em 23 de dezembro de 2020.

ADRIÃO, T.; PERONI, V.(Orgs.). **Gestão Municipal da Educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. 1ed.Goiânia/Recife: Funape/Anpae, 2019.Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/GESTAO->

MUNICIPAL-AYRTON-SENA.pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

AS PROMESSAS DE CONFÚCIO: GOVERNADOR DE RONDÔNIA. G1[Globo.com]; 30/12/2018. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/rondonia/2015/as-promessas-de-confucio/#/4-anos> . Acesso em 21 de janeiro de 2021.

BARRETO, VAL. **Sucesso do programa “acelera” confirma qualidade dos professores de Porto Velho**. Disponível em: <http://www.professoresdepvh.com/2019/08/sucesso-do-programa-acelera-confirma.html>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2021.

BERTAGNA, R.H. Mapeamento dos sistemas estaduais de avaliação da educação (2005-2015).EM: Disponível em: GARCIA, T., ADRIAO. T.(orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais**. Curitiba, Editora CRV,, 2018, P. 41-52. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf Acesso em 9 de novembro de 2020

BRASIL. **Lei Complementar, nº 41** de 22 de dezembro de 1981. Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp41.htm#:~:text=Art.,a%20Capital%20do%20novo%20Estado..Acesso em 22 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Decreto -Lei 5812**, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

FREITAS, L. C.. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**.. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

GARCIA, Teise. A gestão escolar no contexto da privatização da Educação Básica. **Política e Gestão Educacional** (online), v. 22, p. 1355-1376, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12232> Acesso em 6 de novembro de 2020.

GENTE DE OPINIÃO. **Programas 'Acelera' e 'Se Liga' corrigem fluxo escolar**. Porto Velho. 2011. Disponível em: <<https://www.gentedeopinioao.com.br/cultura/programas-acelera-e-se-liga-corrigem-fluxo-escolar>>. Acesso em: 30 de JAN. 2021.

INEP. IDEB: **Resultados e Metas**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=2184692>. Acesso em: 05 nov. 2020.

INSTITUTO ALFA E BETO. **Quem somos**. sd. <https://www.alfaebeto.org.br/tagdiv-composer-draft/> Acesso em 3 de janeiro de 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Se liga**. 2021. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga.html>>. Acesso em: 30 de jan. 2021.

INSTITUO AYRTON SENNA. **Acelera Brasil**. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/acelera.html>>. Acesso em: 30 de jan. 2021.

PAULA, A.P. **Por uma nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PATRICIA, M. A. BOIAGO, D. L. Políticas de correção de fluxo escolar: a parceria público-privado entre o Instituto Ayrton Senna e SEDUC-RO. **Anais de eventos**. Publicado em: 03/07/2019 – Primeira edição. Paraná/ Ponta Grossa. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/sipers-/trabalho/93041>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2021.

PMDB. **Programa de governo da candidatura de Confúcio Moura ao governo do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 2014. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/RO/3/220000000187/proposta_governo1404595351530.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

Rondônia. **Conselho Estadual de Educação**. 2012. Disponível em: <<http://www.seduc.ro.gov.br/cee/index.php/editais-concursos/2012-08-09-15-18-01.html>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

Rondônia. **Prefeitura Municipal de Porto Velho**. Ações da Semed são articuladas em reunião do Comitê Gestor. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/26896/educacao-acoes-da-semed-sao-articuladas-em-reuniao-do-comite-gestor>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2021.

Rondônia. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**. Professores e mediadores iniciam curso de formação para o projeto de correção do fluxo escolar em Rondônia. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/professores-e-mediadores-iniciam-curso-de-formacao-para-o-projeto-de-correcao-do-fluxo-escolar-em-rondonia/>. Acesso: 01 de Fevereiro de 2021.

Rondônia. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**. Educadores participam de formação dos projetos 'Se Liga e Acelera'. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/educadores-participam-de-formacao-dos-projetos-se-liga-e-acelera/>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2021.

Rondônia. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** de . Portaria Nº 1160/2016-GAB/SEDUC. *Implementa o Projeto Correção de Fluxo Escolar com a metodologia dos Programas Se Liga e Acelera Brasil, nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, para atender aos estudantes do 1º ao 5º do Ensino Fundamental de Nove Anos Regular, e dá outras providências*. Porto Velho, 05 abril de 2016. Disponível em:

http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/04/DOE-_07_04_2016.pdf Acesso em 28 de dezembro de 2020.

UNICEF. **Panorama da distorção série-idade no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em 3 de janeiro de 2021.

INEP. **IDEB: Resultados e Metas**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=2184692>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR. 2020. Disponível em: <<https://www.premiogestaoescolar.org.br/cronograma>>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

A AÇÃO PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA RORAIMENSE

Maria Vieira Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Úrsula Adelaide de Lélis
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Edirleine dos Santos Pereira
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

O processo de privatização da educação brasileira, pós década de 1990, assume contornos multifacetados e tem alcançando contextos sociais com características muito particulares, como é o caso do estado de Roraima. A capilaridade desse movimento privatista revela a potência dos setores empresarial e financeiro, nacional e internacional, em manter sua influência no Estado – diretamente indicando pessoas para ocuparem cargos estratégicos nos governos, ou indiretamente, por meio de projetos e programas em colaboração, ou por meio dos dois artifícios concomitantemente –, capitanear espaços e vozes e firmarem-se como definidores de políticas públicas.

Especificamente após o ano 2005, data limite para a adequação dos governos à Lei de Responsabilidade Fiscal, União, estados e municípios recorrem às parcerias com as organizações do terceiro setor para contrabalancear os investimentos e as desídiás das políticas públicas. Na visão de Queiroz (2017, p. 2),

o Estado, ao aderir às parcerias com o terceiro setor, cumpre os dispositivos legais por meio da Responsabilidade Social, além de reduzir os investimentos provenientes do tesouro do Estado visando a operacionalizar as políticas educacionais por meio de programas e projetos próprios, além de fragilizar a prática democrática na escola pública por meio da

desarticulação da autonomia das unidades de ensino na construção de propostas educacionais capazes de responder às singularidades.

Nesse mesmo movimento, mundialmente, redes de políticas (BALL, 2014) têm se formado, concentrando entidades de naturezas diversas, representativas dos segmentos financeiro e produtivo que, “unidas por uma mesma causa”, ampliam seus tentáculos sobre as sociedades, intervindo sobre ela, sobretudo, mas não apenas, pela via das políticas públicas estatais. No campo educacional, buscam influenciar as agendas e políticas em torno do seu ideal de sociedade e naturalizarem-se como agentes importantes nos espaços de discussão sobre a educação. Apresentam-se como

[...] uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridade [...]. As fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre as políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre as políticas introduzem o pensamento sobre políticas [...] (BALL, 2014, p. 34).

No Brasil, as novas vozes e os novos canais já vinham se compondo na área educacional, relacionando o setor privado com a educação pública, por meio de projetos e programas que versam sobre os níveis, etapas e modalidades da educação, mas com destacado relevo para a Educação Básica, considerada estratégica para os objetivos do capital financeiro e empresarial, unindo governos e instituições do terceiro setor organizadas em fundações, institutos, associações, movimentos e ONG.

Os nexos que se estabelecem entre Estado e iniciativa privada colocam em xeque o direito à educação e, portanto, a sua característica eminentemente pública, tanto pela privatização da sua gestão e currículo, quanto pela focalização da sua oferta. Essas três dimensões da educação são os recortes da pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)”, da qual este texto apresenta o estudo em Roraima, que no período destacado

manteve parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS), por meio do Programa Circuito Campeão.

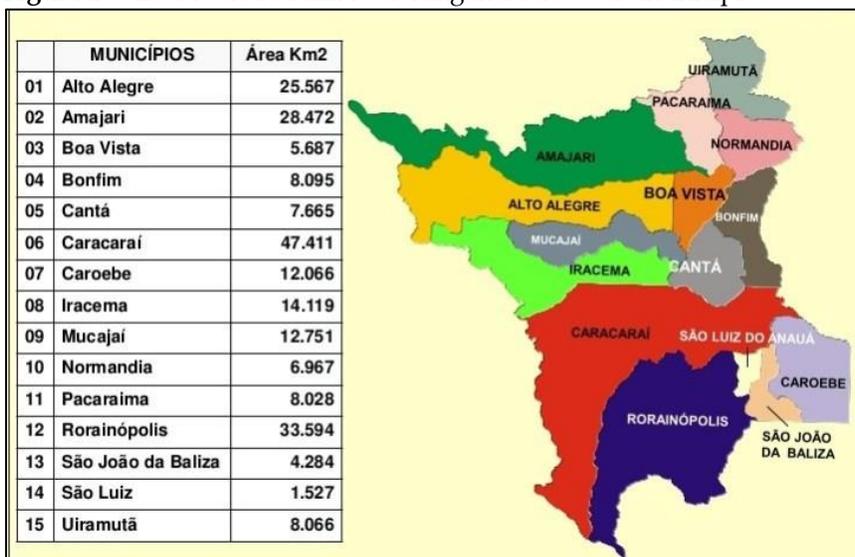
O texto produz inicialmente um retrato do estado roraimense, destacando suas principais características populacionais, econômicas e educacionais. Em seguida, apresenta as circunferências do Programa em Roraima.

O estado de Roraima nasceu como Território do Rio Branco, pela transformação do município amazonense de Boa Vista do Rio Branco em território, após disputas entre portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses e do extermínio e escravização de milhares de índios. A partir de uma reconfiguração de terras da própria região e de uma parte de terras agregadas do estado do Amazonas (1943) – depois que o então Território perdeu parte da sua composição territorial na região do Rio Pirara para a Inglaterra, que foi incorporada à Guiana Inglesa, em 1904 –, ele passou a chamar-se Território Federal de Roraima, em 1962, vindo a constituir-se em estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (PORTAL DO SÃO FRANCISCO, s./d.).

De significado indígena ianomâmi, “montanha trovejante”, a palavra Roraima deu nome, primeiramente, ao Monte e, depois, ao estado mais setentrional e menos populoso do Brasil e de ricas reservas minerais.

Limítrofe com os estados da Amazônia e do Pará, e com as nações venezuelana e guianense, Roraima é formada por apenas 15 municípios, numa área média de 224.299 km², e tem o município de Boa Vista como capital, onde se concentram, em média, dois terços dos habitantes do estado – mesmo sendo uma das menores áreas territoriais do estado – (EDUCA MAIS BRASIL, s./d.; RORAIMA, s./d.) e 73% do Produto Interno Bruto (PIB) (Figura 1).

Figura 1 – Estado de Roraima e abrangência dos seus municípios



Fonte: https://assiscabral.com/?page_id=305

Em 2010, eram cerca de 450 mil habitantes, 2,01 hab./km², com 76% habitando as cidades, e em 2018, 576 mil, mantendo o percentual superior de habitantes na área urbana.

Roraima, no ano de 2019, tinha o 2º maior rendimento médio real de trabalho de pessoas de 14 anos ou mais de idade, em trabalhos formais: R\$ 3.233,00, abaixo, apenas da capital brasileira (IBGE, s./d.). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atingiu 0,707, ocupando o 13º lugar no ranking brasileiro, entretanto, o seu Produto Interno Bruto (PIB) era o menor do Brasil, R\$ 21 mil, mesmo ocupando a 14º lugar entre as maiores economias do país (CHAVES, 2018).

Com 70% da área estadual pertencente às áreas de preservação indígena ou conservação ambiental, “a base produtiva do estado está na agricultura (arroz, feijão, milho, mandioca e banana), pecuária (bovino, suínos e aves) e o extrativismo animal, vegetal e mineral (diamantes, cassiterita, molibdênio, bauxita, cobre, areia, argila, granito e ouro)” (FREITAS, s./d., s./p.). O estado também faz parte da área de livre comércio da Zona Franca de Manaus (ZFM), contudo,

[...] não tem um polo fixo que faz parte da ZFM. As Áreas de Livre Comércio (ALC) de Boa Vista e Bonfim, estabelecidas por meio de medida provisória, foram criadas para promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com a Venezuela e Guiana. Além de contar com incentivos fiscais para implantação de indústrias que utilizem matéria-prima da Amazônia Ocidental (GONÇALVES, 2019, s./p.).

A partir do ano de 2073, quando termina a vigência do modelo de desenvolvimento da ZFM, Roraima poderá se tornar um dos polos do “Plano Dubai”, que deverá substituir o modelo da Zona Franca (GONÇALVES, 2019). A sua localização na região amazônica e constituindo-se como um dos berços da Zona Franca de Manaus e do futuro “Projeto Dubai”, coloca Roraima como um centro de interesse do capital financeiro e empresarial, pelas possibilidades de expansão dos numerários econômicos, seja pela subvenção de impostos e incentivos fiscais, ou pela exploração da sua extensa potencialidade de recursos naturais, especialmente, o minério.

De 2015 a 2018, o estado foi governado por Sueli Campos do Partido Progressista (PP), tendo como vice-governador Paulo César Quartieiro (sem partido), que renunciou ao cargo em janeiro de 2018, alegando incompatibilidade com a gestão da governadora. Em 10 de dezembro de 2018, Sueli Campos foi afastada do cargo pelo então presidente da República Michel Temer (CHAVES; OLIVEIRA, 2018). Antônio Oliverio Garcia de Almeida – conhecido como Antonio Denárium – assumiu o cargo como interventor, e em janeiro de 2019, como governador eleito, tendo como vice-governador Frutoso Lins (Solidariedade).

A rede educacional roraimense

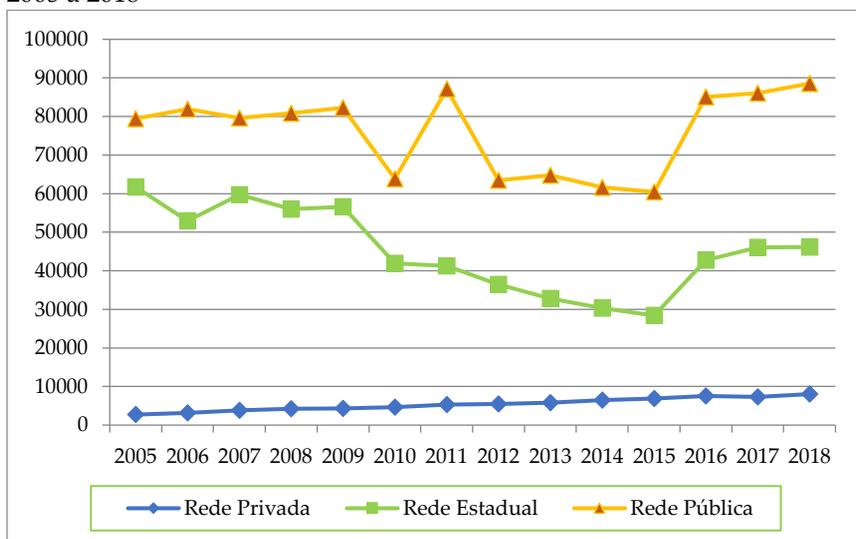
O Sistema Educacional de Roraima é formado pelas redes pública – federal, estadual e municipal – e privada, e conta com acompanhamento e monitoramento do Conselho Estadual de Educação – “[...] aprovado por meio do Parecer CEE/RR nº 18/02 e aprovado pelo poder executivo por meio do Decreto nº 4.832-E, de 19 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado nº 122

de 28 de junho de 2002 [...]” (CEE-RR, 2019) –, dos Conselhos Municipais e mantém parceria com os Conselhos Tutelares.

As redes pública e privada, em 2018, mantiveram taxas díspares de matrícula, na Educação Básica. De um total de 156.855 alunos, apenas 9,85% estavam registradas na rede privada e 90,15%, na pública – federal (1,9%), estadual (51,85%) e municipal (46,22%). Esses dados compatibilizam-se com o número de escolas: 5,8% pertencentes à rede privada e 94,2% à pública – federal (0,83%), estadual (45,76%) e municipal (47,55%) (BRASIL, 2019).

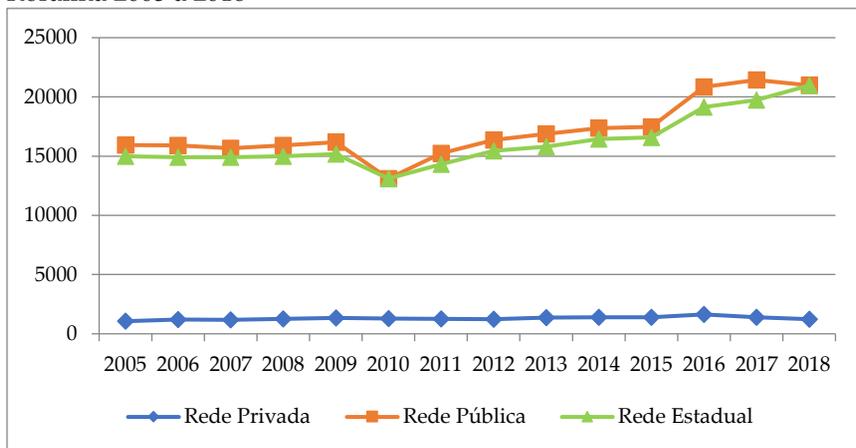
No comparativo entre as redes, pode-se constatar a superioridade de crescimento da rede pública em relação à privada, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Matrícula total do Ensino Fundamental, por rede, em Roraima, 2005 a 2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2018).

Gráfico 2 – Matrícula total do Ensino Médio, por rede, no estado de Roraima 2005 a 2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2018).

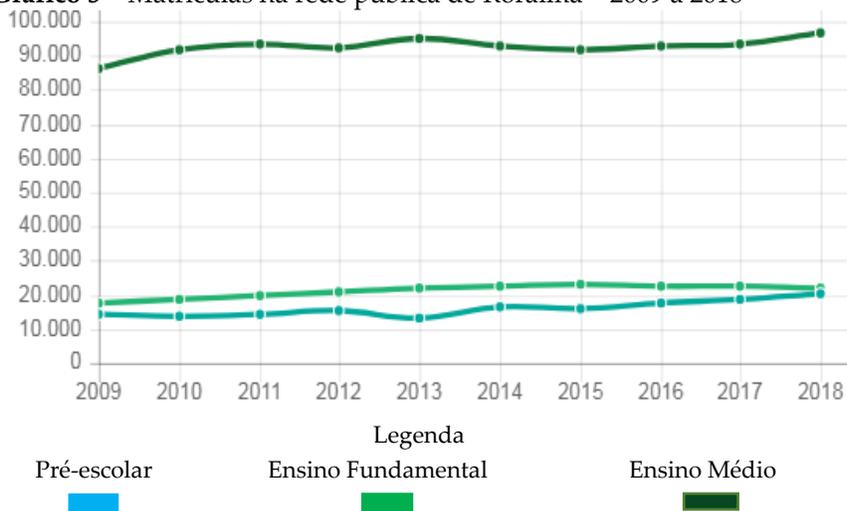
Na rede pública, o estado atendeu, em 2018, 156.855 alunos na Educação Básica, em 790 unidades escolares, localizadas na área urbana (29,7%) e na rural (70,2%), pois, mesmo não tendo a maior parte da sua população e do seu alunado na área rural, é lá que está a maioria das escolas, com média de 69,5 alunos por escola, percentual que se difere da tendência crescente de fechamento de escolas do campo, no Brasil. É na área rural que também habitam os povos indígenas dos quais, 21.569 estavam matriculados na Educação Básica, em 2018 (BRASIL, 2019).

As redes municipais de ensino cresceram mais do que a rede estadual, em Roraima, no ano de 2018, tanto no número de estabelecimentos de ensino (11,4% municipais e 0,26% estaduais) quanto de matrículas na Educação Básica (15,2% municipais e 0,3% estaduais) (BRASIL, 2019). Entretanto, 8,2% dos jovens entre 15 e 17 anos eram analfabetos (ARAÚJO, 2018).

O acompanhamento das matrículas no estado, no período de 2009 a 2018, indica um crescimento significativo no Ensino Fundamental, que não se mantém no Médio – que manteve um leve crescimento até o ano de 2015, declinando a partir daí – retratando a não continuidade e conclusão da escolarização básica dos jovens

(Gráfico 3). Essa tendência é nacional, já que em 2018, dos 3,2 milhões de jovens com 19 anos, apenas 2 milhões (63,5%) haviam concluído o Ensino Médio, no Brasil (DAMÉ, 2018).

Gráfico 3 – Matrículas na rede pública de Roraima – 2009 a 2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020)

Na totalidade da Educação Básica, no período de 2015 a 2018, a rede estadual obteve um aumento total de apenas 0,3% (240) alunos, em função da movimentação de alunos nas suas escolas. Nas urbanas houve uma redução de 3% das matrículas (1578 alunos), e um acréscimo de 9% nas escolas rurais (1818 alunos). Já na rede municipal, nesse mesmo período, o aumento da matrícula foi de 8.641 alunos (15,2%), sendo a maioria nas escolas urbanas de 6.430 alunos (14,9%) e nas rurais de 2.211 alunos (16,4%) (BRASIL, 2019). Esses dados indicam a organização do sistema de acordo com o que determina as legislações brasileiras: a oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental como responsabilidade dos municípios, cabendo aos estados a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em regime de colaboração com a União. A Tabela 1 retrata essa organização.

Tabela 1 – Matrícula da Educação Básica em Roraima, nas redes estadual e municipal, 2018

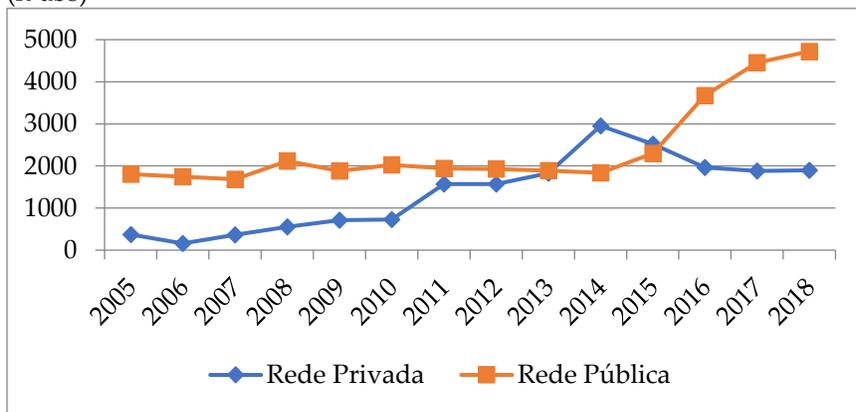
Modalidade	Rede Estadual			Rede Municipal		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
E. Infantil	-	-	-	22.810	16.643	6.167
Anos iniciais e Fundamental	7.907	1	7.906	40.482	31.963	8.519
Anos finais E. Fundamental	38.239	29.501	8.738	1.582	612	970
Ensino Médio	19.244	15.338	3.906	-	-	-
Ed. Profissional	837	837				
EJA	7.081	5.519	1.562	483	425	58
Total	73.308	51.196	22.112	65.357	49.643	15.714

Fonte: Adaptado do Censo Escolar 2019 (BRASIL, 2019).

Em 2018, Roraima ainda não atendia plenamente as crianças e jovens, na Educação Básica. O pior índice de escolarização era para a idade de 0 a 3 anos (19%). Para as crianças de 4 e 5, a taxa era de 90,6%; 98,2% de 6 a 14 anos, e 88,2% de 15 a 17 anos. Também chamava a atenção a média de anos de estudo para o grupo de 25 anos ou mais – previsão do fim da escolaridade básica e superior –, apenas 9,9%, mostrando que a conclusão do Ensino Médio e do Ensino Superior é uma meta não alcançada no cumprimento do direito à educação dos roraimenses.

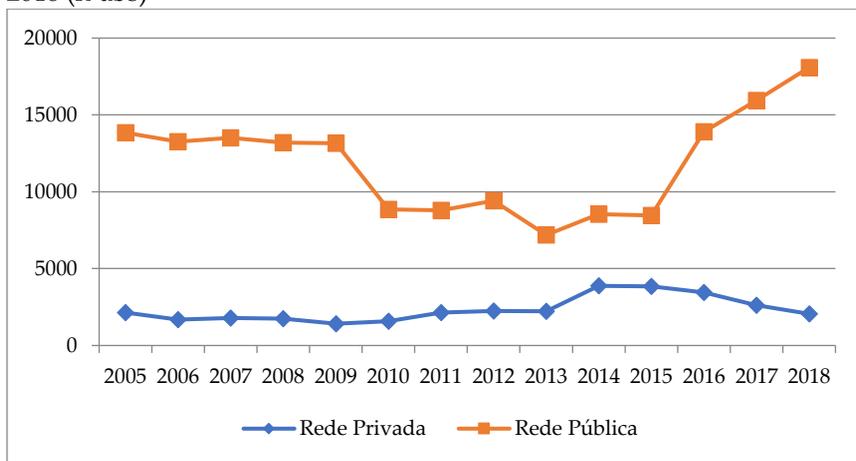
Por outro lado, nos Gráficos 4 e 5, pode-se observar, a partir de 2015, um crescimento expressivo da Educação Infantil na rede pública, superando a privada. Outro aspecto em destaque é a queda da matrícula da pré-escola, na rede pública de 2009 a 2015, quando já estava em vigor a lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que incluiu o financiamento da Educação Infantil.

Gráfico 4 – Matrícula total; da educação infantil/creche – Roraima, 2018 (n^oabs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2018).

Gráficos 5 – Matrícula total; da educação infantil/pré-escola – Roraima, 2018 (n^oabs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2018).

De 2015 a 2018, a Educação Indígena teve um crescimento expressivo de 23,5%, em Roraima, o que totaliza 4.105, chegando a 21.569 alunos, dos quais 15.902 (73,7%) estavam matriculados na rede estadual e 5.667 (26,3%) na municipal. Quanto à escolaridade, a maioria, 70%, está cursando o Ensino Fundamental, 16% a

Educação Infantil e somente 10% o Ensino Médio. Na Educação de Jovens e Adultos estão 4% dos matriculados. Essas matrículas indígenas estão concentradas, basicamente, em três municípios: Uiramutã, Normandia e Pacaraima (BRASIL, 2019).

Todas as escolas indígenas estão localizadas na área rural, e elas são a maioria nesse espaço. São indígenas 69% das escolas rurais, sendo a maioria estadual (86%), seguida pelas municipais. Há uma escola privada na área rural, entretanto, ela não é indígena (BRASIL, 2019).

Cinco municípios só têm escolas indígenas na zona rural; são eles Uiramutã (65 estaduais e 39 municipais) Normandia (52 estaduais e 36 municipais). Em Pacaraima (42) e São João da Baliza (2) todas são estaduais. Os municípios de Mucajaí, Rorainópolis e São Luiz não têm escolas indígenas (BRASIL, 2019).

A Educação Especial também cresceu no período de 2005 a 2018, com 624 novas matrículas (28,5%), totalizando, em 2018, 2.814 alunos. A capital Boa Vista tem 70,7% das matrículas da Educação Especial: 1.989 alunos. Entretanto, as redes de ensino estadual e municipal apresentam, apenas, 1,8% dessas matrículas, e

o tipo de deficiência a de maior incidência é a Deficiência Intelectual com 1.768 alunos (52,8%), em seguida Deficiência Física com 490 alunos (14,6%), Autismo com 302 alunos (9,0%), Deficiência Múltipla 209 alunos (6,2%) (BRASIL, 2019, p. 4).

Em 2018, a taxa de rendimentos – situação dos alunos ao final do ano letivo, em relação à aprovação ou reprovação, frequência e evasão, e que também serve de parâmetro para o cálculo do IDEB –, da rede estadual de Educação de Roraima, no Ensino Fundamental, foi de 92,2% nos anos iniciais e 87,7% nos anos finais. No Ensino Médio, o estado atingiu 81,4%. A Tabela 2 traz o desempenho do índice de Desenvolvimento da Educação Básica no estado, de 2005 a 2018.

Tabela 2 – Evolução do IDEB, rede estadual de educação, Roraima – 2005 a 2018

Etapas/anos	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018
Anos iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,5	4,2	4,5	4,8	5,1	5,2	5,5	
Anos finais do Ensino Fundamental			3,7			3,7			4,1
Ensino Médio			3,5			3,4		3,8	3,5

Fonte: Roraima em Tempo (2018).

Os anos iniciais do Ensino Fundamental atingiram a meta do IDEB para o estado, no ano de 2015 e a superou em 2017, quando ela estava estabelecida em 5,4. Já os anos finais, em 2015, além de retroceder o índice alcançado em 2014, ainda ficou 0,7% abaixo da média estabelecida. No ano de 2018, o resultado não foi diferente, quando não alcançou a meta estipulada de 4,9. Em relação ao Ensino Médio, o avanço de 2016 para 2017 foi de apenas 0,1, mantendo uma considerável distância da meta proposta, fato que se repetiu em 2017, quando a meta era de 4,7 (RORAIMA EM TEMPO, 2018).

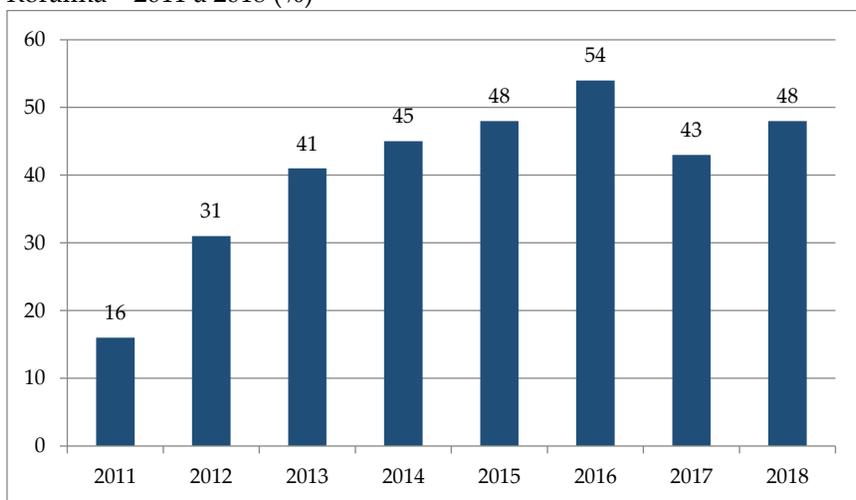
Com a maioria da população morando e estudando nos centros urbanos, é aí que está o maior número de docentes em exercício. No ano de 2018, eram

[...] 7.635 Docentes, atuando nas quatro redes de ensino, para um universo de 156.855 alunos com uma média de 20,5 alunos por Docente e na área urbana com 118.350 alunos para 4.814 Docentes, com média de 24,6 alunos por Docente e área rural com 38.505 alunos para 2.978 Docentes, com média de 12,9 alunos por Docente (BRASIL, 2019, p. 42).

À medida que aumenta o número de escolas diminui a quantidade de alunos por professor, que deve acessar as vagas de

docência, na rede pública de educação, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96, por concurso público. Casos de contratação devem ocorrer ocasionalmente e, em geral, para substituição temporária de algum professor. Contudo, essa não foi a realidade detectada em Roraima de 2005 a 2018. De uma rede com professores majoritariamente admitidos por concurso (84,22%) em 2011, ela foi tornando-se um espaço de contratação e terceirização de docentes, atingindo 48,39%, em 2018. A variação desses contratos está expressa no Gráfico 6.

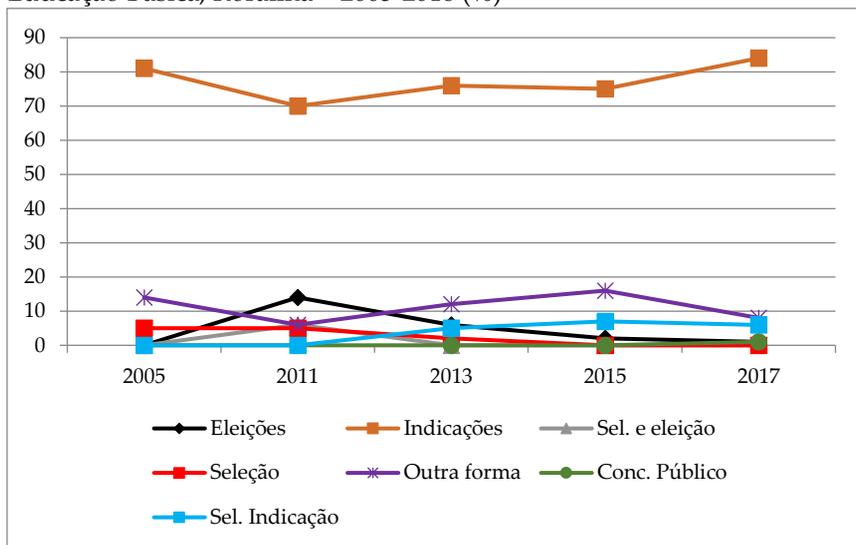
Gráfico 6 – Professores não concursados, rede estadual de educação de Roraima – 2011 a 2018 (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

A perspectiva pública e democrática de provimento do cargo de diretores, também não foi uma realidade no estado, nesse período. Em 2005, 81,1% dos cargos eram ocupados por indicações, percentual majoritário que se manteve até 2018, com 84,1%. Nos anos 2011, 2013 e 2015 houve queda nesses índices, mas que não ultrapassou os 70% (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Formas de provimento de diretores de escolas estaduais, Educação Básica, Roraima – 2005-2018 (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por DRABACH (2020).

Foi nesse cenário educacional que se estabeleceu a parceria entre o Estado de Roraima e o Instituto Ayrton Senna, para o Programa Circuito Campeão.

A parceria entre Roraima e Instituto Ayrton Senna para a gestão da Educação Básica: Programa Circuito Campeão

O Instituto Ayrton Senna foi criado em novembro de 1994, após a morte do seu idealizador, o piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna da Silva, junto com a *Ayrton Senna Foundation*, localizada em Londres, sendo oficializado em 1995.

Entidade de característica eminentemente “público-privada”, o IAS mantém-se dos *royalties* gerados pelas marcas *Senna*, *Senninha* e da imagem do Ayrton, além de parcerias com empresas, Estado Restrito, escolas, universidades e outras entidades “não governamentais” e “sem fins lucrativos”, dedicando-se a desenvolver e apoiar projetos de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros [...] (LÉLIS, 2007, p. 42).

Com foco na educação formal e informal, e atuação direta nas escolas públicas, o IAS (2012) baseia suas ações para a

[...] transformação do país a partir da co-responsabilidade dos três setores – *organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil* – para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades (grifo do autor).

São, na análise de Miskalo (2009, p.43), Gerente Executiva de Educação do IAS, “[...] soluções educacionais nas áreas de educação formal, educação complementar, educação e tecnologia, como meios para garantir educação de qualidade a milhares de crianças e jovens em todo o Brasil”.

Nos seus vinte e seis anos de existência, o Instituto já desenvolveu programas e projetos por todo o Brasil. A Tabela 3 traz alguns indicadores desse atendimento, no período de 2012 a 2018.

Os quase 14 milhões de alunos e 375 mil professores envolvidos nos seus projetos, nesse período, dão a perspectiva da capilaridade e inserção do IAS na educação brasileira, atuando sistematicamente nos Ensino Fundamental e no Médio.

Na avaliação de Miskalo (2009, p. 37),

a reestruturação qualitativa que a educação pública precisa só se efetuará com um esforço tríplice envolvendo a vontade política do poder público, a cooperação do setor privado e a contribuição da sociedade civil. Essas parcerias garantem à esfera pública a viabilização de projetos fundamentais para o crescimento do País.

Além de expertise na área educacional, há uma crença, que reverbera na incompetência estatal de que sozinho o Estado não é capaz de planejar, desenvolver e avaliar suas políticas precisando da assessoria direta e interventiva das organizações do sistema produtivo.

Quadro 1 – Atendimento anual do IAS, no período de 2012 a 2018

Anos	Nº de Programas	Dimensões	Etapas de escolaridade	Alunos atendidos ¹	Profissionais da educação atendidos*	Instituições parceiras	Estados atendidos	Financiamento*
2012	09	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	4 milhões	50 mil	26	23	SI
2013	09	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	2 milhões	60 mil	50	16	SI
2014	05	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	1 milhão	33 mil	53	19	45 milhões
2015	08	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	2 milhões	70 mil	43	17	41 milhões
2016	08	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	1,5 milhões	50 mil	49	18	38,5 milhões
2017	08	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	1,5 milhões	50 mil	69	16	39 milhões
2018	06	Gestão e Currículo	Ensino Fundamental e Ensino Médio	1,6 milhões	62 mil	58	15	52 milhões

Fonte: IAS (2018).

¹ Número aproximado, segundo o IAS.

Correção de fluxo, alfabetização, formação de diretores, gestão educacional e escolar são alguns dos focos de investimento do Instituto, pela via de projetos e programas. Dentre eles, está o Programa Circuito Campeão, implementado no ano de 2008, tendo como público alvo os estudantes e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Não foram encontradas informações a respeito do período de vigência desse Programa, contudo, consta no Relatório de Resultados do ano de 2012 que ele havia atendido, até esse ano, aproximadamente, 521 mil crianças e jovens, assim como oferecido formação a aproximadamente 22 mil educadores, em 20 estados brasileiros (IAS, 2012).

Sobre a criação do programa Circuito Campeão, Miskalo (2009) destaca que, em parceria com os gestores das instituições públicas de ensino, realizou-se um diagnóstico das fragilidades da educação para assim planejar ações, “soluções educacionais”. Nesse diagnóstico revelou-se um alto índice de analfabetismo no Brasil, sendo o enfrentamento dessa situação o foco do Programa Circuito.

O documento “Sistemática de Acompanhamento do Programa Circuito Campeão” (IAS 2008¹ *apud* CAETANO, 2013) apresenta as responsabilidades dos atores públicos envolvidos na gestão do Programa (Quadro 1).

Quadro 2 – Responsabilidades dos atores públicos no Programa Circuito Campeão

Ator	Funções
Governador/ Prefeito	Adotar o programa como política pública, como proposta da secretaria de educação para a prática da equidade e da qualidade da aprendizagem nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental; garantir a adoção dos instrumentos legais necessários à implantação da política educacional definida; assegurar recursos humanos, materiais e financeiros compatíveis com o programa e com a política educacional estabelecida; acompanhar os resultados e o cumprimento das metas definidas pela Secretaria de Educação; delegar ao

¹ SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA CIRCUITO CAMPEÃO. Instituto Ayrtton Senna, 2008. mimeo.

	secretário de educação a execução do programa, dando-lhe a autonomia e o apoio que a função exige.
Secretário de Educação	Alinhar-se com as determinações do governador/prefeito e assegurar o programa como política da secretaria de educação para os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental; diagnosticar/conhecer o perfil de atendimento da rede de ensino e dos alunos; garantir os recursos humanos, materiais e financeiros e os espaços físicos compatíveis com as determinações e necessidades dos programas: *classes com 25 a 30 alunos; *coordenadora pedagógica nas unidades escolares; *coordenador do Circuito Campeão na secretaria de educação com dedicação exclusiva ao programa, perfil gerencial e autonomia para decisões concernentes ao dia a dia do programa; *disponibilizar infraestrutura com computador, telefone e fax; *garantir a reprodução dos documentos e dos formulários necessários e a presença de professores e coordenadores às capacitações; integrar as ações, os resultados e as práticas dos projetos às demais ações da secretaria; garantir o cumprimento do mínimo legal de 200 dias letivos/800 horas e a presença dos professores e alunos; acompanhar o desenvolvimento e os resultados do programa.
Coordenador Pedagógico da Escola	Ser o elo entre a escola e a Secretaria de Educação no processo de implementação das ações do programa; conhecer as propostas e os instrumentos gerenciais e pedagógicos do programa, com destaque às matrizes de habilidades; visitar as turmas semanalmente pelo período integral da aula; garantir a fidedignidade e a permanente atualização dos dados; participar das reuniões com a coordenadora; participar das capacitações a distância e disseminar seus conteúdos junto aos professores; atuar rapidamente para superar os entraves detectados, garantir dias e horas letivas e a presença de professores e alunos; responsabilizar-se, conjuntamente com o diretor e professores, pelo respeito à proposta pedagógica, aos resultados e ao alcance das metas da escola; acompanhar e apoiar o trabalho dos professores através de reuniões de planejamento e replanejamento e das visitas semanais à classe; gerenciar mensalmente o alcance das metas através das rotinas da sistemática de acompanhamento.
Diretor	Garantir a compatibilidade entre a política educacional definida pela Secretaria de Educação e a proposta pedagógica da unidade escolar; responsabilizar-se pelo bom funcionamento do CC na unidade escolar e pelos seus resultados; gerenciar mensalmente o alcance das metas de aprendizagem da escola e da frequência de professores e

	alunos; acompanhar e avaliar a atuação e o resultado do trabalho do coordenador pedagógico da escola e dos professores; liderar membros da comunidade escolar no alcance das metas da escola e aproximá-la das famílias e da comunidade externa.
Professores	Acreditar no sucesso do aluno e no seu próprio e comprometer-se com sua presença durante todo o ano letivo; conhecer as propostas e os instrumentos gerenciais e pedagógicos do programa, com destaque para as matrizes de habilidades; participar das reuniões de planejamento com seus pares e o coordenador de cada unidade escolar; planejar suas aulas, cumprir a rotina e o cronograma definido no planejamento; acompanhar o desenvolvimento dos alunos através da observação diária; registrar suas observações em locais e formulários específicos e utilizá-las na elaboração do planejamento; promover a aproximação das famílias e a presença dos alunos às aulas; garantir a fidedignidade e a permanente atualização dos dados.

Fonte: Caetano (2013).

No que se refere à dimensão das políticas educativas influenciadas pelo IAS, o Programa Circuito Campeão incide no currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ao passo que “[...] introduz políticas de alfabetização e de acompanhamento de resultados nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, [...] através da capacitação dos professores, pela disponibilização de material adequado e pela gestão desse processo” (CAETANO, 2013, p. 115). Chaves (2012, p.158) assinala que o Programa

[...] atua em consonância com a Reforma Gerencial proposta pelo governo FHC, focando a administração na gestão de resultados objetivos, tais como o número de alunos promovidos de série, a diminuição da evasão e coordenação dos alunos que necessitam ser introduzidos nos projetos “Se Liga” e “Acelera Brasil”.

O relatório anual do IAS (2018, p. 4) aponta que no ano de 2018, 85,5% dos alunos foi alfabetizado ainda no 2º ano do Ensino Fundamental, dado que, nas palavras do IAS demonstra a eficiência do Programa.

Sobre o desenvolvimento do Circuito Campeão, em Roraima, foram encontradas apenas referências de que ele foi desenvolvido em 2008, mas, em nenhum material – textos, teses, dissertações –, ou sites exaustivamente pesquisados – IAS, estado de Roraima, noticiários – foram encontrados dados referentes a essa parceria.

Considerações Finais

Em um momento em que a sociedade civil reivindica visibilidade dos atos governamentais pautada no princípio da transparência da administração pública, o desenvolvimento da parceria entre o estado de Roraima e o IAS revela a ausência de registros sobre esse processo, aspecto que enseja indagações sobre a forma como tais procedimentos são realizados e sublinha o descaso com que a educação é tratada. A falta de transparência na implementação do referido Programa coloca em relevo a fragilidade da cultura e das ferramentas de controle social em ações privatistas da educação, uma vez que a transparência está associada à divulgação de informações que permitam que sejam averiguadas as ações dos gestores e a consequente responsabilização por seus atos.

Além da ausência de mecanismos de controle e fiscalização do Programa, a pesquisa também evidenciou tendências de homogeneização cultural, por meio da educação escolar. O estado de Roraima possui idiossincrasias típicas da região amazônica, com 70% da área estadual pertencente às áreas de preservação indígena ou conservação ambiental. No entanto, à revelia de quaisquer especificidades identitárias, culturais e territoriais, os programas de privatizações tendem a homogeneizar processos educativos.

De forma paralela e à revelia dos projetos pedagógicos e dos processos de construção coletiva de políticas e práticas educacionais, o Instituto Ayrton Senna implementou programas de correção de fluxo, alfabetização, formação de diretores, gestão educacional por meio do Programa Circuito Campeão, tendo como público-alvo os estudantes e professores dos anos iniciais do

Ensino Fundamental. Suas ações também incidiram sobre o currículo e induziram políticas de alfabetização, homogeneizando ações educacionais, metas curriculares e formação de subjetividades estudantis.

Tendo como referência que o processo educativo é complexo e fortemente marcado pelos dispositivos pedagógicos e culturais, entende-se que esse processo de padronização ensejado sob a lógica mercantil necessita ser veementemente refutado. Em contraposição a essa tendência defende-se o desenvolvimento humano, a produção do conhecimento e a valorização da cultura pautados nos princípios da escola de fato pública, plural, de qualidade sociopolítica referendada e que eduque para a vida coletiva cidadã, rejeitando transposições da lógica mercantil para o seu interior e/ou a privatização da sua oferta, gestão ou currículo.

Sobre o desenvolvimento da parceria entre o estado de Roraima e o IAS, salta aos olhos a invisibilidade desse processo, o que coloca em dúvida a forma como tais procedimentos são realizados, além de sublinhar os encaminhamentos dados à educação pública escolarizada, por meio de parcerias com o setor privado.

Referências

ADRIÃO, M. T. (Coord.). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-15)**, 2018. Disponível em: <www.greppe.fe.unicamp.br/ptbr/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ARAÚJO, Bryan. **Em RR, 8,2% dos jovens entre 15 e 17 anos são analfabetos, segundo pesquisa do IBGE**. 2018. Disponível em: <<https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/em-rr-8-2p-dos-jovens-entre-15-e-17-anos-sao-analfabetos-segundo-pesquisa-do-ibge,307068.jhtml>>. Acesso em: out./2020.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. **Censo Escolar 2018.** 2019. Disponível em: <<https://dadosroraima.com/2019/04/resultado-do-censo-escolar-2018/>>. Acesso em: out./2020.

CAETANO, Maria Raquel. **Relações entre o público e o privado:** a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010). Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143383/000882239.pdf?sequence=1>. Acesso em: out./2020.

CHAVES, Alan. **Com menor PIB do país, Roraima segue com alta concentração da economia na capital, aponta IBGE.** (2018). Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/17/com-menor-pib-do-pais-roraima-segue-com-alta-concentracao-da-economia-na-capital-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: out./2020.

CHAVES, Alan; OLIVEIRA, Valéria. **Interventor federal assume gestão de Roraima e afirma que dívida do estado chega a R\$ 3 bilhões.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/10/interventor-federal-assume-gestao-de-roraima-em-reuniao-com-governadora-afastada.ghtml>>. Acesso em: out./2020.

CHAVES, David S. P. **Instituto Ayrton Senna:** ressignificando a função social da escola pública no município do Rio de Janeiro através do “Programa Acelera Brasil”. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA (CEE-RR). **Regimento Interno.** (2019). Disponível em: <<http://www.cee.rr.gov.br/index.php/institucional/regime-interno>>. Acesso em nov./2020.

DAMÉ, Luíza. Mais de 1 milhão de jovens não concluem o ensino médio até os 19 anos. **Agência Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://>>

agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-12/mais-de-1-milhao-de-jovens-nao-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos>. Acesso em: out./2020.

EDUCA MAIS BRASIL. **Estado de Roraima**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/estado-de-roraima>>. Acesso em out./2020.

FREITAS, Eduardo. **Geografia do Brasil: Economia de Roraima**. Disponível em: <

GONÇALVES, Winicyus. Roraima pode ser um dos polos de 'Plano Dubai', que vai substituir Zona Franca de Manaus. **Roraima em Tempo**. 2019. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/roraima-pode-ser-um-dos-polos-de-plano-dubai-que-vai-substituir-zona-franca-de-manauas,301517.jhtml>. Acesso em: out./2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. IAS. **Relatórios anuais do Instituto Ayrton Senna**. (2018). Disponíveis em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html#relatorios>. Acesso em: out./2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. IAS. **Relatório de Resultados 2012**. Disponível em: <institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/relat%C3%B3rios-anuais/Relatorio-Institucional-2012.pdf>. Acesso em: out/2020.

LÉLIS, Úrsula A. **Políticas e práticas do “Terceiro Setor” na Educação Brasileira, no contexto de reconfiguração do Estado** (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: UFU, 2007. Disponível em: <repositorio.ufu.br/handle/123456789/14074>. Acesso em: abr/2020.

MISKALO, Ines Kisil. Soluções Educacionais para o Desenvolvimento Humano. **Educação: Teoria e Prática**, v. 19, n.32, jan.-jun.-2009, p.37-55. Disponível em: <www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/download/2982/2485/>. Acesso em: out./2020.

PORTAL DO SÃO FRANCISCO. **Roraima**. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/roraima>. Acesso em: out./2020.

QUEIROZ, Luiz M. Galvão. Políticas de educação e terceiro setor: o papel do Itaú Social na construção do Pacto pela Educação no Pará. **Margens – Revista Interdisciplinar**, v.11, n.16, p. 25-39, jun.2017. Disponível em: <periodicos.ufpa.br/revistamargens/article>. Acesso em: out./2020.

RORAIMA EM TEMPO. **Estado não atinge meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 05 de Setembro de 2018. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/noticias-locais/estado-nao-atinge-meta-do-indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-280914.jhtml>>. Acesso em out.2020.

RORAIMA. **Visite Roraima**. Disponível em: <http://www.turismo.rr.gov.br/index.php/roraima/regioes-turisticas>. Acesso em: out./2020.

TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: atores e programas privados no sistema educacional do estado do Tocantins

Regiane Helena Bertagna
UNESP/Rio Claro

Introdução

Neste capítulo abordamos o estudo realizado sobre o estado do Tocantins da região Norte do Brasil, no contexto da pesquisa *Análise do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública (2005-2018)*. A partir do mapeamento geral das dimensões da privatização – oferta, gestão e currículo – nas redes estaduais de ensino do Brasil, por meio da descrição dos dados provenientes da referida pesquisa, se optou por evidenciar mecanismos e/ou ações que favorecem as estratégias de privatização na área educacional no estado do Tocantins na região Norte do país.

Em sendo assim, apresentaremos uma breve caracterização do estado e do seu sistema educacional, o mapeamento dos programas e atores privados que incidem na educação básica pública estadual e, destacamos para descrição os programas: “Se liga” e “Acelera Brasil”, embora sejam programas com objetivos diferentes estão ligados ao mesmo ator privado Instituto Ayrton Senna.

Breve caracterização sobre o estado Tocantins

Tocantins é o mais novo estado brasileiro, pertencente à região Norte do país, sendo instalado em 1º de janeiro de 1989, emancipado de Goiás. A luta pela autonomia política do norte goiano, já conhecido como Tocantins, em referência ao rio de mesmo nome, se intensificou em 1987 culminando com sua criação em 5 de outubro de 1988, através

do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás, com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 1988, p.67).

O estado de Tocantins possui área total de 277 466,763 km², sendo o 10º maior do país, com extensão comparável a países como o Equador. Tem como limites Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia e sua capital é Palmas.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), referentes ao último censo demográfico, se indicava 1.383.445 habitantes e, em 2020, uma população estimada em 1.590.248 habitantes, distribuídos em seus 139 municípios. Ainda, com base nos dados IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano IDH é de 0,699, ocupando a 14º posição entre os estados do país. Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2017, o estado Tocantins atingiu o valor aproximando de R\$ 34 bilhões e o PIB/per capita, no mesmo ano, foi de R\$21.998,34, apresentando um crescimento no valor em relação ao ano anterior.

O governador em exercício é Mauro Carlesse, nasceu no Paraná/PR, região sul do país e em Tocantins se ocupou como empresário e agropecuarista. Atualmente, 2020 é filiado ao Democratas/DEM, (anteriormente Partido Humanista da Solidariedade/PHS, Partido Trabalhista Brasileiro/PTB e Partido Verde/PV). O vice-governador, Wanderlei Barbosa Castro, natural de Tocantins filiado ao Partido da Solidariedade/PS.

Quadro 1 – Governadores do estado de Tocantins (2005-2018)

Nome	Partido	Período de atuação
Marcelo de Carvalho Miranda	Partido Frente Liberal (PFL) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(01/01/2003 a 08/09/2009)
Carlos Henrique Gaguim	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(09/09/2009 a 01/01/2011)
José Wilson Siqueira Campos	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	(01/01/2011 a 04/04/2014)
Sandoval Lôbo Cardoso	Partido da Solidariedade (OS)	(04/04/2014 a 01/01/2015)
Marcelo de Carvalho Miranda	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(01/01/2015 a 27/03/2018) (06/04/2018 a 19/04/2018)
Mauro Carlesse	Partido Humanista da Solidariedade (PHS) Democratas (DEM)	(27/03/2018 a 06/04/2018) (19/04/2018 a 24/06/2018) (25/06/2018 a 01/01/2019) (01/02/2019 em exercício)

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da Wikipédia (2020).

A estrutura organizativa da educação estadual do Tocantins é composta pela Secretaria da Educação, Jovens e Esportes, criada em 1989, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/TO), instituído em 1995, órgão normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Estadual de Ensino e assessor da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes, além de diretorias regionais de ensino, unidades escolares e alguns órgãos suplementares. Em 2009, por meio da Lei nº 2.139, se cria o Sistema Estadual de Ensino:

[...] o qual disciplina a organização da educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, observados os princípios e as normas das Constituições Federal e Estadual e da legislação federal sobre diretrizes e bases da educação nacional.

A fim de contextualizar o cenário educacional no estado do Tocantins, no período estudado, em relação ao atendimento à educação básica é constituído pelo conjunto de estabelecimentos públicos e privados que oferecem os diferentes níveis e modalidades de ensino, sendo que para este estudo, se apresentam as matrículas por etapa ofertada na rede estadual de Tocantins.

Tabela 1 – Matrículas por etapa na rede estadual de Tocantins (2005-2018) (n^oabs)

ETAPAS/ANO	2005	2010	2015	2018
Educação Infantil*	994	666	0	172
Ensino Fundamental	140.443	136.063	99.678	87.978
Ensino Médio	72.519	62.505	64.413	59.597
TOTAL	213.956	199.234	164.091	147.747

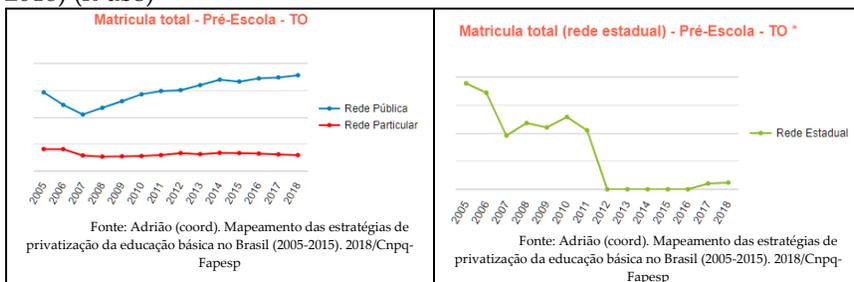
Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

* Somadas as matrículas da creche e da pré-escola.

Pela Tabela 1 é possível afirmar que a educação infantil na rede estadual de Tocantins, ao longo do período estudado, foi diminuindo, chegando ao ano de 2015, a zero, e, retomando cautelosamente em 2018. Nos ensinos fundamental e ensino médio, as matrículas estaduais vêm decrescendo ao longo do período. Em uma breve síntese das matrículas da rede estadual, pode-se afirmar que no período investigado a rede estadual de Tocantins reduziu as matrículas, desta forma, o atendimento/oferta, vem paulatinamente diminuindo nesta rede nas diferentes etapas da educação básica.

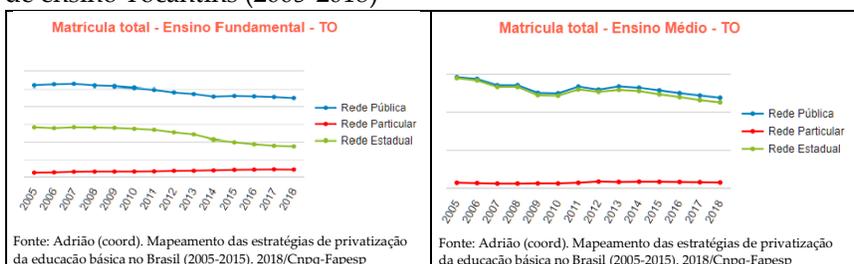
Os quadros 2 e 3 são ilustrativos em referência às matrículas nas diferentes redes no estado de Tocantins:

Quadro 2 – Matrícula total pré-escola por rede de ensino Tocantins (2005-2018) (nºabs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Quadro 3 – Matrícula total Ensino Fundamental e Ensino Médio por rede de ensino Tocantins (2005-2018)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Desde 2011, a rede estadual contava com o Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Estado do Tocantins (SISAPTO) do qual participam todos os alunos do 5º, 9º ano e 3ª série do ensino médio das escolas estaduais. No entanto, no portal da Secretaria da Educação do Estado de Tocantins, não se encontram mais referências ao sistema, localizando a última notícia em 2016. Atualmente, se apresenta no *menu* do referido portal o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins - SAETO que foi criado

[...] para avaliar a qualidade de ensino e aprendizagem na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, promovendo a modernização da gestão e o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, com vistas à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Tocantins. São avaliadas, de maneira censitária, as turmas de 5º e 9º ano do Ensino

Fundamental e 3ª série do Ensino Médio nas escolas públicas da rede estadual. São aplicadas avaliações das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Biologia, Química e Física. Os resultados do SAETO contribuem para as escolas verificarem em quais descritores / conteúdos os alunos estão com bons resultados e em quais estão com dificuldades, desenvolvendo assim ações para superar estas dificuldades dos estudantes.

No entanto, no guia dirigido aos alunos do SAETO, na apresentação se associa este sistema ao SISAPTO:

Prezado (a) Aluno (a) A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins, visando o fortalecimento da prática pedagógica e, com base no Referencial Curricular do Ensino Fundamental, Proposta Curricular do Ensino Médio e Matriz de Referência da Prova Brasil, que norteiam as avaliações do Sistema de Avaliação Permanente da Aprendizagem do Estado do Tocantins – SISAPTO, apresenta o Guia de Aprendizagem, destinado aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins.

Na tabela 2 apresentamos os resultados do estado do Tocantins no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nossa opção pelo IDEB é para que possamos visualizar os resultados do estado e do país.

Tabela 2 – Resultados do IDEB observado no Brasil e na rede estadual de Tocantins (2005-2018)

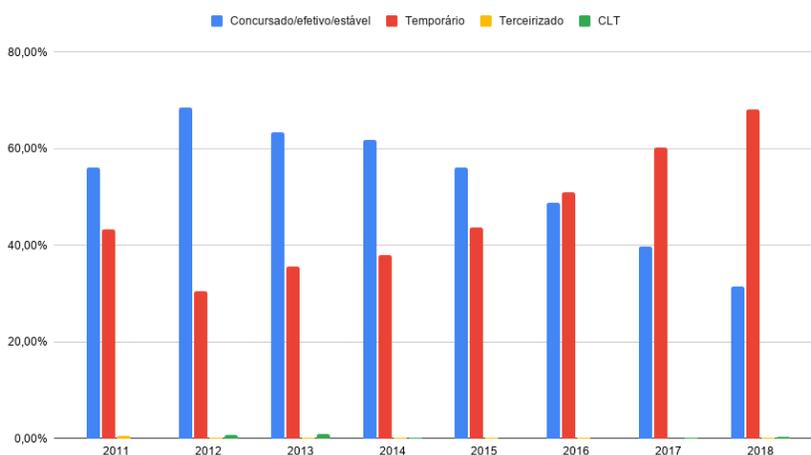
		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil*	5º ano	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8
Tocantins	5º ano	3,6	4,2	4,5	4,9	5,1	5,0	5,8
Brasil	9º ano	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7
Tocantins	9º ano	3,4	3,6	3,9	3,9	3,7	3,8	4,4
Brasil	Ens. Médio	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8
Tocantins	Ens. Médio	2,9	3,1	3,3	3,5	3,2	3,3	3,7

Fonte: Inep, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaboração da autora.

*No Brasil, foi considerado o total do país, ou seja, todas as redes de ensino.

Quanto à forma de contratação de docentes na rede estadual de Tocantins há uma grande variação entre a contratação em categoria: i) de concursados/efetivos/estáveis e ii) temporários, ao longo do período estudado (2011-2018), as modalidades de contratação do tipo CLT e terceirizado aparecem de forma pouco expressiva. No início do período 2011 há uma prevalência da contratação na primeira modalidade concursados/efetivos/estáveis, chegando em 2012 a seu ápice 68,51% e, a partir de então, paulatinamente, decrescendo sendo que em 2018, o seu menor índice, em torno de 31,45%, contrariamente, os docentes contratados temporariamente foram progressivamente, ultrapassando a outra categoria; e, em 2018, atinge 68,14%, praticamente quase o mesmo percentual dos tempos áureos de 2012 da modalidade anterior. O gráfico 1 abaixo é ilustrativo para demonstrar esta mudança nos rumos da contratação docente na rede estadual do estado de Tocantins, ou seja, esta inversão passando da maioria da contratação na modalidade concursados/efetivos/estáveis para a temporários.

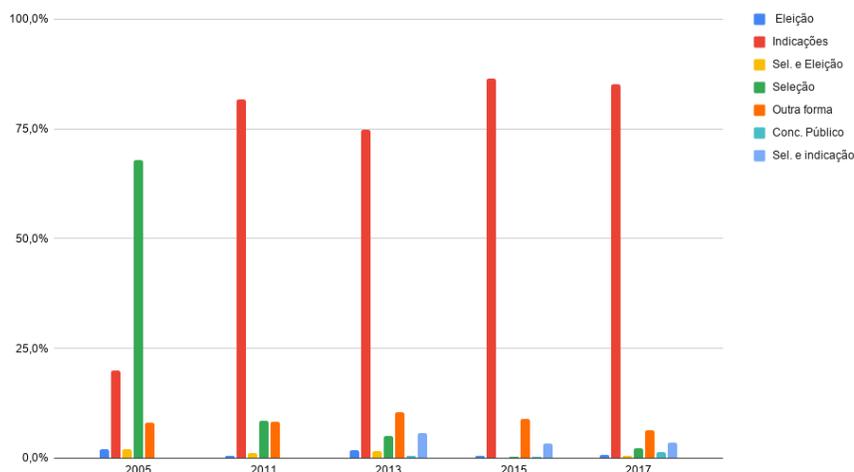
Gráfico 1 – Formas de contratação de docentes na rede estadual do Tocantins - 2011- 2018 (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Quanto à forma de provimento da função de diretor escolar, há na rede estadual do Tocantins uma multiplicidade de processos, onde inicialmente, em 2005, houve preponderância de processos de seleção (68%) e em menor intensidade as indicações 20%, mas a partir de 2011 se intensificam as indicações para a contratação dos diretores, iniciando em torno de 81,8%, e, em 2018, 85,1%, de forma a se consolidar como prática permanente no estado, sendo as outras modalidades muito menos expressivas na rede estadual de Tocantins como é demonstrado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Formas de provimento da função de diretores, rede estadual de Tocantins, 2005 - 2017



Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020)

Os dados informados nos gráficos desenharam um processo de desqualificação da contratação dos docentes e de provimento dos cargos de diretores, encaminhando para uma possível degradação ou deterioração das condições de trabalho e/ou de ingresso no campo educacional, sinalizando como alerta e apontando para reflexões quanto à atratividade e manutenção da carreira profissional.

Programas e atores privados que impulsionaram as tendências de privatização no estado de Tocantins

Na primeira fase da pesquisa Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015), os resultados disponíveis em Garcia e Adrião (2018) indicaram a presença no estado de Tocantins da atuação do setor privado por meio de 4 programas, todos centrados na dimensão currículo, com prevalência do ator privado de natureza - Instituto; em relação ao público alvo indicava em sua maioria (80%) estudantes, sendo que a etapa de ensino mais mencionada se relacionava ao ensino fundamental (50%).

Em continuidade aos estudos, na segunda fase da pesquisa, denominada de *Análise do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública (2005-2018)*, verificou-se a expansão dos atores privados atuando na educação pública do estado do Tocantins, contemplando ao todo 6 programas. Os programas implementados na rede estadual do estado de Tocantins, por meio de parcerias com instituições privadas que manifestaram incidência em diferentes dimensões educacionais (oferta, currículo e gestão) são nomeados no quadro 4, destacando-se que, para coleta dos dados, foram adotados/respeitados os procedimentos metodológicos apresentados anteriormente em item específico que norteou a seleção dos programas aqui relacionados; organizados segundo os parâmetros de: dimensão, instituição parceira, natureza da instituição, etapas/escolaridade e público-alvo das parcerias, ano de início.

Quadro 4 – Programas e atores privados no estado Tocantins, 2005-2018

Nome do Programa	Dimensão	Instituição Parceira	Natureza da Instituição	Etapas ensino	Público-alvo	Ano de início
Estrada do conhecimento	Currículo	Organização Financeira Internacional	Banco Mundial	Ensino Médio	Estudantes, professores, Gestores, funcionários	2015
“Se liga”	Currículo	Instituto	Instituto Ayrton Senna	Ensino Fundamental	Estudantes, professores,	2004 2017
Acelera Brasil	Currículo	Instituto	Instituto Ayrton Senna	Ensino Fundamental	Estudantes, professores	2004 2017
Projeto geekie	Currículo	Empresa	Grupo geekie	Ensino Médio	Estudantes	2014
Projeto Jovens embaixadores	Currículo	Outro, ONG, Organização Financeira Internacional	Embaixada dos USA, Banco Mundial, Associação Comunitária São Mateus	Ensino Médio	Estudantes, Professores	2005
Circuito campeão	Gestão	Instituto	Instituto Ayrton Senna	Ensino Fundamental	Estudantes	2004 2017

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados Adrião (coord) Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp.

Considerando, pois, o conjunto desses programas, se destaca a maior incidência sobre a dimensão currículo (05), e 01 programa relacionado à dimensão gestão. Quanto à natureza dos atores privados foram identificados: institutos (3), organizações financeiras (02), organizações não governamentais - ONG (01), empresa (01), outros (01). Houve uma forte concentração do público-alvo nos estudantes, entre outros, concomitantemente, tais como: os professores. Em relação à etapa de ensino de interesse com maior ocorrência da atuação do setor privado, houve uma distribuição proporcional entre ensino fundamental e ensino médio, com 50% para cada etapa.

Dentre o conjunto dos programas e atores apresentados neste estudo e considerando a relevância em relação ao tempo de permanência/vigência (perenidade) e abrangência (capilaridade) na rede estadual de Tocantins foram selecionados os programas vinculados ao mesmo ator privado Instituto Ayrton Senna: sendo que dois deles “Se liga”, “Acelera Brasil”, embora com objetivos diferentes, eles foram relacionados na dimensão do currículo e, o programa “Circuito Campeão”, na dimensão de gestão. Sendo assim, optou-se, neste trabalho, por detalhar os programas relacionados à dimensão do currículo e, portanto, a ênfase do texto será para os programas: “Se liga” e “Acelera Brasil”.

A parceria do Instituto Ayrton Senna (IAS) com a Seduc-TO na oferta dos programas de correção de fluxo escolar “Se liga” e “Acelera Brasil”, segundo as informações coletadas no presente estudo se inicia a partir de 2004, no governo de Marcelo de Carvalho Miranda (inicialmente PFL, posteriormente PMDB), permanecendo durante grande parte de sua gestão, considerando que o mesmo foi reeleito e, ainda, quando os programas novamente são retomados no ano de 2017, Marcelo de Carvalho Miranda (PMDB) se elege como governador no estado de Tocantins.

Criado em 1994, o IAS define-se como uma organização não-governamental (ONG), sem fins lucrativos. Presidido por Viviane Senna (Psicóloga e empresária brasileira, irmã do piloto brasileiro, tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna da Silva), foi fundado em

novembro de 1994, após a morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, portanto, possui 26 anos de atuação. Com relação ao seu impacto, indica no sítio do instituto a atuação em 26 estados brasileiros mais o distrito federal. O Instituto se define como “[...] uma organização sem fins lucrativos que tem o objetivo de dar a crianças e jovens brasileiros oportunidades de desenvolver seus potenciais por meio da educação de qualidade (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n.p.) e, conforme indicado em seu sítio, o IAS tem como parceiras pequenas e médias empresas e colaboradores (voluntários).

O Instituto defende que a transformação da sociedade se dará a partir da corresponsabilidade entre o Estado, empresas e organizações da sociedade civil na proposição de “soluções educacionais”.

Desenvolvemos soluções educacionais, pesquisas e conhecimentos em pedagogia, gestão educacional, avaliação e articulação para que sejam **replicáveis em escala**. Nossas soluções são levadas às escolas em **parceria com as Secretarias de Educação** para fortalecer o protagonismo dos educadores e dos alunos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n.p.)

Os programas são implementados, sistematizados e disseminados por todo o país através da constituição de parcerias com o poder público. Os recursos financeiros do IAS são compostos por 100% dos *royalties* do licenciamento das marcas Senna, Senninha, Senninha baby e imagem de Ayrton Senna e o investimento de aliados, que se autodenominam como “socialmente responsáveis”. Segundo informações disponíveis em seu sítio possui reconhecimento internacional, a saber: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), 2004; OCDE (a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2012; selo Great Place to Work, como uma das melhores organizações para se trabalhar desde 2019 (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020) e, ainda, a partir de 2009, reconhecimento nacional, ao integrar o Guia De Tecnologias

Digitais do Ministério da Educação, aspecto importante em relação ao financiamento dos programas pelas secretarias de educação municipais e estaduais, pois, tais programas e projetos são passíveis de apoio financeiro financeiro federais para implantação dos programas constantes no Guia (BRASIL, 2020).

Conta com várias “iniciativas e soluções”, que atualmente podem ser identificados no sítio, tais como: “Se liga”, “Acelera Brasil”, Letramento em programação, Gestão da política de alfabetização, Superação jovem, Gestores em rede, e um programa aplicado em estados específicos: Educação Integral para o Ensino Médio (RJ) Educação Integral para o Ensino Médio (SC), vale pontuar, ainda, que se percebe um direcionamento, na definição do instituto sobre sua missão para ações e programas relacionadas a formação integral.

Desde sua fundação, o Instituto Ayrton Senna vem produzindo conhecimento e experiências educacionais inovadoras capazes de inspirar práticas eficientes, capacitar educadores e propor políticas públicas com foco na **educação integral**.

Criatividade, colaboração e a capacidade de resolver problemas são, hoje, competências tão importantes quanto aprender a ler, escrever e fazer contas. É por isso que acreditamos no **desenvolvimento pleno** de crianças e jovens para enfrentar os desafios do século 21. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.).

Especificamente, sobre o programa Acelera Brasil, ele foi criado em 1997, e em Tocantins teve início em 2004, tem como público-alvo os alunos e respectivos professores e, como objetivo promover “[...] a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental”, alfabetizados. Seu objetivo é a aceleração dos estudos, por até dois anos, de alunos que não estejam na série correspondente à sua faixa etária. O programa possui metodologia própria, elaborada pelo IAS, através de inúmeros instrumentos de controle do processo educativo (fichas, questionários), que monitoram os sistemas de ensino que o adotam. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020).

Por meio do apoio às secretarias de educação no campo da gestão e da formação integral de educadores, o Acelera Brasil promove a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Ao participarem da proposta, os alunos aprendem o suficiente para saltar até dois anos escolares, ao mesmo tempo em que resgatam sua autoestima e desenvolvem outros aspectos socioemocionais. Graças ao trabalho do Comitê Gestor, formado por profissionais do Instituto e das secretarias de educação, a proposta promove a qualificação da gestão dos indicadores das redes de ensino, contribuindo para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação e para a formação integral de todos os educadores e alunos das redes. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.).

O programa Acelera Brasil, segundo informações do sítio, é considerado pelo Instituto, uma das “soluções educacionais” (do setor privado) que mais afetou os sistemas educacionais brasileiros estaduais e municipais para correção de fluxo escolar, seja pelo seu tempo de existência, mais de 20 anos, ou pela abrangência, aproximadamente 1 milhão de estudantes e 33 mil educadores. Segundo o Instituto:

De acordo com uma avaliação de impacto realizada em 947 municípios parceiros, a adoção como política pública das propostas do Instituto para as primeiras séries do ensino fundamental promoveu um avanço educacional até oito vezes a velocidade média dos municípios brasileiros (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.).

Queiroz (2010) realizou investigação sobre o papel do Terceiro Setor nas políticas públicas brasileiras a partir dos anos 1990, considerando para análise a parceria do Instituto Ayrton Senna (IAS) e a Seduc-TO na oferta dos programas de correção de fluxo escolar “Se liga” e “Acelera Brasil”. O estudo buscou desvelar os impactos desses programas na gestão e organização do trabalho pedagógico nas escolas de ensino fundamental jurisdicionadas à Diretoria Regional Educacional DRE-Miracema como representante da Seduc-TO em parceria com o IAS. Os resultados apontam que as ações de programas pontuais, como os do IAS, se apresentam com uma ação diferenciada, específica e possuem

recursos disponíveis financeiros e humanos avantajados, mas em algumas unidades investigadas, os resultados obtidos em relação a correção do fluxo escolar dos alunos são questionáveis quanto a sua elevação e sucesso, como sugestionado pelos programas do IAS, pelo menos no período da investigação realizado pela referida pesquisadora. Atualmente, se indicam outras estratégias de monitoramento adicionadas ao programa “Se liga”, com caráter de controle sobre tais resultados, como veremos a seguir.

O programa “Se liga”, do mesmo instituto, foi criado em 2001, e iniciado em Tocantins em 2004, tem como objetivo: “A proposta se destina a estudantes não alfabetizados e em estado de defasagem idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental”. Atualmente, segundo esclarecimentos apresentados no sítio do Instituto relacionados ao programa, ele se articula ao desenvolvimento emocional – autoestima para continuidade dos estudos e à gestão escolar e, assim, o público alvo também se ampliou, envolvendo além dos alunos e professores, os gestores escolares. Como também se observou no programa “Acelera Brasil”, indicando que os dois programas se articulam e estão alinhados à proposta do IAS.

A proposta se destina a estudantes não alfabetizados e em estado de defasagem idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Por meio do apoio à formação integral dos educadores, o Se Liga promove a alfabetização plena desses alunos, de maneira integrada ao seu desenvolvimento socioemocional, permitindo que recuperem o atraso e sigam em frente.

[...] O Se Liga propõe uma estratégia de intervenção não só na dimensão pedagógica, mas também em nível de gestão, sob a forma de política pública educacional. Formação, planejamento e mecanismos sistemáticos de execução, de acompanhamento e de avaliação garantem a eficiência do programa e a aprendizagem efetiva dos alunos. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.)

Se destaca, segundo as informações constantes no sítio, a metodologia utilizada no programa, a formação dos professores para execução do programa e destaque como diferencial a

sistemática de avaliação por meio do registro diário do desenvolvimento do aluno, as observações e olhar do professor se transformam em dados qualitativos e quantitativos inseridos num sistema informatizado de monitoramento denominado – Panorama de criação própria do instituto, os dados são inseridos pelas equipe de acompanhamento posteriormente a coleta dos professores e os relatórios produzidos são designados como avaliação do processo.

Para isso, o Instituto Ayrton Senna dedica especial atenção às formações introdutórias, que acontecem no começo de cada ano, quando os educadores se apropriam das metodologias para a execução do programa. Já ao longo do ano, acontecem as formações continuadas, lideradas pela equipe de profissionais da secretaria de educação corresponsáveis pelos resultados das turmas, cuja função é apoiar o professor em serviço — seja durante as visitas técnicas às salas de aula ou em reuniões de planejamento —, e pela equipe do Instituto Ayrton Senna, composta por gerentes e agentes técnicos. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.)

Fica perceptível que para obtenção do sucesso o programa exerce forte controle sobre o trabalho pedagógico, com a ampliação para o trabalho da escola, a partir da inclusão dos gestores escolares, de forma a garantir os resultados e impactos esperados pelo programa.

Outro aspecto importante a ser considerado é em relação aos custos do programa e seu financiamento. No sítio do Instituto o programa “Se liga” é indicado como:

A solução educacional oferece um modelo viável e de baixo custo para ser implementado em larga escala, o que permite atendimento a um número maior de alunos. O Instituto Ayrton Senna utiliza o conceito de aliança estratégica para articular apoios técnicos e financeiros de outras instituições, públicas ou privadas, e de empresas para que as redes de ensino possam implantar o programa. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, n. p.)

No entanto, observamos que para além do acompanhamento e do trabalho realizado com os alunos, o programa envolve a formação dos professores para execução do programa (tempo) e, ainda em alguns casos, são disponibilizados equipe de formadores

supervisores em apoio ao trabalho realizado pelo IAS, entre outros. Em estudo realizado por Queiroz (2010) o custo do programa também era uma incógnita para os participantes da pesquisa das escolas investigadas. Segundo a autora:

No estado do Tocantins, como no resto do país, as vantagens do IAS são amplamente divulgadas. No entanto, o custo da parceria para o governo estadual é um dos aspectos que também merece atenção. Neste estudo, esse aspecto apresenta-se pouco claro, pois nenhum dos sujeitos da pesquisa soube precisar qual é o gasto do estado com a parceria. Todavia, observando todos os recursos (físicos, humanos e materiais) exigidos pelo IAS dentro da Secretaria, DREs e escolas, cogita-se que os gastos não sejam poucos para as redes de ensino parceiras.

O custo anual por aluno nos programas é de R\$ 100,00 no Se Liga; e R\$ 160,00 no Acelera, conforme informações do próprio *site* do Instituto. Considerando que novas turmas são formadas para compor os programas, isso significa um aumento no quadro de funcionários, uma vez que a parceria requer profissionais específicos para o acompanhamento e desenvolvimento desde a Seduc até a escola. Assim, analisando alguns aspectos relevantes, como salário do professor da educação básica no estado, diária para deslocamento em serviço (formação contínua e assessoramento), acreditamos que os recursos investidos nesta parceria anualmente não são poucos para o governo estadual. (QUEIROZ, 2010, p. 103)

No retorno do programa ao estado de Tocantins, em 2017, segundo notícia no Portal CNN Tocantins, indicava que “Na execução dos programas serão investidos recursos da ordem de R\$ 3,5 milhões do Tesouro Estadual” (PORTAL CNN, 2017, n.p.) o que nos permite a reflexão e questionamento sobre se de fato esta solução é de baixo custo. Complementarmente, é esclarecido no portal que:

[...] o governo do Tocantins irá disponibilizar, aos municípios que aderirem aos programas, material didático pedagógico como livros-módulos dos alunos e professores, cartazes de acompanhamento e caixas de literatura por turma; monitoramento informatizado por meio do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (Siasi); monitoramento presencial (in loco) feito pelos técnicos capacitados pelo Instituto; além de formação específica para os profissionais que atuarão no Programa na sede da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), Delegacias Regionais de Ensino e escolas. (PORTAL CNN, 2017, n.p.)

Embora a notícia indique uma grande abrangência: serão beneficiados mais de 45 mil alunos, de 131 escolas estaduais e 56 municipais, dos municípios com menor índice de Desenvolvimento da Educação Básica, bem como aqueles com o maior índice de alunos em distorção idade-ano, os municípios que se encaixavam nessas situações teriam as despesas pagas pelo Estado, e esse disponibilizará equipe de formadores e apoio à supervisão e, os que não se correspondem aos critérios, poderão aderir com recursos próprios. Assim, entendemos que é disposto um grande montante de recursos financeiros como pessoal (humano) e materiais para efetivação do programa.

Diante deste cenário, três aspectos despontam como enunciados por pesquisas anteriores tais como: Silva; Jacomini (2018); Adrião; Peroni, (2011a; 2011b), Queiroz (2010), quando da primeira parceria do IAS com a SEDUC-TO, i) uma ação pontual passa a ter proporções maiores, se universalizar; ii) ao se universalizar, provoca comprometimento na definição das políticas públicas no estado; iii) grande quantidade recursos financeiros, pessoais e materiais passam a ser investido a favor do setor privado e descaracteriza/desconfigura o setor público estatal impedindo a sua qualificação.

Alguns apontamentos (finais) para reflexão

Os projetos e programas externos à escola são funcionais às políticas de cunho gerencial que se instalaram no Brasil após a década de 1990, como podemos observar pelo ano de surgimento/início dos programas, 1997 – Acelera Brasil, 2001 – “Se liga”, com promessas de melhoria na qualidade do ensino, essas propostas adentram o espaço das políticas públicas, inserindo a lógica do setor privado de mercado (empresarial), como se essa fosse a única alternativa possível.

Por meio destas intercorrências, a educação perde seu caráter essencial de política pública; a escola, em contrapartida, torna-se executora de projetos oriundos do setor privados e, ainda, se

amplia e se difunde no interior das instituições escolares a ideia e a introdução da cultura de valores privados tais como: competição, mérito, individualismo, entre outros.

Assim, os programas se originam a partir do atendimento às necessidades emergenciais, com ações pontuais e focalizadas a princípio, tais como: correção do fluxo escolar, distorção idade-série, melhoria do desempenho escolar, etc..., e, gradativamente, se tornam recorrentes favorecendo a introdução do setor privado na definição das políticas públicas educacionais, como se percebe em relação ao programa “Se liga” que se consolidou no estado, e, concomitantemente, obteve reconhecimento do MEC, ampliou seu objetivo, seu público alvo, abrangendo também a definição das políticas educacionais em outros estados do país.

A partir dos dados aqui apresentados se percebem evidências que corroboram a existência de tendências de privatização que foram difundidas nas políticas educacionais do estado de Tocantins. Identificaram-se estratégias que promoveram uma abertura dos serviços públicos de educação para a atuação do setor privado, com acesso aos recursos financeiros do orçamento público. Os programas destacados recaem, principalmente, na dimensão da privatização do currículo, envolvendo a incidência do setor privado sobre “as relações entre professor/a, estudante e conhecimento e insumos curriculares”; ou seja, “[...] a dimensão *currículo* compreendeu tanto os insumos pedagógicos, adquiridos pelo poder público, quanto a vigência de programas que incidem sobre a proposição e organização do conhecimento sistematizado na forma de conteúdos escolares, das práticas pedagógicas”. (ADRIÃO, 2018, p. 74).

Interessante observar, no entanto, que os programas, embora classificado pela pesquisa na dimensão do currículo, a característica originária do mesmo, quando se contrasta com as declarações atualmente declaradas no sítio do Instituto, se percebe uma ampliação quanto a sua ação/atuação, ao envolver os gestores educacionais para a melhoria dos dados educacionais. Isso demonstra que, ao longo de períodos históricos, os programas e

suas ações podem sofrer mutações, transformações, adaptando suas ações posteriormente à sua estratégia de atuação e implementação inicial, como foi o caso destes programas, ao enunciar a abrangência da gestão escolar e, ainda incorporar aspectos relacionados ao resgate da autoestima e desenvolvimento socioemocional dos alunos. O que necessita de acompanhamento e investigação mais aprofundada sobre o programa.

Mais especificamente, sobre os programas descritos do IAS, sob a justificativa de soluções educacionais de “baixo custo”, o que é no mínimo questionável, devido aos indícios do montante de recursos financeiros e humanos empregados para execução do programa pelo Estado, e de qualidade para problemas educacionais, devido à suposta eficiência do setor privado e melhora dos resultados mensuráveis e ineficiência dos serviços públicos, os programas introduzem, por meio de ações sobre correção de fluxo escolar, repercussões sobre professores, gestores, estudantes que disseminam valores do setor empresarial e exercem controle sobre o processo pedagógico tornando, os professores, executores do programa e os gestores fiscalizadores dos resultados.

A introdução de um sistema informatizado de monitoramento (Panorama) – referenciado como avaliação de processo, um Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (Siasi); monitoramento presencial (in loco) feito pelos técnicos capacitados, se observa a intensificação do controle sobre o trabalho pedagógico da escola. De certa forma se introduz por meio dos programas privados a lógica de setor privado, do mercado empresarial, que na busca por resultados, eficiência e eficácia, geralmente quantificáveis, prejudica o princípio da construção coletiva e democrática do trabalho pedagógico das escolas, descaracterizando a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões sobre as questões pedagógicas, administrativas, organizacionais entre outras, que são de interesses, majoritariamente, da própria comunidade escolar, sem contar que oprime a participação coletiva e fere o princípio da gestão democrática.

Tal evidência também foi identificada nos resultados dos trabalhos acadêmicos analisados sobre o IAS por exemplo de Silva; Jacomini (2018, p. 938) que:

[...] sugere que ocorreu uma colonização do setor público pelo privado, levando para este a lógica privada não democrática, que busca somente resultados estatísticos ligados a valores empresariais como eficiência, meritocracia e melhoria de desempenho.

Deste modo, a intensificação dos sistemas de avaliação nos estados do país, dos 26 estados brasileiros, em 2015, a pesquisa realizada identificou que 19 estados mais o Distrito Federal possuem sistemas de avaliação, totalizando 20 (BERTAGNA; BORGHI, 2018), também se demonstram alinhados a esta perspectiva de introdução da lógica gerencial favorecendo a introdução no setor público da cultura do setor privado e, portanto, os processos de privatização.

Assim, o setor privado implicitamente direciona os rumos do que se deve ensinar e como ensinar, nesta perspectiva há um avanço de estratégias de privatização do processo de construção curricular Borghi (2018), bem como da gestão escolar e, destarte, passam a definir as políticas públicas educacionais ou pelos menos interferir no seu direcionamento.

Este movimento do setor privado, principalmente, do IAS, já foi identificado em pesquisa anterior de Adrião e Peroni (2011), ao estudar a atuação do instituto, em relação a programas direcionados à dimensão da gestão:

É a partir deste movimento que o IAS passa a atuar num âmbito mais sistêmico, condição que nos interessa neste trabalho. Uma vez que é como indutor de políticas educacionais que esta Instituição passa de consultora governamental à gestora da política educacional. (ADRIÃO; PERONI, 2011, p.25)

Diante deste cenário, é imprescindível que a escola pública e seus profissionais estejam atentos para desvendar tais mecanismos, observar as consequências da privatização, pois estas tendem a

oprimir, dilapidar a educação enquanto direito humano promotora do desenvolvimento da formação humana e suas múltiplas dimensões (BERTAGNA, 2017), e, desafiados a se organizar coletivamente e disputar formas de garantir e efetivar o direito à educação pública de qualidade (ADRIÃO, et al., 2016).

Referências

ADRIÃO, T. (Coord). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-15)**, 2018. Disponível em: <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt.br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ADRIÃO, T. Sobre a incidência do setor Privado nas redes estaduais de ensino no Brasil: até onde os dados chegaram e o que se toma por fazer. In: ADRIÃO, T; GARCIA, T. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais**. Curitiba, Editora CRV, 2018, p. 73- 85.

ADRIÃO, T; GARCIA, T. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais**. Curitiba, Editora CRV, 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G; XIMENES, S. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e sociedade**, v.37, p.113 - 131, 2016.

ADRIÃO, T., PERONI V. M. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de pesquisa. CNPq nº 401434/2008-7. 365 f. 2011a.

ADRIÃO, T., PERONI V. M. Consequências da Atuação do Instituto Ayrton Senna para a Gestão da Educação Pública: observações sobre 10 estudos de caso. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 45-53, jan./jun. 2011b.

BERTAGNA, R. H. Dimensões da formação humana e qualidade social: referência para os processos avaliativos participativos. In: SORDI, M. R. L. de; VARANI, A.; MENDES, G. do S. C. V. (org.) **Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. Sistemas de avaliação dos estados no Brasil: avanços do gerencialismo na educação básica. **Revista Teias**. v. 19, n. 54, Jul./Set. 2018. Cotidianos, Políticas e Avaliação.

BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro (On-line), v. 21, p. 1-15, 2011.

BORGHI, R. Que educação é pública? A privatização de um direito. **EccoS – Rev. Cient.**, n. 46, p. 19-32, mai./ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, out. 1988.

BRASIL. **Guia de Tecnologias**. Ministério da Educação/MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/guia-de-tecnologias>> Acesso em: out de 2020.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

INSTITUTO AYRTON SENNA. “**Se liga**”. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga.html>>. Acesso em: out de 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. “**Acelera Brasil**”. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/accelera.html>>. Acesso em: out de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Resultado total Brasil. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2086233>>. Acesso em: out. de 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Resultado rede estadual Tocantins. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2086233>> Acesso em: out. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. TOCANTINS. Governo. História. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>>. Acesso em: out. 2020.

MOTA, N. D. **Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Tocantins tem adesão de 90% dos municípios em 2016**. Notícias. Home 08/12/2016 - 15:51. Governo do Tocantins. Secretaria da Educação, Juventude e Esportes de Tocantins. Disponível em: <<https://educ.to.gov.br/noticia/2016/12/8/sistema-de-avaliacao-da-aprendizagem-permanente-do-tocantins-tem-adesao-de-90-dos-municipios-em-2016/>> Acesso e, out. 2020.

PORTAL CNN. Do interior de Tocantins para o mundo. Lia Mara/Secon. **Parceria com Instituto Ayrton Senna reforçará**

ensino no Tocantins. Política. 18/04/2017 07h48 - Atualizado em 18/04/2017 08h19. Disponível em: <<https://seduc.to.gov.br/noticia/2016/12/8/sistema-de-avaliacao-da-aprendizagem-permanente-do-tocantins-tem-adesao-de-90-dos-municipios-em-2016-/>>. Acesso em out. 2020.

QUEIROZ, Rozilane Soares do Nascimento. **O papel do terceiro setor nas políticas públicas a partir dos anos 1990 no Brasil:** análise da parceria Instituto Ayrton Senna e Seduc –TO na oferta dos programas “Se liga” e “Acelera Brasil” (2004 – 2009). 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2010.

SECRETARIA da Educação, Juventude e Esportes de Tocantins. **História.** Disponível em: <<https://seduc.to.gov.br/institucional/conheca-a-seduc/historia/>>. Acesso em out. de 2020

SILVA, F. X., JACOMINI, M. A. Relação público-privado na educação: produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna (2002-2015) **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 18, n. 58, p. 922-948, jul./set. 2018

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação Juventude e Esportes de Tocantins. Organização dos programas “Se liga” e Acelera Brasil. **Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOETO)** de 26 de Dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173192926/doeto-26-12-2017-pg-24.>>. Acesso: 24/04/2020.

TOCANTINS. Estado. Lei nº 2.139. Publicada no **Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOETO)** nº 2.970 de 3 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e adota outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/30465.pdf>. Acesso em: out. 2020.

TOCANTINS. Estado. **Sistema de Avaliação do Estado de Tocantins - SAETO**. Disponível em: <<https://educ.to.gov.br/professor/saeto/>>. Acesso em: out. 2020.

WIKIPEDIA. **Lista de governadores do Tocantins**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Tocantins>. Acesso em: out. 2020.

Sites consultados

<https://educ.to.gov.br/noticia/2017/4/17/governo-lanca-nesta-segunda-feira-os-programas-de-parceria-com-o-instituto-ayrton-senna/>

<https://bico24horas.com.br/noticia/9-municipios-do-bico-sao-selecionados-para-adesao-aos-programas-do-instituto-ayrton-senna/11380>

<http://www.centronortenoticias.com.br/noticia-1495923002-parceria-com-instituto-ayrton-senna-refor-ar-ensino-no-tocantins>

REGIÃO CENTRO-OESTE

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE GOIÁS: mapeamento dos programas operados por atores privados (2015 – 2018)

Cassia Domiciano
Universidade Federal do Paraná

Márcia Cossetin
Universidade Federal de Rondonópolis - MT

Introdução

Neste capítulo apresentam-se os programas e atores privados localizados no estado de Goiás, fruto da atualização da pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018)”, coordenada por Theresa Adrião. De modo mais específico, evidenciam-se três programas selecionados conforme critérios definidos no âmbito da investigação, sendo eles: capilaridade, incidência e perenidade. Entende-se capilaridade, a abrangência dos programas, ou seja, a diversidade dos segmentos escolares envolvidos, as etapas de escolaridade atendidas e as dimensões da política educativa atingida em sua execução (gestão, currículo e oferta) (ADRIÃO, coord., 2019).

Inicialmente, realiza-se a caracterização do estado em que consta a situação geográfica, política e econômica. Tais características demarcam a posição do estado nesses diferentes contextos ajudando na compreensão do processo de privatização que se materializa na rede estadual de ensino. Em seguida, expõe-se todos os programas encontrados no período de 2005 a 2018 para evidenciar, de forma mais detalhada, os três que se enquadram nos critérios definidos para seleção.

Caracterização do estado de Goiás

O estado de Goiás localiza-se na região centro-oeste do Brasil, com uma extensão territorial de 340.086 km². A população total do último Censo realizado no ano de 2010 era de 6.003.788 milhões de habitantes e densidade demográfica de 19,93 habitantes/km² com uma estimativa para o ano de 2020 de 7.113.540 habitantes. É o estado mais populoso da região centro-oeste e seu território compõe-se por 246 municípios (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2010 era de 0,735, índice considerado alto o que classificava o estado na oitava posição em relação aos demais estados da Federação e Distrito Federal. Conforme dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Goiás (SEGPLAN) o número de pessoas consideradas pobres entre os anos de 2004 e 2014 decresceu 29%. Em relação à extrema pobreza a SEGPLAN indicava, no mesmo período, 66.398 mil pessoas, 198.261 pessoas a menos durante o intervalo em destaque (GOIÁS, 2017). Ressalta-se que tais dados coincidem com um período em que os índices relacionados à pobreza caíram em todo país. De acordo com Silva (2017), de 2004 a 2014 a pobreza caiu 68% no Brasil, uma média de 10% ao ano, fato que não se replicou para os anos posteriores. Paula e Pires (2017) indicam crescimento negativo médio de -3,7% nos anos de 2015-2016 no Brasil.

A economia do estado tem como atividades centrais o agronegócio – relacionada à agricultura (soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão) e pecuária – e estaria explorando a indústria nos setores de sucroalcooleira e automotivo. No ano de 2010, segundo dados do IBGE o Produto Interno Bruto de Goiás totalizou 106.772 milhões de reais o qual dividido pela sua população (6.155.266), representava um per capita de 17.346,44 milhões.

Quanto à configuração política, observa-se no quadro 1 a reeleição de todos os governadores, com destaque para o governador Marconi F. Perillo Júnior (PSDB) que esteve à frente do executivo por quatro mandatos.

Conforme Josimar Gonçalves da Silva (2013), Marconi Perillo Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em coligação com o Partido da Frente Liberal (atual Democratas), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Progressista (PP) e Partido Social Democrática Cristão (PSDC – Atual Democracia Cristã), quebrou a hegemonia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda que por dezesseis anos manteve-se no executivo estadual.

Quadro 1 – Governadores do estado de Goiás (2005-2018)

Nome	Partido	Período
Ronaldo Ramos Caiado	Democratas DEM	01/01/2019 atual
José Eliton de Figuerêdo Júnior	Partido da Social Democracia Brasileira PSDB	07/04/2018 31/10/2018
Marconi F. Perillo Júnior	Partido da Social Democracia Brasileira PSDB	01/01/2011 07/04/2018
Alcides Rodrigues Filho	Partido Progressista PP	31/03/2006 31/12/2010
Marconi F. Perillo Júnior	Partido da Social Democracia Brasileira PSDB	01/01/1999 31/03/2006

Fonte: Secretaria de Estado da Casa Civil – Goiás¹. Elaboração das autoras.

Na eleição seguinte (2005), a coligação entre PSDB, PP e outros partidos se manteve e com apoio de Perillo Júnior, Alcides Rodrigues do PP ascende ao poder, mantendo a força política desses partidos no estado. A vitória dessa coligação se repete nos dois pleitos seguintes (2010 e 2015). No final do quarto mandato (2018), Marconi Perillo Júnior renuncia ao executivo para disputar o Senado Federal, sem, contudo, obter votação que o fizesse ocupar a cadeira. Naquele mesmo ano, Ronaldo Caiado do Democratas foi eleito em primeiro turno com 59,73% dos votos, assumindo a gestão em 2019 (MORAIS, 2018).

¹ Disponível em: <https://www.casacivil.go.gov.br/noticias/615-governantes-republica.html>. Acesso em: 12 set. 2020.

Educação no estado de Goiás

A educação em Goiás, como na maioria dos estados brasileiros, percorre longo caminho até chegar à maioria da população. Com o estado sob forte influência oligárquica (FREITAS, 2017, p. 36), “[...] as iniciativas em alterar a estrutura do ensino tiveram início nos primeiros anos da República, com a aprovação da Lei nº. 38, de 31 de julho de 1893”. Pela lei, a instrução pública no estado teria dois graus: primário e secundário. O primário sob o financiamento e responsabilidade dos municípios e o secundário, de competência do estado, oferecido nos Liceus (FREITAS, 2017).

Conforme Freitas (2017) mesmo com previsão de multa, o estado não foi capaz de cumprir suas responsabilidades e a hegemonia política da oligarquia dos Bulhões², com forte apoio à livre iniciativa, fez com que o ensino privado ganhasse ressonância na administração pública. Se o estado não tinha condições materiais e financeiras para cumprir a lei, tampouco as tinham os municípios. De acordo ainda com Freitas (2007), a partir de alteração legal posterior – Lei nº. 186, de 13 de agosto de 1898 – o estado se responsabilizava pelas escolas primárias subvencionadas, pela rede pública do ensino Normal, secundário, profissional e superior, ficando para os municípios as escolas primárias públicas e para a iniciativa privada o ensino primário, secundário e superior.

A expansão mais acentuada da educação pública se materializou no final dos anos de 1970 e início dos oitenta. Freire

² De acordo com Miriam Fábila Alves (2007), os Bulhões foram o primeiro grupo hegemônico a firmar-se na direção do estado de Goiás, chefiado por Leopoldo de Bulhões, com forte apoio federal, mantiveram-se no poder de 1892 – 1905; em seguida, firma-se no executivo estadual Xavier de Almeida que inicialmente mantinha o apoio e as relações políticas com os Bulhões, mas que rompe com seus apoiadores anos depois por divergências políticas e disputas acirradas. Por último, mediado por um acordo do presidente Wenceslau Braz entre as “[...] facções políticas goianas” (ALVES, 2007, p. 58), os Caiado ascendem ao poder no estado de GO.

(2017), com base em outros autores (MAFRA; CAVALCANTI, 1992; CARNEIRO, 1984), afirma que o crescimento do número de vagas e escolas se deu sob a redução dos salários dos docentes e sua consequente pauperização, tempo histórico em que ganham força as organizações sindicais representativas dos professores tendo em vista a crescente reivindicação por melhores condições de salário e trabalho. Freire (2017), fundamentado em Carneiro (1984), indica também que o quadro de expansão da rede escolar de forma precária se acentuou na medida em que a proporção dos recursos destinados à educação diminuiu de forma dramática entre os anos de 1960 e 1980, saindo de 21,03% na década de 1960 para 10,25% no início dos anos de 1980, redução da ordem de 10,78%.

Com muitas semelhanças a outros estados brasileiros, Goiás chega ao século XXI – ano 2018 – totalizando 4.400 escolas, somando-se as da rede estadual (1.568), municipal (1.659), federal (26) e privada (1.147). As tabelas e gráficos a seguir mostram o movimento das matrículas e dos estabelecimentos educacionais no intervalo de 2005 e 2018.

Tabela 1 – Estabelecimentos estaduais e privados que ofertam o Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural) em Goiás – 2005/2018

Ano	Ensino Fundamental Regular (Urbano e Rural)			Ensino Médio Regular (Urbano e Rural)		
	Estadual	Municipal	Privado	Estadual	Municipal	Privado
2005	1.043	1.960	799	553	14	247
2018	916	1.652	856	652	07	291

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas (2005; 2018). Elaboração das autoras.

Os dados da tabela 1 mostram que o número de estabelecimentos que ofertam o ensino fundamental na rede pública reduziu no período em destaque. De 2005 para 2018 o decréscimo da rede estadual correspondeu a 12,18% e da municipal 15,72%, já o segmento privado cresceu 7,14% indicando que o governo do estado vem, gradativamente, se desobrigando do Ensino Fundamental nos últimos anos. Para o Ensino Médio

verifica-se crescimento tanto no setor público estadual, quanto no segmento privado. Em números absolutos, o estado ampliou 99 estabelecimentos e a iniciativa privada 44. A quantidade de unidades municipais diminuiu de 14 para 7.

Tabela 2 – Total de matriculados nas escolas estaduais e privadas nos Ensinos Fundamental e Médio regular (urbano e rural) em Goiás – 2005/2018 (nº abs)

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Pública	Estadual	Privada	Pública	Estadual	Privada
2005	888.525	415.882	140.607	234.500	232.136	35.852
2018	712.076	248.448	165.517	200.483	192.656	32.929

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Pela Tabela 2 observa-se que as matrículas do Ensino Fundamental e Médio decaem 19,86%, o que em números absolutos correspondeu a 176.449 vagas. Desse total 167.434 (94,89%) pertenciam à esfera estadual, explicitando mais uma vez o descompromisso do estado para com a oferta de vagas públicas. O segmento privado avançou sua oferta em 17,72% no mesmo período, ocupando o espaço deixado pelo estado. No Ensino Médio houve queda nas vagas ofertadas em todas as dependências administrativas, a rede pública decresceu 14,51%, o estado 17,01% e a rede privada 8,16%, mais uma vez evidencia-se o maior encolhimento do estado na quantidade de matrículas.

Gráfico 1 – Matrícula Total – Ensinos Fundamental e Médio Regular (Rede Pública, Estadual e Privada): 2005-2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Sob o lema de “[...] ser referência nacional em educação” (GOIÁS, s/d, p. 6) o governo de Marconi Perillo implementa, em 2011, o “Pacto pela Educação”, programa que orientava a reforma educacional estadual a qual se pautava em cinco pilares, dentre eles a remuneração dos profissionais da educação por mérito, via avaliação do sistema estadual de ensino. Os cinco pilares descritos em documento de apresentação do programa são:

1) Valorizar e fortalecer o profissional da educação; 2) adotar práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem; 3) reduzir significativamente a desigualdade educacional; 4) estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito; 5) realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino (GOIAS, s/d, p. 6).

Previsto no “Pacto pela Educação”³, Goiás inaugura dois modelos de avaliação externa em 2011 chamado, conforme Elizabete de Paula Pacheco (2017), de Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego) e Avaliação Diagnóstica. A prova Saego avalia a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio nos moldes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os resultados compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás (Idego) que servem para comparar aos índices gerados pelas avaliações externas nacionais.

O segundo instrumento avaliativo, Avaliação Diagnóstica, averigua bimestralmente a aprendizagem dos estudantes de todas as escolas da rede estadual. De acordo com Pacheco (2017), até 2014 participavam todos os discentes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, dos três anos do Ensino Médio, do Ensino Médio semestral e da 3ª etapa da Educação de Jovens e Adultos. Reformulada em 2015, a Avaliação Diagnóstica muda de nome para “Avaliação Dirigida Amostral”, mantém aplicação de forma

³ Programa detalhado mais à frente.

bimestral sendo uma no início e outra no final do bimestre, a escolha da escola para realizar a avaliação define-se por sorteio e, além de Matemática e Língua Portuguesa, acresce-se a disciplina da área de Ciências da Natureza (PACHECO, 2017).

A partir dos pilares definidos no Pacto pela Educação, Priscila de Oliveira Moura (2017) aponta o uso de prêmios/bônus para os docentes, estudantes e escolas que se “destacavam” nos resultados avaliativos, fato que teve repercussão direta na política do Plano de Carreira dos docentes que perderam a gratificação por titulação e passaram a ser premiados pelos resultados alcançados nas provas estaduais, resultados que conjugavam diferentes critérios, incluindo a nota do aluno. À escola, destina-se prêmio em dinheiro, os recursos recebidos se direcionam ao investimento em melhorias no equipamento escolar, aos “melhores” estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio, identificados pelas notas na avaliação estadual, também se dirigem bonificações (MOURA, 2017).

A educação em Goiás tem várias especificidades a serem exploradas que não cabem no escopo deste capítulo, porém vale o destaque. O estado é pioneiro na transferência da gestão de escolas estaduais à Polícia Militar, segundo Míriam Fábila Alves, Mirza Seabra Toschi e Neusa Sousa Rêgo Ferreira (2018) a expansão desse modelo se efetiva no governo de Marconi Perillo em três momentos: 2013, 2015 e 2017. As autoras anunciam como um dos motivadores a greve dos docentes, em 2015, que durou 58 dias, sendo uma atitude de resposta do governador ao movimento dos docentes. Destacam ainda, que os anos em que aumenta o número de colégios com gestão delegada à polícia, coincidem com o final do mandato do governador no executivo estadual e dada a aceitação desta política pela população, torna-se moeda de troca eleitoreira.

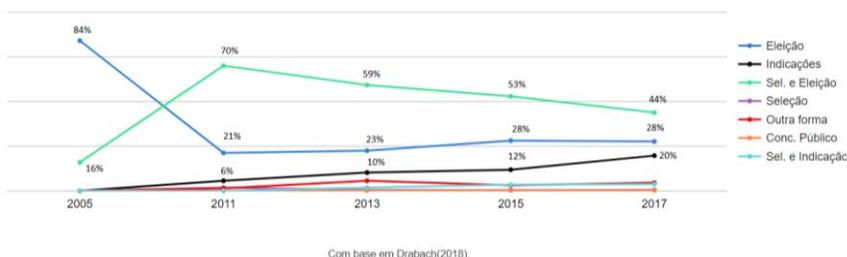
Além dos colégios estaduais com gestão militar, Marconi Perillo tenta, sem sucesso, transferir a gestão das escolas estaduais às Organizações Sociais nos moldes das *Charters Schools*⁴

⁴ As escolas *Charter*, são escolas ‘sob contrato’, financiadas com recursos públicos, porém geridas por instituições privadas. Este modelo se espalhou pelos Estados

americanas no ano de 2016. Sob forte pressão de professores, estudantes e sindicato da categoria, além da intervenção do Ministério Público goiano, o modelo não sai do papel (NAZARETH, 2019).

A reforma educacional goiana, aprofundada sob a gestão de Perillo, parece implicar diretamente no processo de ocupação do cargo de diretor escolar no estado. Ainda que Drabach (2018) afirme que os estados da região Centro-Oeste sejam os menos adeptos às indicações de dirigentes escolares e aqueles que se utilizam de mecanismos mais democráticos, os percentuais do gráfico 2 mostram que tais processos (eleição e seleção e eleição) encontram-se em queda no intervalo analisado, enquanto as indicações estão em ascensão.

Gráfico 2 – Forma de provimento de diretores das escolas estaduais de Goiás (2005-2017)

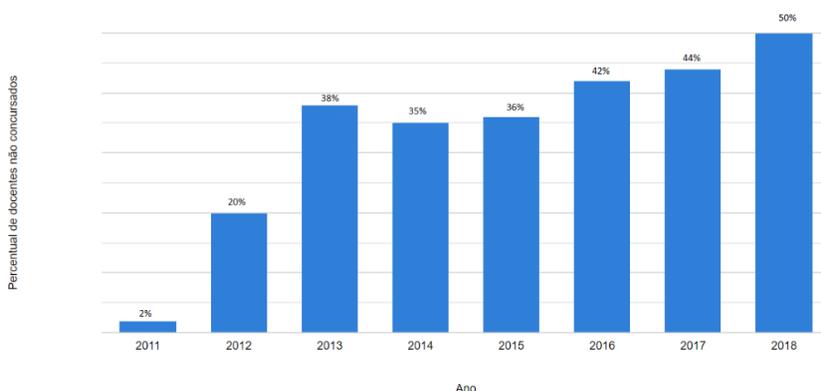


Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020).

A contratação de docentes não concursados também se torna crescente em Goiás, conforme se visualiza pelo Gráfico 3.

Unidos no início dos anos de 1990 após as reformas educacionais ocorridas no país. As escolas *Charters* gozam de certa autonomia frente às regulações distritais, a regulamentação varia de distrito para distrito e tem como um dos elementos fundantes, a escolha dos pais ou *school choice* (BIERLEIN, 1993).

Gráfico 3 – Distribuição de docentes não concursados em exercício em Goiás (2011-2018) (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Observa-se pelo gráfico 3 que a queda de docentes concursados se acentua a partir de 2013. O estado sai de 2% de professores contratados em 2011 e chega a 50% de todos os profissionais da rede em 2018, movimento que coincide com o aprofundamento das políticas gerencialistas do governo de Marcone Perillo.

Programas operados por atores privados no estado de Goiás: 2005-2018

Na primeira etapa da pesquisa *Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)*, coordenada por Theresa Adrião, o estado de Goiás apresentava, um programa na dimensão oferta (MOEHLECHE, 2019), três na gestão (GARCIA, 2019) e nove na dimensão currículo (BORGHI, 2019). Na atualização da coleta de dados até 2018, prevista para segunda etapa da pesquisa *Análise do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*, coordenada por Theresa Adrião e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), localizaram-se outros três

programas voltados ao currículo, dentre esses, um interferia também na gestão. Ao todo somam-se 14 programas operados por atores privados, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Programas atuantes nas dimensões oferta, gestão e currículo no estado de Goiás: natureza das instituições, público-alvo e etapa de escolaridade (2005 – 2018)

Dimensão	Número de Programas	Número de Instituições privadas envolvidas	Natureza prevalecte das instituições (%)	Público-alvo prevalecte (%)	Etapa de ensino prevalecte (%)
Oferta	1	1	Instituto (100%)	Estudantes, Gestores (100%)	Ensino Médio (100%)
Gestão	4	5	Fundação, OSCIP, Empresa, Instituto (25% cada)	Gestores (29%)	Ensino Médio (60%)
Currículo	12	19	Instituto (47%)	Estudantes (61,12%)	Ensino Médio (43%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de Adrião (coord.). *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil* (2005-2015). 2018/CNPQ- Fapesp.

Os dados do Quadro 1 mostram que em Goiás os programas com instituições privadas concentram-se na dimensão currículo, com 19 instituições envolvidas⁵, sendo 47% delas Institutos, 33% Empresas, 13% Associações e 6% correspondem às Fundações. Na dimensão gestão, GO totaliza quatro programas, nos quais participam 22 instituições, dentre elas 47% Institutos, 33% Empresas, 13% Associações e 7% Fundações. Na dimensão oferta, o estado mantém um programa que se volta para estudantes e gestores com a participação do Instituto Unibanco.

O público-alvo prevalecte dos programas que pertencem à dimensão oferta é professores e gestores (100%), à dimensão gestão, gestores (29%) e à dimensão currículo, estudantes (61,12%). Em todas as dimensões os programas focalizam a etapa do Ensino Médio.

⁵ Diferentes instituições privadas se concentram em um mesmo programa, deste modo a somatória de atores privados não coincide com a quantidade de programas.

De modo geral, nota-se em Goiás que a maioria das instituições privadas que mantêm programas com o governo do estado constituem-se por institutos, empresas e fundações. No quadro 2, organizam-se os programas e atores privados que atuam ou atuaram em conjunto com o governo estadual de Goiás no intervalo de 2005-2018.

Nota-se que a maioria dos Programas se voltam aos estudantes do Ensino Médio. Conforme Rafael Moreira do Carmo (2014), o Ensino Médio está mais fortemente no foco das políticas educacionais, depois do lançamento do “Pacto pela Educação” em 2011, no segundo mandato de Marconi Ferreira Perillo Júnior (PSDB). Para Carmo (2014) as políticas para o Ensino Médio adquirem cada vez mais caráter empresarial e privatistas com a implementação do Pacto que tem sua proposição e efetivação realizada pela consultoria privada *Bain & Company* e financiamento do Movimento Brasil Competitivo, entidade composta por empresas privadas que financiam projetos governamentais e particulares sobre modelos de gestão. O Pacto, como já destacado, apresenta diretrizes e metas do governo para a reforma educacional, a qual como já mencionado baseia-se em cinco pilares e se subdivide em 25 metas a serem atingidas (GOIÁS, 2011). Pode-se dizer que o Pacto pela Educação é o plano guarda-chuva sob o qual estão os demais programas educacionais implementados em Goiás como: Projeto “Ser Pleno”, Programa “Jovem do Futuro” e “Novo Futuro”. Tais programas são os mais longevos e os de maior capilaridade e abrangência no estado, por isso os selecionados para aprofundamento neste trabalho.

Quadro 2 – Programas operados por atores privados em Goiás (2005-2018)

Programas	Dimensão	Início	Tempo de vigência	Instituições privada	Natureza da Instituição	Etapa	Público-Alvo
Mediação Inovadora	Currículo	2011	SI	Planneta Educação; Grupo Vitae Brasil	Empresa	SI	Professores
Projeto Educação Digital	Currículo	2007	SI	Brasil Telecom	Empresa	SI	Estudantes, Professores
Projeto Escola Digital	Currículo	2018	1 ano	Vivo, Instituto Natura, Fundação Telefônica, Fundação Lemann, Instituto Inspirare	Empresa, Instituto, Fundação	SI	Gestores, Professores, Estudantes
Aprender Mais	Currículo	2018	1 ano	Instituto Ayrton Senna	Instituto	Ensino Fundamental; Ensino Médio	Estudantes
Diálogos Socioemocionais	Currículo, Gestão	2017	2 anos	3Gen Gestão Estratégica; Instituto Ayrton Senna	Empresa, Instituto	Ensino Médio	Gestores, Professores, Estudantes
Se Liga	Currículo	2012	7 anos	Instituto Ayrton Senna	Instituto	Ensino Fundamental	Estudantes
Projeto Ser Pleno	Gestão, Currículo, Oferta	2011	5 anos (até 2015)	Instituto Jaime Câmara	Instituto	Ensino Fundamental;	Estudantes, professores, gestores
Tutoria	Gestão	2012	SI	Fundação Itaú Social, Academia de Liderança de Nova York	Fundação	SI	Gestores
Programa Jovem do Futuro	Currículo, Gestão, Oferta	2012	7 anos	Instituto Unibanco	Instituto	Ensino Médio	Estudantes, professores, Gestores

Novo Futuro	Gestão, Currículo, Oferta	2011	8 anos	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação; Grupo Sonhus Teatro Ritual	Instituto	Ensino Médio	Estudantes, professores, gestores
Aluno Monitor	Currículo	SI	SI	Microsoft	Empresa	Ensino Fundamental	Estudantes
Pacto pela Educação	Gestão	2011	5 anos (até 2015)	Movimento Brasil Competitivo; Bain & Company	OSCIP, Empresa	Ed. Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio	Estudantes, Gestores, Professores
Acelera Brasil	Currículo	2012	6 anos	Instituto Ayrton Senna	Instituto	Ensino Fundamental	Estudantes

Obs.: SI - Sem informação

Fonte: Elaboração própria, a partir de Adrião (coord.). *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)*. 2018/CNPQ- Fapesp

Projeto Ser Pleno

O Projeto “Ser Pleno” insere-se nas ações adotadas pelo estado de Goiás para ampliar a jornada escolar dos estudantes das escolas estaduais. A expansão do tempo de escolaridade em Goiás data de 2006, conforme Flávia Osório (2018) a normatização para tal implementação sustentava-se, em seu início, por portarias da Secretaria Estadual de Educação¹. A autora afirma que a proposta partia dos gestores interessados em implantar o ensino em tempo integral e após aprovação da Coordenação de Ensino Fundamental, a Seduc expedia portaria de autorização. Segundo ainda Osório (2018), o projeto piloto de escolas de tempo integral começou pelos anos iniciais do Ensino Fundamental e teve sua expansão prevista de forma gradativa para os anos finais (OSÓRIO, 2018).

De acordo com informações no *site* da Seduc-GO o número de escolas de Ensino Fundamental em período integral chegou a 554 no ano de 2012 e a 882 em 2018, ampliação estimulada pelo Programa Mais Educação do governo Federal e com a atuação do Instituto Jaime Câmara, por meio do qual, o governo estadual instituiu o Programa “Ser Pleno”. Em notícia veiculada na página do Conselho Estadual de Educação de Goiás tem-se que:

O Ser Pleno foi idealizado pela secretária Raquel Teixeira em 2011. À época, ela ocupava o cargo de diretora-executiva da Fundação Jaime Câmara e também presidia o Instituto Jaime Câmara. [...] (CONSED, 2015, s/p).

De acordo com informações no *site* Grupo Jaime Câmara, o Instituto foi fundado em janeiro de 2011, o Instituto é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo:

[...] desenvolver estudos, pesquisas e projetos que ajudem a construir modelos inovadores na área da Educação, que depois de avaliados e

¹ A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (Seduc) foi desmembrada em três Secretarias pela Lei Estadual n. Lei Estadual nº 20.417, em 6 de fevereiro de 2019, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Secretaria de Esporte e Lazer (GOIÁS, 2019).

validados, poderão ser oferecidos às redes de ensino públicas no Brasil, com a possibilidade de se tornarem políticas públicas. (s/p)

O instituto é o “braço social” do Grupo Jaime Câmara, instituição privada da área da comunicação cuja história remonta os anos de 1935 em Goiás. O Grupo inicia suas atividades com a edição do jornal *O Popular* em 1938. Em 1961, incorpora a Rádio Anhanguera ao Grupo que mais tarde se tornaria a TV Anhanguera em Goiânia. O Grupo Jaime Câmara se torna hegemônico na região com a expansão de dez emissoras de TV e outras sete de rádio AM e FM. No ano de 2008 torna-se a primeira afiliada da TV Globo e em 2013 lança o jornal *Daqui Tocantins*, em Palmas, jornal que atingiu o 3º lugar em circulação no país em 2007, com a marca de 200 mil exemplares vendidos (GRUPO JAIME CÂMARA, 2020, s/p)².

Na página do Grupo Jaime Câmara, consta de maneira superficial que em 2012 o Instituto Jaime Câmara, em ação conjunta com a Seduc-GO, iniciou o Projeto “Ser Pleno” em duas escolas de ensino fundamental, entretanto, não se localizou regulamentação ou documentação sobre o Projeto. Pesquisa de Rosinei Abadia Damásio (2018), informa que a regulamentação do “Ser Pleno” se deu em novembro de 2014 com a publicação da Lei nº. 18.671 (DAMÁSIO, 2018), um ano depois de o jornal *O Popular* noticiar que o Instituto Jaime Câmara transferira o “domínio autoral” do “Ser Pleno” à Seduc (INSTITUTO JAIME CÂMARA, 2016)³.

A Lei nº. 18.671/2014 elenca 10 escolas estaduais de ensino fundamental que, a partir de 2015, estenderam a carga horária de ensino. As diretrizes dispostas na lei compreendem:

I – jornada escolar em turno de 10 (dez) horas; II – permanência do docente na unidade escolar por 40 (quarenta) horas semanais de efetivo trabalho, na qual se inclui carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, com direito à remuneração por 60 (sessenta) horas/aulas; III – adoção de planejamento pedagógico-educacional coletivo e tempo de estudo

² Disponível em: <https://www.gjccorp.com.br/#/grupo/historia> - Acesso em 21 dez. 2020.

³ Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/instituto-jaime-c%C3%A2mara-passa-projeto-ser-pleno-ao-estado-1.1106384> – Acesso em 21 dez. 2020.

envolvendo o corpo docente, grupo gestor e coordenação pedagógica, a serem cumpridos na unidade escolar, sendo consideradas essas atividades como de efetivo trabalho; IV – adoção da prática de reagrupamento dos estudantes de acordo com as metas de aprendizagem definidas no projeto pedagógico da unidade escolar, observados os princípios do Projeto Ser Pleno; V – flexibilização da matriz curricular para atender às necessidades da unidade escolar e aos princípios da Educação Integral em Tempo Integral, considerados os princípios do Projeto Ser Pleno, estimulando o processo de aprendizagem a partir do desempenho cognitivo e desenvolvimento de habilidades não cognitivas, garantidas a equidade e a excelência do processo educacional (GOIÁS, 2014, s/p)

Embora a lei mencione os “princípios do Projeto ‘Ser Pleno’” não se localizou documento publicado que os explicitem. Entretanto, na investigação de mestrado de Damásio (2018), a autora elenca sete características referenciando-se no Projeto “Ser Pleno”, dentre elas, cinco coincidem com os incisos I a V, dispostos no Art. 3º da Lei n. 18.671/2014. Comparando ambos os textos - de Damásio (2018) com a lei aprovada – ficaram de fora do corpo legal:

6. facilitadores para o trabalho de mediação entre o IJC e a Seduce; 7. as condições de trabalho e salariais dos profissionais contratados temporariamente devem ser iguais aos trabalhadores efetivos, para que não se consolide um espaço de desigualdades e, conseqüentemente, de enfraquecimento do coletivo (DAMÁSIO, 2018, p. 108).

No texto da lei não há menção sobre os facilitadores. Quanto à atuação dos docentes nas escolas de tempo integral, sua participação condiciona-se à aprovação em processo seletivo o qual, “[...] além de exame de conhecimentos e comprovação de experiência, avalia competências específicas, consoante ato normativo próprio a ser editado pelo titular da Secretaria de Estado de Educação” (GOIÁS, 2014, s/p).

Participam do processo seletivo, servidores titulares de cargo de provimento efetivo de professor, tanto do Quadro Permanente, quanto do Quadro Transitório⁴, desde que façam adesão voluntária

⁴ É considerado do Quadro Transitório, servidor concursado que não tenha habilitação para o exercício da docência. (GOIÁS, 2018, s/p)

ao regime de dedicação plena e integral, ou seja, à carga horária de 40 horas semanais exclusivas na escola em que está lotado, vetada qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada durante o horário de funcionamento da unidade educacional (GOIÁS, 2014, s/p). Para se manter no quadro do magistério das escolas de tempo integral, o docente precisa alcançar aprovação nas avaliações de desempenho realizadas periodicamente com base nas atribuições relativas ao cargo além de cumprir jornada de 40 horas semanais de trabalho “[...] em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada” (GOIÁS, 2014, s/p).

O art. 7º da Lei nº 18.671/2014, atribui ao Secretário de Estado da Educação a definição das metas a serem atingidas pelas escolas, bem como a definição do processo avaliativo. Ainda neste mesmo artigo, § 2º, permite-se o auxílio de organizações da sociedade civil à Administração para “[...] construção de modelos inovadores na área do ensino público”, com ou sem transferência de recursos financeiros. (GOIÁS, 2014, s/p.)

A Lei nº 18.671/2014 é revogada pela de nº. 19.687, em 22 de junho de 2017. Nesta última, as características essenciais até aqui descritas se mantêm, porém, acrescem-se ao corpo legal as unidades educacionais de Ensino Médio; detalha o valor da gratificação dos docentes lotados nestes Centros de Ensino de Período Integral (CEPI) – nomenclatura atualizada na lei mais recente – que nos valores de 2017 correspondia a R\$ 2.000,00 (dois mil reais mensais), limitados a quantidade de 3.800 docentes; explicita que a Gratificação de Dedicação Plena e Integral (GDPI) não se incorpora à remuneração e aos proventos do profissionais que atuam nos CEPI, tampouco pode ser “[...] considerada ou computada para fins de concessão ou de cálculo de vantagens financeiras de qualquer natureza, inclusive incidência previdenciária, salvo férias e décimo terceiro salário”(s/p); permite a contratação de professores temporários e, por fim, relaciona os 176 equipamentos transformados em Centros de Ensino de Período Integral (CEPI), quantidade que congrega unidades que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio (GOIÁS, 2017).

Programa Novo Futuro

No pacote do Pacto pela Educação, instituído em 2011 no estado de Goiás, encontra-se o Programa “Novo Futuro”. Considerados pelo governo estadual como os pilares principais para melhoria dos índices educacionais e redução da evasão escolar, os Programas que ampliam a jornada dos estudantes e professores são os que ganham destaque na gestão Marconi Perillo. Se o “Ser Pleno” se volta ao Ensino Fundamental, o “Novo Futuro” direciona-se ao Ensino Médio.

De acordo com informações no portal da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) o objetivo do Programa é ampliar o tempo escolar com qualidade para atender estudantes do Ensino Médio. O Programa responde às demandas do Pacto pela Educação do Estado de Goiás atendendo as unidades de ensino com melhoria da infraestrutura, valorização do profissional e ensino de excelência. O Programa “Novo Futuro” integrante tem por função estruturar os Centros de Ensino em Período Integral e garantir a implantação e acompanhamento do programa. Assim, os CEPI, por meio da Lei nº 17.920/2012⁵, pauta-se em um modelo pedagógico diferenciado baseado em várias experiências de sucesso no País.

Anunciada como proposta “experimental”, o governo estende a jornada de 15 unidades escolares em 2013 e de outras 7 em 2014, no âmbito do Programa “Novo Futuro” (RODRIGUES, 2016). O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), de Pernambuco, é a organização responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do referido programa, de modo que sua atuação, conforme Renato Ribeiro Rodrigues (2016, p. 112), compreende “[...] fornecimento de material de apoio e treinamento de recursos humanos no processo de implantação e implementação dos CEPIs goianos.”

De acordo com Adrião e Garcia (2014, p. 115):

⁵ Revogada pela Lei 19.687, de 22 de junho de 2017.

O ICE foi responsável pela reforma do ensino médio iniciada em 2007 no Estado de Pernambuco na qual se instituiu, segundo informações do próprio Instituto, um modelo de *cogestão* das escolas: o poder público se responsabiliza por investir recursos necessários ao custeio da escola enquanto sua gestão ficava a cargo do ICE. [...]

Na página do ICE, a missão anunciada é

Contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, através da aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão, objetivando a formação integral do jovem nas dimensões pessoal, social e produtiva, tendo como fundamentos:

Uma CAUSA: o ensino público de qualidade

Uma MARCA: a corresponsabilidade

Um DESAFIO: a criação de novos desenhos institucionais (ICEBASIL, 2020, n.p.)

Referente à seleção dos profissionais que atuam nos CEPIS, a carga horária e a bonificação salarial seguem a Lei nº. 19.687/2017 a qual regula todo processo de ensino integral no estado do qual fazem parte o Projeto “Ser Pleno”, apresentado no subitem anterior, e o Programa “Novo Futuro”.

Programa Jovem do Futuro

Informações presentes na página da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, indicam que o Programa “Jovem do Futuro” se inicia em 2012, tornando-se a estratégia de gestão das unidades de Ensino Médio integral, a partir da adoção do Programa Ensino Médio Inovador – Projeto Jovem do Futuro.

Priscila de Paula Rodrigues (2016) ao estudar o Programa “Jovem do Futuro”, informa que este Programa surge “[...] dos esforços empreendidos pelo Instituto Unibanco na elaboração de projetos próprios com vistas a assumir um lugar de destaque na área educacional” (RODRIGUES, 2016, p. 90).

Com base nos relatórios do Instituto, a autora localiza o anúncio do Programa “Jovem do Futuro” em 2006 e seu início efetivo em 2007, especificamente em três escolas paulistanas,

observa ainda, que o Programa se estrutura ao longo de sua aplicação embasado na articulação das seguintes fases: implementação laboral, validação, sistematização e disseminação.

Maria Aparecida Canale Balduino (2020) também embasada nos relatórios do Instituto Unibanco complementa que em 2008 esta organização amplia sua atuação para 20 instituições de ensino de Minas Gerais e 22 do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, 2009, outras 41 escolas paulistas implantam o “Jovem do Futuro”, deste total, 21 se localizavam na região metropolitana da capital e 20 em municípios da região do Vale do Paraíba. Ao final de 2010, de acordo com a autora, o Projeto “Jovem do Futuro” completou o ciclo de três anos de implantação, oferecendo, portanto, “subsídios de validação do projeto e sua posterior disseminação e aplicação em larga escala.” (BALDUÍNO, 2020, p. 9)

Os anos iniciais do “Jovem do Futuro” serviram de base para o Instituto Unibanco organizar material para oferecer o Projeto em outros estados do Brasil. Balduino (2020) identifica no relatório de 2010 o “Cardápio de Metodologias – Propostas pedagógicas para aplicação em escolas públicas de Ensino Médio”, considerado pelo Instituto, instrumento importante para consolidar uma nova cultura de gestão. (BALDUÍNO, 2020, p. 9).

Articulados aos governos em diferentes esferas da federação, ações como as organizadas pelo Instituto Unibanco via Projeto “Jovem do Futuro”, ganham estímulo e *status* de política com o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, durante o segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva. Conforme texto da Portaria 971/2009, o ProEMI objetiva promover melhorias no Ensino Médio por meio de expansão de vagas, reestruturação curricular e o diálogo com os sujeitos que compõem essa demanda, com o apoio técnico e financeiro da União (BRASIL, 2009).

Vale lembrar que essa movimentação do setor empresarial por dentro da máquina burocrática do Estado, fortalece-se na primeira década dos anos 2000, com o Movimento Todos Pela Educação, que se apresenta com a missão de [...] engajar o poder público e a sociedade

brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade” (TPE, 2015, p. 4).

Outro dado relevante relaciona-se a junção, no ano de 2012, do Programa Ensino Médio Inovador com o Projeto “Jovem do Futuro”, conforme destaca Balduino (2020), passando a se chamar Ensino Médio Inovador/Jovem do Futuro (ProEMI/Jovem do Futuro).

A esse respeito, a autora chama atenção para dois pontos, o primeiro refere-se ao antagonismo dessas propostas, pois, na visão da autora o ProEMI volta-se à “[...] inovação curricular, com foco no Ensino Médio integrado e integral” (BALDUÍNO, 2020, p. 10), já o Projeto Jovem do Futuro se “fundamenta na concepção de Gestão Escolar para Resultados [...]” (BALDUÍNO, 2020, p. 10). O segundo ponto, é que a previsão financeira direcionada para expansão do Ensino Médio integral via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), passa a ser empregado e dividido para implementação da gestão para resultados, em que o maior articulador da política é o Instituto Unibanco.

Considerações Finais

Excetuando o *Projeto Educação Digital*, todos os demais programas localizados em Goiás se iniciaram na gestão de Marconi Perillo (PSDB), governador que permaneceu maior tempo à frente do executivo estadual e cujas políticas de cunho gerencialista estiveram presentes durante todo seu governo.

Na educação algumas características gerencialistas se materializam na transferência das responsabilidades da execução da política educativa para o setor privado com financiamento público, na implantação de política de bonificação para o pagamento de professores, na gestão focada em resultados (DRABACH, 2018) características presentes nos programas encontrados em Goiás.

O “Ser Pleno”, o “Jovem do Futuro” e o “Novo Futuro” ultrapassam uma gestão governamental, todos eles voltam-se à expansão do tempo de escolaridade e interferem diretamente nas

dimensões oferta, gestão e currículo. No que tange o público-alvo, os três programas envolvem estudantes, gestores e docentes. Quanto a etapa de escolaridade atingida, tem-se o “Ser Pleno” que focaliza o Ensino Fundamental e o Programa “Jovem do Futuro” e “Novo Futuro” que enfocam o Ensino Médio.

Os três programas interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, na formação a ser ofertada ao impor “flexibilização” da matriz curricular; alteração na organização da rotina escolar, adequando-a aos objetivos e metas estipuladas nos programas; bonificação para professores; orientam instrumentos avaliativos e mecanismos gerenciais, em uma perspectiva de controle do trabalho e com foco nos resultados.

Dentre as ações previstas pelo governo do estado para implementar os programas em foco encontram-se: a melhoria da infraestrutura escolar; a valorização profissional; o modelo pedagógico diferenciado; o ensino de excelência. Questiona-se: não seriam estas ações para todos e todas? Ao entregar a educação de forma diferenciada à sua população o governo não estaria ferindo o direito à educação de qualidade para todos e todas?

Indaga-se também, os impactos desse processo de privatização na realização do direito humano à educação. No que se refere ao acesso, nota-se pelas matrículas apresentadas que a oferta na rede pública decaiu após a adoção desses programas em Goiás, decréscimo que pode se relacionar a saída de estudantes trabalhadores/ras que veem sua escola ser transformada em unidades de educação de tempo integral, sem que ele/ela possa acessá-la.

É por esses e outros questionamentos que se reafirma a necessidade do aprofundamento investigativo acerca da incidência e capilaridade desses programas e atores privados na educação básica brasileira e especificamente no estado de Goiás. Por fim, é possível concluir que se apresentam diferentes organizações privadas que buscam atuar na educação pública, sobretudo ao tratar-se do Ensino Médio, e essas organizações têm encontrado ressonância e apoio da gestão do estado para estabelecerem-se e indicarem como deve ser a educação pública.

Referências

ADRIÃO, T. et al. **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-15)**, 2020. Disponível em: <https://www.greppfe.fe.unicamp.br/pt.br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 10 ago. 2020

ADRIÃO, Theresa (Coord.). Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para educação pública. **Projeto de Pesquisa**, 2019.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. **Subsídio público ao setor privado**: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/51031/31749>. Acesso em: 22 de dez. 2020.

ALVES; Míriam Fábria; TOSCHI, MIRZA Seabra; FERREIRA, Neusa Souza Rêgo. **A expansão dos colégios militares em Goiás**. Retratos da Escola, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul.-out., 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865> - Acesso em 19 dez. 2020.

CARMO, Rafael Moreira do. **Políticas educacionais no Ensino Médio e seus efeitos sobre o trabalho docente**. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

DAMÁSIO, Rosinei Abadia. **Educação integral e escola de tempo integral**: concepções de professores da rede estadual de educação de Goiás sobre o Projeto Ser Pleno. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/>

4053/2/ROSINEI%20ABADIA%20DAM%c3%81SIO.pdf – Acesso em 21 dez. 2020.

DRABACH, Nadia Pedrotti. **Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas**. 2018. 1 recurso online (265 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

FREITAS, Revalino Antonio de. **O trabalho docente em Goiás**. Editora da Imprensa Universitária: Goiás, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_trabalho_docente.pdf - Acesso em 17 dez. 2020.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. **Lei n. 18.671**, de 13 de novembro de 2014. Implanta, como projeto piloto e em caráter experimental, Unidades Escolares de Educação Integral em Tempo Integral (UEEITI), no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90932/lei-18671 - Acesso em: 21 dez. 2020.

GOIÁS. **Lei n. 19.687, de 22 de junho de 2017**. Cria os Centros de Ensino em Período Integral, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/99003/lei-19687 - Acesso em 22 de dez. 2020

GOIÁS. Goiás dados em 2017. **Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Goiás**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Goiás, 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/goias-em-dados/godados2017.pdf> - Acesso em 9 de dez. de 2020.

GOIÁS. Panorama da Educação Básica em Goiás de 2014 a 2018. Censo Escolar da Educação Básica. **Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**. Maio / 2018 1 IMB – Ano XII – Número 03 – setembro de 2019.

GOIÁS. **Lei Estadual n. 20.417**, de 6 de fevereiro de 2019. Altera a Lei Estadual n. 17.527, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100357/lei-20417#:~:text=I%20%E2%80%93%20a%20Secretaria%20de%20Estado,Secretaria%20de%20Estado%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%3B&text=IV%20%E2%80%93%20a%20Secretaria%20de%20Estado,de%2025%2D06%2D2019. – Acesso em 22 de dez. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do Pacto pela Educação: reforma educacional goiana. Sintego**, Goiânia, set. 2011. Disponível em: <http://www.sintego.org.br/midias/banners/13122013082557.pdf?PHPSESSID=ffafb29fea0424b8dd597030e7fbc4cc>. Acesso em: 06 nov. 2020.

MOURA, Priscila de Oliveira. **O Sistema de bônus/prêmio na reforma Pacto pela Educação (SEDUC/Goiás 2011-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MORAIS, Raquel. Ronaldo Caiado, do DEM, é eleito governador de Goiás no 1º turno. **G1 Globo**, Goiás, 7 de out. 2020. Eleições 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/ronaldo-caiado-do-dem-e-eleito-governador-de-goias-no-1-turno.ghtml> - Acesso em 9 de dez. 2020.

PACHECO, Elizabete de Paula. **Avaliação externa em Goiás na perspectiva de estudantes, professores/as e gestoras: a mercantilização da educação**. 2017. Dissertação (Mestrado em

educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, pág. 125-144, abril de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100125&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 de dezembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>.

RODRIGUES, Renato Ribeiro. **Programa Novo Futuro: entre a legitimidade e a necessidade do Ensino Médio em tempo integral**. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6461/5/Disserta%20c3%a7%c3%a3o%20-%20Renato%20Ribeiro%20Rodrigues%20-%202016.pdf> – Acesso em 22 dez. 2020.

RODRIGUES, Priscila de Paula. **Instituto Unibanco e o Projeto Jovem de Futuro: uma forma de inserção dos empresários nas políticas educacionais para o ensino Médio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/td-21082016-203528/publico/DissertacaodeMestrado corrigida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/td-21082016-203528/publico/DissertacaodeMestrado%20corrigida.pdf) - Acesso em 22 de dez. 2020.

SILVA, Josimar Gonçalves da. Coligações eleitorais para os executivos municipais (1988-2012): influência do partido do governador nas eleições para executivos municipais. In.: III FÓRUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E CIÊNCIA POLÍTICA. 2013, Curitiba. **ANAIS** [...]. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2013, p. 1-27. Disponível em: http://e-democracia.com.br/forumcienciapolitica/edicoesanteriores/2013/especific_files/papers/6MTJ.pdf - acesso em 9 de dez. 2020.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e Silva. Política Social no Brasil: síntese do período de 2004-2014. **International Policy Centre for inclusive growth**, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/pub/port/OP349PT_Politica_social_no_Brasil_sintese_'do_periodo_2004_2014.pdf - Acesso em 09 de dez. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO - TPE. **Quem faz o TPE**, 2016. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-faz/?tid_lang=1. Acesso em: 5 ago. 2019.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL MATO-GROSSENSE: programas e atores privados (2015 – 2018)

Cassia Domiciano
Universidade Federal do Paraná- UFPR

Introdução

A influência de atores privados no âmbito da educação básica pública no Brasil e em outras partes do mundo amplia-se consideravelmente, principalmente, a partir da década de 1990 com a reforma gerencial da administração pública (ADRIÃO; BEZERRA, 2013), materializando inúmeros formatos de acordos entre a esfera pública e a privada para consecução desta política social, seja no âmbito dos sistemas educacionais ou da escola, com inegável impacto sobre a oferta, a gestão e o currículo das redes escolares. (ADRIÃO, 2018; DOMICIANO; 2011; 2020; GARCIA; ADRIÃO, 2018).

Na região Centro-Oeste do país, pesquisa publicada por Garcia e Adrião (2018) identificou cinco programas de privatização da oferta no período de 2005 a 2015, sendo um deles no estado de Mato Grosso. Na dimensão gestão, localizaram treze programas, dos quais, quatro pertenciam ao estado de Mato Grosso (GARCIA; ADRIÃO, 2018).

Nesta pesquisa intitulada “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública” coordenada pela Prof.^a Dr.^a Theresa Adrião (Greppe/Unicamp) propõe-se a atualização da investigação anterior até 2018, assim como

[...] analisar a incidência na política educacional dos principais atores privados e as consequências para o direito humano à educação dos programas educacionais de maior abrangência implementados ou propostos por tais atores nas redes estaduais de educação (ADRIÃO, 2019).

De modo a contribuir com a construção desta segunda fase da pesquisa, este capítulo objetiva apresentar os programas e atores privados localizados no estado de Mato Grosso adotados pela Secretaria Estadual de Educação Esporte e Lazer (SEDUC) no período de 2005 a 2018.

Além desta introdução, o texto traz a caracterização do estado com dados sobre os governos que estiveram à frente do executivo no intervalo delimitado para pesquisa e sobre a rede educacional mato-grossense. Apresenta-se também, de maneira mais geral, todos os programas identificados no período e selecionam-se três considerando os critérios: capilaridade e tempo de vigência igual ou maior que quatro anos. Entende-se capilaridade, a abrangência dos programas, ou seja, a diversidade dos segmentos escolares envolvidos, as etapas de escolaridade atendidas e as dimensões da política educativa atingida em sua execução (gestão, currículo e oferta) (ADRIÃO, 2019). Ressalta-se que em Mato Grosso por não existirem programas que articulem os critérios perenidade e capilaridade, optou-se pelos programas de maior capilaridade ainda que estes sejam mais recentes no estado.

Os dados analisados resultam do levantamento realizado pelo conjunto de pesquisadores envolvidos na investigação, conforme apresentado no capítulo referente à metodologia.

O estado de Mato Grosso: breve caracterização

Mato Grosso é o estado da região Centro-Oeste com maior extensão territorial (903.207,019 km²) e menor densidade demográfica (3,36 hab./km²). Dados do Censo Demográfico de 2010, publicado no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indicavam população de 3.035.122 milhões de habitantes, dentre os quais, 2.482.801 residiam em área urbana e 552.321 em área rural. Nas estimativas de 2018 esse número chegou a 3.441.998, crescimento de 13,41%. Sobre o Produto Interno Bruto (PIB), conforme dados do IBGE, Mato Grosso produziu 56.606

milhões da riqueza nacional, correspondendo a um PIB *per capita* de 18.650,03 milhões, vale lembrar que tal indicativo representa uma estimativa da produção da riqueza por habitante, mas não seu acesso igualitário pela população do estado.

O estado teve seu território desmembrado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1977¹ no então governo de Ernesto Geisel, dividindo-se em 141 municípios agrupados atualmente em 5 regiões geográficas: Cuiabá, composta por 30 municípios, Cáceres, por 21, Sinop, 42, Barra do Garças, por 30 municipalidades e Rondonópolis, por 18 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

De acordo com Fabricio José Missio e Rosimari Rivas (2019), a ocupação e “colonização” em Mato Grosso “uno” (MT e MS) serviu à colônia portuguesa no Brasil império para exploração de metais preciosos e fornecimento de mão de obra indígena para outras localidades do país, com o processo de industrialização, acentuado nos anos de 1950, foi incorporado ao mercado nacional como produtor de bens alimentícios e, mais recentemente, os autores indicam que “a região é produtora de *commodities*² à fim de atender à demanda externa, especialmente do mercado chinês.” (MISSIO; RIVAS, 2019, p. 606).

Território marcado por conflitos agrários (LINO, s/d) e em cujas bases históricas de sua constituição estão os incentivos governamentais (federais e estaduais) para criação de mecanismos institucionais e jurídicos que transformaram terras devolutas e públicas em propriedades privadas, favorecendo assim, grande concentração fundiária (OLIVEIRA, 2018), Mato Grosso é um estado que em 2010 apresentava Índice de Desenvolvimento Humano de 0,725, considerado alto, mas que guardava e guarda desigualdades econômicas muito graves em seu interior.

¹ No ano de 1977 houve a divisão territorial do estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – Lei Complementar nº 77, de 11 de outubro de 1977.

² *Commodities* agrícolas, a saber, soja e milho (MISSIO; RIVAS, 2019).

No que se refere a configuração política do governo do estado no período delimitado para pesquisa (2005-2018), esteve à frente do executivo estadual por quase dois mandatos Blairo Borges Maggi (2003-2007/2007-2010), filiado ao Partido Popular Socialista (PPS), conhecido como um dos mais ricos empresários do ramo do agronegócio, destacando-se na produção da soja. Deixou o governo em março de 2010 para concorrer ao senado federal, eleito para o legislativo, permaneceu no mandato até 2016 quando passou a Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o governo do ex-presidente Michel Temer (BIOGRAFIA, 2020).

Na saída de Blairo Maggi para disputa ao senado, assumiu o executivo o vice-governador Silval da Cunha Barbosa, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Candidato ao pleito de 2011 e vitorioso no primeiro turno, manteve-se como governador até janeiro de 2015, teve a saída marcada por acusação de desvio de dinheiro público usado para saldar dívidas contraídas pelo seu grupo político, acusação confirmada pelo próprio Silval, em depoimento dado em julho de 2017 (ANJOS; SOUZA, 2017).

Nas eleições para 2015 venceu o candidato José Pedro Gonçalves Taques (Pedro Taques), filiado ao Democratas (DEM)³, à época do pleito, ocupava pela primeira vez a cadeira no Senado Federal, licenciou-se em 2014 para concorrer e, posteriormente, assumir o governo do estado de Mato Grosso (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, s/d). Antes do Senado, foi procurador da República nos anos de 1995 a 2010, destacando-se nos casos de desarticulação da quadrilha que atuava na Superintendência da Amazônica (SUDAM) e nas prisões do senador Jader Barbalho (MDB-PA) e do “bicheiro” João Arcanjo Ribeiro (SARDINHA, 2018). Contraditoriamente à sua atuação como procurador, Pedro Taques deixou o governo de Mato Grosso citado em delações

³ Pedro Taques até meados de 2015 pertencia ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), desfilando-se naquele ano por discordar do apoio do partido à presidenta Dilma Rousseff que vinha ameaçada pelo pedido de *impeachment*. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-pedro-goncalves-taques> - Acesso em 01 de dez. 2020.

premiadas que ligavam seu nome à esquema de grampos ilegais (MARQUES, 2018).

Alinhado às políticas do governo federal, Pedro Taques não tarda em defender o ajuste fiscal e propor Projeto de Emenda Constitucional (PEC)⁴ à Assembleia Legislativa para instituir o “Regime de Recuperação Fiscal”. Votada de forma acelerada, a PEC, aprovada pelo parlamento em novembro de 2017, transforma-se na Emenda Constitucional nº 81, em 22 de novembro de 2017, congelando os gastos primários estaduais por cinco anos, metade do tempo proposto pelo governador. Assim, em razão da emenda, proibiram-se concessão de aumento salarial, contratações, concursos públicos ou qualquer outra ação que gerasse custos não previstos no orçamento anual (COSTA; DOMICIANO, 2020; MATO GROSSO, 2017).

Na Educação medidas de caráter autoritário (COSTA; DOMICIANO, 2020) também se fizeram presentes na gestão Taques, uma delas consistiu na prorrogação dos mandatos eletivos de diretores escolares, membros de Conselhos Deliberativos das escolas, coordenadores e assessores pedagógicos, desrespeitando as leis vigentes sobre gestão democrática do estado que datam de 1998 e 2009 (Lei Estadual nº 049/1998; Lei nº 7040/1998; Lei nº 9241/2009; COSTA; DOMICIANO, 2020), medida assinada por Permínio Pinto, então Secretário Estadual de Educação e continuada por seus sucessores após sua saída da pasta em função de prisão, realizada em 2016, por envolvimento com suposta organização criminosa, formada por servidores públicos estaduais e empresários do ramo da construção civil (ANJOS, 2016).

⁴ Encaminhada por Pedro Taques via Ofício nº 072, em 23 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/documents/6071037/8152674/Projeto+da+PEC/eb95cd16-48d9-ba7c-8f60-80faec3a80ca> - Acesso em 04 de dez. 2020.

A rede educacional no estado de Mato Grosso

Os dados da Tabela 1 indicam o número de estabelecimentos públicos e privados na oferta do ensino fundamental e médio regular que estavam sob a responsabilidade do governo do estado no período de 2005 e 2018.

Tabela 1 – Total de estabelecimentos estaduais e privados que ofertam o Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural) – 2005/2018

Ano	Ensino Fundamental Regular (Urbano e Rural)		Ensino Médio Regular (Urbano e Rural)	
	Estadual	Privado	Estadual	Privado
2005	576	222	361	122
2018	654	309	504	119

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas (2005; 2018). Elaboração da autora.

No período em análise nota-se crescimento no número de estabelecimentos estaduais e privados para a etapa do Ensino Fundamental, com predominância no número de estabelecimentos públicos. Na rede estadual o total de equipamentos cresce 13,55% e no segmento privado, 39,19%. Para o Ensino Médio, o estado mantém 504 escolas em 2018 e a iniciativa privada 119. De 2005 para 2018 identificou-se crescimento 39,62% no número de estabelecimentos públicos que em números absolutos representam 143 escolas, já a iniciativa privada registra queda de três equipamentos. A rede estadual compõe-se, majoritariamente, por estabelecimentos que atendem ao Ensino Fundamental.

Tabela 2 – Total de matriculados nas escolas estaduais e privadas no Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural) – 2005/2018

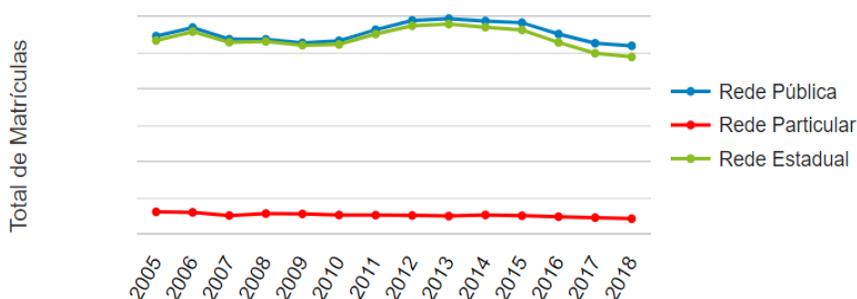
Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Pública	Estadual	Privada	Pública	Estadual	Privada
2005	563.930	283.294	37.515	136.140	133.167	15.219
2018	414.179	199.230	57.434	129.532	121.858	10.487

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado pela autora com base em ADRIÃO et al (2020).

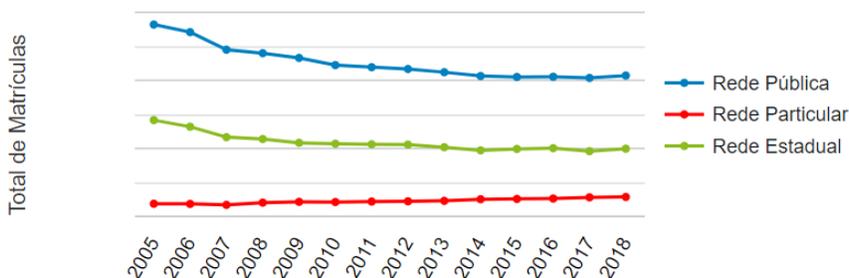
No que se refere ao atendimento, verifica-se que a oferta estadual ao ensino fundamental corresponde a 50,24% de todas as matrículas públicas em 2005, percentual que passa para 48,11% em 2018, ou seja, o estado encolheu sua oferta pública ao ensino fundamental em 2,13 pontos percentuais, em números absolutos, identifica-se redução de 84.064 matrículas no intervalo analisado, contrariando o aumento de equipamentos escolares, ou seja, o estado amplia o número de escolas, mas reduz significativamente a quantidade de matriculados no ensino fundamental público. Contrariamente à queda no setor público, há ampliação de 53,10% nas matrículas do segmento privado no mesmo intervalo.

No Ensino Médio, o estado retrai 8,49% de sua oferta o que representa queda de 11.309 matrículas, movimento que também não acompanha o crescimento verificado para o número de equipamentos escolares, já no setor privado, o decréscimo corresponde a 4.732 matrículas, diminuição, também, identificada por Danielle Batista Cardoso (2019) ao analisar a implementação do Programa Escola Plena em Mato Grosso. Os gráficos a seguir ilustram as tendências anunciadas.

Gráfico 1 – Matrícula Total – Ensino Fundamental e Médio Regular (Rede Pública, Estadual e Privada): 2005-2018



Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp



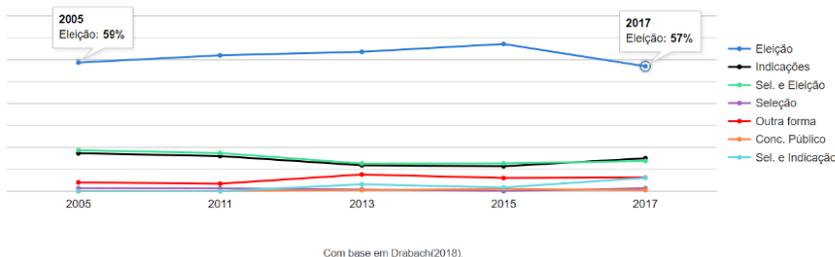
Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp

Para avaliar a rede educacional, o governo instituiu em 2017 o sistema próprio denominado Avalia MT, o programa contempla quatro módulos: módulo 1 – Diagnóstico da realidade escolar e reelaboração do Projeto Político Pedagógico; módulo 2 – Avaliação de desempenho profissional; módulo 3 – Avaliação de desempenho da gestão e módulo 4 – Avaliação da aprendizagem (GOIS; THEODORO, 2017). Neste último módulo prevê-se a avaliação de Língua Portuguesa e Matemática para os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, anos considerados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (GOIS; THEODORO, 2017). Até 2018, o estado não articulava os resultados da avaliação com pagamento de bonificação.

Destoando da maioria dos estados brasileiros, Mato Grosso elege os diretores das escolas estaduais, tendo constitucionalizado esse processo em 1987, no Art. 237, inciso IV (MATO GROSSO, 1989). Entretanto, manter a eleição tem sido um processo de lutas e constantes tensões ao longo do tempo. Além da prorrogação dos mandatos eletivos apresentados por Costa e Domiciano (2020), decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ao final de 2019 declarando inconstitucional o inciso IV, do Art. 237 da Constituição do estado, pode romper com o longo processo instituído em MT e aprofundar as indicações à esta função (DOMICIANO; COSSETIN;

DRABACH, 2020, mimeo). Pelo gráfico a seguir identifica-se a tendência anunciada.

Gráfico 2 – Forma de provimento de diretores das escolas estaduais de Mato Grosso (2005-2017)

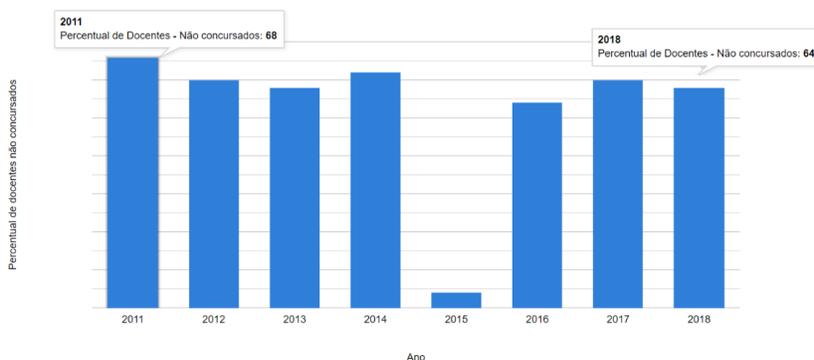


Fonte: Inep, Censo Educacional 2005-2017. Elaborado por DRABACH (2020).

Se em Mato Grosso a eleição para diretores escolares ainda impera como forma de provimento da função, o concurso público não é majoritário na contratação de docentes para atuarem na rede estadual. Pesquisa de Venco e Sousa (2020), indica que mesmo o concurso público sendo a norma prevalente no Brasil para contratação de docentes há um movimento acelerado em âmbito nacional de formas de contratação precárias entre 2011 e 2018. Venco (2017, p. 77) compreende contratação precária a “[...] fragilidade nos contratos de trabalho, trabalho desprotegido de direitos e de caráter temporário”

O gráfico 3 que segue, mostra que mais da metade dos docentes que atuam na esfera estadual em Mato Grosso não é concursada, em 2011 o percentual corresponde a 68%. Com oscilações ao longo do período e queda acentuada em 2015, o fato é que em 2018 o estado mantinha 64% dos professores de sua rede sem concurso público e com contrato de trabalho precário.

Gráfico 3 – Percentual anual de docentes não concursados em exercício em Mato Grosso (2011-2018)



Fonte: Venco e Sousa, 2019

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Programas e atores privados na educação mato-grossense (2005-2018)

Na primeira etapa da pesquisa *Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)*, coordenada por Theresa Adrião, o estado de Mato Grosso apresentava, um programa na dimensão oferta (MOEHLECHE, 2018), quatro na gestão (GARCIA, 2018) e onze na dimensão currículo (BORGHI, 2018). Na atualização da coleta de dados até 2018, que compõe a segunda etapa da pesquisa *Análise do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), cujo período estende-se para o intervalo de 2015 a 2018, localizaram-se outros três programas voltados para gestão e um para o currículo, totalizando 20 programas. Nos três anos seguintes, têm-se uma ampliação de 25% na incidência dos atores privados em Mato Grosso, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Número de Programas nas dimensões oferta, gestão e currículo no estado de Mato Grosso: natureza das instituições, público-alvo e etapa de escolaridade (2005 – 2018)

Dimensão	Número de Programas	Número de Instituições privadas envolvidas	Natureza prevalecente das instituições (%)	Público-alvo prevalecente (%)	Etapa de ensino prevalecente (%)
Oferta	1	1	Associação - 100%	Professores, gestores, funcionários - 33,3% cada	Sem informação
Gestão	7	32	Empresa - 48%	Professores e Gestores – 31% cada	Ensino Fundamental – 43%
Currículo	12	18	Empresa e Instituto - 39% cada	Estudantes – 64%	Ensino Fundamental – 75%

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord.). *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)*. 2018/CNPQ- Fapesp.

Os dados do Quadro 1 mostram que em Mato Grosso os programas com instituições privadas concentram-se na dimensão currículo, com 18 instituições envolvidas⁵, sendo 39% delas empresas e 39% Institutos, outras 22% correspondem às Fundações. Na dimensão gestão, MT totaliza sete programas, nos quais participam 31 instituições, dentre elas 48% empresas, 26% Fundações, 13% Institutos, 10% Associações e 3% Agências. Na dimensão oferta, o estado mantém um programa que se volta para professores, gestores e funcionários para o qual não se localizaram informações sobre a etapa de escolaridade que incidia.

⁵ Um mesmo programa pode apresentar mais de um ator privado, deste modo a somatória não coincide com o número total de programas, assim como um mesmo ator privado pode participar de diferentes programas.

O público-alvo prevalente dos programas da dimensão gestão é professores e gestores (31% cada), da dimensão currículo, estudantes (64%). Em ambas as dimensões os programas se voltam para o ensino fundamental.

De modo geral, os programas iniciados nas primeiras décadas dos anos 2000 em Mato Grosso são operados por organizações privadas que se declaram sem fins lucrativos e por empresas. No primeiro grupo estão as fundações e institutos, no segundo, empresas de tecnologia da informação, de plano de saúde, de telefonia e outros segmentos, conforme se vê pelo Quadro 2.

Considerando a perenidade dos programas, pelo Quadro 2 identificam-se que os que perduram ou perduraram há mais tempos no estado de Mato Grosso são: *Prêmio Victor Civita/Educador Nota 10* e *Prêmio Gestão Nota 10*, o primeiro, vigente há dez anos; o segundo, há sete; *Tecnologia Banda Larga*, instituído em 2009 e com dados que confirmam sua vigência até 2015; *Um Por todos, todos por um! Pela ética e cidadania* iniciado em 2015 e vigente em 2018 e, por fim, com três anos de existência (2016-2018), está o *Programa Falconi Educação*. Outros programas não ultrapassam dois anos (*Mira Educação*; *Programa Desenvolvimento de Liderança - Ensina Brasil*; *Pró Escolas Digital*), para os demais, não se localizou informação sobre sua permanência ou tempo de vigência na rede estadual.

Quadro 2 – Programas operados por atores privados em Mato Grosso (2005-2018)

Programas	Início	Tempo de vigência	Instituições privada	Dimensão	Público-alvo	Etapa
Professor Conectado	2006	-	Entel; Positivo; Brasil Telecom	Currículo	professores	-
Eterno Aprendiz	2006	-	Cesgranrio	Currículo	professores; estudantes	EF
Acelera Brasil	-	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Se liga	2007	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Circuito Campeão	2008	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10	2008	10 anos	Fundação Victor Civita	Currículo	professores; estudantes	EF
Prêmio Gestor Nota 10	2009	7 anos	Fundação Victor Civita	Gestão	gestores	EI, EF, EM

Tecnologia Banda Larga	2009	7 anos	Complexx Tecnologia	Gestão	gestores	EI, EF, EM
Mira Educação	2017	2 anos	Mira Educação	Gestão	professores; estudantes	EF
Programa Desenvolvimento de Liderança (Programa Ensina Brasil)	2017	2 anos	Fundação Lemann; The Haddad Foundation; Instituto Sonho Grande; Instituto Itaú Social; Grupo Energisa; Instituto Península; Humanize; Kroton; Mobile Government; Bain & Company; Fundação Estudar; Federação das Empresas Júniores do estado de SP; Brasil Júnior; Elos Educacional; AIESEC; Brasil Cursinhos; Mathema Formação e Pesquisa; Omidyar Network; AMGEN Fundation; Associação Ensina	Gestão	professores; estudantes	EF, EM
Falconi Educação	2016	3 anos	Parceiros da Educação; Klabin; DeVry; Sistema Elite de Ensino; Fundação Zerrenner; Instituto Unibanco; ITPAC; Rede Cruzada	Gestão	professores; gestores	EF, EM
Programa Escola Aberta	2007	-	Unesco	Gestão	professores; estudantes; funcionários; gestores; famílias	EI, EF, EM
Pró Escolas Digital	2017	2 anos	Instituto Natura; Fundação Telefônica; Vivo; Fundação Lemann; Instituto Inspirare	Currículo	estudantes; professores	EF, EM
Práticas Esportivas Gratuitas	2009	-	Serviço Social da Indústria	Oferta	professores, gestores e funcionários	-
TIM música nas escolas	2007	-	Tim	Currículo	estudantes	EF, EM
Cinema vai à escola	2007	-	Instituto Cultural América	Currículo	estudantes	EF, EM
Projeto Unimed	2012	-	Unimed	Gestão	professores; gestores; funcionários	-
Contrato Seduc-ÁBACO	2008	-	Ábaco Tecnologia da Informação	Currículo	Sem Informação	-
Tom do Pantanal	2005	-	Furnas Centrais Elétricas; Instituto Antônio Carlos Jobim; Fundação Roberto Marinho	Currículo	Professores	-
Um por todos, todos por um! Pela ética e cidadania (UPT)	2015	4 anos	Instituto Mauricio de Souza	Currículo	Estudantes	EF

Obs.: - Sem informação.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord.). *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)*. 2018/CNPQ- Fapesp.

Nota-se que em Mato Grosso, a maioria dos programas operados por atores privados associados ao setor lucrativo que podem incidir mais diretamente nas dimensões da política educativa e nas etapas de escolaridade atendidas pelo estado têm o ano 2017 como marco inicial, a exemplo tem-se o *Mira Educação, Desenvolvimento de Liderança (Ensina Brasil)* e *Pró escola Digital*, sendo, portanto, mais recentes. Programas como *Tecnologia Banda Larga*, prestado pela empresa Complexx Tecnologia e o *Seduc-Ábaco*, pela Ábaco Tecnologia da Informação, correspondem à prestação de serviços para Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), assim sendo, ainda que ligados à gestão do sistema educacional, não interferem pedagogicamente nas dimensões ora analisadas. Na mesma direção está o programa *Professor Conectado*, que envolve a oferta de computadores e *notebooks* por empresas como Entel, Positivo e Brasil Telecom a preços mais baixos e com prazo alargado de financiamento aos docentes e, o *Tim música nas escolas* e *Cinema vai à escola*, da empresa de telefonia Tim e do Instituto Cultural América. Por fim, ligado ao setor lucrativo, verifica-se também a oferta de plano de saúde pela Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed) aos docentes da rede pública.

Outra categoria considerada para selecionar os programas a serem mais detidamente analisados compreende a capilaridade. Nesta investigação, entende-se capilaridade como abrangência a qual se constitui pela diversidade dos segmentos escolares envolvidos, etapas de escolaridade atendidas e dimensões da política educativa atingida em sua execução (gestão, currículo e oferta) (ADRIÃO, coord., 2019). Em Mato Grosso não se detectaram programas com capilaridade que articulassem diversidade dos segmentos, etapas e dimensões educativas. O que atinge maior diversidade de sujeitos e etapa de escolaridade é o *Programa Escola Aberta*. Este programa, de iniciativa do governo federal e com acordo de cooperação técnica entre Ministério da Educação (MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “incentiva e apoia a abertura de escolas públicas de educação básica nos finais de semana em territórios de

vulnerabilidade social” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO⁶, 2020). Financiado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, o *Escola Aberta*, iniciado em âmbito federal nos anos de 2004 abre oficialmente os portões da escola pública para organizações sociais, igrejas, associações da sociedade civil, empresas que já incentivavam trabalhos voluntários desde 1999 no Brasil, como o Programa Amigos da Escola, largamente propagandeado pela Rede Globo e Fundação Roberto Marinho (SOUZA, 2009). Por ser de iniciativa federal, opta-se por descartar sua análise por não caber nos critérios definidos.

De modo geral, não há em Mato Grosso programas que articulem maior tempo de vigência e capilaridade. Os de maior tempo, correspondem aos prêmios – *Educador Nota 10* e *Gestor Nota 10*⁷ – criados e promovidos pela Fundação Victor Civita desde final dos anos de 1990. Concebidos para “identificar, valorizar e divulgar experiências educativas inclusivas, equitativas e de qualidade[...]” (PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10, 2020) são de adesão voluntária de docentes, coordenadores e gestores escolares e, portanto, fogem do escopo definido para esta investigação.

Conforme já anunciado, o Tecnologia Banda Larga, também não se encaixa nos critérios de análise definidos para este trabalho, pois embora esteja presente há sete anos em Mato Grosso, corresponde à prestação de serviços para SEDUC. Já o terceiro programa mais recente corresponde ao *Um por todos, todos por um! Pela ética e cidadania (UPT)* da Controladoria Geral da União em parceria com o Instituto Maurício de Souza, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Ministério da Educação do qual faz parte um conjunto de ações de “capacitação e gestão do conhecimento, voltadas ao público infanto-juvenil”, com o objetivo de “despertar

⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par?id=16738> – Acesso em 02 de nov. de 2020.

⁷ O Prêmio Gestor Nota 10 ao longo de sua vigência passou a se chamar Educador Nota 10, trata-se, portanto do mesmo programa com alteração de nomenclatura.

nos estudantes o interesse por temas relacionados à ética e cidadania” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2020). Proveniente de órgão público, o programa também não se classifica dentro dos critérios da pesquisa, ainda que em colaboração com o Instituto Maurício de Souza, esta ligação se efetiva no âmbito federal e não estadual.

Deste modo, ainda que mais recentes, optou-se por caracterizar e se aprofundar nos programas: *Falconi Educação, Desenvolvimento de Liderança (Ensina Brasil)* e *Pró Escolas Digital*, pois afetam maior diversidade de público (professores, estudantes e gestores) e são direcionados para o Ensino Fundamental e Médio, o que amplia a capilaridade destes programas, além disso até 2018 todos estavam vigentes.

Falconi Educação

Conforme informações no site da Falconi, esta instituição originase nos anos de 1980 a partir da Fundação Cristiano Ottoni⁸, na Universidade Federal de Minas Gerais. Com apoio da *Japanese Union of Scientists and Engineers* (Juse) o professor Falconi busca no Japão conhecimentos sobre gestão empresarial e traz para o Brasil o Programa Qualidade Total. A partir da entrada do Programa no país em 1986, a Falconi produz os primeiros textos sobre o assunto e inicia orientações técnicas a uma gama de indústrias brasileiras (Cosipa, Eletrometal, Gerdau, Vale, Arcellor, CSN e Embratel). Nos anos de 1990 treinam técnicos de organizações que aderiram as técnicas de gestão japonesa e, de acordo com o site, o aumento da demanda por consultoria em gestão faz com que em 1998 se crie a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) para atender a demanda. Com a crise do apagão em 2001, Pedro Parente, então ministro-chefe da casa

⁸ Fundação de apoio à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criada nos anos de 1970 por professores da Escola de Engenharia da UFMG. Disponível em: [https://www.fco.org.br/?page_id=7063#:~:text=Quem%20%C3%A9%20a%20Fundação%20Cristiano%20Ottoni%20\(FCO\)%3Fmiss%C3%A3o%20com%20efici%C3%Aancia%20e%20qualidade.](https://www.fco.org.br/?page_id=7063#:~:text=Quem%20%C3%A9%20a%20Fundação%20Cristiano%20Ottoni%20(FCO)%3Fmiss%C3%A3o%20com%20efici%C3%Aancia%20e%20qualidade.) – Acesso em 4 de nov. de 2020.

civil na gestão de Fernando Henrique Cardoso convida professor Falconi para integrar o Comitê Gestor de Crise Energética e sua influência se materializa nas metas traçadas para os diversos setores: residencial, comercial e industrial para economia de energia. A partir do ano de 2003 a Fundação de Desenvolvimento Gerencial volta-se a projetos sem fins lucrativos e naquele mesmo ano funda o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), organização líder em consultoria de gestão com focos em resultados. Em 2012, o INDG recebe o nome de Falconi Consultores de Resultado em referência à influência e prestígio do professor no desenvolvimento da gestão no país (FALCONI.COM, 2020a).

No segmento da Educação, o site anuncia que o objetivo da Falconi é “aprimorar a gestão de instituições públicas e privadas, da educação básica ao ensino superior” (FALCONI.COM, 2020b). No portfólio “para transformar a educação” publicado no sítio da Falconi, encontram-se as abordagens da instituição.

Figura 1 – Abordagens Falconi Educação



Disponível em: <https://www2.falconi.com/educacao/portfolio/>. Acesso em: 04 de nov. 2020.

O método de gestão Falconi levantado por Silva (2018) compreende um ciclo composto por etapas a serem cumpridas, denominado de método PDCA (*Plan, Do, Check, Act*). *Plan* –

identificação e causas dos problemas; *Do* – plano em prática com apoio à execução das ações planejadas; *Check* – acompanhamento das ações e verificação do cumprimento das metas; *Act* – elaboração das metas e padronização das práticas. As ações de intervenção do pacote oferecido pela Falconi incluem estruturação de avaliações padronizadas, currículo e correção de fluxo, programas de incentivos para os principais agentes educacionais, modelo de formação de profissionais, ferramenta tecnológica para acompanhamento de resultados, conhecimento técnico em mercados de capitais. Além disso sua ação se volta para “zona de educação prioritária”, como é chamada pela organização, em que trabalha na identificação e proposição de políticas específicas para regiões de baixo desempenho educacional e/ou de perfil socioeconômico crítico. Associada a tal abordagem, está a intitulada “marco regulatório”, em que a Falconi atua na identificação e proposição de marcos regulatórios necessários para a institucionalização das políticas e sustentabilidade dos resultados (SILVA, 2018; FALCONI.COM, 2020c), indicando explicitamente a influência desta instituição nas políticas educacionais e nas dimensões gestão e currículo.

No estado de Mato Grosso, a Secretaria de Educação por meio do processo nº 128713/2016 e termo de referência 43/2016, contrata o Instituto de Desenvolvimento Gerencial para implementar o método de gestão para resultado desenvolvido pela Fundação Falconi para atender 50 unidades escolares da rede estadual pública no valor de R\$ 5.940.000,00 – cinco milhões novecentos e quarenta mil reais – na modalidade inexigibilidade⁹ de licitação (MATO GROSSO, 2016a).

De acordo com informações presentes no site da Seduc, 50 escolas teriam acompanhamento prioritário “em função de suas especificidades”. O texto encontrado não explicita quais as

⁹ A lei 8.666/1993 dispõe em seu artigo 13, inciso VI ser inexigível a licitação para contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

especificidades dessas escolas, mas supõe-se, pelas abordagens características da Falconi, que estejam relacionadas ao baixo índice nas avaliações externas. A notícia do site indica capacitação de 754 diretores escolares e “100 multiplicadores”, a previsão da Seduc é que o projeto atinja 100% da rede estadual de educação.

A entrada da Falconi se dá posteriormente à publicação da Portaria nº 161/2016/GS/SEDUC/MT a qual institui o Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP), o Projeto de Formação Contínua dos Profissionais Técnicos e Apoio Administrativos Educacionais (PROFTAAE) e cria o Núcleo de Desenvolvimento Profissional na Escola (NDPE). A portaria prevê

[...] parcerias com instituições públicas ou privadas de ensino superior ou de pesquisa científica, bem como parcerias com os municípios, estados ou a união, para melhor alcançar as metas da Política e qualificar a Escola Básica (MATO GROSSO, 2016b)

De acordo com Silva (2018) a execução do previsto na portaria incluiu:

a) cronograma de estudos coletivos nas escolas da rede estadual com temáticas e bibliografias encaminhadas sobre Projeto de Intervenção e Avaliação Educacional; b) Processo de construção e execução do Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica/MT com registros reflexivos sobre as leituras realizadas e a construção do Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica por escola, da rede estadual (SILVA., 2018, p. 141).

Se o objetivo do Programa Falconi Educação persegue a melhoria dos resultados baseados nos índices da avaliação nacional como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pelos dados provenientes do Inep, não é possível correlacionar o ligeiro aumento à atuação da Falconi, pois nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental o estado atinge as metas projetadas desde 2007, já para o Ensino Médio, ainda que se visualize ampliação de 0,2 pontos de 2015 para 2017, o estado não alcançou a meta estipulada que era de 3,9.

Tabela 3 – Pontuação do IDEB do estado de Mato Grosso (2005 – 2017)

Ano/Etapa	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
EF – Anos iniciais	3,6	4,4	4,9	5,1	5,1	5,6	5,8
EF – Anos Finais	2,9	3,6	4,2	4,3	4,2	4,5	4,6
Ensino Médio	2,6	3,0	2,9	3,1	2,7	3,0	3,2

Fonte: INEP, 2005-2017. Elaboração da autora.

Desenvolvimento de Lideranças (Ensina Brasil)

O *Programa Desenvolvimento de Liderança (PDL)*, também nominado *Ensina Brasil*, é operado pela Associação Ensina Brasil com apoio e participação de uma gama de atores privados: Fundação Lemann; Itaú Social; The Haddad Foundation; Sonho Grande Instituto; Instituto Península; AMGEN Foundation; Imaginable Futures; GOL – Parceiros Institucionais: Bain & Company; Fundação Estudar; estagiotrainee.com; Brasil Jr; Mathema Formação e Pesquisa; Mobile Government; Federação das Empresas Júniores do Estado de São Paulo; AIESEC; Brasil Cursinhos; Kroton, Cia de Talentos; Inesper; Elos Educatinal; Teach For All.

A startup Ensina Brasil é uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede em São Paulo. Atua no Brasil desde 2016, tem como objetivo declarado “a capacitação de jovens promissores em liderança e pedagogia para atuarem e transformarem o ensino público do país.” (BARBOSA, 2019, s/p.), pois acreditam que um dia “todas as crianças terão uma educação de qualidade.” (ENSINA BRASIL, 2020a) Sua metodologia baseia-se na formação de lideranças da rede global *Teach For All* que tem origem na organização estadunidense *Teach for América*, fundada no início da década de 1990 (MOURA, NAJJAR, CARNEIRO, 2019).

“O Ensina Brasil é parte de uma rede que trabalha para expandir oportunidades em 50 países ao redor do mundo” (ENSINA BRASIL, 2020a). A *startup* implementa Brasil afora o **Programa de Desenvolvimento de Liderança (PDL)** pelo qual se seleciona jovens bacharéis e licenciados de diversas áreas

(engenharia, letras, administração, física) que tenham concluído a primeira graduação há no máximo dez anos para atuarem dois anos em escolas públicas de forma remunerada, jovens chamados de **Ensinas** (ENSINA BRASIL, 2020b).

Os Ensinas trabalharão em conjunto com os professores, diretores e membros das comunidades locais e serão funcionários dos governos parceiros, mas contarão em todo momento com nosso apoio, acompanhamento e formação.

A carga horária do programa é de 40 horas semanais divididas entre **aulas, planejamento, atividades curriculares**, além da carga horária da **formação continuada** oferecida pelo Ensina Brasil.

Depois de 2 anos, os Ensinas, impulsionados pela experiência e propósito, seguem em nossa **Rede Alumni**, onde aceleramos o potencial de cada um para atuarem nas diversas frentes que precisam de mudanças no nosso país, como professores, diretores de escola, gestores públicos, lideranças sociais, empreendedores e assim por diante. (ENSINA BRASIL, 2020b, p. 3, grifos do original)

O processo seletivo desenvolve-se em cinco etapas de modo 100% *on line*: 1) formulário de inscrição em que recolhem dados sobre o histórico acadêmico, profissional e atividades extracurriculares dos jovens; 2) teste de múltipla escolha composto por “teste de análise crítica, Questionário de Convicções, Resolução de casos” (ENSINA BRASIL, 2020b, p. 9); 3) perguntas dissertativas sobre trajetória, conquistas e desafios do candidato; 4) dinâmica, que compreende simulação de aula e atividade em grupo e 5) Entrevista final (ENSINA BRASIL, 2020b).

Apesar de o Manual do Candidato mencionar que não exige conhecimentos específicos sobre educação ou teorias educacionais o teste de múltipla escolha (teste de análise crítica, questionário de convicções e resoluções de casos) apresenta um conjunto de situações do cotidiano escolar para análise e proposição de “soluções ou estratégias de forma lógica” (ENSINA BRASIL, 2020b, p. 10) o que pode ser vantajoso para o jovem que tenha cursado licenciatura e vivenciado a realidade escolar durante seu processo formativo.

O graduado precisa avançar fase a fase para chegar a dinâmica de grupo e a entrevista final, o aviso de aprovação chega por e-mail e oferece o acesso às fases seguintes.

Os jovens selecionados participam durante dois anos da formação oferecida pela *startup* Ensina. No primeiro ano o aspirante à Alumni¹⁰ cursa: 250 horas iniciais em que se mesclam quatro semanas de encontros presenciais, workshops, diálogos com diferentes atores da educação brasileira e oferta de aulas de reforço para alunos de organizações e escolas parceiras, esta última corresponde à atividade prática dessa chamada “formação inicial”, totalizando 210 horas, as demais 40 horas reservam-se ao preparatório *on line* de conteúdos e atividades (ENSINA BRASIL, 2019).

No segundo ano, intitulado “Formação Continuada”, o Programa de Desenvolvimento de Liderança (PDL) oferece complementação pedagógica aos bacharéis “em parceria com universidade credenciada pelo MEC” (ENSINA BRASIL, 2019, p. 6) ministrado na modalidade EaD durante 18 meses, com carga horária de 1400 horas, divididas entre teoria e prática; residência e apoio pedagógico (160 horas) e outras 270 horas para “habilidades de liderança e rede de alumni”, totalizando 1.830 horas de formação (ENSINA, 2019, p. 4).

Conforme o último documento disponível no site Ensinas.org intitulado “Relatório de Atividades 2018-2019”, o Programa encontrava-se vigente nos estados de Pernambuco (Caruaru e Petrolina), Campo Grande e Espírito Santo (Cariacica, Serra, Vitória e Vila Velha). Não se localizou menção ao estado de Mato Grosso, mas há depoimentos dos “Ensinas” atuando em Cuiabá. Além do depoimento, localizou-se o Decreto nº 774, de 21 de dezembro de 2016 que “institui o Programa estadual de formação de lideranças

¹⁰ Alumni são egressos do curso de formação (ex-Ensinas), indicados pela instituição para atuar em outras frentes do Programa, seja como professores, diretores de escola, gestores públicos, lideranças sociais, empreendedores e assim por diante. (ENSINAS.ORG). Disponível em: <https://www.ensinabrasil.org/nossoprograma> - Acesso em 05 de nov. 2020.

e inovação metodológica no Ensino Básico estadual e dá outras providências.” (MATO GROSSO, 2016c).

O texto do decreto prevê no artigo 2º, dois anos de duração para o Programa e apresenta como objetivo:

Art. 2º - [...] promover o recrutamento, a seleção, a contratação e a capacitação de profissionais de diversas carreiras, selecionados por meio de processo isonômico, impessoal e amplamente publicizado, para exercerem a função de docência nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio em escolas públicas da rede de ensino básico estadual, no turno regular, mediante contrato temporário (MATO GROSSO, 2016c, s/p).

Para recrutamento e seleção dos participantes, a normativa autoriza a contratação de entidades parceiras que tenham celebrado instrumento jurídico específico com o estado, “desde que de modo não remunerado” (MATO GROSSO, 2016c, s/p.). Podem participar do Programa professores efetivos da rede de educação básica e recém-formados no ensino superior, o texto do decreto assegura carga horária não inferior a 20 horas e não superior a 60 horas em disciplinas.

Entrevista com o então Secretário de Educação Marco Marrafon veiculada por Karina Cabral no jornal *Mídia News* em junho de 2017 afirma a implantação do programa nas escolas estaduais de Mato Grosso.

De acordo com depoimento do secretário da pasta, “Mato Grosso foi pioneiro no Brasil e a aceitação dos profissionais da educação tem sido ‘excelente’” (MARRAFON, apud CABRAL, 2017, s/p.). Segundo ainda Marrafon, houve proposição do Programa aos diretores escolares os quais aderiram voluntariamente. A seleção dos recém formados se deu por meio de edital, os inscritos se submeteram a provas e entrevistas e, ao final, os classificados foram direcionados para o curso de formação (MARRAFON, apud CABRAL, 2020, s/p.).

Até o momento da finalização deste artigo, não se localizaram contrapartida por parte da prefeitura aos respectivos *Ensinas*, exceto o decreto citado, nenhuma outra regulação do Programa ou da atuação

desses jovens em sala de aula foi localizada. Essa forma de contratação parece se caracterizar como mais um quadro de precarização do trabalho docente por substituição de mão-de-obra mais barata, temporária, sem acesso ao Plano de Carreira do Magistério.

Pró Escolas Digital

De acordo com informações encontradas no site da Seduc, o *Programa Pró Escolas Digital* faz parte do eixo Inovação, do Programa Pró Escolas, anunciado pelo governador Pedro Taques em setembro de 2017. O Pró Escolas prevê um conjunto de ações para rede estadual de ensino, dentre elas recursos pedagógicos digitais.

O objetivo do *Pró Escolas Digital* inscrito no site da Seduc é oferecer os recursos pedagógicos aos professores assim como formação para a utilização dos Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA), com vistas a aprimorar a prática docente e complementar o desenvolvimento da aula. Aos estudantes busca-se ofertar conteúdo digital para apoiar, recuperar ou complementar seus estudos, individualmente ou com o auxílio do professor. Tendo o Instituto Natura, Fundação Telefônica, Vivo, Fundação Lemann e Instituto Inspirare como atores privados apoiadores, o programa volta-se às etapas do ensino fundamental e médio.

Os atores privados ofertantes do programa, mantém plataforma gratuita de busca intitulada escoladigital.org.br. Por ela disponibilizam “mais de 30 mil recursos digitais de aprendizagem” (ESCOLA DIGITAL, 2020). Como principais benefícios o site indica: apoio às práticas pedagógicas; desenvolvimento dos professores e gestores para uso da tecnologia em sala de aula; oferta de acervo diferenciado de conteúdos e formatos; planos de aula e Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA), alinhados à Base Nacional Comum Curricular. (ESCOLA DIGITAL, 2020).

O Relatório Anual de 2019 publicado pelo Instituto Natura acrescenta sobre o Escola Digital

Também trabalhamos na capacitação das equipes das redes estaduais de Educação parceiras, realizando ações de mobilização para o uso e curadoria dos Objetos Digitais de Aprendizagem (ODAs) disponíveis na Escola Digital. Neste ano, lançamos mais uma turma do curso de formação de curadores e agora temos mais de 300 profissionais atuando na Rede Nacional de Curadoria (INSTITUTO NATURA, 2019, p. 17).

Em Mato Grosso, a Seduc¹¹ disponibiliza em sua página um caderno para cada segmento da escola (professor, gestor, alunos e pais), caderno este elaborado pelas instituições privadas ofertantes do Programa. No material para o professor encontram-se organizados os caminhos para acesso à plataforma, preparação e inserção do ODA, orientações para organizar os alunos na sala de informática, sala de aula e sala de multimídia. Dispõem-se para os professores também, sugestões de sistematização da aprendizagem, estudos e pesquisa assim como socialização da plataforma em reunião de pais.

À equipe gestora visualizam-se ações para diretores e coordenadores pedagógicos. Para os gestores, o foco está na análise dos resultados da escola e dos projetos pedagógicos, envolvimento dos funcionários, disponibilização de recursos digitais e equipamentos para fins pedagógicos. Aos coordenadores-pedagógicos as instruções se direcionam à capacitação de professores, formas de ensinar, observação de sala de aula, orientações individuais, estímulo ao uso dos recursos digitais pelos professores nas aulas vagas, incentivo para mostrar a plataforma em reuniões com as famílias e envolvimento dos alunos em grêmios estudantis. Aos pais e alunos o manual sugere: aprofundar os conteúdos e as fontes de pesquisa vistos em sala de aula, acessar recursos interativos e linguagens diferenciadas, estudar com autonomia, interagir com professores e colegas, avançar nos estudos no seu próprio ritmo e compartilhar com os pais “essa nova maneira de estudar” (ESCOLA DIGITAL, s/d, 2020a, p. 2)

¹¹ Disponível em: <http://liferayee.mt.gov.br/web/cos/-/9848239-pro-escolas-digital>
- Acesso em 5 de dez. de 2020.

De acordo com informações no site da Seduc, a iniciativa abrange o “desenvolvimento de ações em estrutura, ensino, inovação e esporte e lazer, com foco na melhoria da aprendizagem, na redução da evasão escolar e na valorização dos profissionais da Educação.” (SEDUC, 2017)

Não se localizou regulação do Programa Pró-escolas, do qual o *Pró-Escolas Digital* é parte, as informações sobre o referido programa se concentraram nas notícias veiculadas no portal da Seduc.

Destaques analíticos

A atualização do levantamento (2015-2018) dos programas operados por atores privados em MT revelou a existência do *Mira Educação* (2017), *Pró Escolas Digital* (2017), *Desenvolvimento de Liderança/Ensina Brasil* (2017) e *Falconi Educação* (2016), todos vigentes em 2018. Destes, selecionaram-se: *Falconi Educação*; *Programa Desenvolvimento de Liderança* (Ensina Brasil) e *Pró-Escolas Digital* aplicando os critérios apresentados ao longo deste trabalho. Os três programas interferem diretamente nas dimensões gestão e currículo e direcionam-se ao Ensino Fundamental e Médio, sendo que o primeiro e o terceiro abrangem maior diversidade de sujeitos.

Adeptos da Qualidade Total (GENTILI; TADEU, 1994; SILVA I., 2012) o Programa *Falconi Educação* apresenta-se como a solução para os problemas relacionados ao baixo desempenho educacional, focado na Gestão por Resultados, é conforme Garcia (2018, p. 1.368)

[...] reedição de estratégias empresariais que combinam, a despeito de inovações, o foco em metas estabelecidas de maneira monocrática, ao velho estilo burocrático, com o intenso cuidado no controle do trabalho alheio [...]

Cumprir dizer, que apesar dos caminhos empresariais traçados pela Falconi para as escolas da rede estadual de MT, todos focados na melhoria dos índices educacionais, os dados até aqui levantados não permitem afirmar a incidência positiva do ator privado na melhoria do desempenho, fato que pode ser confirmado pelos índices do IDEB de Mato Grosso aqui apresentados.

O *Programa Desenvolvimento de Lideranças (PDL)* da *startup* Ensinas em conjunto com uma gama de atores privados, incentiva e promove o ingresso de não licenciados nas escolas públicas nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. Moura, Najjar e Carneiro (2019), chamam atenção para a chegada do *Teach for América* no Brasil, organização estadunidense da qual o Ensina Brasil é parte operante. Os autores destacam a “flexibilização da carreira docentes” (MOURA, NAJJAR; CARNEIRO, 2018, p. 468) aprofundada pela Lei da (contra) reforma do Ensino Médio em que o notório saber possa ser a justificativa para legalidade da contratação desses jovens nas escolas públicas.

Caetano (2018, p. 126) alerta para o risco da substituição da formação pela certificação “[...] permitindo atrair profissionais de outras áreas para curtos períodos de exercício profissional, o que gera rotatividade na escola e não há identidade com a classe profissional, pois são temporários [...]”

Além deste dado indicado pelos autores, destaca-se uma tendência à “uberização” da educação (VENCO, 2018) e o aumento de contratos precários de trabalho (VENCO; SOUSA, 2020) que em Mato Grosso já ultrapassam 60% dos docentes que atuam na rede pública, com os Ensinas, outros formatos se inauguram agravando a situação que já é caótica. No marco da austeridade fiscal, adotadas pelo estado por cinco anos, não tarda até que medidas mais restritivas ao servidor público sejam tomadas tudo isso para que haja garantia do equilíbrio fiscal, mas ampliação do capital.

Para Caetano e Costa (2018, p. 264) o modelo Ensina está “[...] em conformidade com a hegemonia do capital financeiro global, portanto em um momento de intensa correlação de forças entre capital e trabalho de disputas por projetos antagônicos.”

Conforme ainda as autoras, o Ensina Brasil em Mato Grosso não é unanimidade, o Sindicato dos Professores organizou diversos movimentos em contraposição ao programa e a outras formas de privatização da educação adotadas pelo governo de MT.

Por fim o *Pró-Escola Digital*, sob os mesmos auspícios de melhoria da aprendizagem, redução da evasão escolar e

valorização dos profissionais da educação e no bojo na implantação da Base Nacional Comum Curricular adentra as escolas estaduais “formatando” e homogeneizando o currículo, relegando o processo de construção aos setores alheios aos direitos educacionais, voltados para lógica do mercado e para avaliação por resultados (BORGHI, 2018).

Deste modo, reafirma-se a necessidade do aprofundamento investigativo acerca da incidência e capilaridade desses programas e atores privados na educação básica brasileira.

Referências

ADRIÃO, Theresa; BEZERRA, Egle Pessoa. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio- ago., 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2/articles/adriao-bezerra.pdf> - Acesso em 4 de nov. 2020.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, jan.-abr., 2018. p. 8-28.

ADRIÃO, Theresa (Coord.). Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para educação pública. **Projeto de Pesquisa**, 2019.

ANJOS, Lislaine dos. Ex-Secretário de educação é preso pelo Gaeco durante operação em MT. **G1 Globo**, Cuiabá. 20 de jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/ex-secretario-de-educacao-e-presos-pelo-gaeco-durante-operacao-em-mt.html> - Acesso em 4 de dez. 2020.

ANJOS, Lislaine dos; SOUZA, André. Em depoimento, Silval assume liderança de quadrilha que desviou dinheiro do governo. **G1 Globo**, Cuiabá. 24 de jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/em-depoimento-silval-assume-lideranca-de-quadrilha-que-desviou-dinheiro-do-governo.ghtml> - Acesso em 1 de dez. 2020.

BARBOSA, Suria. **Inscreeva-se em Programa que desenvolve e aloca jovens para transformarem a educação brasileira**. Na Prática.org. Cursos, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://www.na-pratica.org.br/inscricoes-programa-do-ensina-brasil/> - Acesso em: 20 de abr. 2020.

BIOGRAFIA de Blairo Maggi. **Suno Research**. São Paulo, Perfis. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/blairo-maggi/> - acesso em 4 de nov. de 2020.

BORGHI, Raquel. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015). In.: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018.

CABRAL, Karina. MT implanta programa inspirado em modelo norte-americano. **Mídia News**. 18 jun. 2017. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/mt-implanta-programa-inspirado-em-modelo-norte-americano/298944> - Acesso em 4 de nov. 2020.

CAETANO, Maria Raquel; COSTA, Marilda de Oliveira. Gerencialismo, Internacionalização da Educação e o papel do Teach for all no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 249-275, jan.-mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/15183/10028> - Acesso em 9 de dez. 2020.

CAETANO, Maria Raquel. Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 120-131, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2109/674> - Acesso em 9 dez. 2020.

CARDOSO, Danielle Batista. **Programa Escola Plena na Rede Estadual de Mato Grosso**: gestão escolar e oferta da educação básica. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Universidade Estadual de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania. **Educação Cidadã**. Programas, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/educacao-cidada/programas/upt> - Acesso em: 02 nov. 2020.

COSTA, Marilda de Oliveira; DOMICIANO, Cassia. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/70086/40385>. Acesso em: 10 out. 2020.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. A educação infantil via Programa Bolsa Creche: o caso do município paulista de Hortolândia. **Educação em Revista**, v. 27, n. 3, p. 231-250, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000300012&script=sci_abstract&tlng=pt – Acesso em 24 out. 2020.

DOMICIANO; Cassia; COSSETIN, Márcia; DRABACH, Nadia. **Gestão democrática no estado de Mato Grosso**: conquista ameaçada pela implantação de políticas educacionais conservadoras, 2020 (mimeo).

DOMICIANO, Cassia. Nova Gestão Pública e Programa ‘Nave-mãe’: caminhos comuns à privatização. **Educação em Revista**. v. 36, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982020000100805&script=sci_arttext – acesso em 24 out. 2020.

ENSINA BRASIL. **Modelo de Formação**. Ensina Brasil, 2019.

ENSINA BRASIL. Quem somos. **Ensina Brasil**. Disponível em: <https://www.ensinabrasil.org/quemsomos> - Acesso em 20 de abr. 2020a.

ENSINA BRASIL. **Manual do Candidato**. Ensina Brasil, 2020b.
ESCOLA DIGITAL. O que é a escola digital? **Escola Digital**. Sobre Nós. Disponível em: <https://escoladigital.org.br/pagina/sobre-nos> - Acesso em 9 de dez. 2020.

ESCOLA DIGITAL. **Caderno de apoio**; alunos e pais, s/d. Disponível em: http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/caderno_alunos99024873715003.pdf - Acesso em 9 de dez. 2020a.

ESCOLA DIGITAL. **Caderno de apoio**; gestores escolares, s/d. Disponível em: http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/caderno_gestor30354213855346.pdf - Acesso em 9 de dez. 2020b.

ESCOLA DIGITAL. **Caderno de apoio**; professores. Disponível em: http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/caderno_professores47514553708656.pdf - Acesso em 9 de dez. 2020c.

FALCONI.COM. Quem somos. Nossa história. **Falconi.com**. Disponível em: <https://www2.falconi.com/quem-somos/nossa-historia/> - Acesso em 9 de dez. 2020a.

FALCONI.COM. **Educação. Quem somos. Transformar a educação para a educação transformar o Brasil.** Falconi.com. Disponível em: <https://www2.falconi.com/educacao/quem-somos/> - Acesso em 9 dez. 2020b.

FALCONI.COM. Portfólio para transformar a educação. Disponível em: <https://www2.falconi.com/educacao/portfolio/> - Acesso em 9 dez. 2020c.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. José Pedro Taques. Dicionário de verbetes. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/jose-pedro-goncalves-taques> - Acesso em 01 de dez. 2020.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018.

GARCIA, Teise. Incidência do setor privado na dimensão da gestão educacional na educação básica: programas e atores (2005-2015). In.: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018.

GARCIA, Teise. A gestão escolar no contexto da privatização da educação básica. **RPGE-Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1355-1376, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12232> - Acesso em 4 de nov. 2020.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomas Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994
GOIS, Eudes Arrais; THEODORO, Thaís Silva Verão. Avalia MT: é possível garantir a “boa” qualidade da educação priorizando

elevação dos níveis externos? In.: CONGRESSO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2017, Rondonópolis. **Anais [...]**. Mato Grosso: UFMT, 2017, p. 1-12. Disponível em: <https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/conpeduc/conpeduc2017/paper/view/4025> - Acesso em 4 de nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf> - Acesso em 04 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades IBGE**, Panorama, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama> - Acesso em 4 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Resultados e Metas. Brasília, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=994809>- Acesso em 4 de dez. 2020.

INSTITUTO NATURA. **Relatório anual Instituto Natura**. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/relatorioanual2019/> - Acesso em 09 de dez. 2020.

LINO, Kennia Dias. O direito agrário e os conflitos pela terra na região nordeste de Mato Grosso. VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/017.pdf> - acesso em 4 de nov. de 2020.

MARQUES, José. Ex-procurador anticorrupção, Taques deixa governo de MT sob acusação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 dez. 2018. Poder, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol>.

com.br/poder/2018/12/ex-procurador-anticorrupcao-taques-deixa-governo-de-mt-sob-acusacao.shtml - Acesso em 4 de nov. 2020

MATO GROSSO. **Constituição do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 1989.

MATO GROSSO. **Lei Complementar n. 49**, de 1º de outubro de 1998. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/legislacao/5990/visualizar> - acesso em 4 de dez. 2020.

MATO GROSSO. **Lei n. 7040**, de 1º de outubro de 1998. Regulamenta os dispositivos do Artigo 14 da Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal, que estabelecem a Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino. Disponível em: http://site.seduc.mt.gov.br/cdce/Lei_7048-98.pdf - Acesso em 04 de dez. de 2020.

MATO GROSSO. **Lei n. 9241**, de 18 de novembro de 2009. Dispõe sobre os critérios para escolha em eleição direta dos Assessores Pedagógicos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/legislacao/5195/visualizar> - Acesso em 4 de dez. 2020.

MATO GROSSO. Extrato de ratificação de inexigibilidade de licitação n. 005/2016. **Diário Oficial de Mato Grosso**, p. 67, 15 abr. 2016a. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/113405368/doemt-15-04-2016-pg-67> - Acesso em 9 de dez. 2020.

MATO GROSSO. Secretaria Estadual de Educação. **Portaria n. 161/2016/GS/SEDUC/MT**. Institui o Projeto de Estudos e

Intervenção Pedagógica (PEIP), o Projeto de Formação Contínua dos Profissionais Técnicos e Apoio Administrativos Educacionais (PROFTAAE) e cria o Núcleo de Desenvolvimento Profissional na Escola (NDPE) e dá outras orientações. **Diário Oficial de Mato Grosso**, p. 40, 14 abr. 2016b. Disponível em: <http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/D.O.%2014.04.16%20Portaria%20161%202016%20-%20Institui%20o%20Projeto%20de%20Estudos%20e%20Interven%C3%A7ao%20Pedag%C3%B3gica,%20PROFTAAE8492789.pdf> – Acesso em 9 dez. 2020.

MATO GROSSO. **Decreto n. 774**, de 21 de dezembro de 2016. Institui o Programa Estadual de formação de lideranças e inovação metodológica no Ensino Básico Estadual, e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso**, p. 1, 21 dez. 2016c. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/133892379/doemt-21-12-2016-pg-1> - Acesso em 9 de dez. 2020.

MATO GROSSO. **Emenda Constitucional n. 81**, de 23 de novembro de 2017. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Regime de Recuperação Fiscal - RRF, e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 2017. Disponível em: http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/EmendaConstEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/68ae5267c3617046842581e20059568c?OpenDocument#_r8l6kaji484g46jqeada4il2l8d4kuji19gg4t9p070oio8248kg34_ - acesso em 4 de nov. 2020

MISSIO, Fabrício José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, jul-set. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612019000300601 – Acesso em 04 de nov. 2020.

MOEHLECKE. Sabrina. Incidência do setor privado na dimensão da oferta na educação básica (2005-2015). In.: GARCIA, Teise;

ADRIÃO, Theresa (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018.

MOURA, Eliel da Silva; NAJJAR, Jorge; CARNEIRO, WALDECK. Neoliberalização e reforma educacional; a chegada da organização Teach for América no Brasil. **RBP**AE, v. 35, n. 2, p. 447-468, mai.-ago., 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/vol35n22019.94210/53892> - Acesso em 4 dez. 2020.

OLIVEIRA, Adilson Vagner de. **Instituições e desenvolvimento**: percursos políticos e econômicos de Mato Grosso. Tese (doutorado em Ciência Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10. **Regulamento do Prêmio Educador Nota 10**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/regulamento-do-premio-educador-nota-10-2020/> - Acesso em 5 de nov. 2020.

SARDINHA, Edson. Quatro delações e um inquérito põem Pedro Taques contra parede em MT. **Congresso em foco**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/corrupcao/quatro-delacoes-e-um-inquerito-poem-pedro-taques-contra-a-parede-em-mt/> - Acesso em 4 dez. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. SEDUC lança plataforma Escola Digital na próxima segunda-feira. **Secretaria de Educação de Mato Grosso**, Cuiabá, 29 set. 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/8241214-seduc-lanca-plataforma-escola-digital-na-proxima-segunda-feira> - Acesso em 9 de dez. 2020.

SILVA, Inajara Iana da. **A atuação da Fundação Pitágoras na educação pública de Alecrim/SP**: análise sobre as implicações para

gestão escolar. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, Maria Eloísa da. **Redes de influência em Mato Grosso**; o estado e as parcerias público-privadas e a reconfiguração da política educacional da rede estadual de ensino. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2018.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Formas renovadas de privatização da Educação no Brasil: o trabalho voluntário e a responsabilidade social da empresa (RSE). **Educação: Teoria e Prática**, v. 19, n. 32, jan.-jun., 2009, p. 73-88.

VENCO, Selma. Situação de *Quasi-Uberização* dos docentes paulistas? **Revista ABET**, v. 17, n. 1, jan.-jun., p. 94-104, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41167/20627> - Acesso em 4 de dez. 2020

VENCO, S. E SOUSA, F. O crepúsculo da função pública: distopia ou realidade? **Revista Educación, Política y Sociedad**, Vol. (6), nº 1, 2021.

**PROGRAMAS PRESENTES NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL
ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2018:
evidências da privatização educacional**

Márcia Cossetin
Universidade Federal de Rondonópolis - MT

Introdução

No capítulo ora apresentado aborda-se a privatização educacional no estado de Mato Grosso do Sul e objetiva-se caracterizar e apresentar a análise dos programas desenvolvidos por atores privados no contexto da Educação Básica no estado, delimitando-se a rede estadual de ensino.

O texto é parte da pesquisa que se dedicou a levantar dados de todos os estados brasileiros no que tange às redes estaduais de ensino em relação ao estabelecimento dos processos de privatização da educação pública, intitulada de “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública” coordenado pela Profa. Dra. Theresa Adrião (Greppe/Unicamp).

Para atender ao objetivo proposto investigou-se e apresentam-se, de modo geral, os programas identificados nas dimensões de atuação: oferta, gestão e currículo e delimitou-se, posteriormente, como foco da análise três programas, utilizando-se como definição para essa evidência as categorias de capilaridade e vigência na proposição de políticas educacionais no estado de Mato Grosso do Sul.

A abrangência temporal da pesquisa compreendeu o período do ano de 2005 ao ano de 2018 e os dados apresentados são provenientes do levantamento em fontes encontradas a partir de pesquisas em páginas da internet das organizações selecionadas, no site da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul,

ainda, em notícias presentes na plataforma digital *Google*. Foram, também, investigadas, para a complementação dos dados, as páginas institucionais dos atores privados encontrados.

Para apreender-se os engendramentos entre o público e o privado na rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul, organiza-se o capítulo em duas seções. A primeira é composta por breve caracterização geral da situação socioeconômica e política do estado e, ainda, da oferta educacional na rede estadual de ensino. Essa caracterização, faz-se necessária por compreender-se suas imbricações na definição de processos de privatização para, posteriormente, na segunda seção, se apresenta os programas encontrados de modo geral e, em seguida, os três com maior evidência a partir das categorias de vigência e capilaridade delimitadas no presente estudo. Por fim, ainda na última seção, tecem-se breves considerações a partir dos dados obtidos na pesquisa realizada.

Caracterização do estado de Mato Grosso do Sul: reconhecendo o *locus* da pesquisa

O estado de Mato Grosso do Sul localiza-se na região centro-oeste do Brasil ocupando uma área de 22,23%, possui território que apresenta uma extensão total de 357.145,534 km², sendo o 6º estado do país em extensão territorial, correspondendo a 4,19% da área total do Brasil.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2010), o estado apresentava em 2005 uma projeção de 2.310.307 habitantes, em 2010 contava com 2.449.024, no ano de 2015 possuía uma população estimada de 2.651.235 de habitantes, e, no ano de 2018, essa estimativa chegou a 2.748.023 habitantes, o que indica que a população residente no estado tem apresentado uma tendência de aumento gradativo. Essa população está distribuída em 79 municípios, sendo a capital do estado, Campo Grande, a que possui a maior concentração populacional contando com 906.092 habitantes.

A economia do estado centra-se no agro negócio - pecuária, extração vegetal/mineral e agricultura e está dividido política e administrativamente em onze microrregiões – Baixo Pantanal; Aquidauana; Alto Taquari; Campo Grande; Cassilândia; Paranaíba; Três Lagoas; Nova Andradina; Bodoquena; Dourados; Iguatemi – que, conforme a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE, indicam as distribuições geográficas utilizadas seguem a divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que caracteriza-se pela produção de informações de caráter multitemático das dimensões da realidade do estado: física, urbana, rural, econômica, social, política, onde inúmeros elementos e atores marcam a dinâmica socioespacial (SEMADE/MS, 2016).

No que se refere à configuração política, no quadro 1 pode-se verificar os governadores do estado no período delimitado para a pesquisa (2005-2018), representando as forças políticas que tem preponderado:

Quadro 1 – Governadores do estado de Mato Grosso do Sul (2005 a 2018)

Nome	Período	Afiliação partidária
José Orcírio Miranda dos Santos	1999 a 2006 2 mandatos	Partido dos Trabalhadores – PT
André Pucinelli	2007 a 2014 2 mandatos	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB
Reinaldo Azambuja	2015 até a atualidade 2 mandatos	Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

FONTE: MATO GROSSO DO SUL. 2020. Elaboração da autora.

Observa-se no quadro 1, quanto à configuração política, a característica de reeleição de todos os governadores desde o ano de 1999. Assim, partir de 1999 todos os Governadores eleitos foram reeleitos, cumprindo dois mandatos à frente da governadoria do estado. Há, desse modo, uma rotatividade estabelecida desde então

que ocorre a cada oito anos. Revezaram-se um governador afiliado ao Partido dos Trabalhadores; um governador afiliado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; e um governador afiliado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – que se encontra ainda em cumprimento de seu segundo mandato.

Conforme dados do último Censo, que data do ano de 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - do estado era o de 0,729¹. Assim, se comparado a outros estados da Federação e ao Distrito Federal, ocupava a 10^a posição em relação ao IDH. Desataca-se que o IDH tem por base o desenvolvimento de um conjunto de pessoas de um mesmo território. Desse modo, pressupõe-se que ao buscar-se o IDH não se avalia somente a dimensão econômica, mas ainda outros aspectos, estatais como: a educação, a cultura, a saúde, e outros, que trazem consequências para a vida humana.

Ao se considerar que o IDH pode variar de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (total de desenvolvimento humano), classificando-se: de 0 a 0,499 - muito baixo; 0,5 a 0,599 - baixo; 0,6 a 0,699 - médio; 0,7 a 0,799 - alto; 0,8 a 1,0 muito alto (PNUD, s.d.). Pode-se inferir que o estado de Mato Grosso do Sul, com um índice de 0,729, enquadra-se na classificação de alto IDH.

A renda per capita mensal da população no estado, para o ano de 2015, era de R\$ 1.044, em 2018 era de R\$ 1.439, segundo dados do IBGE de 2015 e 2018 (IBGE, 2015). Conforme apontam Constantino; Pegorare e Costa (2016) se observa no estado de Mato Grosso do Sul uma tendência nos últimos anos de aumento do Produto Interno Bruto – PIB (real), que era de R\$ 22.774.346.519, no ano de 2000 e chegou a R\$ 43.514.207.000, em 2010, o que significa um aumento de 91,07%. Todavia, conforme demarcam os autores, apesar da expectativa gerada de melhores condições de vida e bem-estar da população, o crescimento econômico não é igualmente distribuído. Desse modo, ao realizar-se a análise da melhoria da

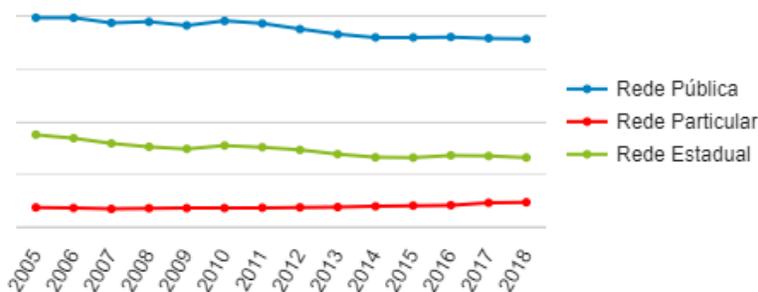
¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 10 set. 2020.

qualidade de vida de um local, essa não pode ser feita considerando-se apenas a ótica do crescimento econômico, que não é homogeneamente distribuído.

No que se refere à oferta da Educação pública pela rede estadual de ensino, entre os anos de 2010 a 2018, por meio de publicação divulgada pela Secretaria Estadual de Educação – SED/MS, em relação ao número de escolas estaduais do estado encontrou-se dados referentes aos anos de 2010 a 2018, período em que, respectivamente, havia 362 e 354 escolas pertencentes à rede estadual de ensino, evidenciando-se uma diminuição de 8 escolas no período analisado, ou seja, uma diminuição de 2.2%.²

Ao analisar-se, especificamente, o número total de matrículas no ensino fundamental na rede estadual, verifica-se que em 2005 era de 37.737. Este número aumentou gradativamente no período, de modo que em 2018, a rede atendia um total de 47.515 matrículas. Conforme o gráfico 1, pode-se observar que a rede pública estadual e a rede pública municipal centralizam a maior parte das matrículas do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 1 – Matrículas no Ensino Fundamental em MS, 2005 a 2018



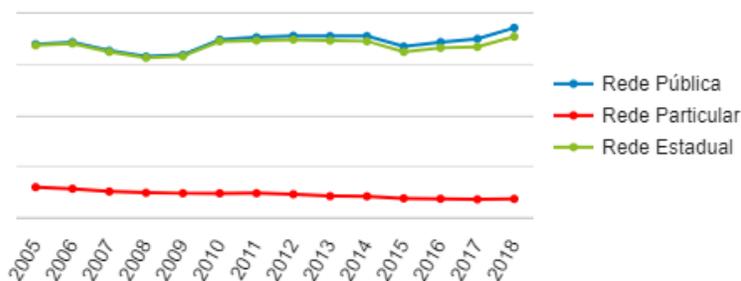
Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018 / Cnpq-Fapesp.

Em relação ao Ensino Médio, o gráfico 2 aponta que as matrículas se concentram, sobretudo, na rede estadual de ensino, no ano de 2005, o total de matrículas no Ensino Médio era de 84.195,

² Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/censo-escolar-6/>. Acesso em: 12 set. 2020.

com ligeiro aumento para 88.454 em 2018, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Matrículas no Ensino Fundamental em MS, 2005 a 2018

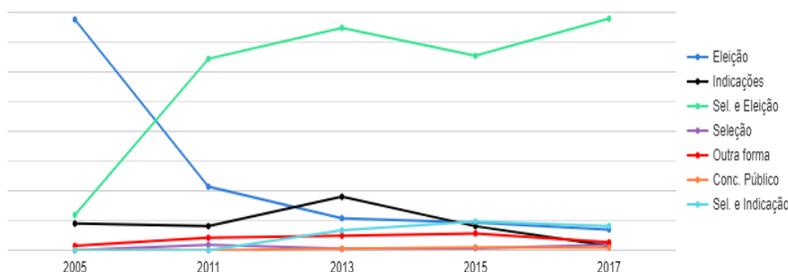


Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018 / Cnpq-Fapesp.

A partir dos dados apresentados nos gráficos 1 e 2 pode-se constatar que as matrículas se concentram, tanto no que se refere ao Ensino Fundamental como também em relação ao Ensino Médio, na rede pública o que requer a organização em nível municipal e estadual para atender tal demanda que se relaciona ao direito social à educação.

No que se refere a formas de provimento da função de diretores escolares da rede estadual de ensino no estado de MS, observa-se, conforme aponta o gráfico 3, que a forma mais adotada tem sido a seleção/eleição, em que pese que entre os anos de 2011 a 2017 houve diminuição significativa do provimento exclusivamente por meio de eleições.

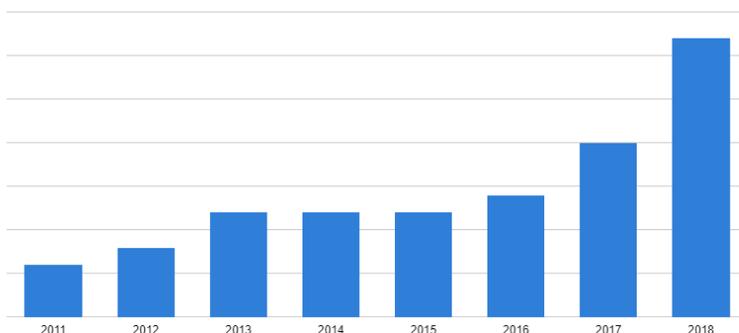
Gráfico 3 – Forma de Provimento dos diretores escolares



Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020).

Nesse contexto, chama a atenção dado que se relaciona com a contratação de professores não concursados no período de 2011 a 2018, como indica o gráfico 4.

Gráfico 4 – Docentes não concursados em exercício - MS



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Apreende-se que em 2011 58% dos professores eram contratados sem concurso público, esse percentual de não concursados tem gradativo aumento nos anos seguintes, alcançando a significativa marca de 78% de professores não concursados no ano de 2018. A partir dos dados observa-se um número elevadíssimo de contratos de trabalho temporários com crescimento progressivo atingindo 78% dos professores em 2018.

Esses elementos apontam para a redução do investimento do estado no ensino público, ou seja, a contratação de professores por meio de concursos públicos deixou de ser a forma de contratação utilizada, considerando-se que os professores contratados por meio de concurso público não chegavam a 22% em 2018 no estado de Mato Grosso do Sul. Como ver-se-á com a apresentação dos dados encontrados na pesquisa, há nesse processo a intersecção entre o público e o privado na definição e execução do direito à educação.

Os programas e projetos encontrados no estado de Mato Grosso do Sul: processos de privatização em curso na rede estadual de ensino

Encontrou-se no estado de Mato Grosso do Sul dezessete (17) diferentes programas no período de 2005 a 2018, conforme se apresenta nos quadros 4, 5 e 6. Os quadros foram elaborados tendo como referência os mandatos dos governadores do período delimitado, considerando-se que são três governadores eleitos e reeleitos.

Quadro 4 – O programa e atores privados na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2005 a 2006)

Gestão Estadual	Programa	Início	Instituição	Dimensão	Etapa ³	Público-Alvo
José O. M. dos Santos (PT)	Termo Passe Estudantil	2004*	Associação das Empresas de Transporte Urbano	Oferta	EI EF EM	Estudantes

* Sem Informação de vigência em 2018; **Sem Informação sobre a data de Início;

*** Não vigente em 2018.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord). “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)”. 2018/Cnpq- Fapesp.

Inicialmente pode-se observar, respeitando-se o período inicial abarcado pela pesquisa (2005), que há o primeiro registro de processo de intervenção de instituições privadas na rede estadual

³ Sem informação – SI; Educação Infantil-EI; Ensino Fundamental-EF; Ensino Médio-EM

de ensino do estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2004, com o programa de “Termo de Passe Estudantil”, na gestão do governador José Orcírio Miranda dos Santos (PT), por meio de convênio com a Associação das Empresas de Transporte Urbano que teve como público-alvo estudantes de todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Demarca-se que não se encontrou dados sobre o término ou vigência do programa e que este se constituiu como o único encontrado na gestão de José Orcírio Miranda dos Santos (PT) que perdurou até o ano de 2006.

No ano de 2008, na gestão estadual de André Pucinelli (PMDB), inaugura-se uma nova fase em relação ao estabelecimento de ações que se enquadram em processos de privatização da educação pública no âmbito da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul com enfoque em programas que anunciavam, sobretudo, a busca pela melhoria dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. No quadro 5, apresentam-se os programas encontrados e demais dados coletados nesse período.

Quadro 5 – Os programas e atores privados na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2007 a 2014)

Gestão Estadual	Programa	Início	Instituição	Dimensão	Etapa ⁴	Público-Alvo
<u>André Pucinelli (PMDB)</u>	Além das Palavras	2008*	Instituto Alfa e Beto	Currículo	EF	Estudantes Professores
	Jovem de Futuro	2012**	Instituto Unibanco	Currículo Gestão Oferta	EM	Estudantes Gestores Professores
	Aquisição de Tablets para Estudantes e Professores	2013*	Digibrás Indústria do Brasil e Positivo Informática	Currículo	EM	Estudantes Professores

⁴ Sem informação – SI; Educação Infantil-EI; Ensino Fundamental-EF; Ensino Médio-EM

	Prêmio Gestão escolar	2012*	Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO	Gestão	SI	Gestores
--	-----------------------	-------	---	--------	----	----------

* Sem Informação de vigência em 2018; ** Não vigente em 2018; ***Sem Informação sobre a data de Início;

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord). “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)”. 2018/Cnpq- Fapesp.

No ano de 2008, desenvolve-se com o Instituto Alfa e Beto o programa Além das Palavras, este foi executado a partir da Resolução/SED nº 2.147, de 15 de janeiro de 2008. Pelos dados coletados não se pôde averiguar se o programa continua vigente no ano de 2018.

O público-alvo foram os estudantes e professores das etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, atuando, especificamente, na dimensão currículo. De acordo com Souza; Nogueira e Melin (2015), esse programa propôs-se a viabilizar uma política de intervenção pedagógica, organizada por meio de um conjunto de práticas e materiais didáticos adquiridos do Instituto Alfa e Beto.

O objetivo central, conforme demarca-se, remete à busca pela melhoria dos índices do IDEB apontado na justificativa para o estabelecimento de contrato, pois, demarca-se no documento da Secretaria de Estado da Educação que:

Analisando dados do Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso do Sul/SAEMS e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, percebeu-se que um considerável número de escola/municípios apresentava baixos índices de desempenho. Esse quadro indicava a necessidade de uma incisiva intervenção didático-pedagógica nas turmas de 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação, em articulação com a direção e a comunidade escolar, implantou gradativamente, em 2008, o Projeto ‘Além das Palavras’ (MATO GROSSO DO SUL, 2012a, p. 5).

O projeto foi apresentado com piloto e com adesão voluntária por parte das escolas estaduais, mas, foi ampliado no ano seguinte, 2009, estendendo-se para todas as etapas da Educação Básica, conforme a

Resolução SED/MS nº 2.509, de 4 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 8.104 (SOUZA; NOGUEIRA; MELIN, 2015).

Para além desse programa, no segundo mandato do governador André Pucinelli (PMDB) – 2011 a 2014, no ano de 2012, por meio da Resolução/SED/MS nº 2.549/2012, há a inserção do programa Ensino Médio Inovador/Projeto Jovem de Futuro em parceria com Instituto Unibanco, tendo como público-alvo a ser atendido estudantes, professores e gestores, e, como etapa a ser contemplada o Ensino Médio, inferindo sobre as dimensões currículo, gestão e oferta. Conforme aponta Bigarella (2015) as escolas estaduais teriam “[...] apoio técnico e financeiro e, em contrapartida, seriam expostas a um rigoroso método de avaliação, que verificaria se os resultados pretendidos estavam sendo alcançados” (BIGARELLA, 2015, p. 545).

Dentre os programas têm-se, ainda, o intitulado Prêmio Gestão escolar proposto pela Unesco com a SED/MS. Todavia, não se conseguiu encontrar o ano em que foi implementado e se estava em vigência em 2018. Mas, em 2012, na administração estadual do governador André Pucinelli estava ativo e tinha como público-alvo os gestores escolares. Tal programa incidia na dimensão gestão.

No ano de 2013, a Secretaria de Estado da Educação/SED propôs um novo programa denominado de Aquisição de Tablets para Estudantes e Professores desenvolvido pela empresa Digibrás Indústria do Brasil e Positivo Informática. Esse programa que teve como público-alvo estudantes e professores da etapa do Ensino Médio impactou na dimensão currículo. Foram comprados 8.096 tablets – através do contrato de nº cadastral 0008/2013 – SED/MS, no valor de R\$ R\$ 2,2 milhões, em favor da empresa Digibrás Indústria do Brasil Ltda, e o nº cadastral 0009/2013-SED, no valor de R\$ 199 mil, para a empresa Positivo, totalizando-se no projeto o valor de R\$ 2,4 milhões⁵. Os tablets do programa Tablet

⁵ Midamax, 07 de março de 2013. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2013/secretaria-estadual-de-educacao-compra-r-24-milhoes-em-tablets-para-escolas-publicas>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Educacional foram para atender escolas públicas do Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional – e teriam sido distribuídos aos professores da rede estadual de ensino.

A partir do ano de 2015, assume a governadoria do estado de Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que adota direcionamentos de significativo incremento à atuação do setor privado na rede estadual de ensino, assim foram identificados (12) doze programas viabilizados no período. No quadro 6 apresentam-se os programas encontrados com o levantamento dos dados.

Quadro 6 – Ampliação dos programas e atores privados na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2015 a 2018¹)

Gestão Estadual	Programa	Início	Instituição	Dimensão	Etapa²	Público-Alvo
Reinaldo Azambuja (PSDB)	Nexus	2015	Digitho Brasil	Gestão	SI	Gestores
	Aprendiz Conectado	2015*	Microsoft	Currículo	EM	Professores
	Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais de Educação	2015*	CE Sanches	Gestão	SI	Professores Gestores
	Gestão da Aprendizagem	2015*	Fundação Lemann/Elos Educacional	Gestão Currículo	SI	Gestores
	Agrinho	2015	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	Currículo	EF	Estudantes
	Educadores do Brasil – Prêmio Professores do Brasil PPB e Prêmio Gestão Escolar PGE	2015	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC	Gestão Currículo	SI	Professores Gestores
	Escolas das Águas	2015	Ecologia e Ação – ECOA	Currículo	EF EM	Estudantes Professores Famílias
	Mira Educação	2016	Mira Educação	Gestão Currículo	EF EM	Estudantes Professores

¹ O mandato do atual governador do estado estende-se até o ano de 2022, todavia, a partir da delimitação temporal da pesquisa apresentam-se dados até o ano de 2018.

² Sem informação – SI; Educação Infantil-EI; Ensino Fundamental-EF; Ensino Médio-EM

	Programa Ensina Brasil	2017	Ensina Brasil	Gestão	EF EM	Professores
	Educação Integral e Competências Socioemocionais	2017	Instituto Ayrton Senna	Currículo	EI EF EM	Professores
	Plataforma Foco no Estudante	2017	Instituto Unibanco/Itaú BBA/Tuneduc/Fundação Lemann	Currículo	EF/EM	Professores
	Aprendendo com Arte	2017	Instituto Arte na Escola-Volkswagen	Currículo	EF EM	Professores Gestores

* Sem Informação de vigência em 2018; **Não vigente em 2018; ***Sem Informação sobre a data de Início.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord). "Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)". 2018/Cnpq- Fapesp.

O primeiro programa exposto no quadro 6 – dentre os (7) sete implementados no ano de 2015 – Nexxus, realizado entre a SED/MS e a empresa Digitho Brasil, constitui-se em treinamentos para utilização de ferramentas de gestão de parcerias com o objetivo de agilizar a efetivação de convênios e termos para que o público atingido pelo programa pudesse “desburocratizar” tais processos com o acompanhamento on-line. O público-alvo do programa foram os gestores, ou seja, impactou na dimensão gestão e não se conseguiu delimitar em quais etapas da Educação Básica incidiu o programa.

Ainda, no ano de 2015, se desenvolveu novo programa, entre a SED/MS e a empresa Microsoft, para efetivação do programa Aprendiz Conectado, o programa teve como público-alvo os professores e estudantes da etapa do Ensino Médio, teriam participado 365 escolas e um total de 255 mil alunos. Nesse programa houve a compra de computadores com plataformas digitais para uso de professores e estudantes. O objetivo seria de que o público-alvo tivesse acesso a programas e ferramentas on-line que já teriam sido utilizados por grandes corporações com foco em sua preparação para o mercado de trabalho com capacitação e desenvolvimento para uso de tecnologias da informação¹.

Outro programa implementado em 2015 foi intitulado de Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação. Esse programa, realizado com a CE Sanches, impactou diretamente na carreira docente, assim, incidiu na dimensão gestão e teve como público-alvo professores e gestores, não se delimitando a etapa da Educação Básica, todavia, infere-se que é provável que tenha atingido tanto profissionais do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio.

Outro programa foi o nominado de Gestão da Aprendizagem, que foi apresentado, também, no ano de 2015, entre a SED/MS, a Fundação Lemann e a Elos Educacional. Propôs-se a oferecer formação para melhoria da gestão de sala de aula e gestão da

¹ Disponível em: <https://www.regiao1news.com.br/sidrolandia/governo-firma-parceria-para-levar-equipamentos-da-microsoft-a-escolas-de-ms>. Acesso em: 6 set. 2020.

aprendizagem, tendo como público-alvo os gestores e impactando, desse modo, na dimensão gestão².

Observa-se, ainda, a inserção do programa Agrinho realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – com o aval da SED/MS que incidiu na dimensão da oferta e teve como público-alvo os estudantes da etapa do Ensino Fundamental (teriam participado do programa 170 escolas e 60 mil estudantes do 1º ao 9º ano). O objetivo anunciado do programa seria o de permitir entendimento do trabalho realizado pelo produtor rural. Todavia, em relação ao programa Rossi e Vargas (2017) apontam que

[...] toda a representação do campo é, por assim dizer, ‘romantizada’, no sentido de que corresponde àquilo que a ideologia dominante intenta propagandear enquanto visão de mundo, não correspondendo, de fato, às condições materiais e sociais que, efetivamente, conformam o espaço agrário (ROSSI, VARGAS, 2017, p. 216).

Nesse mesmo ano, 2015, iniciou-se o programa Educadores do Brasil – Prêmio Professores do Brasil - PPB - e Prêmio Gestão Escolar - PGE - que apresentava como objetivo anunciado o de dar visibilidade a experiências pedagógicas tidas como inovadoras, dignas de destaque e passíveis de adoção por outros professores e pelos sistemas de ensino e que contribuiriam para o desenvolvimento da educação, assim como, premiar essas ações. O programa incide sobre as dimensões da gestão e do currículo e teve como público-alvo professores e gestores, sem definição de etapa da Educação Básica.

O programa teria sido concebido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, com vistas a contemplar projetos inovadores e gestões competentes na Educação Básica do ensino público e reconhecer, premiar e divulgar o mérito de docentes das redes públicas de ensino, com a participação de cerca de 34 mil escolas de todas as regiões do país.

² Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/inscricoes-abertas-gestao-de-sala-de-aula-e-gestao-para-a-aprendizagem/>. Acesso em: 8 set. 2020.

O programa Escola das Águas, desenvolvida pela Ecologia e Ação – Ecoa, com vigência no ano de 2015, propôs-se a trabalhar com a formação continuada de professores que atuam em regiões pantaneiras e apresenta incidência na dimensão gestão. De acordo com informações disponíveis no site da Ecoa os objetivos são de valorização da cultura e conhecimento local, conservação ambiental com a troca de práticas entre os professores por meio da educomunicação e educação ambiental, o público-alvo são os professores³.

No ano de 2016, a SED/MS estabeleceu acordo com a empresa Mira Educação, para programa em que se previa a disponibilização do aplicativo “Mira Aula”, com esse *software* poder-se-ia controlar a presença dos alunos com envio de mensagem de notificação aos pais dos faltantes, assim como, substituir o diário de classe, com registro das aulas no aplicativo, o que objetivaria a otimização dos processos de controle de frequência, e notificação de faltas dos alunos nas aulas. Teriam sido distribuídos tablets para os professores de matemática e língua portuguesa e para alunos do 6º ao 9º ano, em 15 escolas estaduais⁴.

No ano de 2017, encontraram-se quatro programas implantados. O primeiro que se apresenta é o programa Ensina Brasil, desenvolvido pela ONG Ensina Brasil, que apresenta como objetivo declarado colocar em prática ações transformadoras que poderiam reduzir as desigualdades na educação. Isso seria feito por meio do oferecimento de formação para professores recém formados para atuarem nas escolas públicas em regiões denominadas como vulneráveis. Para participarem do programa, os professores passaram por um processo seletivo que no ano de 2017 teria tido 3,3 mil candidatos inscritos, avaliados segundo critérios de empatia, resiliência, comprometimento, resolução de problemas, habilidades interpessoais, orientação a altas

³ Disponível em: <https://porvir.org/pantanal-escolas-das-aguas-se-adaptam-ao-regime-das-cheias/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/evento-marca-inicio-da-segunda-etapa-do-projeto-mira-educacao/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.correioestado.com.br/cidades/mais-de-80-das-escolas-de-ms-ja-utilizam-aplicativo-que-confirma/337977/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

expectativas e alinhamento com visão, valores e missão do programa. O mesmo impactou a sobre a dimensão da gestão e teve como público-alvo professores que atuavam nos Ensinos Fundamental e Médio⁵.

Outro programa encontrado no ano de 2017 foi o intitulado de Educação Integral e Competências Socioemocionais, implementado por meio de convênio ente a SED/MS com o Instituto Ayrton Senna - IAS - o lançamento do programa ocorreu a partir do Seminário “Regime de Colaboração: fortalecendo as competências socioemocionais dos estudantes de Mato Grosso do Sul”. Nesse sentido, o IAS, prestaria assessoria técnica no âmbito da educação integral e, ainda, adequação do currículo segundo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, sobretudo, no sentido de incluir-se no currículo das escolas públicas estaduais as competências socioemocionais, assim, faria o assessoramento para alinhamento à BNCC. O programa incidiu sobre todas as etapas da Educação Básica e teve como público-alvo os professores⁶.

Ainda, no ano de 2017, foi lançado o programa Foco no Estudante, por meio de articulação entre a SED/MS, o Instituto Unibanco, o Itaú BBA, a empresa Tuneduc e a Fundação Lemann. O Projeto Foco no Estudante apresentava como objetivo o de apoiar a SED/MS no uso de evidências para o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas por meio de uma plataforma de integração de dados educacionais e indicadores educacionais, com foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, incidindo na dimensão currículo com impactou sobre as etapas de Ensino Fundamental e Médio e tendo como foco os professores⁷.

⁵ Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/governo-promove-encontro-de-acolhimento-aos-professores-que-participam-de-projeto-inovador/> Acesso em: 23 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/projeto-inovador-que-atrai-jovens-talentos-para-a-docencia-comemora-avancos/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁶ Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/educadores-mostram-como-incorporar-competencias-socioemocionais-na-escola/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/em-seminario-sed-e-instituto-ayrton-senna-abordam-curriculo-de-ms-e-competencias-socioemocionais/> Acesso em: 23 abr. 2020.

⁷ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=97921>. Acesso em: mai. 2020.

Também no ano de 2017, implantou-se o programa Aprendendo com Arte por meio do acordo entre a SED/MS, a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e a Fundação Volkswagen. O projeto foi apresentado nas modalidades: semipresencial e a distância teve como público-alvo professores de Arte do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, gestores de escolas e coordenadores pedagógicos. O objetivo anunciado foi o de envolver e auxiliar na compreensão do papel da arte, da cultura, dos potenciais educativos da disciplina, dos espaços culturais e causar um impacto real no ensino em sala de aula, isso denota a incidência do programa na dimensão currículo⁸.

A partir dos elementos apresentados pode-se inferir que as ações engendradas por esses programas incidiram sobre as três dimensões de privatização apontadas por Adrião (2018), ou seja: oferta, gestão e currículo. Em relação incidência apenas à dimensão da oferta temos a atuação de um (1) programa (1); atuando somente na dimensão gestão temos quatro (4) programas; na dimensão apenas de currículo temos a atuação de oito (8) programas. A atuação em mais de uma dimensão em um mesmo programa estão um (1) programa nas três (3) dimensões e três (3) programas nas dimensões currículo e gestão.

A partir disso pode-se concluir que a atuação dos programas apesar de estar presente nas três dimensões incide mais fortemente nas dimensões currículo (12 programas) e gestão (6 programas), já na dimensão oferta identifica-se (2) dois programas em atividade no período analisado.

Ao delimitar-se a etapa da Educação Básica que os programas abrangiam no período analisado observa-se que exclusivamente para a etapa do Ensino Fundamental havia dois (2); somente para o Ensino Médio três (3). Programas que atuaram na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram dois (2),

⁸ Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/educacao-divulga-relacao-de-professores-selecionados-para-o-curso-aprendendo-com-arte/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

no Ensino Fundamental e Médio quatro (4) programas. Assinala-se que para cinco (5) programas essa informação não foi encontrada.

Dos dezessete (17) programas localizados, quatro (4) tinham como público-alvo exclusivamente professores; três (3) apenas os gestores; dois (2) apenas estudantes; três (3) estudantes e professores; um (1) estudantes, professores e gestores; um (1) estudantes, professores e famílias, três (3) professores e gestores.

No quadro 7 pode-se verificar a natureza das organizações que atuam nos processos de privatização da educação pública no estado de Mato Grosso do Sul, assim como, o quantitativo dessas organizações.

Quadro 7 – Natureza das organizações que atuam no estado de MS

Natureza da organização		Quantidade
Associação	Associação das Empresas de Transporte Urbano	Um (1)
Sindicato Patronal	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	Um (1)
Instituto	Instituto Alfa e Beto	Cinco (5)
	Instituto Unibanco	
	Instituto Ayrton Senna	
	Instituto Unibanco/Itaú BBA	
	Instituto Arte na Escola-Volkswagen	
Empresa	Digibrás Indústria do Brasil	Oito (8)
	Positivo Informática	
	Digitho Brasil	
	Microsoft	
	CE Sanches	
	Mira Educação	
	Elos Educacional	
	Tuneduc	
Fundação	Fundação Lemann	Um (1)
Organização Social	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC	Um (1)
Organização Não Governamental – ONG	Ecologia e Ação – ECOA	Dois (2)
	Ensina Brasil	

Agências Internacionais	Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO	Um (1)
-------------------------	---	--------

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord). “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)”. 2018/Cnpq- Fapesp.

Pode-se inferir ainda, que dentre os 17 programas localizados, dez (10) deles estavam em vigência no ano de 2018, seis (6) deles não se conseguiu informações sobre vigência em 2018 e um (1) não estava vigente, conforme quadro 8.

Quadro 8 – Vigência dos programas no estado de MS

Vigência	Programas	Quantidade
Vigentes em 2018	Agrinho	Dez (10)
	Educadores do Brasil – Prêmio Professores do Brasil PPB e Prêmio Gestão Escolar PGE	
	Escolas das Águas	
	Mira Educação	
	Programa Ensina Brasil	
	Regime de Colaboração Com o Instituto Ayrton Senna - Educação Integral e Competências Socioemocionais	
	Plataforma Foco no Estudante	
	Aprendendo com Arte	
	Agrinho	
	Prêmio Gestão escolar	
Sem informação e vigência em 2018	Termo Passe Estudantil	Seis (6)
	Além das palavras	
	Aquisição de Tablets para Estudantes e Professores	
	Aprendiz Conectado	
	Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais de Educação	
Não vigente no ano de 2018	Gestão da Aprendizagem	Um (1)
	Jovem de Futuro	

Fonte: Elaboração da autora a partir de Adrião (coord). “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)”. 2018/Cnpq- Fapesp.

Ao considerar-se as categorias demarcadas para análise: **capilaridade e vigência**, delimitadas para selecionar-se os três programas, nesta segunda fase da pesquisa, a qual dá continuidade ao “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública”, no estado de Mato Grosso do Sul destacam-se os programas:

- **Educação Integral e Competências Socioemocionais, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna**, isso pelo impacto direto na definição do currículo, o que demarca a capilaridade do programa, e por ter incidência em todas as etapas da Educação Básica – desde a Educação Infantil até o Ensino Médio – e, ainda, pelo fato de atingir a todos os professores. Nesse sentido, apesar de ter sua vigência inicial no ano de 2017, o mesmo, ainda estava ativo no ano de 2018, último ano da pesquisa;

- **Foco no estudante, desenvolvido pelo Instituto Unibanco, Itaú BBA, Tuneduc e Fundação Lemann** que, também, teve impacto na dimensão currículo, abrangendo as etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio e tendo como público-alvo os professores, o que remete à sua capacidade de capilaridade em nível estadual. Assim como, o primeiro, apesar de ter sua vigência inicial no ano de 2017, o mesmo, ainda estava ativo no ano de 2018, último ano da pesquisa;

- **Mira Educação, programa desenvolvido pela empresa Mira Educação**, com incidência nas dimensões gestão e currículo, centra-se nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tem como público-alvo os estudantes e professores. O programa teve início no ano de 2016 e continuava em vigência no ano de 2018.

Os três programas demarcam um período, que se inicia no ano de 2008, quando assume a governadoria do estado de Mato Grosso do Sul André Pucinelli (PMDB), em que há a implantação de 4 programas que envolvem processos de privatização da educação pública, o que denota um incremento na privatização ao considerar-se que só se localizou um programa até o ano de 2005.

Todavia, é a partir do ano de 2015, na gestão de novo Governo estadual - Reinaldo Azambuja (PSDB) – que ainda está em cumprimento de mandato, que ocorre uma significativa ampliação e expansão da privatização da educação pela via das denominadas parcerias. De 2015 até o ano de 2018 foram anunciados 12 novos programas com vistas à atuação junto à rede estadual de ensino nas três dimensões apontadas por Adrião (2018) e com incidência em todas as etapas da Educação Básica na rede estadual de ensino.

Considerações finais

A partir dos elementos apresentados pode-se concluir, que ao tratar-se do estado de Mato Grosso do Sul, apresentam-se diferentes organizações privadas que buscam atuar na educação pública na rede estadual de ensino e, desde o ano de 2008, na gestão de André Pucinelli (PMDB, essas organizações têm recebido o respaldo da gestão do estado para estabelecerem-se e, possivelmente, definirem os rumos da educação pública no âmbito estadual, com intensificação de implementação de programas privatizantes a partir do ano de 2015 quando assume a governadoria do estado Reinaldo Azambuja (PSDB).

Ao analisar-se os três programas elencados a partir das categorias capilaridade e vigência – Educação Integral e Competências Socioemocionais, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna; Foco no estudante, desenvolvido pelo Instituto Unibanco, Itaú BBA, Tuneduc e Fundação Lemann; Mira Educação, programa desenvolvido pela empresa Mira Educação – pode-se inferir que todos interferem diretamente na definição do que e de como será a educação/formação a ser ofertada, considerando-se que o público-alvo nos três programas abarca os professores diretamente ligados à organização do processo de ensino e aprendizagem, delimitadores em última instância do que é necessário ensinar e aprender. Um dos programas além de atingir os professores abrange, ainda, os estudantes. Quanto às dimensões afetadas pelos programas abarcam a gestão e o currículo.

Por outro lado, constata-se, ainda, que o verificado no estado de Mato Grosso do Sul, na rede estadual de ensino, apresenta convergência com os pressupostos do público não estatal intensificado no Brasil a partir da década de 1990 e, aponta para a definição da educação pública por grupos empresariais que possuem interesses divergentes daqueles que entendem a educação pública como direito social humano.

Ademais, salienta-se que a política de privatização da educação pública articula-se aos anúncios de necessidade de ajuste fiscal, de redução de gastos do Estado que incidem na educação pública em que as soluções empresariais seriam supostamente “mais confiáveis” e “eficientes”, mas, que levam, em nosso entendimento, a estratégias de retirada de direitos sociais.

Por fim, demarca-se a necessidade de aprofundamento e análise em relação à atuação desses programas no estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se a apreensão de que influências e/ou definições da educação pública têm sido provenientes dos grupos privados no estado. Assim, novos estudos são imprescindíveis e pertinentes para se possa dimensionar as consequências da ação privada na educação pública estadual sul mato-grossense.

Referências

ADRIÃO, Theresa (Coord.). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)**, 2018/Cnpq-Fapesp. Disponível em: <https://www.grepppe.fe.unicamp.br/en/mapping-the-insertion-of-the-private-sector-in-the-state-education>. Acesso em: 5 jul. 2020.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BIGARELLA, Nadia. O gerenciamento na Educação para o Sucesso: uma política do governo, do Estado de Mato Grosso do Sul (2007-2014). **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 533-550, nov. 2015.

CONSTANTINO, Michel; PEGORARE, Alexander Bruno; COSTA, Reginaldo Brito da. Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 234-246, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v17n2/1518-7012-inter-17-02-0234.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE divulga renda domiciliar per capita 2018**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2018.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE divulga renda domiciliar per capita 2015**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução/SED nº 2.147**, de 15 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Projeto Além das Palavras. Diário Oficial do Estado, Campo Grande, MS, 16 jan. 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Além das Palavras**. Campo Grande: SED, 2012a.

MATO GROSSO DO SUL.. **Resolução/SED/MS nº 2.509**, de 4 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Programa Além das Palavras. Diário Oficial do Estado, Campo Grande, MS, 5 jan. 2012. Campo Grande: SED: 2012b.

MATO GROSSO DO SUL.. **Resolução/SED/MS nº 2.549/2012**, de 1 de junho de 2012. Institui o Comitê Gestor de Governança do Programa Ensino Médio Inovador/Projeto Jovem de Futuro da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS, 1. jun. 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Censo Escolar – o que é o Censo. **Secretaria de Estado da Educação – SED/MS**, 2020. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/censo-escolar-6/>. Acesso em: 18 set. 2020.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 20, nº.40 pp. 206-224 Set-Dez/2017.

SOUSA, Sandra Novais; NOGUEIRA, Eliane Greice Davanço; MELIM, Ana Paula Gaspar. Um Cenário, Duas Técnicas: Análise dos Pressupostos Teóricos dos Programas Alfa e Beto e PNAIC–SED/MS. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL: tendências à privatização (2005-2018)

Flávio Bezerra de Sousa
UNICAMP

Introdução

A literatura educacional, recortada a partir da década de 1990, aponta um conjunto de ações impulsionadas pelo levante neoliberal propalado mundialmente e, incisivamente, atuante nos países semiperiféricos. No Brasil, com sinalizações de ampliação em período recente, em quase a totalidade dos sistemas de educação, há presença de atores interessados no estabelecimento da relação com o Estado, que põe ao lado, a responsabilidade que esse possui na destinação de recursos públicos para a educação pública.

As reformas educacionais e dos marcos legais desde os anos 1990, têm permitido uma reconfiguração da atuação e disposição da educação pública, circunscrita por transferências de obrigações e de recursos para organizações sociais e empresas privadas que ratificam um processo de privatização da educação em distintas frentes, “[...] neste período de globalização de um capitalismo alicerçado na financeirização da economia [...]” (ADRIÃO, 2018, p.9), cujos serviços públicos são abertos à participação de atores privados.

Neste contexto de ampliação da atuação do setor privado na educação pública, o presente capítulo aborda a extensão das privatizações no sistema de ensino do Distrito Federal - DF, entre os anos de 2005-2018, relacionados a pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil”. A seleção da unidade federativa do Distrito Federal possui uma singularidade em relação aos demais estados da federação, pois agrega as competências ora de estado, ora de município na oferta das etapas da educação básica.

O capítulo organiza-se, em um primeiro momento, pela descrição socioeconômica do Distrito Federal e da sua capacidade e potencialidade na oferta educacional; em seguida, são abordadas as ações e os programas no contexto do sistema distrital de educação com vistas a apresentar as suas características, atores envolvidos e público-alvo, bem como a atuação do setor privado; e, finalmente, analisa-se um conjunto de três programas vigentes no período de 2005-2018, selecionados pela incursão na gestão escolar, currículo e oferta, assentados no critérios de capilaridade e vigência de atuação.

Caracterização socioeconômica do Distrito Federal

É importante registrar que o DF encabeça a Região Integrada de Desenvolvimento e Entorno (RIDE), que totaliza 32 municípios dos estados de Goiás – GO e Minas Gerais. Com uma população de cerca de 4,560 milhões, direta, ou indiretamente, exige um direcionamento de políticas sociais, tendo em vista que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios que o compõem está entre 0,6 e 0,7, aproximado ao nacional que é de 0,7.

No Distrito Federal a média salarial é de R\$ 2.461, nos municípios goianos e de Minas Gerais, é R\$ 661,00, correspondendo a cerca de 27% da renda média de um residente no DF. No que tange ao nível de escolaridade, apenas 5,67% concluíram o ensino superior, enquanto no DF é superior a 1/3, aproximadamente 34%.

Com uma área de 5.780 km², está dividido em 33 Regiões Administrativas¹ com uma população estimada em 3.050.000 milhões de habitantes (IBGE, 2020). No tocante à questão racial, segundo dados do próprio Atlas, cerca de 57,6% é considerada

¹ O Distrito Federal é dividido em 33 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local. As regiões estão estabelecidas na lei n.º. 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

negra (pretos e pardos). Os amarelos e indígenas são apenas 1,53% da população.

Com distintas realidades em reduzido espaço para ocupação, no ano de 2015, a densidade demográfica do DF chega, em determinados locais, a 92,5 pessoas por km², com uma expectativa de vida em média de 77 anos. Em 2018, os números apontaram uma predominância de mulheres a partir dos 30 anos.

Tendo por base os dados do IBGE do ano de 2017, o PIB *per capita* no DF foi de R\$ 80.502,47, ocupando a 1ª posição entre as capitais da Federação, cerca de 2,5 vezes maior do que a média nacional de R\$ 31.702. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Distrito Federal apresentou o número de 0,850, corroborando para um valor considerado alto, que o coloca em 1º lugar no país, assim como seu IDHM renda, de 0,890 e longevidade, 0,859, e o segundo lugar no IDHM educação de 0,804. Tal cenário denota para a assertiva de que em termos estatísticos o DF apresenta altos índices que se contrapõem aos números da desigualdade colhidos pelo Índice de *Gini*² que registra 0,602 em relação à média nacional de 0,549.

Os dados apresentados pelo índice podem ser corroborados à luz das distintas rendas *per capita* no Distrito Federal. A mais alta chega ao valor de R\$ 8.317,20, e a mais baixa em torno de R\$ 500,00, (CODEPLAN, 2018). Entretanto, a renda média *per capita* da população do DF gira em torno de R\$ 2.460,00. Em 2017, o percentual de participação do setor de serviços foi de 95,7% de composição do PIB, ademais, pontua-se que os setores industriais

² Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, e se constitui como um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, ou seja, a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos varia numa escala entre 0 e 1. Sendo que, quanto mais próximo de “0”, haverá igualdade, quanto mais se aproxima de “1”, há desigualdade. Na prática, o índice costuma comparar os 20% mais pobres em relação aos 20% mais ricos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em out. 2020.

e agropecuários desempenham pouca expressão na composição, 3,9% e 0,4%, respectivamente.

O DF é governado, desde 1991, predominantemente por partidos não progressistas, destaque para o Movimento Democrático Brasileiro – MDB (anteriormente PMDB), com quatro eleições, seguido pelo Democratas (DEM), com dois mandatos, o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e o Partido da República (PR). O campo progressista foi representado apenas em três momentos no governo local, em duas com o Partido dos Trabalhadores (PT) e, em uma, com o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em boa parte desses governos, ganha impulso os elementos da Nova Gestão Pública (NGP), em especial, decorrentes do estabelecimento do Plano Decenal de Educação (1993-2003) do então ministro da educação Murilo Hingel (1992-1994), à luz das determinações da Declaração de Jomtien, na Tailândia (1990) que, em curto espaço de tempo, cultivou o espaço para ações privatistas na educação. O atual governador do DF é Ibaneis Rocha (2019) do MDB, seus antecessores foram, respectivamente, Rodrigo Rollemberg, PSB (2015-2019), e Agnelo Queiroz do PT (2011-2015).

Quadro 1 – Governadores do Distrito Federal entre os anos de 2005 e atual

Período	Governador(a)	Partido
1999 - 2006	Joaquim Roriz	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
2006 - 2007	Maria de Lourdes Abadia	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
2007 - 2010	José Roberto Arruda	Partido da Frente Liberal (PFL)
2010 - 2010	Paulo Octávio	Democratas (DEM)
2010 - 2010	Wilson Lima	Partido da República (PR)
2010 – 2011	Rogério Rosso	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
2011 – 2015	Agnelo Queiroz	Partido dos Trabalhadores (PT)

2015 - 2019	Rodrigo Rollemberg	Partido Socialista Brasileiro (PSB)
2019 - 2023	Ibaneis Rocha	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Fonte: Governo do Distrito Federal, Casa Civil, 2020. Elaboração do autor.

Observa-se que o cenário de composição governamental no DF resultou em atraso no estabelecimento de ações mais progressistas na educação, somente no Governo de Agnelo Queiroz (2011 – 2015) é que ocorre a aprovação do primeiro plano de educação (2015-2024), lei nº. 5.499 de 14 de julho de 2015, fruto, em especial, da participação de entidades do Fórum Distrital de Educação (FDE). Até então, se constituíam em planos de governo elaborados por seus técnicos no âmbito de normativas administrativas internas, os chamados Planos Distritais de Educação (PDE). Ademais, é nesse contexto político que se promulga a lei de gestão democrática do ensino, n.º 4.751 de 7 de fevereiro de 2012, que permitiu a superação da forma indicativa de ocupação de direção nos estabelecimentos escolares por uma escolha por meio do voto da comunidade escolar.

A educação no DF

A estrutura organizativa da educação do Distrito Federal se constitui pela Secretaria de Educação, suas subsecretarias, diretorias, gerências, coordenações unidades regionais, responsáveis pela normatização, supervisão e avaliação, e de ensino; o Conselho de Educação, e a Comissão de Educação da Câmara Legislativa do DF. O Conselho de Educação do Distrito Federal, criado em 1961, é classificado como um órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador das atividades educacionais, bem como órgão fiscalizador e acompanhante do sistema de ensino.

É conveniente o destaque para o perfil presente na presidência do conselho que ocorre em meio a representações privadas,

sinalizadas por diretores de entidades mantenedoras de educação superior do campo privado, associações de entidades privadas, membros de entidade religiosa, diretores de empresas com transitoriedade pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC), além de proprietários de estabelecimentos particulares de ensino. Ratifica-se, assim, a presença do campo de interesse não público, especialmente lucrativo, como pano de fundo das ações circunscritas ao modo de composição do Conselho de Educação do DF.

Quadro 2 – Presidentes do CEDF entre 2005 - 2018

NOME	PERÍODO
Décio Batista Teixeira	2005 a 2007
Luiz Otávio da Justa Neves	2007 a 2011
Nilton Alves Ferreira	2011 a 2013
Maria José Vieira Féres	2013 a 2015
Álvaro Moreira Domingues Júnior	2015 a 2017
Mário Sérgio Mafra	2017 a 2019

Fonte: CEDF, 2019. Elaboração do autor.

Os dados apresentados pela Codeplan (2018) indicam um percentual de 30% da população com 25 anos ou mais que não possuem escolaridade ou não concluíram o ensino fundamental, ou ensino médio. A taxa de analfabetismo no Distrito Federal é considerável em relação à sua população total, cerca de 3,5%, que representa 107 mil pessoas.

Com um total de 659 estabelecimentos (urbanos e rurais) públicos de educação em 2018, e com o fito de contextualizar o sistema educacional distrital, no recorte temporal que aqui se analisa, discutem-se, em seguida, alguns dados referentes à educação básica: etapas atendidas, quantitativo de estabelecimentos de ensino e seus níveis de oferta, matrículas efetivadas em cada nível de ensino, dados referentes ao perfil e condições do trabalho docente e, formas de vínculo e investidura do diretor escolar.

Tabela 3 – Estabelecimentos no Distrito Federal, por dependência administrativa 2005-2018. (nº abs)

Ano	Total*	Federal	Estadual	Privada
2005	1.057	2	614	441
2006	1.061	2	617	442
2007	961	2	615	344
2008	1.070	2	605	4
2009	1.089	2	608	478
2010	1.106	3	631	472
2011	1.110	7	632	471
2012	1.108	10	632	466
2013	1.116	10	648	468
2014	1.148	10	638	500
2015	1.130	8	644	486
2016	1.137	8	643	494
2017	1.212	10	685	527
2018	1.204	11	659	545

Fonte: Censo Educação Básica, Inep, 2020. Elaboração do autor.

*Devido sua característica federativa, não há escolas municipais. Para tanto, ao DF, será considerada a definição “Estadual”.

No geral, o sistema de ensino agregou cerca de 147 espaços de aprendizagem, nas escolas estaduais (distritais), houve um aumento de 41 estabelecimentos que se contrapõem ao decréscimo no número de matrículas disposto no Quadro 4. A hipótese que se apresenta consiste na redução do número de alunos por turma, o que nos remete a uma possível qualificação do ensino no âmbito de possibilidades didático-pedagógicas; ou uma ociosidade de espaço ocasionada pela inversão de movimento entre o número de matrículas e aberturas de espaços de aprendizagem, ou simplesmente um descompasso de gestão que não é capaz de prever a relação do uso de espaço de forma adequada a suprir as necessidades de oferta de vagas e conseqüentemente dar cabo à garantia do direito à educação.

Quadro 4 – Matrículas na educação básica do Distrito Federal (2005-2018)

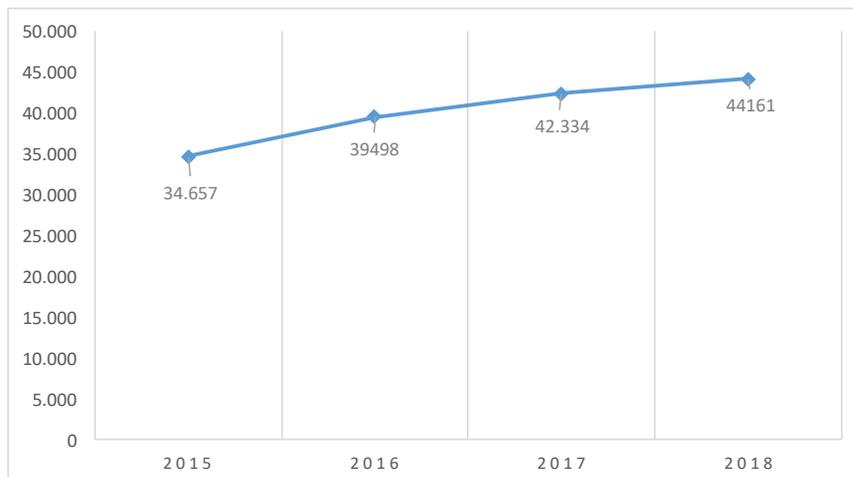
ANO	TOTAL*	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA
2005	695.356	3.165	530.653	161.538
2006	687.709	3.273	518.331	166.105
2007	637.403	3.111	501.376	132.916
2008	676.955	3.403	506.016	167.124
2009	677.108	3.619	499.155	174.334
2010	668.601	3.246	492.193	173.162
2011	665.088	3.267	484.435	179.386
2012	658.783	3.233	470.906	184.644
2013	700.888	3.046	507.865	189.977
2014	650.616	2.987	456.814	190.815
2015	648.355	2.816	453.401	192.138
2016	671.356	2.782	45.405	191.765
2017	667.214	2.758	476.809	187.647
2018	659.365	3.851	467.453	188.061

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado pelo autor com base em ADRIÃO et al (2020).

A oferta de matrículas da rede de ensino do Distrito Federal tem decrescido no período analisado 2005 a 2018 no conjunto total das matrículas, não será possível a demonstração, mas isso tem se refletido, obviamente, na maior parte das etapas e modalidades.

No período em destaque, o DF deixou de ofertar cerca de 36 mil vagas, 5% a menos. Quando consideramos apenas as ofertadas nos estabelecimentos públicos aqui considerados estaduais (distritais), a diminuição é mais significativa, 10% de menos vagas ofertadas, em contraposição ao avanço de 16,4% no aumento de vagas ofertadas por estabelecimentos privados, conforme se observa nos gráficos x, y.

Gráfico 1 – Matrículas de educação infantil (creche e pré-escola) regular pública no Distrito Federal 2015 – 2018 (nº abs)



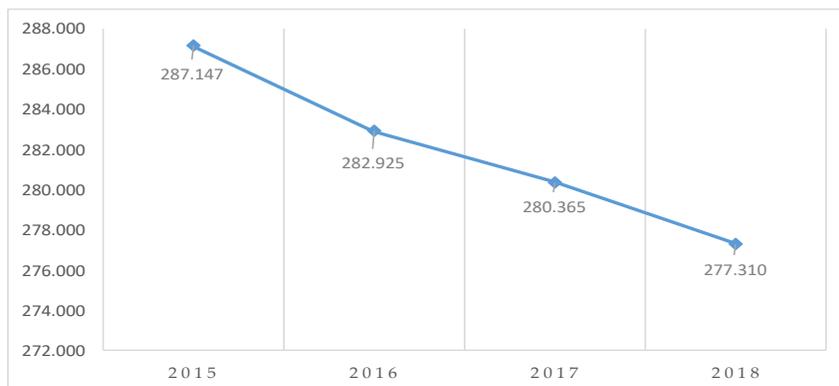
Fonte: Censo escolar, 2018. Elaboração do autor.

No conjunto de escolas de educação infantil regular pública, entre os anos de 2015 e 2018, objeto do mapeamento da segunda fase da pesquisa Greppe, é válido acentuar o acréscimo de oferta de vagas na educação infantil. Contudo, tal cenário não se apresenta para o número de creches que ainda convivem com o déficit de vagas na ordem de 20 mil no DF, (SEDF, 2019).

No tocante à pré-escola, há um avanço na oferta, de 33.731 vagas em 2015, para 43.258 vagas em 2018, todavia não tem sido suficiente para o atendimento do público desta faixa etária escolar.

O Ensino Fundamental, apesar de se constituir como de maior percentual de matrículas na educação básica do DF, cerca de 62%, se comparados os anos de 2015 a 2018, houve um decréscimo de 3,4% na oferta de vagas para esta etapa de ensino como pode ser observado no Gráfico 2.

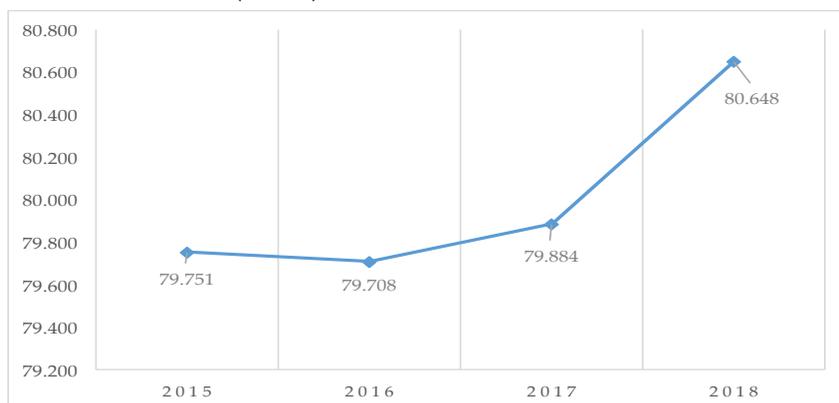
Gráfico 2 – Matrículas de ensino fundamental regular pública no Distrito Federal 2015 – 2018 (nº abs)



Fonte: Censo escolar, 2018. Elaboração do autor.

O ensino médio, por sua vez, representa 19% do total de matrículas. No entanto, aponta para um acréscimo de matrículas entre os anos de 2016 e 2018, apesar de ser um percentual pouco expressivo se visto o número absoluto. Destaca-se que os números apresentados no gráfico 3 se refere ao contexto das escolas e matrículas públicas do Distrito Federal.

Gráfico 3 – Matrículas de ensino médio regular pública no Distrito Federal 2015 – 2018 (nº abs)

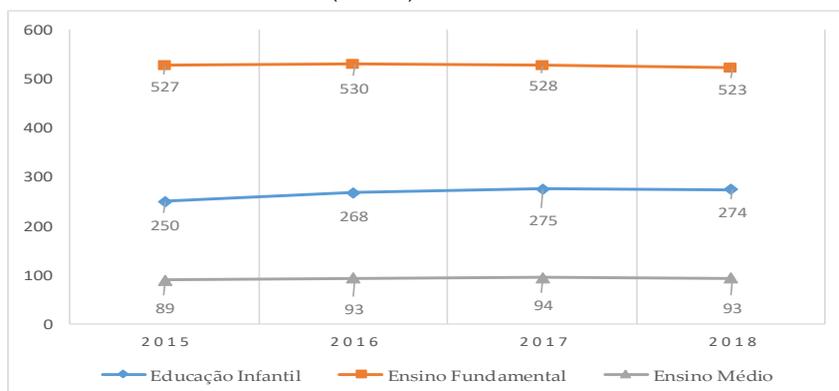


Fonte: Censo escolar, 2018. Elaboração do autor.

A maioria dos estabelecimentos de ensino públicos no Distrito Federal está concentrado na oferta do ensino fundamental. Esta etapa de ensino canaliza o maior percentual de matrículas, cerca de 60%. Há que se destacar que havia em 2018, 274 estabelecimentos de ensino que ofertavam tanto o ensino fundamental quanto a educação infantil, constituindo-se este, como o segundo maior conjunto de estabelecimentos em termos de oferta.

Entretanto, não significa que a ampliação de escolas se reflita no maior número de vagas, pois, mesmo sendo menos representativo em números de estabelecimentos, o total de vagas do ensino médio, apesar de não receber a grande maioria do público da faixa etária regular, se constitui como superior ao ensino público infantil em 50%.

Gráfico 4 – Estabelecimentos de ensino, por etapa de educação básica no Distrito Federal 2015 – 2018 (nº abs)



Fonte: Censo escolar, 2018. Elaboração do autor.

No que tange ao quadro de funcionários do sistema educacional público do DF, sinaliza-se para um total de 49.247 em distintas categorias. Quanto aos docentes, conforme dados do Educacenso 2018, havia 17.792 docentes, destes, 4.133 eram do sexo masculino e 13.659 do sexo feminino.

Desse conjunto, é interessante observar que, cerca de 64% de docentes do sexo masculino se encontram na situação de concursados,

enquanto as docentes concursadas representam 60%. Dados nacionais apontam a existência de quatro milhões de mulheres a mais do que homens no total da população brasileira (IBGE, 2010) e o percentual de 52,2% de mulheres no Distrito Federal.

Ademais, segundo documento do Bando Mundial, 75% dos professores da América Latina são mulheres, e no Brasil, o Inep sinaliza pouco mais de 8 em cada 10 professores serem do sexo feminino em praticamente todas as dependências administrativas (VENCO e SOUSA, 2020). Nesse sentido, dos dados, pode-se inferir uma ação de precariedade nas relações de trabalho entre as mulheres, pois há uma explícita diferenciação no percentual de contratação via concurso público para o grupo masculino, que é superior para o grupo feminino, sendo este em número maior termos de trabalhadoras.

O debate sobre a divisão social do trabalho precede o da feminização na docência, uma vez que atribui papéis distintos a homens e mulheres na sociedade e, assim, valora diferentemente o trabalho masculino do feminino” (VENCO e SOUSA, 2020, p. 1).

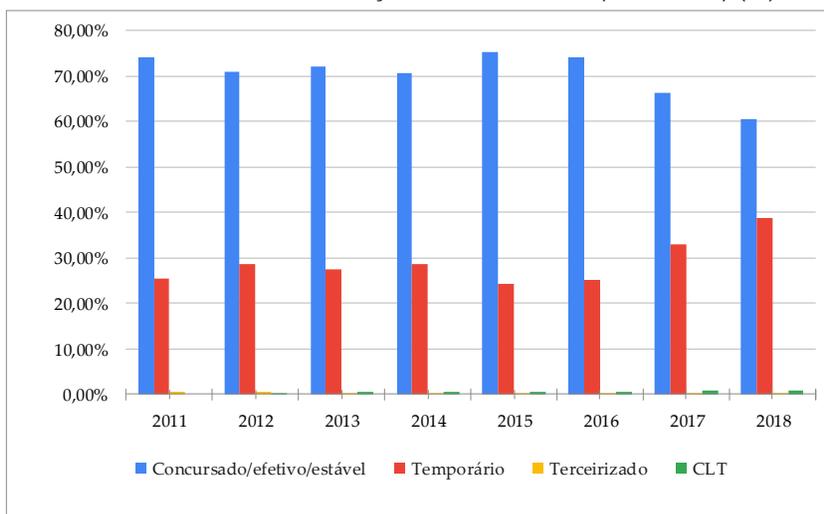
Na série histórica compreendida entre 2011 e 2018 há elevação do percentual de não concursados. Disso resulta que 6 em cada 10 docentes no Distrito Federal estão em situação contratual como concursados; em 2011, por exemplo, este percentual era de 74%. De acordo com dados e informações da própria secretaria de educação do Distrito Federal, o que se observa é uma agudização da política de contratação docente por meio de contratos temporários via processos seletivos que estabelecem um prazo de 2 anos que ora são renovados, ou não.

Disso resulta, além de outras questões, no impedimento de renovação do quadro de professores via concursos público, contribuindo para a seleção de professores substitutos temporários para integrar o banco de reservas da secretaria de educação e se postarem à disposição para suprir as carências definitivas, provisórias e temporárias, com uma remuneração oficial variada pelo trabalho entre 20h e 40h semanais.

O que chama a atenção nesse processo é a contraposição a uma construção qualificada do quadro de professores concursados, além de uma série de questões atinentes ao direito do trabalho e da função pública, é a precariedade na forma de relação trabalhista, pois ao processo de seleção é permitido o aceite de professores substitutos com notório saber ao admitir a possibilidade de contratação de professores “habilitado em disciplina similar” quando não suprida uma determinada área de conteúdo.

Em 2018, 54% dos docentes na educação infantil eram não concursados. No ensino fundamental, que absorve grande parte das matrículas da educação básica no DF, 64% dos que estava nos anos iniciais eram concursados, enquanto que, nos anos finais, o percentual de concursados foi de 57%. Para o ensino médio, 69% são os que se estabelecem com concursados, enquanto que os não concursados são 31%. Entretanto, em todas as etapas da educação básica apresentaram decréscimo de concursados entre os anos de 2011 e 2018, por exemplo.

Gráfico 5 – Formas* de contratação docente, Brasil (2011-2018) (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

*As informações sobre as formas de contratação só ocorrem no educacenso a partir de 2011.

No que diz respeito aos diretores de escola, o Distrito Federal tem adotado a eleição³ como principal mecanismo para o provimento do cargo desde 2012. De acordo com Andrade (2015)⁴, o contexto apresentado anteriormente incluía desde rodízio, indicações do interventor ou governador, lista tríplice e processo seletivo com eleição. A referida normativa tem como uma das principais preocupações a participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor. Nesse sentido, acrescenta-se que tal escolha será feita mediante a eleição por voto direto e secreto com vedação ao voto por representação.

Em 2018 foi estabelecido o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SIAPAEDF)⁵, e tem por anúncio contribuir com a garantia da qualidade da educação e o (re)direcionamento de políticas públicas educacionais definindo subsídios para intervenções pedagógicas e administrativas. Está objetivado para a rede pública de educação básica (ensino fundamental e médio regular) com aplicação de forma censitária. Cabe sinalizar que não há a identificação de um programa de bonificação a partir da avaliação dos estudantes.

Entretanto, os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são considerados, assim como em todo o país, referência para o aspecto avaliativo das ações do sistema público de ensino no que diz respeito à qualidade. Sem desconsiderar a legitimidade e características do índice como obediente às avaliações externas, pois não considera fatores

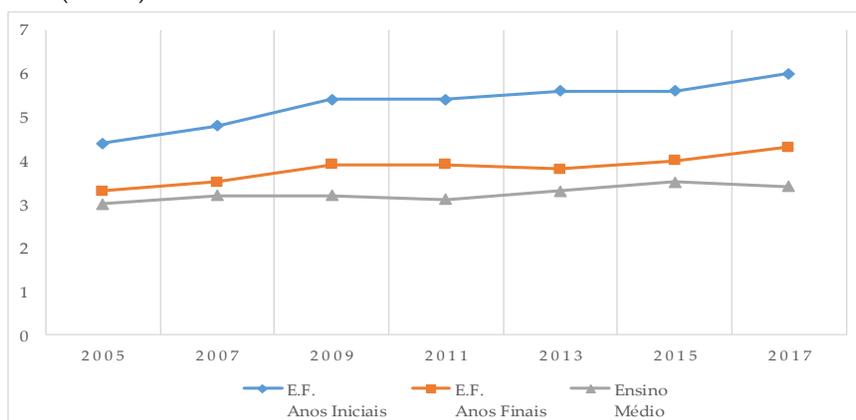
³ Este cenário foi corroborado com a promulgação da Lei nº. 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o sistema de ensino e a gestão democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

⁴ Para tanto, cita o conjunto de normatização que circunscreveu tal contexto: acordo coletivo, lei nº 575 de 1995, lei nº 957 de 1995, lei nº 247 de 1999, lei nº 3.046 de 2007 e lei nº 4.571 de 2012.

⁵ Portaria nº. 38 de 18 de fevereiro de 2020, que revoga a Portaria nº. 420 de 21 de dezembro de 2018.

importantes de análise como: nível socioeconômico e cultural dos alunos; formação docente; valorização do magistério; condições materiais e imateriais de trabalho; gestão escolar, infraestrutura e insumos, dentre outros, apresentam-se o movimento de pontuação do Distrito Federal nos últimos anos 2007 – 2017, tendo em vista que é considerado como classificação da unidade federativa no cenário nacional.

Gráfico 6 – Resultados do IDEB no Distrito Federal, por ano/etapa 2005 – 2017 (nº abs)



Fonte: IDEB, 2005-2017. Elaboração do autor.

Observa-se pelas projeções anuais pouco avanço nas notas obtidas, o que se arrola como hipótese a inobservância das próprias condições mínimas educacionais para medida do índice, que por si só, não são suficientes para a qualificação da educação em termos de qualidade.

Tabela 2 – Pontuação do IDEB do Distrito Federal em relação ao Nacional (2005 – 2017)

Ano/ Etapa	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017	
	DF	NA												
E.F. Anos Iniciais	4,4	3,8	4,8	4,2	5,4	4,6	5,4	5	5,6	5,2	5,6	5,5	6	5,8
E.F. Anos Finais	3,3	3,5	3,5	3,8	3,9	4	3,9	4,1	3,8	4,2	4	4,5	4,3	4,7
Ensino Médio	3	3,4	3,2	3,5	3,2	3,6	3,1	3,7	3,3	3,7	3,5	3,8	3,4	4,2

Fonte: IDEB, 2017. Elaboração do autor.

Quando comparado ao índice nacional, destaca-se que o DF é superior em termos de nota em todo o percurso do ensino fundamental anos iniciais. Contudo, nos anos finais do ensino fundamental, o cenário se inverte e, as notas nacionais são superiores em todos os anos em análise, fato que se repete em todo o percurso de pontuação para o ensino médio. O último Ideb, divulgado em 2019 ratifica o não atingimento das metas pelo DF nos anos finais do ensino fundamental e médio. No primeiro, a meta prevista está em 5,6, mas a pontuação foi de 5,1; no ensino médio, a pontuação foi de 4,5 para uma meta de 5,2.

Panorama das ações e programas no contexto do sistema distrital de educação

A primeira fase da pesquisa *Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil*, período entre 2005 e 2015, (ADRIÃO, 2018), se debruçou sobre a análise de atuação de atores privados como fundações, institutos e empresas atuando nos distintos cenários das unidades federativas como o Distrito Federal. Tais atores têm sido responsáveis pela condução de um número significativo de ações e programas nas dimensões currículo e oferta, e concentradamente nos ensinos infantil (19) e fundamental (9). Em continuidade da pesquisa, especialmente no

projeto atual *Análise do mapeamento das estratégias de privatização*, observa-se o contexto do Quadro 5.

Considerando-se o quadro 5, verifica-se a presença dos atores privados, principalmente, nas dimensões da educação: oferta e currículo, em sua maioria. Dentre os 27 programas e ações, a dimensão “oferta” está presente em treze. Na dimensão “currículo”, encontramos 13 programas e ações vigentes, e 02 voltados para a atuação conjunta, “gestão/oferta.

Há atuação de agência multilateral (2), 07 associações, uma empresa, uma organização social, 07 institutos e, 11 identificadas como “outra” em sua finalidade. Do total de ações e programas, 60% está centrado no ensino infantil, cerca de 17% no ensino fundamental, 17% no ensino médio, e 6% não foi possível obter informação. Note-se, que há casos em que o programa ou ação foi direcionado para mais de uma etapa, especialmente ensino infantil/ ensino médio.

O público-alvo, com exceções a algumas situações para professores, concentra-se nos estudantes (19), mas há situações que envolve a família (1) como o caso do Programa Escola Aberta DF, gestores (2) e, estudantes e professores (6). Como na situação de atuação na etapa de ensino, há programas e ações com direcionamento duplo.

Quadro 5 – Atores e incidência privada em ações e programas na rede de ensino público do Distrito Federal (2015-2018)

Nº	Programas	Dimensão	Natureza da Instituição	Nome da Instituição	Etapas de ensino	Público-Alvo	Ano de Início	Vigente em 2018
1	Jovens Embaixadores	Currículo	Associação, Agência	FedEx,Merck Sharp & Dohme,Dow Brasil S.A.,Microsoft,Carlson Wagonlit Travel,United Airlines,Bradesco,Câmaras Americanas de Comércio de São Paulo e do Rio de Janeiro	Ensino Médio	Estudantes	2002	Sim
2	Curso de Alemão	Currículo	Instituto	Instituto Goethe	SI	Estudantes / Professores	2010	SI
3	Lar educandário Nossa Senhora Mont Serrat0	Oferta	Outros	Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat	Ensino Infantil	Estudantes	2015	Não
4	Oferta de vagas na creche Bem-me-quer Oasis	Oferta	Outros	César Benvenuto Palvarini	Ensino Infantil	Estudantes	2016	SI
5	Oferta de vagas na creche Renascer	Oferta	Associação	Instituto Renascer	Ensino Infantil	Estudantes	2014	SI
6	Oferta de vagas na creche Cruz de Malta	Oferta	Outros	Cruz de Malta	Ensino Infantil	Estudantes	2015	Não
7	Oferta de vagas na creche Instituto Paz e Vida	Oferta	Instituto	Instituto Paz e Vida	Ensino Infantil	Estudantes	2017	Sim
8	Atendimento à educação infantil	Oferta	Instituto	Instituto São Vicente de Paula	Ensino Infantil	Estudante	2013	Sim
9	Subsídio ao instituto de Educação Haidée Neve	Oferta	Instituto	EDEN	Ensino Infantil	Estudante	2017	Sim
10	Associação de moradores do Proj. Lúcio Costa	Oferta	Associação	Associação de Moradores do Projeto Lúcio Costa	Ensino Infantil	Estudante	2017	SI
11	Centro Comunitário Tia Angelina	Oferta	Outros	Centro Social Comunitário Tia Angelina	Ensino Infantil	Estudante	2017	Sim
12	Subsídio à Creche Maria de Nazaré	Oferta	Associação	Associação Maria de Nazaré	Ensino Infantil	Estudantes	2017	SI
13	Colaboração Projeto Integral Pró-Vida (Pró-Vida)	Oferta	Oferta	Pró-vida	Ensino Infantil	Estudantes	2016	Sim

14	Oferta de vagas na creche Escolinha Beija Flor	Gestão, Oferta	Outros	Sociedade do amor em ação	Ensino Infantil	Estudantes	2017	SI
15	Oferta de vagas creche abrigo casa do caminho	Gestão, Oferta	Outros	Sociedade de Amparo ao Menor – Casa Caminho	Ensino Infantil	Estudantes	2017	SI
16	Obras assistenciais Padre Natale Battezzi	Oferta	Outros	Obras assistenciais Padre Natale Battezzi	Ensino Infantil	Gestores	2017	SI
17	Festival de Robótica Educacional do DF	Currículo	Outros	Sympa, Sistema Fibra	Ens. Fund. / Ens. Médio	Estudantes	SI	Sim
18	TIM Faz Ciência	Currículo	Instituto	Instituto Tim	Ens. Fund.	Estudantes/ Professores	2015	Sim
19	Educação Financeira - BRB	Currículo	Outros	BRB	Ens. Fund.	Estudantes	2018	Sim
20	Educação Empreendedora - PNEE	Currículo	Outros	Sebrae	Ens. Fund. / Ens. Médio	Estudantes / Professores	2018	Sim
21	Círculo da Matemática	Currículo	Instituto	Tim	Ens. Fund.	Estudantes / Professores	SI	Sim
22	Empreendedorismo e Negócios	Currículo	Associação	Junior Achievement	Ens. Fund.	Estudantes / Professores	2016	Sim
23	Curso de Francês	Currículo	Empresa	Aliança Francesa	Ens. Fund / Ens. Médio	Estudantes / Professores	1967	Sim
24	Educação Financeira	Currículo	Associação	Associação de Educação Financeira	SI	Estudantes	2014	Sim
25	Curso de Inglês	Currículo	Organização Social	Casa Thomas Jefferson	Ens. Fund / Ens. Médio	Estudantes	2014	Sim
26	Dia da propriedade industrial	Currículo	Associação	Motion Pictures Association	SI	Estudantes	2015	Sim
27	Escola Aberta	Currículo	Agência	Unesco	SI	Estudantes / Famílias	SI	Sim

Fonte: Adrião, 2018. Elaboração do autor.

Programas e ações pontuais para descrição e análise da tendência à privatização.

O **Festival de Robótica Educacional do DF**, cujo público-alvo são estudantes dos ensinos fundamental e médio, tem o apoio do sistema da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), além da *Startup* brasileira Sympla de tecnologia voltada para o ramo de eventos (ingressos) em âmbito nacional, com vínculos com as gigantes: Amazon, Facebook e Google.

Supõe-se que a política educacional segue as diretrizes do Programa Internacional da Avaliação de Estudantes (PISA), de que é necessário o avanço na pontuação sobre o que é considerado básico para a aprendizagem e o caminho da vida, e com estratégia de alinhamento das teorias educacionais à neurociência, declarado pela própria entidade gestora do programa, é que o Instituto Tim Brasil passou a promover, recentemente, o **Círculo de Matemática no DF**.

O desenvolvimento de competências matemáticas em crianças de escolas públicas dá uma ideia da intencionalidade da ação sobre o currículo e pode ser observada pela condução de intervenção feita na realização de sessões no contraturno escolar para turmas consideradas pequenas (7 a 10 alunos) de estudantes do 2º e 4º anos do Ensino Fundamental (7 a 9 anos), formação de professores do ensino fundamental, nos quais se compartilham técnicas e instrumentos utilizados no programa, bem como distribui materiais didáticos. A Unesco apoia este projeto desde 2016, especialmente sobre o desenvolvimento e fomento à educação científica, por meio da formação de qualidade de professores em matemática.

O Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tem promovido desde 2018 o **Programa de Educação Empreendedora (PNEE)**, que, além de atuar sobre a dimensão curricular, tem como objetivo o desenvolvimento do empreendedorismo nas escolas com abordagem em três frentes estruturantes ao programa: “jovens empreendedores, o “despertar para o empreendedorismo”, e por fim, o “crescendo e empreendendo”.

No primeiro, jovem empreendedor, o objetivo declarado está em despertar para o empreendedorismo, visando promover conhecimento sobre as características empreendedoras, que se complementa com a intencionalidade de busca de ampliação da rede de contatos para a facilitar o desenvolvimento de atitudes empreendedoras constante na perspectiva do programa, crescendo e empreendendo. O público-alvo desses dois aspectos estão concentrados em estudantes do ensino médio, bem com concluintes deles, além do grupo de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com intencionalidade semelhante, está o **programa “Empreendedorismo e Negócios”**, que desde 2016 tem como instituição parceira a Junior Achievement – educação empreendedora para jovens, fundada em 1919 nos Estados Unidos, trata-se de uma organização de educação prática em negócios, economia e empreendedorismo. Constitui-se como uma associação sem fins lucrativos com sustentação mantenedora privada e atuação em mais de 120 países.

O programa foi estabelecido com o objetivo de criar o espírito empreendedor em jovens do ensino fundamental, com foco num possível desenvolvimento pessoal e visão explícita e enviesada à vinculação entre o jovem e o mercado de trabalho. No bojo de atuação dos atores destacados no quadro 6, é singular a contradição presente na participação de **escolas de línguas** (idiomas) em parceria com a Secretaria de Educação tanto no que diz respeito ao professorado, quanto ao alunado.

Atuantes na dimensão currículo, a contrariedade que se apresenta está no fato de que a SEDF é uma das secretarias de educação que ainda possui uma Escola de Formação de Profissionais da Educação, e conta com um Centro Interescolar de Língua (CIL) para todo o conjunto de alunos da rede pública, com possibilidade e oferta de formação distintas línguas, inclusive dispondo de um quadro de docentes com formação em línguas estrangeiras (SEDF, 2019), entretanto, mantém vínculos de prestação de serviços com entidades que não suprem uma carência, mas apenas a repetem a ação já exercida e prevista nos quadros da secretaria.

Nesse caso, se deixa de lado uma reestruturação, ou uma valorização deste grupo de professores que podem prestar um melhor trabalho quando o assunto é a formação em língua para toda a rede, para se firmar processos permanentes de serviços por estas escolas, como a Aliança Francesa, por exemplo, cujo vínculo é de uma temporalidade considerável.

A política de tendência à privatização: alguns exemplos

Em consideração às notas metodológicas tanto da Fase I, quanto Fase II da pesquisa, e com base no quadro 5, observou-se a incidência privada sobre a política educativa, o que para tanto, permitiu que fosse selecionado um conjunto de três programas e ações tendo por base a relevância, a capilaridade e a vigência.

Optou-se por excluir da análise ações que se concentravam na oferta de vagas em creches por serem, em sua grande maioria, entidades filantrópicas surgidas historicamente no Distrito Federal e, que, geralmente, tem origem em espaços locais de associações e de baixa renda, apesar de termos a presença de representações de pastorais religiosas consideradas de dependência privada, e que tem um viés privatista do fundo público em boa medida maquiada no que Adrião (2018), classificou como tipos mais comuns de subsídios à educação infantil no Brasil:

Repasse per capita, espécie de subvenção governamental por aluno matriculado, mantendo a frequência gratuita; *repasse de um valor fixo*, quando a subvenção repassada à instituição privada não tem relação com a matrícula e *custeio de itens de manutenção da escola*, como cessão de prédios, de funcionários e insumos variados (ADRIÃO, 2018, p. 13).

Excluiu-se, também, os que não contêm informação sobre a vigência em 2018, além das atividades firmadas em conjunto com representações de “natureza pública” como o Banco de Brasília (BRB) e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal que, apesar da hipótese de atuarem com apoio privado, não possível a afirmação do fato. Desta forma, restaram 11 (onze) Programas e ou ações.

Deste conjunto restante, priorizou-se aqueles com pelo menos 5 anos de vigência na unidade federativa, no que se selecionou 6 programas e ou ações (Programa Jovens Embaixadores, Tim Faz Ciência, Curso de Francês, Educação Financeira, Curso de Inglês e Dia da Propriedade Intelectual).

Com esse recorte, passou-se a verificar a incidência dos referidos programas sobre as dimensões da política educativa, quais sejam: gestão da educação pública, oferta e currículo, além disso, foram considerados como critérios os sujeitos e níveis de ensino atendidos. Dos seis, um está concentrado na atuação isolada sobre o ensino médio, 03 com atuação nos ensinos fundamental e médio. Nesse sentido, para escolha não foram considerados os que não apresentaram as etapas atendidas como o “Educação financeira” e o “Dia da Propriedade Intelectual, por entender serem ações pontuais e vinculadas a associações mesmo entendendo serem mantidas por iniciativas privadas como a *Motion Pictures Association* (Dia da Propriedade Intelectual) que tem vínculo relevante com Disney, Netflix, Paramount, Sony Pictures, Universal Studios, e a Warner Bros.

A partir dessas considerações, foram selecionados um programa com atuação isolada no ensino médio, Programa Jovens Embaixadores, as duas ações com objetivos semelhantes, Cursos de Francês pela Aliança Francesa, e de Inglês, pela Organização Social, Casa Thomas Jefferson, ambas atuantes tanto no ensino fundamental quanto médio, e por último, um programa ancorado numa gigante das telecomunicações, TIM Faz Ciência, voltado para as séries iniciais do ensino fundamental.

Jovens Embaixadores¹

O Programa Jovens Embaixadores é uma iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos que já está em curso

¹ Ver edital do processo 18º processo de seleção em: <<https://br.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/32/JE-2020-Edital.pdf>>. Acesso em: nov. 2020.

há 18 anos no Brasil, e é coordenado pela sua embaixada com sede em Brasília. Tem como alvo estudantes do ensino médio na rede pública que se destacam nos requisitos de: atitude positiva na comunidade, especialmente voltado para o empreendedorismo solidário; bom desempenho acadêmico; conhecimento de língua inglês, capacidade de liderança e espírito empreendedor.

O programa objetiva a seleção de estudantes para realizar experiências por três semanas. A primeira semana é destinada para a visita em Washington, capital dos Estados Unidos. O período é destinado para visita aos principais monumentos e conhecimento da história estadunidense, além de participarem de reuniões com organizações do setor público e privado, e realizarem visitas em escolas e projetos sociais com participação em oficinas sobre liderança e empreendedorismo jovem.

Decorrida a semana na capital norte-americana, os participantes são divididos em grupos menores de viagem para distintos estados dos EUA, onde são recebidos por famílias anfitriãs que possibilitem frequentar aulas em escolas locais e interagir com estudantes americanos da mesma faixa etária, participar de atividades que tratam do tema da responsabilidade social e cultural nas comunidades com apresentações sobre o Brasil durante duas semanas.

Para os interlocutores oficiais do programa, há o entendimento de que a experiência proporcionada pelo programa oferece aos jovens estudantes a oportunidade de expandir os horizontes ao mesmo tempo que auxilia no fortalecimento dos laços de amizade e colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos. Entre os principais colaboradores do programa estão o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Todos pela Educação (TPE), além de empresas como a gigante de logística FedEx, a farmacêutica Merck Sharp & Dohme, International Business Machines Corporation (IBM) e SMTour, e do grupo +Unidos²,

² O Grupo +Unidos é um fundo de investimento social colaborativo (Venture Philanthropy) que intenciona desenvolver projetos educacionais com foco na

fundo de investimento social colaborativo formado por empresas norte-americanas estabelecidas no Brasil.

Os proponentes oferecem passagens domésticas e internacionais de ida e volta, ajuda burocrática para obtenção do visto de intercâmbio, hospedagem e alimentação, atividades culturais, seguro saúde para a viagem, além de outros. Ao participante, cabe os custos com a emissão do passaporte e valores para despesas pessoais durante a viagem como compras, telefonemas e excesso de bagagem.

São requisitos para participação na seleção, dentre vários, os mais destacáveis: cursar o ensino médio na rede pública, boa fluência em inglês, pertencer à camada sócio econômica menos favorecida (Documentos para comprovação de renda, desempenho escolar (Dois últimos anos escolares), iniciativa de empreendedorismo social com a geração de capital social. As seleções locais levam os participantes à seleção de âmbito nacional, e disso para o resultado final. Cabe destacar o exame oral e a visita à residência do candidato como etapas finais do processo seletivo.

Ao longo de 18 anos, cerca de 622 jovens participaram do programa, sendo que na última, com intercâmbio realizado no mês de janeiro do corrente ano, 50 estudantes de todo o Brasil, três do Distrito Federal. Pelo resultado em número, talvez se entenda como pouca a capilaridade, contudo, é um programa que tem sido abastecido por uma altíssima concorrência entre os estudantes, demarcando forte aparato cultural e simbólico que interfere diretamente ou indiretamente no aspecto curricular de formação.

preparação de jovens para as chamadas, demandas do século XXI. Se caracteriza por meio de uma parceria junto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e multinacionais estabelecidas em território brasileiro. Integra conceitos de economia colaborativa e de compartilhamento no cenário de investimento social privado. O foco do grupo é a educação pública e a formação de jovens brasileiros com a alavancagem de projetos educacionais e de capacitação profissional. Dentre os parceiros se destacam: Exxon Mobil, Bank Of America, Hilton Hotels, Grupo Gerdau, Qualcomm, PayPal, KPMG, Mercado Livre e Buson cohn & wolfe (BCW), e outros.

Entretanto, o sistema educacional nos permite inferir que é um tipo de exigência que se contrapõe por ser percentualmente desigual as condições escolares de baixa renda sem o aporte de um sistema educacional adequado, aí reside a primeira contradição de quem seja de fato o estudante selecionado. Outra situação importante nos remete às considerações de Adrião (2018, p. 15), que considera como privatização “práticas a mecanismos geradores de desigualdades educacionais”.

TIM Faz Ciência³

O Instituto Tim Brasil, coordena o “Tim faz ciência”, que tem como foco estudantes do ensino fundamental e se apoia sobre a dimensão currículo. Esta parceria privada, desde 2015, é dirigida para professores e estudantes de 4º e 5º anos e tem como intencionalidade a apresentação do ideário de vida sob uma educação moderna focalizada em ações pré-estabelecidas, organizados em kit de cadernos.

Privilegia-se no programa a transmissão de conteúdos de forma focalizada, na qual há uma hierarquia estabelecida sobre o que é mais importante aprender voltado para o cientificismo, pondo a centralidade na figura do professor. Há material didático para a realização do programa, além de aulas gravadas que podem ser assistidas em página eletrônica. As chamadas operações exploradas nas atividades do programa estão envolvidas por práticas de leitura e escrita, de matemática, de compreensão espaço e tempo, e da noção de transformação.

O programa também conta com a realização do prêmio “TIM Faz Ciência”, que tem por objetivo considerar os melhores trabalhos feitos pelos alunos e enviados pelos professores à coordenação do programa com o fito de demonstrar que há uma valorização do bom trabalho feito pelo professor.

³ Ver em: < <https://timfazciencia.com.br/wp-content/uploads/bula.pdf> > Acesso em: nov. 2020

A proposta de avaliação anunciada é a de caráter formativo, por rubrica que tem como sinalizações: deixar claro o que se quer que os alunos aprendam, orientar o percurso de aprendizagem, auxiliar no aprendizado, aprendizagem como percurso e que permita a realização da autoavaliação de conquistas de aprendizagem.

A adesão ao projeto é feita após divulgação pela Secretaria de Educação do DF, e o que se verifica ao fundo é sua convergência para o ideário de construção do “projeto de vida”, termo presente no ideário da Nova Gestão Pública (NGP), quando nos remetemos à responsabilização do educando por sua trajetória a partir de um caminho pré-estabelecido em termos de resultados esperados.

Cursos de francês e inglês

Os cursos em tela possuem um percurso histórico distinto, promovido pela empresa Aliança Francesa, o de Francês já está presente, em suas variadas formas, desde 1967, e o de Inglês, realizado pela Organização Social Thomas Jefferson, desde 2014, ambos classificados como de formação continuada dos profissionais da educação, por meio de concessão de bolsas de estudos em cursos de idiomas, bem como inserção no conjunto de alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas, no caso do curso de Francês.

Na Aliança Francesa, os beneficiários terão a oportunidade de completar os níveis B1 e B2 (Intermediário e intermediário avançado), conforme o quadro comum europeu de referência de línguas, e a contrapartida da Secretaria de Educação consiste em ceder à escola de língua docentes concursados em francês. Em 2019, o Centro Educacional do Lago Norte (CEDLAN), escola pública de uma das áreas mais nobres da capital federal, após parceria firmada com a Embaixada da França, se tornou a primeira escola pública bilíngue do Distrito Federal.

A Casa Thomas Jefferson (Organização Social) é um centro binacional chancelado pela Embaixada dos Estados Unidos que tem parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal por meio

do Programa de Desenvolvimento de Professores de Escolas Públicas vinculado ao Departamento de Estado dos EUA há mais de 15 anos, cujo foco do programa está em oferecer o que se considera formação de professores com carga horária de 75 horas em práticas linguísticas e pedagógicas para o ensino de língua inglesa. Dessa carga horária, cinquenta horas são destinadas à instrução presencial e 25 horas de interações online, com a inclusão de um simpósio de três dias para os dez participantes que mais se cadastrarem.

A casa anuncia à adequação das atividades a oferta do curso de língua inglesa ao que pede a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere à linguagem comunicativa, habilidades do século XXI e metodologias de design de currículo, planejamento de aula, grupos heterogêneos, e novas tecnologias educacionais.

O objetivo enunciado pela OS consiste em promover o aperfeiçoamento de práticas de ensino e a troca de experiência entre professores, que declara a intencionalidade de promover um efeito multiplicador com poder de beneficiar centenas de alunos da rede pública. Para tanto, conta ainda com o *Makerspace*⁴, que, em conjunto com o Grupo *+Unidos*, busca a formação de uma rede de multiplicadores de inovação na rede pública de ensino. Pelo discurso, se caracteriza como uma ação especialmente voltada para o nicho da tecnologia na educação como espaço de inovação, muito ascendente a uma linguagem de inovação empreendedora.

Considerações finais

Como podemos observar, o transcurso da educação do Distrito Federal está circunscrito por realidades distintas, mas que se interconectam. Vemos um movimento pautado na necessidade de cumprimento de normativas e políticas públicas.

Ao consideramos a matriz das dimensões e formas recentes de privatização de Adrião (2018), nota-se, se não tão evidentes, mas em

⁴ Os espaços *makers* são oficinas compartilhadas que utilizam tecnologias de fabricação digital e uma política de inovação aberta (BÖHMER, 2016).

curso, os seguintes elementos na rede de ensino público do DF: o financiamento público a organizações privadas, e subsídio à demanda via incentivo fiscais quando estas são habilitadas ao oferecimento de vagas em creches, escolas privadas com fins de lucro, mesmo que este seja de capital social, e disponibilização de bolsas de estudo, como é a atuação das escolas de língua estrangeira, e a adoção pelo poder público, de desenhos curriculares elaborados, como podemos observar no TIM Faz Ciências.

Associações, Organizações Sociais, Institutos, Empresas e Agências estão presentes na educação pública do DF, mesmo com uma atuação nem tanto explícita, contudo, tem demarcado, trilhado e materializado, a curto ou longo prazos, o setor privado como indutor de políticas educacionais que expõe o conjunto de profissionais da educação a uma lógica mercadológica de resultados e de uma nova linguagem que, ao fundo, prescrevem o ideário de modelos gerencialistas na educação.

O movimento privatista ensejado não se concentra apenas nos formatos de gestão, ou na simples compra de materiais ou insumos, mas na introdução da forma de ensinar. A linguagem rebuscada à educação, apesar do amplo contexto que se encontra toda a estrutura da rede pública do DF, avança em passos curtos rumo ao estabelecimento de acordos e permanência de políticas focalizadas que cristalizam situações de desigualdades futuras, com é o caso do programa Jovens Embaixadores tanto pela sua forma de seleção quanto de resultados. Há um contexto pedagógico que tem servido de laboratório para as ações futuras que podem fragilizar o conceito do que entendemos e valorizamos como direito à educação, gestão democrática, construção coletiva do trabalho pedagógico das e nas escolas, além da descaracterização da participação como *locus* de tomada de decisão pelos profissionais da escola pública e de desvalorização do trabalho docente. Por fim, consoante a Adrião (2018, p. 24), “[...] considera-se necessário destacar que entender os processos localmente observados exige seu cotejamento com situações assemelhadas identificadas em outros contextos [...]

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ANDRADE, J. B. de. Eleição Democrática na Rede Pública do Distrito Federal: reflexos na qualidade da Gestão. **Revista Com Censo**, Brasília, v.2, nº 1, 2015.

BÖHMER, A. I.; LINDERMANN, U. Open Innovation Ecosystem: Towards collaborative innovation. In: **Proceedings of the 20th International Conference on Engineering Design (ICED15)**, Milan, Italy, pp. 1-10, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado Federal**, Centro Gráfico, 1988.

DISTRITO FEDERAL. **Atlas 2020**. Companhia de Planejamento (CODEPLAN). Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5. 499, de 14 de julho de 2015: Dispõe sobre a aprovação do Plano Distrital de Educação e dá outras providências. **DODF**, Casa Civil, Brasília.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012: Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível. **DODF**, Casa Civil, Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA EDUCACIONAIS. **Censo Escolar**. Brasília, 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº. 39.773, de 12 de abril de 2019. **Casa Civil**, Brasília, DF.

VENCO, S.; SOUSA, F. O crepúsculo da função pública: distopia ou realidade? **Revista Educación, Política y Sociedad**, Madrid, Espanha, v. 6, nº.1, p. 149-176, 2021.

VENCO, S.; SOUSA, F. Os professores da educação básica no Brasil: brancos e precários? **Políticas Educativas**, Paraná, v. 14, nº. 1, p. 76-85, 2020.

REGIÃO SUL

ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ

Adriana Dragone Silveira
Universidade Federal de Paraná

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar as estratégias de privatização desenvolvidas pela rede estadual do Paraná no período de 2005 a 2018. Para tanto, inicialmente será apresentado uma caracterização do estado, da oferta educação e após uma descrição dos programas, projetos e ações operados por instituições privadas na rede estadual.

O estado do Paraná tem 399 municípios, distribuídos em dez regiões geográficas, sendo Curitiba a sua capital. A população do Paraná em 2010 era de 190.755.799 e a projeção população em 2018 é de 11,3 milhões de habitantes, com tendência a redução nas próximas décadas (IPARDES, 2018).

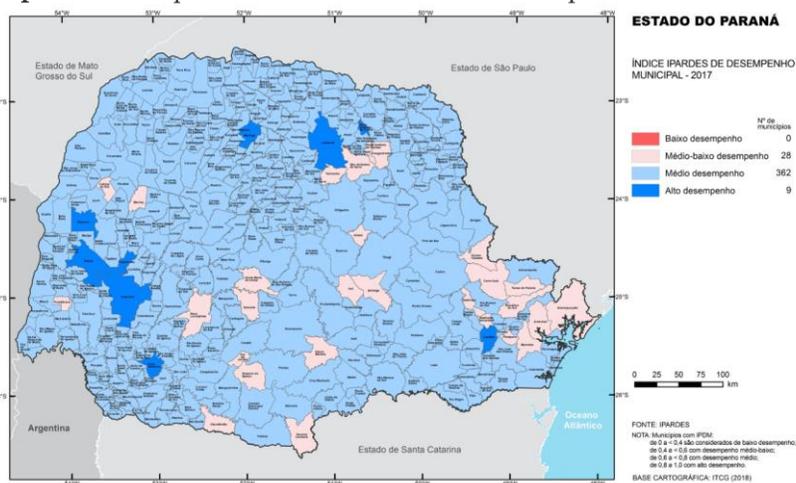
Com relação aos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010 o estado do Paraná estava na quinta posição, melhorando uma posição em relação à década anterior. Os valores dos índices são: IDHM 0,749; IDHM Dimensão Educação 0,668; IDHM Dimensão Longevidade 0,830; IDHM Dimensão Renda 0,757. Das dimensões dos IDHM destaca-se que a educação tem o menor índice quando comparado aos demais (IPARDES, 2020; PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2018 a estimativa do Iparades correspondia a R\$ 38.643 e R\$32.747, portanto estando o estado acima dos valores nacionais. (IBGE/IPARDES).

Os indicadores econômicos e sociais do Paraná, com valores superiores ao nacional, refletem uma posição melhor do estado

com relação à média nacional, todavia esses valores estaduais podem encobrir desigualdades entre os municípios. Por exemplo, a região metropolitana de Curitiba, composta por 29 municípios, concentra cerca de 32% da população do estado, sendo o PIB *per capita* desta região (43.681) superior ao do estado (37.221) (IPARDES, 2020).

O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) mede o desempenho dos 399 municípios paranaenses, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Os resultados são classificados em baixo, médio-baixo desempenhos, médio desempenho e alto. Dos 399 municípios nenhum está no nível baixo, a grande maioria está em nível médio, mas 28 estão em médio-baixo desempenho, espalhados por diferentes regiões do estado, com concentração na região do litoral e o Vale do Ribeira.

Mapa 1 – Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal, Geral, Paraná, 2017



Fonte: Iparades, 2017.

No período analisado por esta pesquisa 2005-2018 o Paraná esteve governado na grande parte do tempo pelo Partido do

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):¹

- 2003 a 2006 – Roberto Requião do PMDB
- 2007 a 2010 - Roberto Requião do PMDB
- 2010 – Vice-governador Orlando Pessuti do PMDB
- 2011 a 2014 – Carlos Alberto Richa
- 2014 a 2018 – Carlos Alberto Richa (Beto Richa) do PSDB
- 2018 a 2019 – em abril de 2018 a dezembro de 2018 a vice-governadora Maria Aparecida Borghetti Cida Borghetti do Partido Progressista (PP) assume o governo do estado em face da renúncia do Beto Richa para concorrer ao Senado.

A seguir será apresentado um panorama da oferta educacional no estado, enfatizando a rede estadual.

A rede educacional no estado do Paraná

No estado do Paraná a distribuição da oferta do ensino fundamental é realizada de maneira que os municípios são responsáveis pela oferta das séries iniciais e a rede estadual com as séries finais e ensino médio, sendo que em 2018 a rede estadual atendia 83% das matrículas das séries finais e a rede municipal 85% das matrículas das séries iniciais. A rede privada atende 17% das matrículas da educação básica no estado, percentual ligeiramente menor que o nacional (18,5%).

Tabela 1 – Matrículas por Dependência Administrativa e Etapas e modalidades de ensino por segmento - Paraná, 2018

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	EF - anos iniciais	EF - anos finais	Ensino Médio	Ensino Médio Integrado	EJA - integrado	Ed. Prof.	EJA - EF	EJA - EM	Total
Federal	62	78	0	471	645	8.102	88	11.350	0	0	20.796
Estadual	100	911	3.323	549.503	317.201	42.946	153	29.201	70.690	58.268	1.072.296
Municipal	159.077	222.998	653.485	9.855	0	0	0	0	13.354	0	1.058.769
Privada	52.068	55.346	125.050	85.531	55.169	835	65	39.870	23.263	12.619	449.816
Total	211.307	279.333	781.858	645.360	373.015	51.883	306	80.421	107.307	70.887	2.601.677

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar /Inep 2018.

¹ Informações consultadas em <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Governantes-no-Periodo-Republicano>.

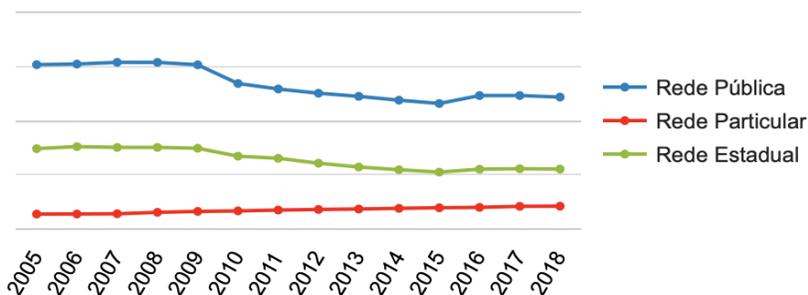
A oferta de matrículas da rede estadual vem decrescendo no período analisado 2005 a 2018 no ensino fundamental e no ensino médio. Na rede municipal também houve diminuição da oferta de ensino fundamental e zerando a oferta de ensino médio, em decorrência da divisão de responsabilidades estabelecidas pela LDB/1996. A rede privada aumentou a oferta de matrículas nos ensinos fundamental e médio.

Tabela 2 – Total de Estabelecimentos Estaduais e Privados que oferecem* EF e EM/Regular – 2005 e 2018

	Ensino fundamental			Ensino médio		
	Estadual	Municipal	Privada	Estadual	Municipal	Privada
2005	741.430	773.843	137.780	409.489	44	55.849
2018	663.340	552.826	210.581	360.147	0	56.004

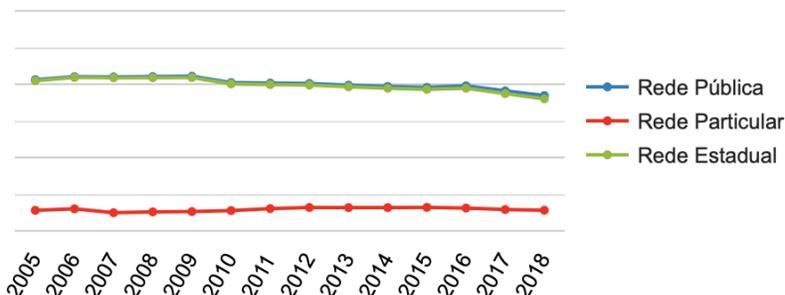
Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Gráfico 1- Matrícula Total – Ensino Fundamental Regular- Rede Pública, Estadual e Privada- 2005-2018



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

Gráfico2- Matrículas no Ensino Médio Regular – Rede Estadual e Escolas privadas



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2005 a 2018. Elaborado por ADRIÃO et al (2020).

O total de escolas da rede estadual aumentou de 2.084 unidades em 2007 para 2.142 em 2019, sendo o maior aumento no arranjo de oferta ensino fundamental anos finais e ensino médio, de 782 para 1.010, mas com diminuição das unidades que somente ofertam ensino médio (de 57 para 39) (Laboratório de Dados Educacionais, 2019).

Com relação aos docentes, destaca-se o alto percentual de contratos temporários ao longo do período analisado de 2011 a 2018, com cerca de 35% do seu quadro composto por profissionais não estáveis (Tabela 3).

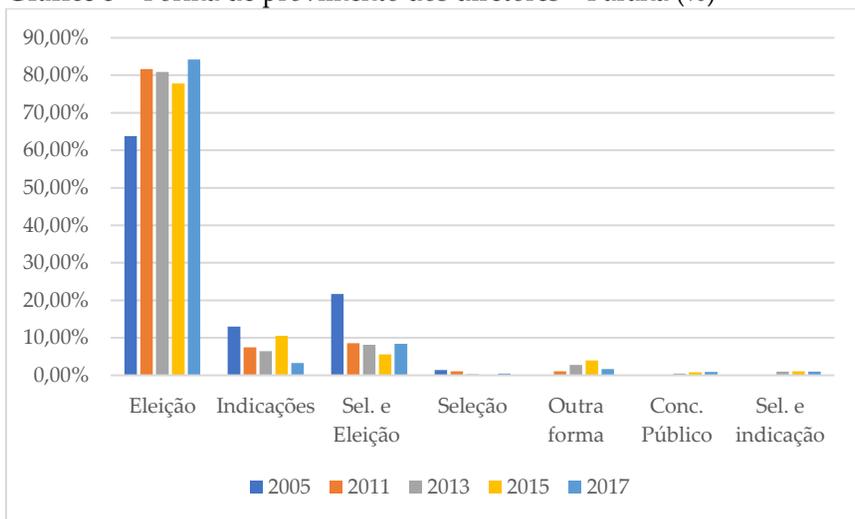
Tabela 3 – Formas de contratação dos professores – Paraná – 2011 a 2018 (%)

Paraná	Concursado/efetivo/estável	Temporário	Terceirizado	CLT
2011	62,86	36,92	0,22	0,00
2012	63,37	35,46	0,16	1,01
2013	60,84	38,63	0,12	0,41
2014	58,17	41,38	0,09	0,36
2015	69,19	30,48	0,11	0,22
2016	60,79	38,82	0,10	0,30
2017	68,43	31,13	0,10	0,33
2018	65,15	34,45	0,17	0,23

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020)

O Paraná tem adotado a eleição como principal mecanismo para o provimento da função de diretor, como pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Forma de provimento dos diretores – Paraná (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020).

Desde 2012, o Paraná possui um sistema próprio de avaliação, criado em 2012 em parceria com o CAEd/UFJF. O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) tem como objetivo “disponibilizar informações relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes, descrevendo os conhecimentos desenvolvidos em Língua Portuguesa e Matemática, além de se deter nos fatores associados a esse desempenho, com resultados e análises produzidos desde o nível do estudante até o do Estado” (Paraná, s/d²). Cabe destacar que não há um programa de bonificação na rede estadual a partir das avaliações dos estudantes.

Da organização educacional do estado do Paraná destaca-se que somente 4,3% dos seus municípios com Sistema Próprio de

² <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/saep/>

Ensino, portanto 95% estão vinculados ao Sistema Estadual de Educação. (PARANÁ, CEE, 2018).

Programas, projetos e ações de entidades privadas com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná

Inicialmente nessa seção apresentamos um quadro geral dos programas, projetos e ações desenvolvidos por atores privados em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná no período de 2005 a 2018. Num segundo momento dessa seção analisamos três programas.

Como destacado no capítulo metodológico desta publicação, as informações foram coletadas junto ao site da SEED e Google para localizar os programas desenvolvidos pela SEED com o setor privado no período identificado pelo projeto de 2005 a 2018.

No estado do Paraná, no período analisado foram localizados 22 programas, projetos e ações operados pelo setor privado junto à rede estadual. No quadro 1 elencamos o nome do programa, a dimensão da privatização (oferta, gestão e currículo) e os objetivos declarados.

A definição da dimensão da privatização da política educacional na qual o programa atuava foi estabelecida por meio da identificação do declarado nos objetivos, podendo um mesmo programa incidir sobre mais de uma dimensão.

Com relação às três dimensões da política educacional temos a seguinte distribuição no estado do Paraná:

- Currículo: 14
- Currículo e gestão: 1
- Gestão: 3
- Oferta: 3
- Oferta e currículo – 1

A grande maioria dos programas no Paraná envolve programas e ações na dimensão do currículo. Podemos localizar três que envolvem tecnologias: “Curso Inova Escola”, “Conteúdos digitais multimídia” e “Paraná Digital”. Dois programas

envolvendo ações de empreendedorismo e liderança: “Atitude empreendedorismo” e “Escola Social de Varejo”. Ações voltadas para as escolas rurais com “Agrinho” e “Acafar termo de cooperação técnica”. E, ainda, programas envolvendo o ensino religioso e materiais didáticos para essa disciplina.

Quadro 1 – Programas, projetos e ações no estado do Paraná: nomes, dimensões da privatização e objetivos (2005-2018)

Nomes	Dimensão	Objetivos declarados
Anjos da escola	Gestão	Mecanismo de Arrecadação de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas Estaduais, por meio de doação de Pessoas Físicas e Jurídicas nas contas de energia elétrica da Companhia de Energia Elétrica do Paraná – COPEL.
Futuro Integral	Oferta, Currículo	Regular ações conjuntas visando oferecer aos alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, em turno contrário da educação regular, ações concentradas nas áreas de letramento e raciocínio lógico, com atividades diferenciadas, atendendo a demandas levantadas em diagnóstico junto às escolas.
Um por todos e todos por um	Currículo	Com base em personagens criados por Maurício de Souza crianças terão noções de comportamento cívico.
Agrinho	Currículo	Levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural, o Programa se consolida como instrumento eficiente na operacionalização de temáticas de relevância social da contemporaneidade dentro dos currículos escolares.
Contrato de gestão celebrado entre o Estado do Paraná e o Serviço Social Autônomo Paranaeducação	Gestão	Disciplinar as relações de cooperação entre o ESTADO e o PARANAEDUCAÇÃO na execução das ações previstas em planos, programas, projetos e atividades direcionadas ao apoio e auxílio à Secretaria de Estado da Educação na gestão da rede física, na elaboração de projetos e na realização de atividades administrativas.

Disciplina ensino religioso escolas estaduais	Currículo	Tem por objeto o ensino religioso nas escolas públicas do Paraná.
Acordo de cooperação técnica	Currículo	Promover a melhoria da qualidade da Educação Pública no Estado do Paraná, cujo escopo perpassa o desenvolvimento de programas, projetos, atividades ligadas à educação, além de ações para intercâmbio de informações, pesquisa e aprimoramento da gestão das políticas públicas educacionais.
Termo de cooperação técnica	Oferta	Visa o atendimento de 708 estudantes da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental das áreas de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Estado do Paraná.
Jogos escolares	Currículo	Execução Conjunta dos Jogos Escolares do Paraná Edições 2017 e 2018 aliada a pesquisa de análise de rendimento de atletas e comissões técnicas e o impacto da participação dos jogos na vida acadêmica dos atletas participantes.
Atividade empreendedorismo	Currículo	Conjugação de esforços entre a Secretaria da Educação e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná, visando desenvolver a Educação Empreendedora e a formação de um jovem pró-ativo e empreendedor, bem como, a promoção social das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e risco, priorizando o protagonismo juvenil e as potencialidades empreendedoras, por meio do Programa de Atividade de Ampliação de Jornada Periódica, especificamente na Atividade Empreendedorismo, realizado no período complementar de escolarização do estudante, ofertada na rede estadual de ensino.
Escola social de varejo	Currículo	Capacitar jovens para o mercado de trabalho-curso liderança no varejo em contratuno.

Projeto Klabin Semeando Educação	Gestão	Visando melhorar os índices de qualidade do ensino básico nos Municípios de Ortigueira, Telêmaco Borba e Imbaú, por meio de formação continuada dos gestores das unidades escolares e técnicos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para a implantação de sistema de gestão de resultados.
Curso Guarda Mirim do Paraná	Currículo	A Guarda Mirim possibilita a jovens de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos, preferencialmente em situação risco e/ou vulnerabilidade social, residentes em Curitiba e/ou nos municípios que compõem a sua Região Metropolitana, o ingresso formal no mundo do trabalho por meio de cursos de Qualificação Profissional Básica ao Adolescente Aprendiz (QPBA), vinculados ao Programa de Aprendizagem.
Programa jovens embaixadores	Oferta	É um programa de intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos para estudantes brasileiros.
Arcafar termo de cooperação técnica	Currículo	Conjugação de esforços visando oportunizar aos filhos dos pequenos proprietários rurais do Estado do Paraná, escolarização em nível médio integrado à Educação Profissional, Curso Técnico em Agropecuária a ser desenvolvido na Casa Familiar Rural Padre Sasaki.
Materiais didáticos ensino religioso	Currículo	Promover o respeito à diversidade cultural e religiosa, evitando toda forma de proselitismo através do desenvolvimento de materiais didáticos e formação continuada, que instrumentaliza os professores de Ensino Religioso no que diz respeito ao trabalho com a disciplina como campo de conhecimento.

Curso inova escola	Currículo	Discutir a tecnologia enquanto parte integrante da realidade dos alunos e o papel do educador de trazê-la como aliada e ferramenta para a aprendizagem. Podem se inscrever professores, gestores e agentes educacionais II.
Geração Atitude	Currículo	Geração Atitude é um projeto que busca divulgar aos jovens estudantes de Ensino Médio das escolas públicas do estado do Paraná informações sobre Democracia, Política, Cidadania, Eleições, Voto Consciente, funcionamento do Ministério Público, dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, entre outras.
Conteúdos digitais multimídia	Currículo	O disponibiliza material digital que auxilia no ensino e na aprendizagem da Matemática.
Escotismo na escola	Currículo	Proporcionar a prática do escotismo em espaços escolares pelo maior número possível de jovens da rede estadual de ensino. A proposta do programa é a fundação de pelo menos um grupo escoteiro em cada um dos 399 municípios do Paraná, funcionando dentro das escolas estaduais e proporcionando a aproximadamente 70 mil jovens uma educação não formal de cidadania.
Paraná Digital	Currículo,Gestão	Difundir o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC
Convênio Secretaria de Educação e ACAP	Oferta	Implementar escola itinerante em acampamentos dos Sem-Terra

Fonte: elaborado pela autora a partir de Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq- Fapesp.

No quadro 2 destacamos algumas informações coletadas sobre os programas: natureza das instituições, as instituições parceiras, ano de início, etapas e público-alvo atingidos e se estava em vigência em 2018.

Quadro 2 – Programas, projetos e ações no estado do Paraná (2005-2018): natureza da instituição, instituição parceira, ano de início, etapas, público alvo e vigência em 2018

Nomes	Natureza da instituição	Inst. parceiras	Ano de início	Etapas	Público alvo	Vigência em 2018
Anjos da escola	Outro	CELEPAR,COPEL	2003	SI*	Professores, Estudantes, Gestores, Funcionários, Famílias	Não
Futuro integral	Associação, Sindicato Patronal, OS	Fecomercio, SESC, SENAC	2011	EF	Estudantes	SI*
Um por todos e todos por um	Associação	Associação Comercial do Paraná	2015	EF	Estudantes	Sim
Agrinho	Sindicato Patronal	Sistema FAEP	1995	EM,EF	SI	Sim
Contrato de gestão celebrado entre o estado do paraná e o serviço social autônomo paranaeducação.	OS	Serviço Social Autônomo Paraná Educação	1997	SI	Gestores	Sim

Disciplina ensino religioso escolas estaduais	Associação	ASSINTEC	2017	SI	Estudantes	Sim
Acordo de cooperação técnica	Fundação	Fundação Telefônica Vivo	2018	EF,EM	Professores	Sim
Termo de cooperação técnica	Associação	ACAP	2018	EI,EF	Estudantes	Sim
Jogos escolares	Instituto	IPCE	2017	EF,EM	Estudantes	Sim
Atividade empreendedorismo	OS	SEBRAE	2017	SI	Professores	Sim
Escola social de varejo	Instituto	Instituto Walmart, Instituto Aliança	2012	EM	Estudantes	Não
Projeto klabin semeando educação	Empresas	Klabin	2017	SI	Gestores	Sim
Curso - guarda mirim do Paraná	Instituto, OS, Empresas	Embeleze, Junior Achievement, Kenue Academy	2016	EF,EM	Estudantes	Sim
Programa jovens embaixadores	Empresas, Fundação, OS	IBM, FedEx, SM Tour, BNC, Canal Futura, Todos pela Educação, Grupo + Unidos	2015	EF,EM	Estudantes	Sim
Arcafar termo de cooperação técnica	Associação	Associação Casa Familiar Rural Padre Sasaki de Sapopema	1998	EM	Estudantes	Sim

Materiais didáticos ensino religioso	Associação	ASSINTEC	2017	EF,EM	Estudantes	Sim
Curso inova escola	Fundação	Fundação Telefônica Vivo	2017	EM,EF	Gestores, Professores, Funcionários	Sim
Geração atitude	Empresa	Grupo Paranaense de Comunicação	2014	EM	Estudantes	Sim
Conteúdos digitais multimídia	Instituto	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	2008	SI	Estudantes	SI
Escotismo na escola	ONG	União dos Escoteiros do Brasil	2012	EM,EF	Estudantes	Não
Paraná digital	Agência, Organização Financeira Internacional	BID, Pnud	2004	EM, EF	Professores	SI
Convênio Secretaria de Educação e ACAP	Associação	ACAP	2015	EI, EF	Estudantes	SI

* Si – sem informação.

Fonte: a autora com base em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Sete parcerias da SEED PR foram desenvolvidas com associações, seis com empresas, institutos e fundações, duas com organizações sociais e uma com organização não-governamental.

Dos 22 programas, projetos e ações com instituições privadas 14 envolvem os estudantes, sendo que três programas são voltados exclusivamente para o ensino médio e nove para os ensinos médio e fundamental. Destaca-se que em seis não encontramos a informação sobre o público-alvo.

A grande maioria das parcerias ainda estava em vigência em 2018 (15).

O programa mais antigo em vigência em 2015 e em 2018 era o “Agrinho”, criado em 1995 e desenvolvido pelo Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Sistema FAEP), Secretarias do Estado do Meio Ambiente e da Justiça.

No Paraná não foi localizado nenhum programa de destaque com maior periodicidade e capilaridade (público-alvo) durante todo o período em análise, de acordo com o levantamento realizado pela pesquisa. O critério utilizado para a escolha dos Programas para a análise neste artigo foi o tempo de duração da relação entre a instituição privada e a SEED-PR, segmentos envolvidos, como o público-alvo, grau de institucionalidade, e a influência do ator privado no desenvolvimento do Programa. Desta forma, foram selecionados para uma análise detalhada os seguintes Programas: I) “Materiais didáticos ensino religioso”; II) Programa “Futuro Integral”; III) “Agrinho”.

Programa “Materiais didáticos Ensino Religioso”

O Programa “Materiais didáticos Ensino Religioso” tem como objetivo declarado o ensino religioso nas escolas públicas do Paraná. O período de vigência é de 09 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2018/ 20. Pela análise do material localizado não foi possível identificar de quem partiu a iniciativa. A relação entre a SEED do PR e Associação Inter-religiosa de Educação de Curitiba (Assintec) é desde os anos de 1972, quando a associação elaborou o

material pedagógico e cursos de formação continuada para o ensino religioso. O Estado do Paraná elaborou o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, em 1990. Na primeira edição do documento, o Ensino Religioso não foi apresentado como as demais disciplinas. Então, dois anos depois, foi publicado um caderno para o ensino religioso, conforme os moldes do Currículo Básico. Sua elaboração, no entanto, ficou sob a responsabilidade da Assintec, com a colaboração da SEED. Sobre o Programa não foram localizadas outras informações, além do livro no qual constam capítulos escritos por professores do ensino religioso do Paraná e que também são membros da Assintec, bem como um uma página da SEED/PR, ensino religioso, com informativos¹ produzidos pela Assintec. Os informativos (subsídios para o ensino religioso) são assinados pela seguinte equipe pedagógica da Assintec.

Foi localizada a referência a um termo de cooperação, “Cooperação técnica e pedagógica entre a SEED/PR e a Associação Inter-Religiosa de Educação (Assintec), n.º 201710001 (Vigência 09/03/17 a 31/12/18), mas não o seu conteúdo. Tendo em vista as necessidades existentes para o desenvolvimento da disciplina de Ensino Religioso nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino do Paraná, esse Acordo de Cooperação tem como finalidade principal garantir a efetivação do prescrito nos termos da lei (artigo 33 da LDB 9394/96) e a Deliberação n.º 01/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR). O acordo, segundo o documento, mesmo fomenta o respeito à diversidade cultural e religiosa, evitando toda forma de proselitismo através do desenvolvimento de materiais didáticos e formação continuada, que instrumentaliza os professores de Ensino Religioso no que diz respeito ao trabalho com a disciplina como campo de conhecimento.

¹<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1258>

Programa “Futuro Integral”

Programa “Futuro Integral” tem como objetivo regular ações conjuntas visando oferecer aos alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, em turno contrário da educação regular, ações concentradas nas áreas de letramento e raciocínio lógico, com atividades diferenciadas, atendendo a demandas levantadas em diagnóstico junto às escolas. O programa também visa proporcionar aos alunos com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, a superação das mesmas. Esse projeto iniciou em outubro de 2015 com vigência até dezembro 2018. No escopo desta pesquisa entende-se essa forma de privatização como da modalidade oferta e também currículo.

Na primeira fase da coleta da pesquisa também identificou a existência do mesmo projeto, criado em 2011, desenvolvido pelo Sistema Federação do comércio de bens, serviços e turismo (Fecomercio), Serviço Social do Comercio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) do Paraná, com o objetivo do desenvolvimento de atividades em contraturno escolar.

A abrangência geográfica do projeto refere-se às cidades nas quais há unidades do Sesc.

Projeto “Agrinho”

O Projeto “Agrinho” desenvolvido desde 1995, tem como objetivo levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural, consolidando-se como instrumento na operacionalização de temáticas de relevância social da contemporaneidade dentro dos currículos escolares. Cabe destacar, que esse programa, ainda em vigência no estado, foi renovado em 2019 entre a SEED e Sistema da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PR).

O convênio prevê que o Sistema FAEP/SENAR-PR possa disponibilizar a metodologia do Agrinho às escolas estaduais, com

ações que propiciem o despertar da consciência da cidadania, o acesso a informações relativas à saúde e à preservação do meio ambiente com vistas à melhoria da qualidade de vida. Segundo o termo de cooperação, o convênio vai abranger quatro Secretarias de Estado: Agricultura e Abastecimento (Seab), Educação e Esporte (Seed), Desenvolvimento Sustentável e Turismo (Sedest) e Justiça, Trabalho e Família (Sejuf).

Algumas considerações finais

Da análise dos programas, projetos e ações operados por entidades privadas com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná destaca-se que a maior parte deles incidem no currículo, com ações sobre tecnologia, empreendedorismo, liderança e ensino religioso e também projetos específicos para as escolas do campo.

Sobre os atores privados ressalta-se que os programas com mais tempo de duração foram realizados com associações, como as relacionadas ao comércio, agricultura, religiosa e também as do sistema “S”: Sesc e Senac. No estado do Paraná, no período analisado, os projetos com organizações como, institutos vinculados às empresas ou fundações relacionadas as filatrocapitalistas (ADRIÃO, 2018), constituído por organizações associadas a corporações e indivíduos mais ricos, são poucos presentes ou não têm ampla capilaridade. Destacam-se os Programa, projetos ou ações: “Acordo de Cooperação técnica” da Fundação Telefônica Vivo que teve duração de menos de um ano, com o objetivo de promover a melhoria da educação por meio de ações para intercâmbio de informações, pesquisa e aprimoramento da gestão das escola; “Curso Inova Escola” também da Fundação Telefônica Vivo, para discutir o uso da tecnologia, com duração de dois anos; “Escola social de varejo” operado pelo Instituto Walmart e Instituto Aliança, para capacitar jovens par ao mercado de trabalho; o “Projeto Klabin semeando educação, para melhoria dos índices de qualidade em três municípios paranaenses; e o “Programa Jovens Embaixadores” para promover intercâmbio de estudantes

brasileiros promovido pelas empresas IBM, Fedex entre outras. Não se percebeu no estado o desenvolvimento de processos de privatização por meio da transferência de responsabilidade sobre as dimensões da política educativa em amplos períodos ou com grande capilaridade operados por institutos ou empresas privadas, como mapeados por Adrião e Peroni (2001) sobre a atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.

ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de casos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 45-53, jan.-jun. 2011.

IPARDES. Indicadores Econômicos. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1. Acesso em 15 out. 2020.

IPARDES (2018). **Projeção de População dos Municípios do Paraná, por sexo e grupos de idades, para o período 2017 – 2040**.

IPARDES (2020). **Perfil da região metropolitana de Curitiba**. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=921&btOk=ok Acesso em 15 out. 2020.

IPARDES (2017). **Índice Iparades de Desempenho Municipal**. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal-0>. Acesso em 15 out. 2020.

PARANÁ. **Conselho Estadual de Educação**. Sistema Municipal de Ensino. 07.03.2018. Disponível em <http://www.cee.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=347>. Acesso em 26 nov. 2020.

PRIVATIZAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL: programas e parcerias com atores privados no período de 2005 a 2018

Nadia Pedrotti Drabach
Instituto Federal do São Paulo- IFSP

Introdução

Este capítulo compõe a pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública” coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião (Greppe/Unicamp). O capítulo tem como objetivo caracterizar o estado do Rio Grande do Sul em seus aspectos gerais e em relação ao atendimento à Educação Básica na rede estadual. Apresenta, também, o conjunto de programas realizados pela Secretaria de Educação em parceria com instituições privadas em vigência no período (2005 – 2018) e se destaca e caracteriza dois programas, segundo os critérios de abrangência e capilaridade definidos pela pesquisa.

O estado do Rio Grande do Sul: breve caracterização

O Rio Grande do Sul é um dos três estados que compõem a Região Sul do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE a área territorial do estado é de 281.707,156 km², sendo o nono maior estado brasileiro. Composto por 497 municípios com uma População total estimada em 11.329.605 pessoas em 2018, o que corresponde a 6% da população nacional. A capital, Porto Alegre, é o município mais populoso com 1,4 milhão de pessoas. (IBGE,2010).

Quadro 01 – Dados populacionais do Rio Grande do Sul

População Estimada (2018)	11.329.605 pessoas
População no último censo (2010)	10.693.929 pessoas
Densidade demográfica (2010)	37,96 hab/km ²

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com os dados do último Censo, ocorrido em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,746, ocupando a 6ª posição em relação aos demais estados e ao Distrito Federal.

A economia gaúcha tem como base principal a agricultura, a pecuária e a indústria. O Produto Interno Bruto (PIB), do estado chegou a R\$ R\$ 445 bilhões em 2018, o que representou em torno de 6,4% do PIB nacional, sendo superado apenas pelos estados de São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (10,2%) e Minas Gerais (8,8%). O PIB *per capita* é de aproximadamente 37 mil reais/ano (IBGE, 2018).

Quanto aos aspectos políticos, o Rio Grande do Sul possui a singularidade de não reeleger governadores desde a abertura democrática em 1985. Há, portanto, uma rotatividade de governos e inclusive de partidos, levando à descontinuidade nas políticas de governo a cada quatro anos. O quadro a seguir apresenta os governadores eleitos no período e os respectivos(as) secretários(as) de educação.

Quadro 2 – Governadores e secretários de Educação do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2005 a 2018

Governador	Mandato	Secretários de Educação
Germano Rigotto Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB Vice: Antônio Hohlfeldt – Movimento Democrático Brasileiro - MDB	01 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006.	José Fortunatti (PDT) (janeiro de 2003 até março de 2006) Nelsi Muller (PMDB) (de março a dezembro de 2006)
Yeda Crusius	01 de janeiro de 2007 a 31 de	Marisa Abreu (PSDB) (janeiro de 2007 até setembro de 2009)

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB Vice: Paulo Feijó – Democratas - DEM	dezembro de 2010	Ervino Deon (PSDB) (de setembro de 2009 até 01 de janeiro de 2011)
Tarso Genro Partido dos Trabalhadores- PT Vice: Beto Grill – Partido Socialista Brasileiro - PSB	01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2014	José Clóvis de Azevedo (janeiro de 2011 até dezembro de 2014)
José Ivo Sartori Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB Vice: José Paulo Cairoli – Partido Social Democrata - PSD	01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.	Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT) (01 de janeiro de 2015 até junho de 2016) Luís Antônio Alcoba de Freitas (PDT) (junho de 2016 até abril de 2017) Ronald Krummenauer (abril de 2017 até dezembro de 2018)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações localizadas no site oficial do governo do estado e do Portal da Educação do RS.

A seguir descreve-se a estrutura e organização da rede estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

A rede estadual de Educação do Rio Grande do Sul: breve caracterização

A Secretaria de Educação é o órgão central de administração do Sistema Estadual de Ensino¹. Sua estrutura e suas competências

¹A primeira estruturação da Educação no Rio Grande do Sul ocorreu durante o período do Estado Novo (1937-1945) (BICA e CORSETTI, 2012). O decreto n. 7.640, promulgado em 28 de dezembro de 1938, organizou e regulamentou a carreira do magistério público primário. O decreto promoveu a organização da profissionalização docente, a normatização de questões pedagógicas e definiu a estrutura organizacional da educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar dessas primeiras iniciativas de estruturação ocorridas na década de 1930, o Sistema estadual no que se refere aos fins e ao reconhecimento do direito à

básicas estão definidas pela Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, modificada pela Lei nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017, e em conformidade com o decreto 54.015, de 10 de abril de 2018. De acordo com o Art. 1º do referido Decreto e em conformidade com a Lei 14.733/15, a Secretaria Estadual de Educação tem as seguintes atribuições:

- I - administrar o Sistema Estadual de Ensino, garantindo a observância da legislação e normas complementares, articulado ao Sistema Nacional de Educação;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições do Sistema Estadual de Ensino mantidos pelo poder público;
- III - estabelecer metas, planejar, programar, executar e fiscalizar às obras escolares;
- IV - executar, promover, financiar e fiscalizar as políticas de educação do Estado na Educação Básica e em suas modalidades de ensino;
- V - promover e fortalecer o regime de colaboração entre os entes públicos e demais instituições públicas e privadas;
- VI - promover e estabelecer políticas de prevenção de acidentes e de violência no ambiente escolar e no entorno dos estabelecimentos de ensino;
- e
- VII - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos e a educação especial (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

De acordo com Art. 8º do Decreto n. 54.015/2018, os Órgãos Colegiados que integram a estrutura organizacional da Secretaria da Educação são os seguintes:

1. Conselho Estadual de Educação², instituído pela Lei nº 9.672, de 19 de junho de 1992;

Educação, a organização administrativa do ensino e a definição do conjunto de estabelecimentos sob-responsabilidade do Estado foi criado pela Lei nº 5751, de 14 de maio de 1969.

² O Conselho Estadual de Educação também teve suas primeiras tentativas de organização na década de 1930. Sua existência estava prevista na Constituição Estadual de 1935 e foi criado pelo Decreto nº 6.105, de 25 de novembro de 1935, tendo o seu regimento interno aprovado pelo Decreto nº 6.192, de março de 1936.

2. Fórum Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 11.005, de 19 de agosto de 1997;

3. Conselho Estadual de Alimentação Escolar, disposto no Decreto nº 53.721, de 14 de setembro de 2017;

4. Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pelo Decreto nº 51.475, de 13 de maio de 2014.

O Decreto 54.015, de 10 de abril de 2018, artigo 9º estabelece ainda que a Secretaria da Educação “poderá exercer suas funções diretamente ou mediante autorização, delegação, contrato ou convênio com pessoas ou entidades de direito público ou privado, observadas, em cada caso, as exigências peculiares à celebração de tais instrumentos” (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Esta orientação acaba sendo um incentivo legal para o estabelecimento de parcerias entre a Secretaria de Educação e entidade ou pessoas jurídicas de direito privado.

Em relação à gestão democrática, no que diz respeito ao provimento de diretores, a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul escolhe os dirigentes de escolas pelo voto da comunidade escolar³. Em 1985, com a abertura política pós-período ditatorial estabeleceram-se as normas para escolha de diretores de escolas estaduais por meio da Lei 8025/85. De acordo com Werle (1991) em decorrência desta Lei os diretores passaram a ser designados pelo Secretário de Educação e cultura a partir de lista tríplice indicada pela comunidade escolar por meio do voto direto.

Os anos 1990 foram marcados pelas políticas federais de promoção da descentralização da educação nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica, resultando em

Sofreu alterações em 1956, pela Lei nº 2.950, de 08 de outubro de 1956, e, segundo informações encontradas na página do Conselho Estadual de Educação do RS, sua instalação só foi possível de fato em 24 de fevereiro de 1962. Fonte: <https://www.ceed.rs.gov.br/historico> acesso em: outubro de 2020.

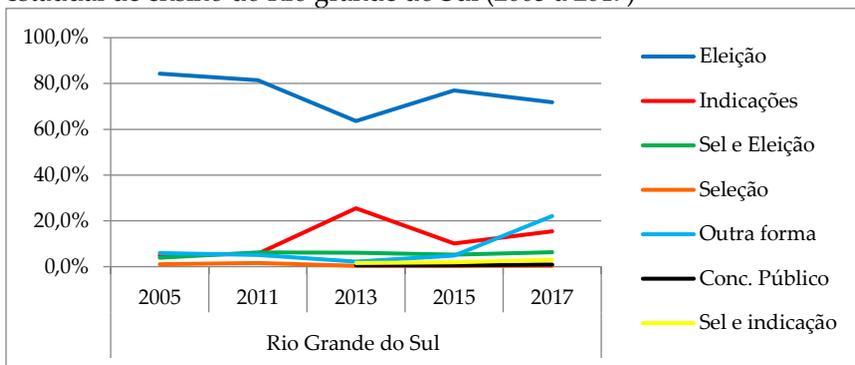
³ Há registro de eleição para diretores na Rede estadual do RS já no início dos anos 1960 (WERLE, 1991)

transferência de responsabilidade dos órgãos centrais (União, Estados) para os locais (Municípios, escolas), oportunizando, assim, maior autonomia às escolas (KOETZ e WERLE, 2011). Nesse contexto foi elaborada e publicada a Lei estadual nº 10576 de 14 de novembro de 1995, que normatizava a eleição de diretores, a composição e função do Conselho Escolar e a autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas. A partir desta Lei o processo de escolha de Diretores de estabelecimentos de ensino públicos estaduais deixou de ser feito pelo secretário por meio da lista tríplice e passou a ser realizado em duas etapas: a primeira composta por um curso de qualificação para o exercício da função, organizado pela Secretaria da Educação e a segunda etapa constitui-se na indicação pela comunidade escolar, mediante votação direta (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

O gráfico 01 mostra que no estado a eleição foi a forma de provimento de diretores que predominou durante todo o período (2005 – 2017) em concordância com a Lei que estabelece a eleição como a forma oficial de provimento de diretores no Estado. Em 2005, 84% dos diretores da rede estadual foram escolhidos por meio de eleição, em 2013 esse percentual diminuiu para 64% ao mesmo tempo em que se registrou um aumento nas indicações. Em 2015 a eleição voltou a subir e em 2017 estava em torno de 72%, conforme mostra o gráfico⁴ a seguir.

⁴ Refere-se às formas pelas quais os dirigentes escolares foram selecionados no período de 2005 a 2017, a partir de microdados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) referentes aos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) aplicados bianualmente e respondidos pelos próprios diretores. Neste intervalo, excluiu-se da análise os anos de 2007 e 2009, pois os dados se referem exclusivamente aos municípios. O banco de dados de 2005 apresenta inconsistência na distribuição da população por dependência administrativa. Para corrigir este problema, estabeleceu-se comparação com o padrão numérico de 2003 em cada uma das dependências de modo que foi possível definir a distribuição da população respondente por dependência administrativa no ano de 2005.

Gráfico 01 – Forma de provimento de diretores nas escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (2005 a 2017)



Fonte: com base em Drabach (2018)⁵.

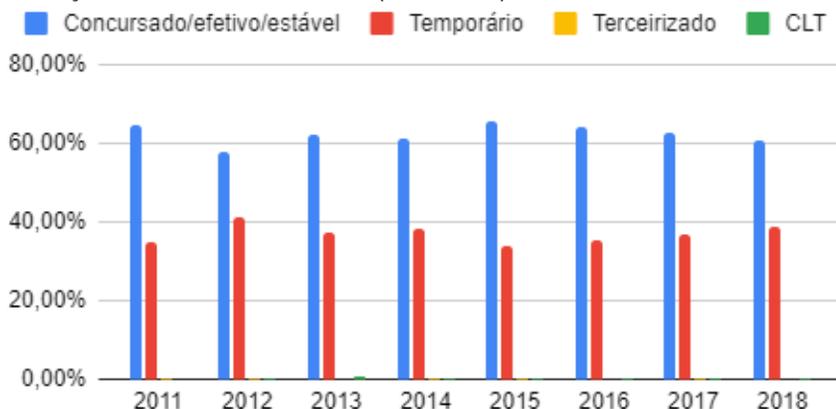
Contratação de professores na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul

A contratação de professores na rede estadual do RS está regulamentada no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, instituídos pela Lei Nº 6.672, de 22 de abril de 1974 (atualizada até a Lei n.º 14.166, de 27 de dezembro de 2012). De acordo com o referido estatuto o ingresso na carreira docente ocorre por meio de concurso público de provas e títulos. Apesar disso, os dados apresentados no quadro 3 mostram que o percentual de docentes concursados na rede ficou na casa dos 60% ao longo do período aqui considerado. Os demais possuem outros tipos de vínculos com a rede, como professores temporários, em sua maioria, e ainda, um pequeno percentual de terceirizados e CLT. Em 2013 houve concurso público para docentes na rede estadual, apesar disso não se observa impacto significativo desse fato no percentual de professores concursados, conforme pode ser observado no gráfico 2. Na página da Secretaria Estadual de Educação do RS é possível encontrar editais para contratação de

⁵Disponível <https://www.greppa.fe.unicamp.br/en/mapping-the-insertion-of-the-private-sector-in-the-state-education>

professores temporários em todos os anos⁶, o que indica ser uma opção da rede de ensino manutenção esse tipo de contratação.

Gráfico 02 – Formas de contratação de docentes na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul (2011-2018)



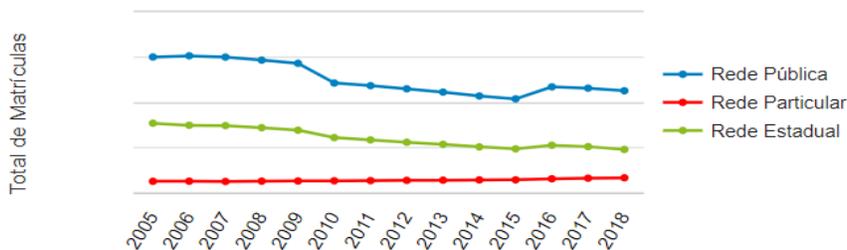
Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020)

Atendimento à Educação Básica na Rede Estadual do RS

O número total de matrículas no ensino fundamental na rede estadual em 2005 era de 771.303. Este número diminuiu gradativamente no período de modo que em 2018 a rede atendia um total de 482.362 matrículas, um pouco mais da metade. É possível concluir, a partir do gráfico 3, que a maior parte das matrículas do Ensino Fundamental, concentra-se nas redes públicas municipais.

⁶ Link para acesso aos editais para contratação de professores temporários. <https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/edital.jsp?ACAO=acao1>

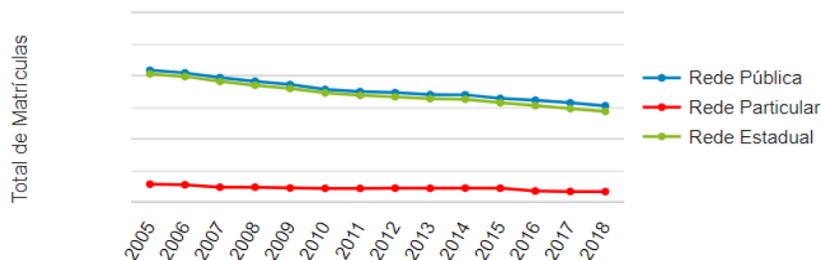
Gráfico 03 – Total de matrículas no Ensino Fundamental no Rio Grande do Sul



Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp

Quanto ao Ensino Médio, o gráfico 04 indica que praticamente a totalidade das matrículas nesta etapa de ensino concentra-se na rede estadual. Em 2005, o total de matrículas era de 405.225, diminuindo para 286.378 em 2018, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 04 – Total de matrículas no Ensino Médio no RS



Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp

A rede particular também é responsável por atender uma baixa parcela das matrículas no ensino médio conforme mostra o gráfico.

Sistema de Avaliação da rede estadual do Rio Grande do Sul – SAERS

A Lei 10.576/95 que normatizou a gestão democrática na rede estadual de ensino também estabeleceu a Avaliação Externa, conforme segue:

Art. 78 - Todos os estabelecimentos de ensino da rede pública serão anualmente avaliados, através de um "Sistema de Avaliação da Escola", coordenado e executado pela Secretaria da Educação (RIO GRANDE DO SUL, 1995)

De acordo com a lei, os resultados da avaliação seriam divulgados pela Secretaria Estadual de Educação anualmente, servindo de base para o planejamento do ano seguinte.

A referência para a elaboração do sistema de avaliação do estado foi o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em nível nacional. Entretanto, o SAEB⁷, não possibilitava o olhar focalizado em todas as unidades escolares, surgindo a necessidade de criação de um sistema de avaliação próprio que possibilitasse o diagnóstico por escola em todas as etapas da Educação básica. A criação do sistema de avaliação gaúcho também usou como referência, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do

⁷ Por meio da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, “o Saeb foi reestruturado, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo dez estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que, até então, vinha sendo realizada no Saeb” (fonte: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>, acesso em dezembro de 2020). A Anresc avalia estudantes do Ensino Fundamental, de escolas que atendam aos critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4ª série/5º ano) ou dos anos finais (8ª série/9º ano) de escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola. Nas escolas que atendem aos critérios, a avaliação é censitária. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>

Estado de São Paulo (SARESP) e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). Tanto o SARESP quanto o SIMAVE vinham acontecendo desde o início dos anos 1990 como uma política pública de avaliação nos seus respectivos Estados (KOETZ e WERLE, 2012).

A Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEE/RS) promoveu a primeira avaliação externa em 1996, durante o governo de Antonio Britto (PMDB), e, nos dois anos seguintes, 1997 e 1998, com a denominação de Sistema de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual. No governo de Germano Rigotto (PMDB) ocorreu uma única avaliação, como projeto piloto vinculado a um Contrato de Gestão (2005) envolvendo apenas duas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), nesse momento, com o nome de Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul (SAERS) (KOETZ e WERLE, 2012).

No governo Yeda Crusius (PSDB), entretanto, a avaliação em larga escala adquiriu uma sistemática mais abrangente, tendo a avaliação acontecido, anualmente (2007-2010), aberta a todas as escolas estaduais e redes municipais que manifestassem interesse em participar, bem como às escolas particulares que o desejassem (KOETZ e WERLE, 2012).

De acordo com Koetz e Werle (2012) no Rio grande do Sul a política de avaliação em larga escala promovida em âmbito estadual não adquiriu estabilidade. Para as autoras “[...] as políticas de avaliação tem se configurado como políticas de governo e não de Estado, com o que elas não têm tido sustentação e continuidade suficientes para configurar uma ‘geração de políticas’ ”(p. 679).

De acordo com informações localizadas no site do SAERS, a avaliação foi aplicada ainda em 2011, e, depois, retomada em 2016 e 2018. Nestes dois últimos anos a prova foi aplicada em escolas da rede estadual (urbanas e rurais). Os estudantes foram avaliados nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática no 3º ano do Ensino Fundamental, 6º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio.

A adesão das escolas à prova não é obrigatória e o percentual de participação variou entre 62,5% e 89,6% ao longo do período, conforme mostra o quadro 03.

Quadro 03 – Adesão à prova do SAERS nos anos em que foi aplicada

Ano	Percentual de participação
2018	Informação restrita
2016	63,1%
2011	89,6%
2010	73,7%
2009	62,5%
2008	70,2%
2007	Sem informação
2005	Sem informação

Fonte: Elaborado pela autora com dados publicados da página oficial do SAERS (2005-2018)⁸.

A situação da rede estadual do Rio Grande do Sul em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional está retratada no quadro 04. O IDEB do 5º ano do Ensino Fundamental superou a meta para o estado em todos os anos, exceto em 2017. Apesar disso, esteve abaixo da média nacional para as redes estaduais em todos os anos. No 9º ano o estado superou a meta apenas em 2007 e em 2009, porém em relação à média nacional a situação ficou um pouco melhor, estando abaixo da média nacional apenas em 2015 e em 2017. Esta situação se repetiu com o IDEB do 3º ano do Ensino Médio.

⁸ As informações sobre a adesão à prova foram localizadas na página oficial do SAERS.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas redes estaduais no Brasil e na rede estadual do Rio Grande do Sul

ANO	5º ano E.F.			9º ano E. F.			3º Ensino Médio		
	IDEB Brasil Estadual	IDEB RS Estadual	Meta (para o estado)	IDEB Brasil Estadual	IDEB RS Estadual	Meta (para o estado)	IDEB Brasil Estadual	IDEB RS Estadual	Meta (para o estado)
2005	4.3	4.2	-	3.3	3.5	-	3.0	3.4	-
2007	4.9	4.5	4.2	3.6	3.7	3.5	3.2	3.4	3.5
2009	5.1	4.8	4.6	3.8	3.8	3.7	3.4	3.6	3.6
2011	5.4	5.1	5.0	3.9	3.9	4.0	3.4	3.4	3.7
2013	5.8	5.5	5.3	4.0	3.9	4.4	3.4	3.7	4.0
2015	6.0	5.5	5.5	4.2	4.0	4.8	3.5	3.3	4.4
2017	6.1	5.7	5.8	4.5	4.3	5.0	3.5	3.4	4.8

Fonte: INEP, 2005 – 2017.¹Elaboração da autora

*Em negrito na tabela 1 a coluna do IDEB nacional e as linhas correspondentes aos anos em que a rede estadual alcançou a meta para o estado.

¹ Informações disponíveis em <http://ideb.inep.gov.br> acesso em novembro de 2020.

De modo geral a situação o IDEB da educação na rede estadual gaúcha, esteve-se aquém da média nacional e inclusive da meta para o estado, especialmente, os anos finais do Ensino fundamental e ensino médio, no período.

Programas em parceria com instituições privadas na rede estadual do Rio Grande do Sul: estratégias de privatização (2005-2018)

O quadro 5 apresenta o conjunto de Programa realizados com instituições privadas na rede estadual do Rio Grande do Sul no período de 2005 a 2018, intervalo no qual existiram quatro governos, sem nenhuma recondução de governador nesse período no Estado. Esta configuração dificulta a continuidade na execução dos programas educacionais com o término do período de cada governo. Em 2005 e 2006, segunda metade do Governo de Germano Rigotto (PMDB) registrou-se (cf. quadro 5) a existência de três programas realizados com instituições privadas. No governo Yeda Crusius (PSDB) (2007 - 2010) registrou-se a presença de sete programas. Um deles, o “Programa Estruturante boa escola para todos”, é composto por outros cinco programas, que tiveram uma importância acentuada para o período. No governo de Tarso Genro (PT) (2011 – 2014) houve a implantação de quatro programas em parceria. No período seguinte (2015 – 2018) durante o governo de Ivo Sartori (PMDB) foi o período no qual houve o lançamento do maior número de novos programas, 16 no total, em parceria com instituições privadas. Ao todo foram registrados 29 programas em atuação no estado no período (2005 a 2018).

Quadro 5 – Programas e atores privados na rede estadual do Rio Grande do Sul no período de 2005 a 2018

Governo	Nome do Programa	Ano_início	Dimensão	Inst_parcieiras	Público alvo	Etapas
Germano Rigotto (PMDB)	1. Programa Escola Aberta para a Cidadania	2005	Currículo	Aracruz Celulose	Estudantes, famílias e comunidade.	SI
	2. Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC)	Fase 1: 2005 - 2006 Fase 2: 2008 - 2010	Currículo	ACPM, Aracruz Celulose, Borrachas Vipal, Gerdau	Estudantes,	EF, EM
	3. Convênio entre secretaria estadual da educação e a associação cultural italiana do Rio Grande do Sul ACIRS	2006	Currículo, oferta	Associação Cultural Italiana	Estudantes	EF EM
Yeda Crusius (PSDB)	4. Consultoria para educação de qualidade	2008	Currículo	FIERGS, SESI	Professores,	SI
	5. Capacitação de 300 professores em parcerias com UNISINOS	2007	Currículo	Unisinos	Professores	EF, EM
	6. Plataforma escola digital	2007	Currículo	Instituto Inspirare Instituto Natura Fundação Telefônica Vivo	Professores	SI
	7. Oficinas digitais	2008	Currículo	Brasil Telecom	Professores	SI
	8. Estruturante boa escola para todos	2008	Currículo Gestão	Brasil Telecom Oi	Estudantes	EF EM
	9. Programa Jovem de Futuro	2010	Currículo, Gestão, Oferta	Instituto Unibanco	Estudantes Gestores	EM
	10. Parceiros da educação	2010	Oferta	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Gestores	EF, EM

Tarso Genro (PT)	11.Qualificação e modernização das escolas estaduais	2012	Currículo, Oferta	BIRD	Estudantes, professores, gestores, funcionários e famílias	EF EM
	12.Província de São Pedro /projeto um computador por aluno e professor	2012	Currículo	OLPC	Estudantes	EF, EM
	13.Democratização da gestão das escolas	2012	Gestão	BIRD	Estudantes, professores, gestores, funcionários e famílias.	EF EM
	14.Associação regional das casas familiares rurais do Rio Grande do Sul	2014	Currículo	ARCAFAR	Estudantes	EF, EM
José Ivo Sartori (PMDB)	15.Laboratórios móveis	2015	Currículo	Banco Mundial,Google	Estudantes	EF
	16. Novas fronteiras da escola: a escola aberta ao mundo	2015	Gestão, Currículo	Metta Papelaria,Faber Castell	Professores e gestores	SI
	17.Geração click	2015	Currículo	Foco Empreendedor	Estudantes	EM
	18.Escola melhor: sociedade melhor	2015	Gestão, Oferta	Lauri Esporte,Cine Via Sete,Safeweb,Japan Tobacco International	Gestores, professores, estudantes, famílias, funcionários	EI, EF e EM
	19.Um computador por aluno	2015	Currículo	Banco Mundial,Google	Estudantes	EF
	20.Apoio à retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul	2015	Oferta	BIRD	Estudantes, gestores, professores	SI

					funcionários e famílias	
21.Projeto geekie	2015	Currículo	Fundação Lemann		Estudantes e professores	EM
22.Despertando o empreendedorismo	2016	Currículo	SEBRAE		Estudantes	EM
23.Capacitação a professores	2016	Currículo	Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa		Professores	EF EM
24.Valores na educação	2017	Currículo	Parceiros Voluntários		Estudantes, gestores e professores	EF EM
25.Termo de cooperação para intercâmbio Londres	2017	Oferta	Herics Escola de Idiomas,Foco Empreendedor		Estudantes	EF
26.Formação de gestores e professores	2017	Gestão	SESI		Estudantes	SI
27.Avaliação de impacto do programa Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar(CIPAVE) da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC)	2017	Gestão	CAF,BID		Estudantes	SI
28.ARISE	2018	Currículo	Japan Tobacco International Winrock International, Organização Internacional do Trabalho		Estudantes	EF EM
29.Google for Education	2018	Currículo	Google,MSTech		Gestores e professores	SI

Fonte: elaborado pela autora a partir de Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq- Fapesp.

De acordo com o quadro 5, o público-alvo mais atingido pelo conjunto de programas são os estudantes. Eles aparecem em 21 dos 29 programas. Treze programas dirigem-se aos professores, nove programas incluem gestores e cinco dirigem-se também aos demais funcionários da escola e famílias.

Quadro 6 – Síntese da atuação dos programas em relação às dimensões currículo, oferta e gestão

Dimensões	Número de programas
Currículo	17
Oferta	3
Gestão	3
Currículo e oferta	2
Gestão e currículo	2
Gestão e oferta	1
Gestão, currículo e oferta	1

Fonte: Elaborado a partir do levantamento apresentado no quadro 5.

Conforme o quadro 6, o número de programas que atuaram exclusivamente sobre a dimensão do currículo é destacadamente maior do que o número dos que incidiram sobre as s dimensões da gestão e da oferta ou em dimensões combinadas.

A seguir destacam-se dois programas e atores privados que atuaram significativamente no processo de privatização da educação na rede pública estadual do Rio Grande do Sul no período (2005 – 2018)

Programas e atores privados selecionados em estudo na rede pública estadual do Rio Grande do Sul no período (2005 – 2018)

Tendo em vista a especificidade do estado do Rio Grande do Sul em relação à rotatividade dos governos estaduais e, conseqüentemente, de descontinuidade das políticas devido às constantes mudanças de governadores, nota-se que os programas em sua maioria não possuem uma abrangência temporal muito longa. Destacam-se nesse período: o Programa “Estruturante Boa

Escola Para todos” por incidir em mais de uma direção no sentido de que abarca um número considerável de projetos que, no seu conjunto atuaram significativamente para a privatização da educação; e; o Programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, ambos serão detalhados a seguir.

Programa estruturante Boa Escola para todos

O programa se insere em um conjunto de 12 propostas de cunho estruturante elaboradas pelo governo Yeda Crusius com a intenção de promover a modernização no Rio Grande do Sul.

O Programa Boa Escola para Todos compõe o eixo do Desenvolvimento Social e estava voltado à qualificação de professores, à inclusão digital e à melhora progressiva do Rio Grande do Sul no ranking do ensino brasileiro. De acordo com informações da página da Secretaria de Educação, o programa foi lançado em junho de 2008 pela governadora Yeda Crusius e a Secretária da Educação, Marisa Abreu. Segundo o anúncio, as ações do programa seriam realizadas até o dia 31 de dezembro de 2010, com investimento total de 330 milhões. O objetivo declarado era:

[...] melhorar a qualidade da educação básica e da educação profissional na rede pública estadual. As ações do programa envolvem avaliações do rendimento escolar, valorização do magistério, formação continuada dos professores, aperfeiçoamento dos processos de seleção e progressão funcional, melhoria das condições físicas das escolas, implantação de laboratórios de informática nas escolas e criação de Centros de Referência de Educação Profissional¹.

Estudos de Amaral (2010); Caetano e Peroni (2012); Drabach (2010) sobre o Programa Boa Escola para Todos destacam o seu cunho privatista com foco na gestão gerencial, assim como nas demais políticas do governo Yeda Crusius (PSDB).

¹Informações encontradas no sitio oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na internet , link: <https://estado.rs.gov.br/conheca-os-12-programas-estruturantes-do-governo-do-estado> acesso em outubro de 2020.

O projeto de governo da referida governadora constituiu-se e materializou-se a partir de forte ligação e apoio do empresariado gaúcho (CAETANO E PERONI, 2012). O “Novo Jeito de Governar” como se chamou o plano de governo Yeda inspirou-se no “Choque de Gestão” já praticado por governo do PSDB em outros estados, tais como: São Paulo nos governos de Geraldo Alckmin, (2003 – 2006) e José Serra (2007 – 2010) e Minas Gerais no governo de Aécio Neves (2003 – 2010). O “Novo Jeito de Governar” estava alinhado com as metas da “Agenda 2020 – O Rio Grande que Queremos” de iniciativa do empresariado gaúcho e com o movimento nacional Compromisso Todos pela Educação, motivado por representantes do empresariado nacional ambos criados em 2006 (AMARAL, 2010).

O Programa Estruturante Boa Escola para Todos engloba cinco projetos que se destinam aos alunos, professores, funcionários do Ensino Fundamental e Médio e da Educação profissional. Os projetos são:

a) **Sala de Aula Digital**, que consiste na implantação de mais mil laboratórios de informática em escolas estaduais;

b) **Professor Nota 10**, onde serão capacitados 30 mil professores e estabelecida nova legislação para o sistema educacional;

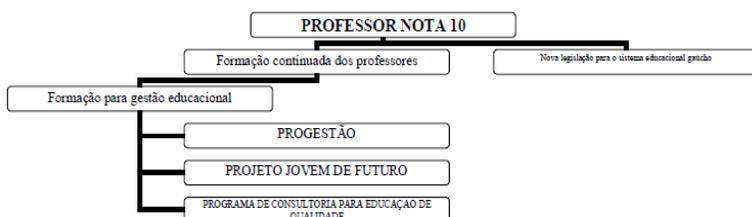
c) **Centro de Referência na Educação Profissional**, que transformará nove escolas técnicas em espaços de referência em determinadas áreas;

d) **Escola Legal**, que visa à realização de reformas e ampliações de estabelecimentos de ensino da rede estadual.

E) **Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul (Saers)** que servirá para orientar as políticas públicas comprometidas com a melhoria da aprendizagem dos alunos. Lembrando que o SAERS adquiriu maior importância e consistência durante o período de governo de Yeda Crusius, alinhado com a proposta de gestão gerencialista implantada no governo – ligado com o sistema de avaliação estava o **Projeto piloto de alfabetização, realizado em parceria com o** Instituto Ayrton Senna, Instituto Alfa e Beto, GEEMPA e Fundação Cesgranrio.

Professor Nota 10

Dentro do Programa “Estruturante boa Escola para Todos”, destacamos para a descrição mais detalhada o projeto “Professor Nota 10” que se materializou por meio de diversas ações direcionadas aos estudantes, professores e gestores, conforme mostra o diagrama seguir:



Fonte: Amaral (2010, p. 147).

De acordo com o diagrama de Amaral (2010) o programa é composto por dois eixos: formação continuada de professores e implantação de nova legislação para a rede estadual de ensino. No eixo de formação, Amaral (2010) identificou as seguintes iniciativas: Progestão, Jovem de Futuro e Consultoria para Educação de Qualidade. A seguir detalharemos um pouco mais cada uma dessas iniciativas.

a) **Progestão** é um **Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares, criado em 2001** pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), **foi** implantado no RS em março de 2007. Coordenado pela Secretaria Estadual da Educação em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/RS). A capacitação é feita com aulas à distância e presenciais, destinadas aos diretores, vice-diretores, supervisores, coordenadores e orientadores educacionais. Formou na sua primeira edição, em 2007, cerca de 2.880 gestores de 784 escolas estaduais e 51 municipais; e, na segunda edição, em 2008, formou cerca de 2.798 gestores. O programa tinha o objetivo de promover e desenvolver lideranças baseadas na gestão democrática, com foco no sucesso escolar dos alunos. Previa inclusive a intervenção na prática da gestão escolar.

O discurso da Secretária de Educação Mariza Abreu em relação ao programa era de que a crise fiscal vivida pelo estado poderia ser superada com o foco na gestão qualificada (AMARAL, 2010). No site da Secretaria Estadual de Educação, há informações sobre a realização do programa até 2013.

b) Programa Jovem de Futuro: de acordo com informações encontradas na página do Instituto Unibanco (IU) o programa Jovem de Futuro foi lançado em 2007 com o “[...] objetivo de contribuir para a garantia da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio como consequência de uma gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública”². A proposta foi desenvolvida em parceria com as secretarias estaduais de educação. Além do Rio Grande do Sul, o programa também foi implantado nos estados de São Paulo e Minas Gerais, todos governados pelo PSDB. Na rede estadual do RS, o programa foi implantado em 25 escolas da região metropolitana de Porto Alegre, selecionadas por meio de sorteio. A parceria tinha o objetivo de melhorar a qualidade de educação nas escolas, bem como, formar as equipes diretivas na perspectiva do planejamento estratégico (AMARAL, 2010).

As 25 escolas selecionadas para o programa formaram o chamado grupo de tratamento, alvo da parceria. Estas receberam recursos e tiveram o seu projeto pedagógico e de gestão acompanhados por consultores da Secretaria de Educação e do Instituto Unibanco. O monitoramento tinha como meta melhorar em 50% o nível de aprendizagem dos estudantes em Matemática e Língua portuguesa no terceiro ano do ensino médio medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); e ainda, visava diminuir em 40% o índice de evasão escolar. Tinha a previsão de duração de 3 anos, com possibilidade de acompanhamento das turmas do início ao fim do Ensino médio. Além destas escolas, o programa selecionou mais 25 unidades escolares para compor o

² Fonte: Informação localizada no site do Instituto Unibanco, no link: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>

chamado grupo de controle. Estas escolas não receberam os recursos e foram monitoradas com avaliações com o objetivo de estabelecer parâmetros de controle dos resultados da aprendizagem para as 25 escolas do grupo de tratamento (DRABACH, 2010).

O IU ofereceu apoio técnico para a elaboração do plano de gestão por resultados e R\$ 100,00 por aluno para a implantação do plano. Ao longo do desenvolvimento do projeto o IU ofereceu capacitação para a equipe diretiva das escolas e formação para os professores.

O Projeto também previa premiação em dois níveis: escolas, e professores e turma, de acordo com os critérios de melhora no desempenho e diminuição nos níveis de evasão, desde que o índice de participação dos alunos estivesse acima dos 70%. Previa também a interrupção dos recursos para as escolas que apresentassem desempenho negativo ou que aumentassem os índices de evasão. A lógica da avaliação promovia a competição entre escolas, turmas e professores e, ao mesmo tempo, punia quem não atingisse os níveis exigidos.

c) Programa Consultoria para educação de qualidade: teve início em 2008. Foi elaborado pelo Sistema FIERGS, por meio do Serviço Social da Indústria (Sesi-RS), é constituído por quatro módulos para a implantação de uma metodologia de gestão pela qualidade e é focada em sua melhoria contínua. No RS, as cidades foram selecionadas com base nos menores resultados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado. Segundo informações encontradas na página da FIERGS, o programa tem como objetivo “melhorar os indicadores de qualidade no ensino, tais como de aprendizagem, aprovação, permanência dos estudantes na escola e adequação idade-série³”. A FIERGS afirma que esta iniciativa está de acordo com o compromisso da instituição

³ Informações encontradas no site: <https://www.fiergs.org.br/noticia/consultoria-para-educacao-de-qualidade-segue-formando-parcerias>

com a Agenda 2020. Há registros sobre a existência do programa no site da FIERGS e da Secretaria Estadual de Educação até 2011.

Em artigo publicado na página da Secretaria Estadual de Educação em 2008, a Secretária Estadual de Educação, Mariza Abreu afirmou que a educação é investimento prioritário para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e que a construção da Boa Escola para Todos, ao lado do ajuste fiscal e da modernização da gestão pública são compromissos que o estado assumiu como contrapartida ao empréstimo realizado junto ao Banco Mundial (ABREU, 2008).

Além dessas três iniciativas, o projeto professor nota 10 ainda previa alterações na legislação para escolha de diretores e remuneração docente. O conjunto de alterações incluía a limitação do poder da comunidade escolar na escolha dos dirigentes e a política de bônus por produtividade para a remuneração dos docentes.

Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor

O Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor foi instituído pela Lei 14.734 de 15 de setembro de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015, com o propósito de incentivar a realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas estaduais.

Conforme a Lei a proposta tinha como objetivo:

Art. 2º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor tem por objetivo alcançar contribuições para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública estadual e dar-se-á mediante as seguintes ações:

- I - doação de recursos materiais às escolas estaduais, tais como equipamentos e livros;
- II - patrocínio para a manutenção, a conservação, a reforma e a ampliação das escolas estaduais;
- III - disponibilização de banda larga, equipamentos de rede “wi-fi” e de informática, tais como computadores, notebooks, tablets, roteadores, antenas de “wi-fi”, entre outros; e

IV - outras ações indicadas pela direção da escola, ouvido o conselho escola. (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

De acordo com informações encontradas na página da Secretaria de Educação, o objetivo era promover um grande mutirão para a recuperação dos prédios escolares, envolvendo toda a sociedade. Além disso, a escola poderia promover atividades culturais tais como: oficinas de dança, oficinas de teatro, oficinas de musicalidade, palestras para comunidade, oficinas e palestras para professores e funcionários. Inclui-se também:

[...] doações de material pedagógico, material de expediente, mobiliário administrativo, mobiliário para sala de aula, equipamentos de climatização, multimídia, tecnologia, além de consertos e instalações diversas, bem como revitalização de áreas externas, paisagismo e outras de acordo com as necessidades específicas que cada instituição elenca em seu Plano de Necessidades⁴

A decisão sobre a adesão ao programa envolvia a comunidade escolar em reunião do Conselho da escola. A escola deveria assinar e anexar em sistema online o Termo de Adesão e o Plano de Necessidades da escola.

Para participar do programa e ajudar uma escola, a empresa ou pessoa física pode procurar diretamente a escola. A iniciativa também pode partir do diretor ou da Coordenação Estadual do programa, também poderão entrar em contato com os possíveis parceiros e estabelecer a parceria.

Em contrapartida, as empresas ou pessoas físicas que contribuírem podem divulgar a ação realizada em suas campanhas publicitárias e, também, por meio de uma placa padrão, afixada na escola, ou ainda, pintura do muro da escola, com a logomarca das empresas parceiras. Além disso, de acordo com o Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015, que regulamenta o Programa:

⁴ Informações localizadas no site oficial de Secretaria de Educação do Estado, no link: <https://educacao.rs.gov.br/escola-melhor>, acesso em dezembro de 2020.

Art. 6º Será conferido certificado, emitido pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Estado da Educação, às pessoas físicas e jurídicas que participarem do Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, destacando os relevantes serviços prestados à educação no Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015c)

No site do governo do Estado há um balanço oficial dos quatro anos de atividades do programa, realizado em 2018. Nesse período as doações recebidas somam um montante de R\$ 3.627.156,43. A iniciativa, que incentiva a melhoria do ensino da rede pública estadual, através da participação da comunidade escolar beneficiou 1.200 escolas e contava, em 2018, com 735 parcerias. Segundo consta no site, em 2018, foram 313 parcerias consolidadas com recursos obtidos na ordem de R\$ 1,7 milhão.

O Programa representa uma clara transferência da responsabilidade do estado pela manutenção da estrutura física das escolas e até da formação de seus quadros pela iniciativa privada.

Os dois programas destacados inserem-se em contextos governamentais gerencialistas (Yeda Crusius (PSDB) e Ivo Sartori (PMDB)) nos quais houve uma clara abertura das políticas sociais e, dentre elas, a educacional, para a participação da iniciativa privada no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

ABREU, Mariza. **Educação é prioridade**. Governo do Estado do RS. Notícias.Educação.15/08/2008. Disponível em:<https://estado.rs.gov.br/artigo-educacao-eprioridade-por-mariza-abreu> acesso em dezembro de 2020.

ABREU, Mariza. **Boa escola para todos: gestão da educação e debate sobre valorização dos professores no Rio Grande do Sul**. 2007 a 2010. Porto Alegre, AGE, 2011.

AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do. **A política de gestão da educação básica na rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2007-2010): o fortalecimento da gestão gerencial.** 2010. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. A sistematização da educação rio-grandense durante o estado novo: o caso do decreto n. 7.640, de 28 de dezembro de 1938. **Hist. Educ.** vol.16 no.38 Santa Maria Sept./Dec. 2012.

CAETANO, M. R. PERONI. Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010. In: **IX ANPED-SUL A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica.** Caxias do Sul: UCS, 2012.

DRABACH, Neila Pedrotti. **A modernização da gestão da escola pública estadual do Rio Grande do Sul: a democracia na porta giratória.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Maria, 2010. 169f.

KOETZ, Carmen Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Trajetória do sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado do Rio Grande do Sul.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 677-700, out./dez. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974,** que institui o Estatuto e Plano de Carreira do. Magistério Público do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Leis, decretos, pareceres. **Lei nº 8.025,** 14/08/85.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **Lei 10576** de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 14.733**, de 15 de setembro de 2015a. Dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **Lei Nº 14.734**, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015b. (publicada no DOE n.º 177, de 16 de setembro de 2015). Institui o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **Decreto nº 52.605**, de 15 de outubro de 2015c. Regulamenta a Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, que institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 14.984**, de 16 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Legis. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto 54.015**, de 10 de abril de 2018. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Educação.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 51.475**, de 13 de maio de 2014. Institui o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 9.672**, de 19 de junho de 1992. Institui o Conselho Estadual de Educação.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 11.005**, de 19 de agosto de 1997. Institui o Fórum Estadual de Educação.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 53.721**, de 14 de setembro de 2017. Institui o Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Estado e a política de eleição de diretores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: 16(2):35-45, jul./dez. 1991.

Sites consultados

<https://estado.rs.gov.br/geografia>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>

www.fiergs.org.br

<https://educacao.rs.gov.br/>

<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>

<https://www.ceed.rs.gov.br/historico>

[https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-](https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)

[br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao](https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)

<http://www.saers.caedufjf.net/>

SANTA CATARINA: rumo à privatização da educação pública?¹

Selma Venco
UNICAMP

Introdução

O presente capítulo inscreve-se na pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)” - cujo foco centra-se na participação dos atores privados na política educacional implementada pelos governos estaduais em todo o país e Distrito Federal – e debate-se aqui, especificamente, o estado de Santa Catarina.

O estado tem sido governado desde 2005 a 2010 por partidos identificados como de centro direita (PMDB, PSDB e PSD) e, em 2019, se elege o governador Carlos Moisés da Silva, pelo Partido Social Liberal (PSL) de extrema-direita, sendo afastado por 180 dias, em outubro de 2020, por crime de responsabilidade, uma vez que concedeu, sem aprovação por lei, aumento salarial aos procuradores do estado.

O texto estrutura-se em quatro partes, além da introdução. Em primeiro lugar, caracteriza-se o estado em termos socioeconômicos para, em seguida, apresentar os dados referentes à oferta da educação básica no estado, o provimento do cargo de diretor, bem como as formas de contratação dos docentes. Por fim, são focalizados os programas e projetos desenvolvidos no estado com atores privados.

Caracterização socioeconômica do estado de Santa Catarina

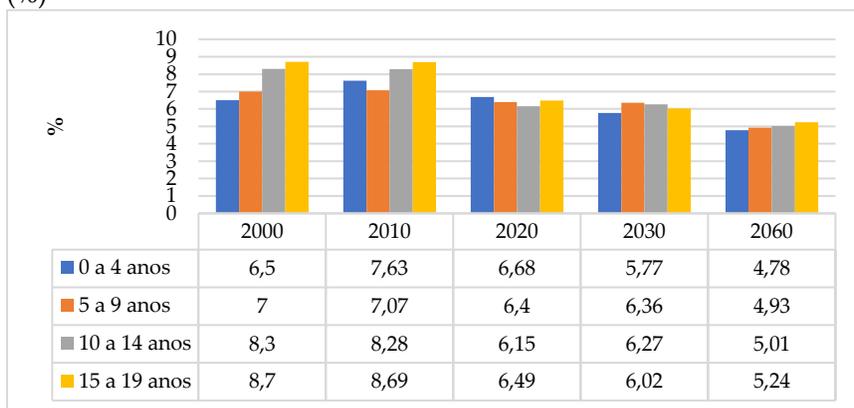
A Região Sul do Brasil é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo o de Santa Catarina, aqui analisado, o menor deles em território e população.

¹ <https://dx.doi.org/10.51795/9786558693482367387>

Em termos populacionais, o estado acompanha a tendência dos países desenvolvidos e equipara-se à pirâmide etária brasileira, denominada de “adulta”, posto que há concentração dos habitantes entre 20 e 59 anos. Apesar do crescimento populacional progressivo desde 2005, momento que contava com 5.866.568 habitantes e passa a 7.252.502 em 2020. Todavia, o movimento crescente é restrito a duas faixas etárias, quais sejam: de 25 a 59 anos; e, 60 anos e mais. No intervalo etário que compreende parte da idade considerada adequada à educação básica (0 a 17 anos) observou-se curso oposto na ordem de -6%; decréscimo semelhante entre 18 e 24 anos: -4%.

A projeção da pirâmide etária constitui-se em ferramenta essencial para o planejamento das políticas públicas. Concernente à educação, a opção política poderia concentrar-se em melhores condições de trabalho dos profissionais da educação e da relação ensino-aprendizagem, pois com a redução crescente da população em idade escolar seria possível a construção de novas possibilidades educacionais.

Gráfico 1 – Distribuição etária de 0 a 19 anos, Santa Catarina – 2000 a 2060 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000, 2010) e Projeção populacional. Elaboração da autora.

A população, predominantemente residente em área urbana (84%), apresenta o quinto maior rendimento mensal domiciliar *per capita* do país, que era de R\$ 1073,00 em 2012, mas salta para R\$ 1660,00 em 2018 e elevando pouco mais em 2019: R\$ 1769,00 (IBGE, 2020).

Com economia diversificada - dadas as especificidades do relevo e clima -, Santa Catarina participa de 4,2% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), e registrou em 2019 crescimento acima da média brasileira. De acordo com dados e informações do governo estadual, além da forte atratividade do turismo, em especial, na Grande Florianópolis, outras regiões do estado contribuem com a riqueza, com polos de tecnologia, agricultura, fabricação de móveis e nas indústrias metalomecânica e têxtil.

A rede educacional no estado

O estado de Santa Catarina atua exclusivamente nos ensinos fundamental e médio e conta com um total de 6.224 escolas, das quais 83% são públicas, majoritariamente municipais (3.854), seguida das estaduais (1.269) e 39 federais. As privadas representam apenas 2% do total.

Tabela 1 – Distribuição de unidades escolares vinculadas ao estado de Santa Catarina, 2019 (nº abs)

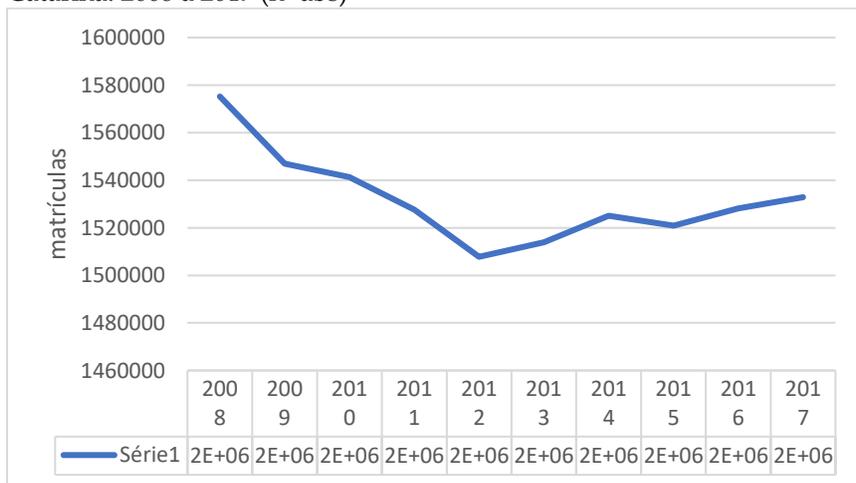
	Unidades Escolares
EJA Ensino Médio	217
EJA Ensino Fundamental – Anos Finais	197
EJA Ensino Fundamental – Anos Iniciais	80
Ensino Técnico	20
Ensino Médio - Magistério	56
Ensino Médio Integrado	45
Ensino Fundamental – Anos Finais	886
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	663
Total	1269

Fonte: SED, Santa Catarina, 2020. Elaboração da autora.

A despeito do Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina (2015-2024) apontar na meta 6 “oferecer educação em tempo integral em 65% das escolas públicas” (2015, p.113), constata-se que o estado está distante de alcançá-la, pois em 2014 havia 37% do total de unidades nessa condição e, em 2017, o crescimento foi tímido, pois seu registro foi inferior a 1%. Ainda, sobre esse tópico, merece destaque a proposição explicitada no PEE sobre a ampliação do tempo integral na estratégia 6.5 ao citar o estabelecimento de parcerias:

Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, em **parcerias com as entidades** privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. (PEE, 2015, p.113, grifo nosso)

Gráfico 2 – Distribuição de matrículas total, educação básica, Santa Catarina. 2008 a 2017 (nº abs)



Fonte: SED, 2008 a 2017. Elaboração da autora.

As matrículas da educação básica compreendendo escolas públicas e privadas demonstram oscilação negativa expressiva ao considerar os anos de 2008 e 2012, com ligeira recuperação desde

então, mas, ainda contabiliza uma redução de 1.375.604 matrículas na série histórica, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Os dados estatísticos sistematizados indicam que as matrículas no quadro geral do estado, contemplando as escolas públicas e privadas, registraram marca negativa de 2,7%; apenas a educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental sofreram variação positiva entre 2010 e 2017, ainda assim, com grande disparidade de percentuais: foram, respectivamente, 31,6% e 0,8%. Tanto os anos finais do Ensino Fundamental, quanto o médio, tiveram reduções semelhantes: em média 10,13%, de acordo com a Tabela 3.

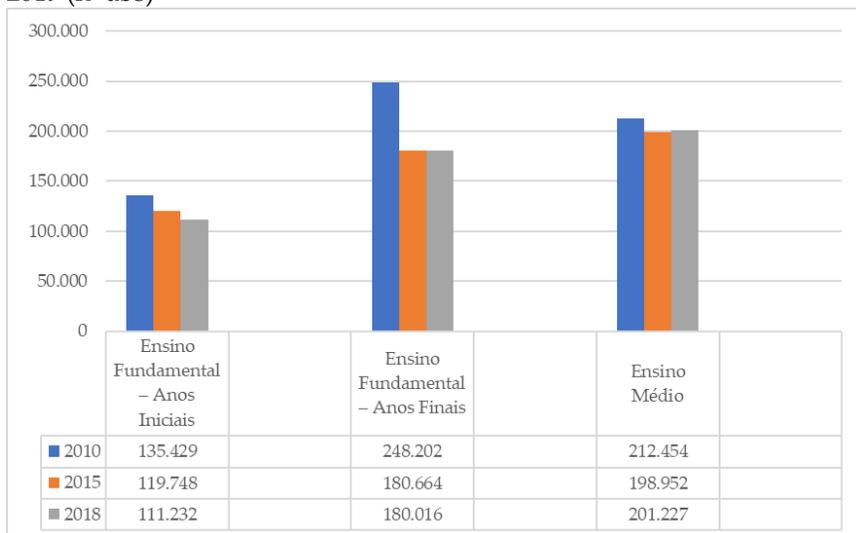
Tabela 2 – Distribuição de matrículas total, educação básica, Santa Catarina. 2008 a 2017 (nº abs)

	2010	2017	Variação
Educação Infantil	266.493	350.848	+ 31,6%
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	455.433	459.076	+0,8%
Ensino Fundamental – Anos Finais	425.158	384.444	- 9,6%
Ensino Médio	384.297	294.152	- 10,66%
Total	1.531.381	1.488.520	- 2,7%

Fonte: SED, 2010 e 2017. Elaboração da autora.

Ao focalizar as matrículas na rede estadual catarinense apreende-se que as matrículas sofreram variação negativa em todos os segmentos da educação básica sob sua responsabilidade, especialmente, no Ensino Fundamental anos iniciais, aventando-se a hipótese da existência de um processo mais intenso de municipalização, não ocorrendo apenas nas creches e educação infantil.

Gráfico 3 – Distribuição de matrículas, rede estadual de Santa Catarina, 2019 (nº abs)



Fonte: SED, 2010 e 2017. Elaboração da autora.

A respeito das avaliações em larga escala, o estado tem apresentado notas acima das nacionais, exceto em 2019, ao ficar abaixo em todos os segmentos. Porém, nas metas estabelecidas para o estado, apenas os anos iniciais cumpriram parcialmente o esperado, pois estiveram acima da média de 2007 a 2017. Em 2019, a meta indicava a nota de 6,2, mas logrou 5,9.

Para os anos finais, o estado ultrapassou a meta apenas em 2011 e, em 2019, cuja nota estipulada era 5,8, atingiu 4,5. O Ensino Médio permaneceu acima da meta de 2005 a 2011.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Brasil e Santa Catarina – 2005 a 2017.

Unidade	Etapa	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	Anos Iniciais	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0
Santa Catarina		4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	5,9	5,9
Brasil	Anos Finais	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,7
Santa Catarina		4,1	4,1	4,2	4,7	4,1	4,7	4,8
Brasil	Ensino Médio	3,0	3,1	3,4	3,3	3,4	3,5	3,5
Santa Catarina		3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	3,6

Fonte: INEP, 2005 a 2017. Elaboração da autora.

O estado não conta com sistema próprio de avaliação, exceto para o Ensino Médio, quando, em 2018, iniciou um processo de avaliação diagnóstica com estudantes da 1ª série, em março, e, outra denominada “somativa” em novembro do mesmo ano. Nos anos de 2019 e 2020 o exame ocorre com o mesmo grupo de estudantes quando estiverem nas 2ª e 3ª séries.

A avaliação, de caráter amostral, abrange 12.000 estudantes do período diurno e cabe problematizar o possível viés na aplicação e seus resultados, dada a exclusão dos alunos do período noturno e por ser aplicada em escolas selecionadas.

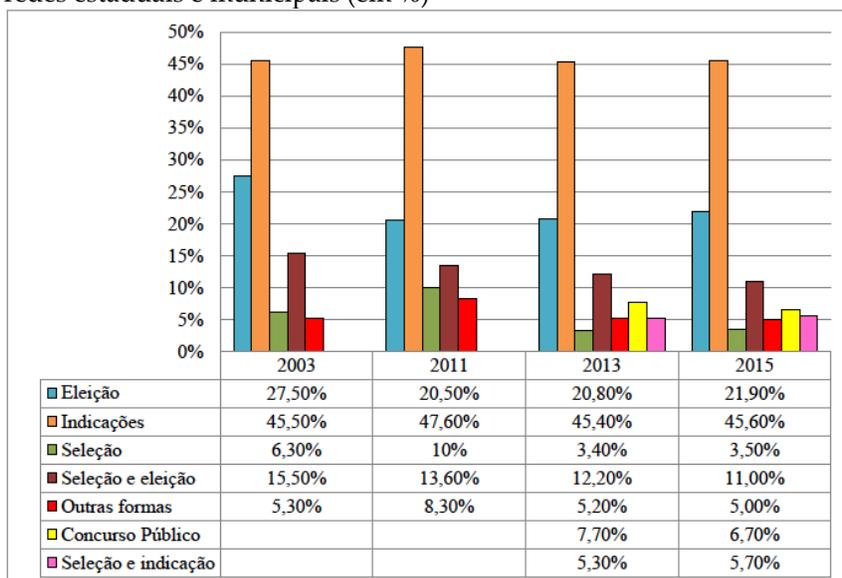
A avaliação abrange quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza) e, além disso, os estudantes respondem a dois questionários: um em todas as escolas selecionadas, de cunho socioeconômico; e, outro socioemocional em apenas 24 escolas. Não foi localizado, no entanto, documento oficial sobre a metodologia detalhada e respectivos critérios e procedimentos. Todavia, como será visto em tópico específico, há o estabelecimento de ação conjunta com o Instituto Ayrton Senna sobre esse tema e, portanto, uma nova forma de avanço de ações privatizantes da educação pública no estado, frente aos modismos na educação.

Os profissionais da educação: diretores e professores

O Estatuto do Magistério foi criado por meio da Lei Nº 6.844, de 29 de julho de 1986 e reconhece, no art. 11, que a ocupação em cargo do magistério deva ser feita mediante aprovação em concurso público.

Em se tratando dos diretores no Brasil constata-se com base em Drabach (2018) que esses são contratados de três formas distintas: indicação, concurso público e eleição, mas podendo, entretanto, serem mescladas entre si, a exemplo da seleção e eleição. E, segundo a mesma autora, é possível afirmar que a forma prevalente nos diversos estados, considerando o período compreendido entre 2003 e 2015, é a indicação do diretor tanto para estados quanto para municípios, conforme pode ser observado no Gráfico 4:

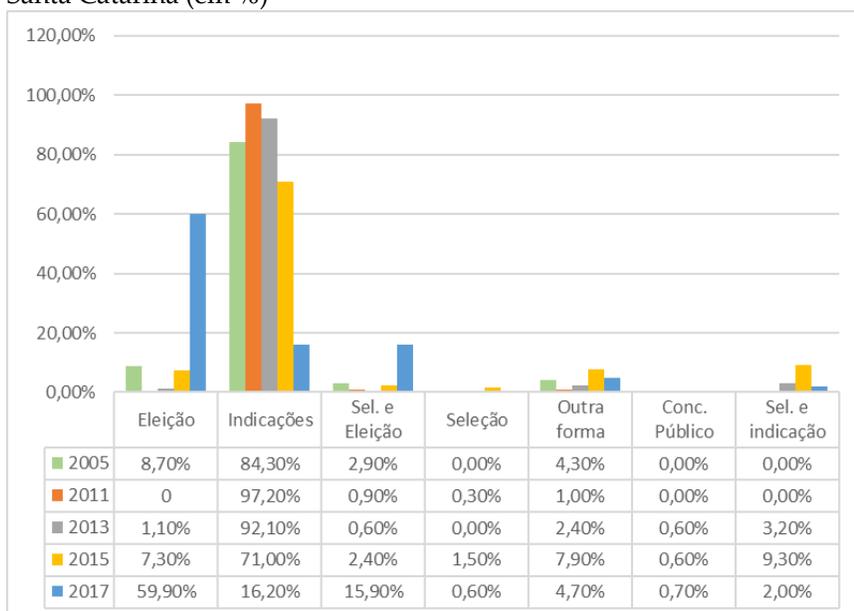
Gráfico 4 – Formas de provimento ao cargo de diretor de escola no Brasil, redes estaduais e municipais (em %)



Fonte: Inep, Censo Educacional 2003-2015. Elaborado por DRABACH (2020).

Aprende-se que o estado de Santa Catarina provê o cargo de diretor conforme a tendência nacional, ou seja, por indicação, movimento arrefecido em 2017, ao passar para um percentual significativo destinado às eleições e consolida uma forma mais democrática na escolha do diretor.

Gráfico 5 – Formas de provimento de diretor de escola, rede estadual de Santa Catarina (em %)



Fonte : Inep, Censo Educacional 2005-2017. Elaborado por DRABACH (2020).

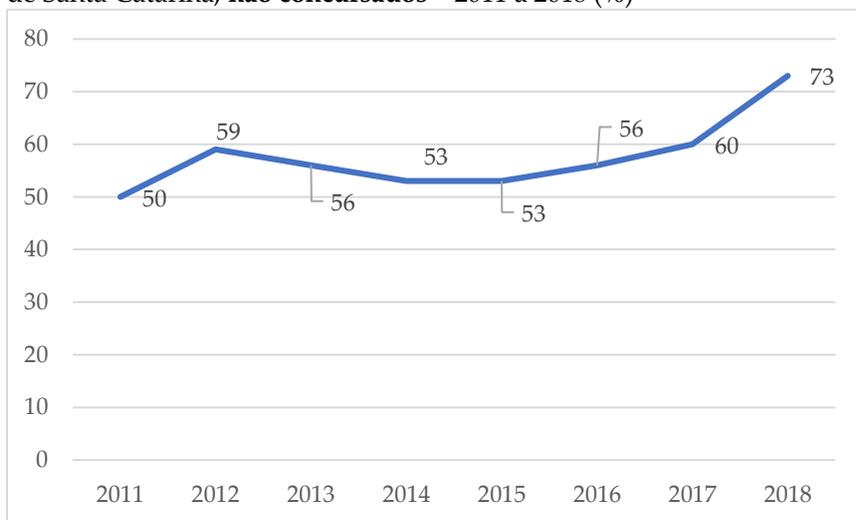
Concernente aos professores da educação básica constata-se o aumento progressivo nas formas mais flexíveis e precárias de contratação no estado. E é importante lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37 regula que o ingresso no setor público se dará exclusivamente por concurso público.

Com base no Censo Escolar que passou, em 2011, a coletar os dados relativos às formas de contratação de docentes oferecendo como opção a seguinte classificação: concursados, temporários, CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e terceirizados. Dadas as baixas frequências nas duas últimas categorias, optou-se por

agrupá-los em apenas duas, capazes de quantificar os concursados e os que obtiveram a estabilidade no emprego; e os não efetivos.

Entre a totalidade dos estados e Distrito Federal, observa-se que treze deles registram percentuais crescentes de contratação precária de docente e Santa Catarina, além de figurar entre esses, salta de 50% em 2011 para 73% em 2018. Consta-se, assim, que o governo Raimundo Colombo (DEM e PSD) instituiu forte racionalidade econômica ao buscar a redução de custos, via eliminação de direitos dos docentes, posto ampliar gradativamente, ao longo da série histórica, a contratação em caráter temporário, conforme se observa no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição dos professores da educação básica, rede estadual de Santa Catarina, **não concursados** – 2011 a 2018 (%)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

A situação de Santa Catarina revela ao menos dois problemas centrais: de um lado, o ocaso da função pública na docência e a demonstração do afastamento do Estado em suas responsabilidades tanto em respeito à Constituição Federal quanto à oferta qualificada da educação pública. Não se trata de julgar os docentes temporários, mas cabe problematizar o ingresso de

parcela desconhecida, sem constatação do domínio dos conteúdos programáticos e didáticos destinados à população. Dado o elevado percentual em 2018 (73%) é possível afirmar que a educação pública estadual é concretizada de forma improvisada e com riscos à continuidade; do outro, coloca em situação de precariedade – aqui compreendido como fenômeno - nas relações de trabalho um conjunto de profissionais, o qual gera um processo de precarização das condições de vida. (VENCO, 2020).

As formas de privatização no estado: 2005-2018

O estado de Santa Catarina vem diversificando e ampliando a participação dos atores privados na educação pública estadual, ao longo da série histórica abarcada pela pesquisa realizada.

Na primeira fase do mapeamento, com período compreendido entre 2005-2015, identificou-se a existência de 16 programas – destacados no Quadro 1 - e salta para 32, na atualização até 2018.

O levantamento permite afirmar que o governo catarinense inicia um ciclo tímido de ações privatizantes da educação em 2005, com apenas 2 programas e oscila entre 1 e 3 até 2014. Porém, em 2015, tendo Raimundo Colombo (PSD) como governador (2011-2018) e Natalino Uggioni (PSL) à frente da Secretaria de Educação, são firmados dez novos contratos, seguidos de outros dez em 2016 e 2017, para retomar o curso inicial da série histórica de dois programas em 2018.

Do conjunto de programas vigentes apreende-se duas importantes concentrações: na área curricular, pois 87% deles dedicam-se ao tema; e no público-alvo: estudantes, dado que praticamente 7 em cada 10 programas são a eles dedicados.

A despeito do foco prioritário no currículo e nos estudantes, a natureza das empresas e fundações integrantes dos programas é bastante diversificada e abrange um leque de contratos que abarcam desde representantes diretos do empresariado como a Federação das Indústrias, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE), mas igualmente grandes empresas como IBM, Google e Samsung; e as fundações já clássicas na comercialização, em larga escala, de produtos a prefeituras e governos estaduais e federal, tais como: Ayrton Senna, Lemann, Natura e Victor Civita.

Quadro 1 – Programas e atores privados na educação estadual pública de Santa Catarina – 2005 a 2018

Programa	Início	Ator privado
Minha escola - meu lugar	2005	Pnud
Projeto de educação ambiental e alimentar - AMBIAL	2005	Instituto Noah, Casan, Fetaesc, Instituto Avançado de Robótica, Unisul, Univali
Projeto jornal na escola	2005	GRUPO RBS
Gerenciamento eletrônico de documentos - GED	2009	IBM
Pacto pela competitividade - na educação - educaçãotec SC	2011	Conselho das Federações Empresariais - FIESC
Pacto por Santa Catarina - educação	2012	BID
Pacto nacional para fortalecimento do ensino médio	2013	Instituições Comunitárias de Ensino Superior
Educação TEC	2013	Fundação CERTI
Desenvolvimento de projetos de incentivo ao empreendedorismo	2014	Junior Achievement
Prêmio escola cidadã	2014	Fundação Aury Bodanese
Gestão para o sucesso escolar	2014	Instituto Gestão Educacional, Fundação Lemann
Convênio desenvolvimento de competências técnicas-socioemocionais e de raciocínio e criatividade nas escolas	2015	Instituto Ayrton Senna, FIESC, Instituto Euvaldo Lodi
Missão universitária - MISSU	2015	Mind Lab
Espaço ekocrie água	2015	Ekocrie
Prêmio respostas para o amanhã	2015	Samsung, CENPEC, UNESCO
Geração empreendedora	2015	Fascic
Cluster de inovação em educação de Santa Catarina	2015	ACATE

Projeto escola digital - sala web	2015	Instituto Inspirare, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo
Cooperação FIESC	2015	FIESC
Encontro nacional de inovação: educação fora da caixa	2015	ACATE
Desafio do conhecimento	2015	Grupo RIC, FIESC, SENAI
Google for education	2016	QiNetwork
Crescendo e empreendendo	2016	SEBRAE
Alimentação escolar	2016	Cooperativas
Reprogramar para transformar	2016	Recode
Saber alimenta	2016	Sadia, Jamie Olivier Food Foundation
Espaço de formação e experimentação em tecnologias para professores - EFEX	2017	Centro de Inovação para Educação Brasileira, Fundação Universidade Regional de Blumenau
Ensino médio em tempo integral – EMITI	2017	Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura
Física no parque	2017	Beto Carrero World
Jovens empreendedores primeiros passos- JEPP	2017	SEBRAE
Futuro sustentável	2018	Ekocrie
Curso de talento pessoal e postura profissional	2018	SENAC

Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp.

Do conjunto de programas elencados, a metodologia aponta para a seleção de três deles, de forma a contemplar longevidade, abrangência geográfica e capilaridade, conforme passa-se a destacar no item seguinte.

Programas selecionados para análise

Destaca-se, inicialmente, que o conjunto de programas elencados no estado de Santa Catarina, em termos quantitativos centra-se, prioritariamente, no Ensino Médio. E, aventa-se a hipótese que a Reforma do Ensino Médio, realizada em 2017,

alavancar a privatização na educação pública, dada que a flexibilização curricular associada à oferta de conteúdos dedicados à profissionalização dos jovens poderá potencializar o estabelecimento de novos contratos.

Os programas selecionados são:

Sala WEB

O programa foi iniciado em 2015 pela Secretaria de Educação de Santa Catarina com os Institutos Natura e Inspirare e Fundação Telefônica e está presente em vários estados e municípios.

É importante identificar a natureza dos parceiros no programa, a fim de compreender os interesses - explícitos e ocultos - pela educação.

O Instituto Natura é oriundo da empresa com o mesmo nome, criada em 1969, focada na venda direta de produtos cosméticos, por meio da constituição de um exército de vendedoras, sem vínculo empregatício e, portanto, adepta às formas de flexibilização nas relações de trabalho. Ao longo de sua existência ampliou sua inserção na sociedade civil ao patrocinar programas culturais e outros voltados ao meio ambiente. A empresa passa a criar uma linha específica de produtos não cosméticos com renda total destinada ao Instituto. Destaque-se que as vendedoras ao comercializarem essa linha não recebem os 30% correspondentes à comissão obtida nos demais produtos. É nesse contexto que o Instituto é criado em 2010 e autodeclarado sem fins lucrativos.

Medeiros (2015) analisa o “círculo virtuoso pela educação” promovido pela Natura junto às vendedoras: um processo de convencimento sobre a importância social na comercialização da linha, cujos dividendos são convertidos à educação:

Vale destacar a estratégia ideológica inscrita no círculo: além da responsabilização dos compradores e das consultoras, estas são apresentadas como investidoras semelhantes à Natura. Nessa identificação, o pagamento por seu trabalho (...) torna-se “lucro” igual ao obtido pela

empresa, dissimulando a relação fundamental do modo de produção capitalista, a exploração do capital pelo trabalho. (p.94)

O Instituto Inspirare, por sua vez, é uma organização da família Gradin, empresários da área da biotecnologia industrial, com associações com a Construtora Odebrecht.

Esse declara como objetivo institucional impulsionar práticas pedagógicas, consideradas - por esses atores privados - como inovadoras; e possibilitar acesso gratuito ao portal da Escola Digital. E, congruente ao setor privado, critica uma educação que não estabeleça diálogo estreito e profícuo com a realidade e desatenta às demandas da sociedade.

É preciso apreender a mensagem implícita e explícita nas linhas e entrelinhas em sua auto apresentação. Nelas, o Instituto explicita seu ponto de vista sobre a educação e indiretamente sobre o Estado, ainda que ligeiramente escamoteado, explicado por Peroni e Caetano (2015, p. 339): “O mercado é quem deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo”.

E, por fim, a Fundação Telefônica que se apresenta em seu sítio eletrônico como sendo “o braço da responsabilidade social” da Vivo, empresa vencedora do leilão das telecomunicações nos anos 1990.

As mesmas palavras de ordem são encontradas em sua atuação junto à educação: empoderamento, protagonismo e inclusão.

Essa tríade de instituições envolvidas em uma só ação se volta à divulgação das vantagens do ensino a distância, das possibilidades de redução de custos com os equipamentos sociais e de pessoal. Mas, de fato, compreende-se na presente pesquisa, são aspectos limitadores e empobrecedores na construção do pensamento reflexivo e, concomitantemente, corrói a autonomia do trabalho intelectual dos professores, com conseqüente perda de espaço na escola.

Além desses aspectos, programas dessa natureza conduzem à educação híbrida ou à educação a distância, essa última se expande vertiginosamente desde o início dos anos 2000, e conta com

regulamentação em 2017 para a educação básica, por meio do Decreto nº 9.057, de 25 de maio. Em seu art.2º reza:

Art. 2º A **educação básica** e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.

A despeito do contexto da pandemia vivenciada em 2020 não integrar o escopo da presente pesquisa, é importante destacar o terreno fértil pavimentado em direção as formas mais flexíveis de ensino. O distanciamento social, o fechamento das escolas, com continuidade do trabalho dos docentes, dá margem para o aprofundamento e expansão de programas como o Sala Web ou Escola Web, mesma denominação aplicada em outros estados.

Programa Geração Empreendedora

O Programa Geração Empreendedora é desenvolvido pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), e tem como foco “despertar, estimular e orientar o desenvolvimento do espírito empreendedor e da cultura associativista junto aos estudantes do ensino médio”², conforme consta no sítio da Federação.

Iniciado em 2015, o Programa havia formado cerca de 1.200 jovens das escolas públicas e privadas até 2018. Para a Federação, o objetivo é conscientizar os jovens na cultura empreendedora e, assim, auxiliar na formação para o mercado de trabalho.

É importante destacar que o programa conta com apoio da União Europeia. Tanguy (2016) analisa as políticas firmadas na Comunidade Europeia para a educação ao longo de 30 anos e constata que essas, ao serem adotadas na França, reforçam a empresa como o lugar de excelência para a formação, com forte adesão das famílias e também dos profissionais da educação. As

² Disponível em < <https://www.facisc.org.br/iniciativa/geracao-empreendedora/>> Acesso em 105.dez.2020

ações lá desenvolvidas abarcam crianças desde os seis anos, à medida que ensinam a compreensão da circulação das mercadorias, para os anos seguintes, empresas são criadas, com cargos de presidente, gerente de recursos humanos etc., vendas de ações e, para o ensino médio vivências prolongadas nas empresas.

O Programa em curso em Santa Catarina segue na mesma direção e visa aportar formação voltada ao empreendedorismo, na primeira etapa, para, em seguida, serem selecionados com vistas a vivenciar “Um dia de Empreendedor”, dia em que acompanharão a rotina do trabalho de um empresário.

Como destaca Tanguy (2016) educar pelo trabalho poderia ser transformador, mas tais programas visam formar o futuro trabalhador acrítico e desconhecedor dos seus direitos, das características e especificidades da profissão e do mundo do trabalho.

Crescendo e empreendendo

O Programa Crescendo e empreendendo foi firmado em 2016 com o SEBRAE, o qual, destaque-se, integra o Sistema “S”, um conjunto de entidades mistas vinculadas ao setor empresarial. O Sebrae, criado em 1972, destina-se à: orientação a micro e pequenos empresários, formação, estudos e consultoria na área do empreendedorismo.

O curso, com carga horária de 12 horas distribuídas em 3 encontros, é apresentado pela entidade como sendo uma “solução educacional” destinada a incitar:

[...] atitudes empreendedoras – apoiadas, sobretudo, na responsabilidade, na cooperação, na criatividade, na inovação e na sustentabilidade ambiental – que contribuam, de algum modo, para as suas realizações pessoais ou profissionais. (SEBRAE, 2016, p.7)

O manual do curso, conjugado no tempo imperativo, prescreve o trabalho do professor/mediador do curso, contempla todos os slides dos encontros, atividades e indica, inclusive o que perguntar aos participantes, além da cronometragem das

atividades a serem realizadas: “Recepcione os participantes, cumprimentando-os pessoalmente, sempre que possível” (SEBRAE, 2016, p.49)

Esses momentos objetivam, no primeiro encontro, descobrir as atitudes empreendedoras; no segundo, visa levar os estudantes a incorporarem atitudes empreendedoras no seu cotidiano; e, por fim, no terceiro, volta-se a refletir sobre o futuro “para concretização dos sonhos: “Relembre aos participantes: ✓ Atitudes empreendedoras são atitudes/características que contribuem para o alcance dos resultados desejados” (SEBRAE, 2016, p.51)

Constata-se que esse é mais uma ação do Estado que privilegia o empreendedorismo e aponta para o novo ensino médio como oportunidade de formação para o trabalho sem emprego formal.

Considerações finais

O estado de Santa Catarina, o menor da Região Sul, apresenta pirâmide etária adulta e essa pode ser a principal razão para o arrefecimento das matrículas na educação básica.

A despeito de não contar com sistema próprio de avaliação em larga escala, tem obtido notas acima da média nacional ao longo de toda a série histórica, exceto em 2019, aspecto esse que merece ser analisado à luz do conjunto das políticas adotadas.

A eleição de governadores alinhados a partidos políticos conservadores expressa-se na política educacional por várias vertentes: a eleição para diretores, aspecto central para a implementação da gestão democrática nas escolas, tem sido reduzida e com ampliação significativa de diretores indicados pelo poder público; os professores catarinenses, por sua vez, inscrevem-se nos maiores percentuais de precariedade nas relações de trabalho, quando comparados aos demais em todo o país. Em 2018, 73% dos docentes da educação básica contavam com vínculo empregatício temporário. Situação essa insustentável frente ao discurso de qualidade da educação. A não permanência dos

profissionais da educação deve ser sopesada e contestada pela comunidade escolar.

Se, de um lado, o estado indica diretores e privilegia contratos precários junto aos docentes, por outro, fomenta ações com empresas, fundações vinculadas às empresas que nutrem e promovem a educação a distância e o empreendedorismo entre os jovens, sinais nítidos de empobrecimento da formação integral das crianças e jovens em Santa Catarina.

Frente a tal cenário, cabe indagar a opção política adotada pelos sucessivos governos estaduais que privilegiam interesses privados em detrimento da oferta da educação de qualidade e para todos.

Conclui-se, portanto, que “[...] a participação do poder público tanto na acumulação flexível (...) quanto na acumulação por espoliação, conceito aqui transportado pela compreensão da transgressão contundente das barreiras do setor público em favor do mercado” (VENCO, 2020, p.4).

Referências

ADRIÃO, T. Adrião (coord). **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)**. 2018/Cnpq-Fapesp.

BRASIL. **Decreto nº 9,057**, de 25 de maio de 2017, regulamenta o art.80 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503> Acesso em 05.dez.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 03.jan.2021.

IBGE. **Cidades e estados**. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidades-e-estados> Acesso em 20.nov.2020.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=42>

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 03.jan.2021.

INEP. **Censo educacional**, 2001 a 2018.

DRABACH, N. **Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em educação – Faculdade de Educação, Unicamp, 2018.

MEDEIROS, I. **A atuação do Instituto Natura na educação pública (2010-2014)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

PERONI, V, CAETANO, M. O público e o privado na educação Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658>> Acesso em 12. dez.2020.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Educação em números**. Disponível em <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/educacao-em-numeros>> Acesso em 03.jan.2021.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 16.794**, de 14 de dezembro de 2019. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Disponível em <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_

ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>
Acesso em 03.jan.2021.

SANTA CATARINA (Estado) **Lei nº 6.844**, de 29 de julho de 1986. Estatuto do magistério estadual de Santa Catarina. Disponível em < http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1986/6844_1986_lei.html> Acesso em 03.jan.2021.

SEBRAE. **Guia do educador**. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/file_source/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GE_curso_crescendo_empendedor.pdf. >Acesso em 12.dez.2020.

TANGUY, L. **Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école: le tournant politique des années 1980-2000 en France**. Paris: La Dispute, 2016

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, e00207317, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000503003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Dec. 2020. Epub May 30, 2019.<https://doi.org/10.1590/0102-311x00207317>.

SOBRE AUTORAS E AUTORES

Adriana Aparecida Dragone Silveira

Possui graduação em Pedagogia pela Unesp- Rio Claro (2000), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2010), estágio pós-doutoral (2019) em Teachers College, Columbia University. É professora associada da Universidade Federal do Paraná e do programa de pós-graduação. Co-fundadora e coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais. Também é integrante da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca), diretora de projetos especiais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e editora associada da revista Educação & Sociedade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: direito à educação, judicialização da educação, políticas de educação infantil e financiamento educacional.

Cassia Alessandra Domiciano

Doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestra em educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp-RC) e graduada em Pedagogia pela mesma universidade. Desenvolve trabalhos na área de Política, Gestão e Financiamento da Educação, com ênfase na Educação Infantil. Coursou especialização voltada para o desenvolvimento das relações interpessoais na escola e a construção da autonomia moral, oferecida pela Universidade de Franca. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe), na Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Mato Grosso e o Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE-UFPR). É Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), da Associação

Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca).

Cíntia Magno Brazorotto

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2004) e mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (2014). Doutora em Educação pelo programa de pós-graduação em educação da Faculdade de Educação - FE, da Unicamp, com estágio doutoral na Universidade de Siegen, Alemanha. É membro do grupo de pesquisa GREPPE e desenvolve pesquisa na área de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Atualmente é professora do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, Câmpus Campos do Jordão, exercendo atividades de ensino e pesquisa, atuando em curso de formação de professores na Licenciatura em Pedagogia. Tem experiência na área de educação, com ênfase em política e gestão educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional, gestão educacional, políticas públicas para a educação e ensino médio integrado.

Danielle Batista Cardoso

Graduada em Pedagogia pela UFMT, mestre em Educação pelo PPGEdu-FFCLRP/USP, professora da Educação Básica, séries iniciais.

Daniilo A. Kanno Baptista

Possui graduação em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Tem experiência na área de Política Educacional, com ênfase em Matemática e no ensino de matemática.

Edirleine dos Santos Pereira

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/Unimontes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação (GEPED) que se dedica a investigações que têm como foco: Formação de Professores, Processos de Ensino e de

Aprendizagem, Gestão e Avaliação Educacionais. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (2017) pela Unimontes. Foi integrante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC/Fapemig (2016-2017). Foi colaboradora do Laboratório de Ensino em Educação do Campo - LabÉdoCampo/Unimontes (2016/2017)

Flávio Bezerra de Sousa

Graduado em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2005 tem atuado como Servidor Público Federal no cargo de Técnico de Nível Superior em Assuntos Educacionais no Ministério da Educação (MEC). Atualmente é graduando em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), e doutorando em Estado, Políticas Públicas e Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com experiência em implementação de política educacional e o seu processo orçamentário, participou como colaborador dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Águia, sobre Organismos Internacionais, Política e Gestão da Educação Básica da Faculdade de Educação da UnB. No momento, atua como pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (Greppe-Unicamp), bem como no Grupo sobre Democracia, Participação, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS) do Departamento de Política Social da UnB.

Maria Lucia Lemos Ceccon

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP (2009) e em Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente pela Universidade de São Paulo - USP (2006). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras "Plínio Augusto do Amaral" (1995) e em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP (1991). Foi professora efetiva na Prefeitura Municipal de Campinas de (1991 a 2002) e Diretora Educacional efetiva de (2002 a 2017).

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/Unicamp).

Márcia Cossetin

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2017), Mestre em Educação (2012), Especialista em História da Educação Brasileira (2008) e Graduada em Pedagogia (2005), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Atualmente é Professora Adjunta e Coordenadora do Curso de Pedagogia no Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS na Universidade Federal de Rondonópolis - MT. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais - GREPPE/UFR/MT, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacional e Social - GEPPE/Unioeste/PR e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância - GEPPEIN/UEM/PR. Desenvolve pesquisas na área da Educação, principalmente nos seguintes temas: Estado, Políticas Educacionais para a Educação Básica, Privatização da Educação e Políticas Públicas para Privados de Liberdade.

Maria Vieira Silva

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia, especialização em Sociologia pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em educação pela Université Paris X, como bolsista sênior do CNPq. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Polis - Políticas, Educação e Cidadania (UFU), com financiamento de pesquisas pela FAPEMIG e CNPq. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Gestão da Educação nos períodos de 2017 a 2019 e 2019 a 2021 e editora da Revista "Educação Básica em Foco" no mesmo período. Vice-coordenadora do GT 05 - Estado e Políticas Educacionais da Associação Nacional

de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED). Tem experiências na área de Educação e desenvolve pesquisas sobre políticas educacionais, com ênfase nos seguintes temas: trabalho docente; gestão escolar e relação público-privado.

Nádia Pedrotti Drabach

Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006) e mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2013). Doutorado pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - na área de concentração Políticas, Administração e Sistemas Educacionais. Doutorado Sanduíche na University of Georgia - EUA. Membro do grupo interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais GREPPE (Unicamp) Membro da Diretoria do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Pesquisadora Colaboradora da Faculdade de Educação da Unicamp e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Nicanor M. Lopes

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2018) e é mestrando em Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma universidade (ingresso em 2019). Membro do grupo de pesquisa interestadual GREPPE. Tem experiência na área de Educação, atualmente é professor do Ensino Fundamental I na Prefeitura de Capivari-SP.

Raquel Fontes Borghi

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista - Araraquara (1996), mestrado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado pela mesma universidade (2005). É professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro. É membro da equipe editorial da Revista Educação Teoria e Prática e atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-

graduação em Educação/UNESP/Rio Claro. Pesquisadora do GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais) e da Rede de Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação. (RELAAPE/<https://www.rede.fe.unicamp.br/pt-br>). Integra entidades acadêmicas e científicas como a ANPED e ANPAE.

Regiane Helena Bertagna

Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP/Rio Claro, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas 1997, Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas 2003 e Pós Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas 2018. Atualmente é docente no Departamento de Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/IB/Rio Claro e no Programa de Pós-graduação em Educação UNESP/Rio Claro. Professora na educação básica do Estado de São Paulo (1990-1995). Presidente do Grupo de Avaliação Institucional do Instituto de Biociências da UNESP/Rio Claro (2009-2011). Editora-Chefe da Revista Educação: Teoria e Prática do Departamento de Educação da UNESP/Rio Claro (2013-2015). Coordenadora do Curso de Pedagogia UNESP/Rio Claro (2016-2017). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE - Unesp/Rio Claro) e do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED/Unicamp). Participante da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPE). Tem experiência na área de Educação com ênfase em Avaliação, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação escolar, avaliação institucional, avaliação de sistemas, política educacional, privatização da educação, qualidade educacional e pesquisa educacional.

Selma Venco

Socióloga, mestre e doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio doutoral na Université Paris X, Nanterre. Pós-doutorados no Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas/Unicamp, departamento de sociologia; e no *Laboratoire Genre, Travail et Mobilités*, Univeristé Paris X. Docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE); Pesquisadora associada do *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA) e Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE). A Nova Gestão Pública e as relações de trabalho praticadas no setor público educacional paulista têm sido focos privilegiados de estudos e pesquisas desde 2010. Atualmente desenvolve estudo comparativo França-Brasil-Alemanha sobre o mesmo tema. Foi vice-presidente do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES (2014-2018) e membro do Conselho Científico do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (2018-2020)

Teise Garcia

Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1989), mestre e em Educação pela Faculdade de Educação-Universidade de São Paulo (1995) e doutora em Educação pela Faculdade de Educação- Universidade de São Paulo (2003). Livre-docência pela Universidade São Paulo-FFCLRP (2017). Professora livre-docente NA Universidade de São Paulo- campus Ribeirão Preto , FFCLRP, Departamento de Educação, Informação e Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da FFCLRP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional e Administração de Unidades Educativas na Educação Básica, desenvolvendo pesquisas sobre a gestão educacional no contexto das relações entre o público e privado. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Greppe-USP/RP. Vice- coordenadora executiva da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação, RELAAPE.

Theresa Maria de Freitas Adrião

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1988), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2001) e Livre Docente pela UNICAMP. É professora colaboradora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação da UNICAMP e Professora Visitante na UNEMAT. Desenvolve pesquisas na área de política educacional, com ênfase em gestão e financiamento da educação básica, incluindo estudos sobre privatização. Publicou diversos livros e artigos sobre os temas de investigação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/UNICAMP) e a Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação. (RELAAPE/<https://www.rede.fe.unicamp.br/pt-br>). Integra as seguintes entidades acadêmicas e científicas: ANPED (Tendo sido coordenadora do GT Estado e Política Educacional de 2015 a 2019); Vice-diretora Estadual/SP da ANPAE (2015-2017); FINEDUCA e CEDES. Editora da Revista Educação e Sociedade (2018-2020) Bolsista PQ/CNPq - 2010 a 2017 e 2020 a 2023.

Úrsula Adelaide de Lélis

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1990), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é membro de equipe de pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, coordenadora de programa *lato sensu* gestão escolar do Centro de Educação a Distância, membro do GEPEL da Universidade Estadual de Montes Claros, professora titular - Departamento educação da Universidade Estadual de Montes Claros. Editora de revista da Universidade Estadual de Montes Claros. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão e Políticas Públicas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, formação de professores, educação do campo, mídias e educação infantil.



O livro “O CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: Incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2018) apresenta resultados de uma importante pesquisa realizada pelo GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais). Importante por ter sido realizada por este grupo, que tem longa trajetória em pesquisas sobre o tema no Brasil e América Latina, importante pela urgência do tema privatização da educação no Brasil atualmente e importante por ser um mapeamento dos processos de privatização no país.

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

